

*revista de comunicação,
jornalismo e espaço público*

14

Periodicidade

Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra

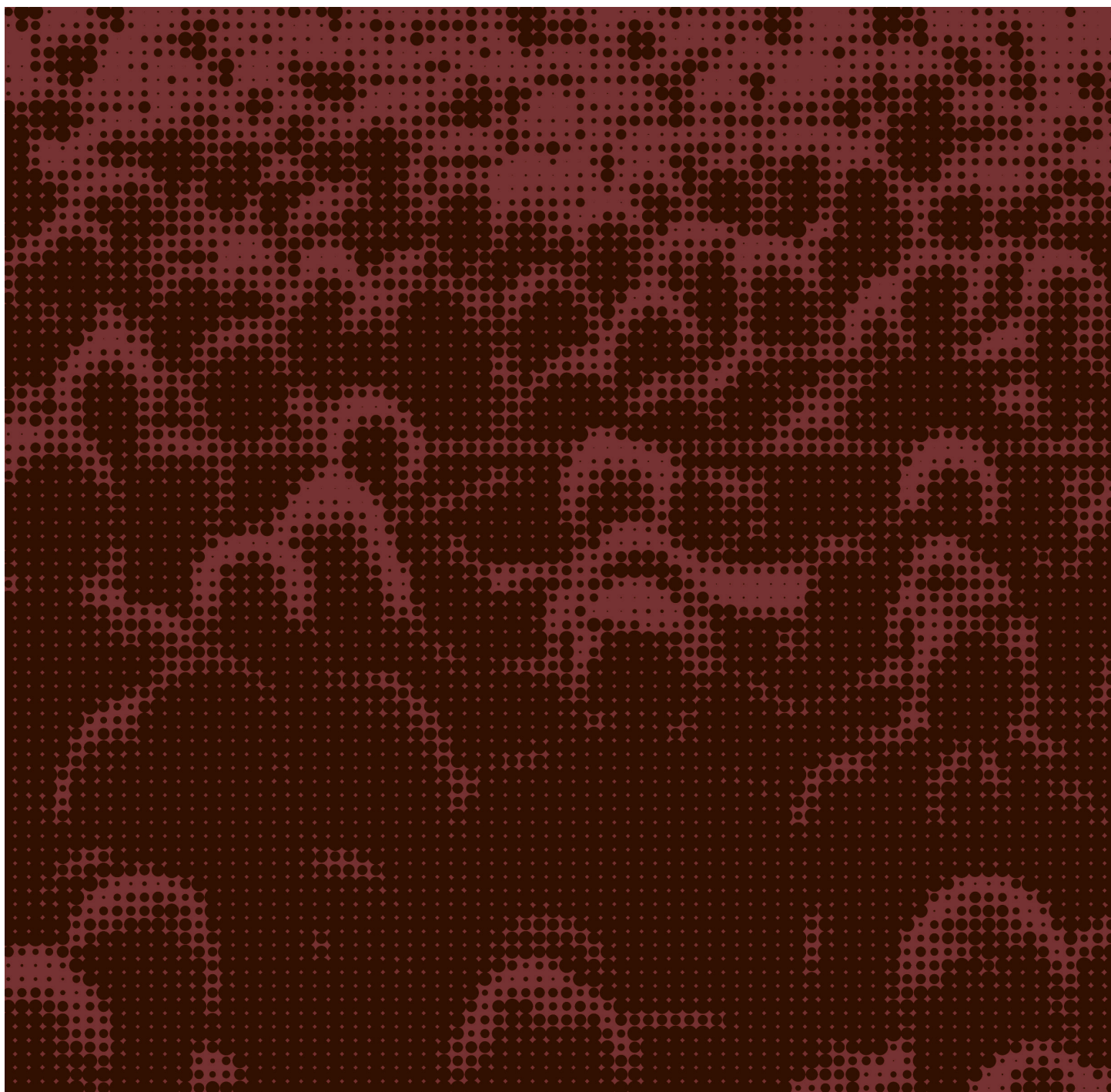
Coimbra University Press

mediapolis

tema

60º Aniversário de

Strukturwandel der Öffentlichkeit



revista de comunicação,
jornalismo e espaço público

14

Periodicidade

Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

Ficha técnica

Edição Publisher

Imprensa da Universidade de Coimbra

Administração Administration

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20,
Rua Filipe Simões, n.º 33,
3000-186, Coimbra, Portugal,
Email: geral.ceis20@uc.pt
Telf.: +351 239 708 870
Fax: +351 239 708 871.

Ilustração da Capa

Leonel Brites

Design

Carlos Costa

ISSN

2183-5918

ISSN Digital

2183-6019

DOI

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14

Direção Editor

Carlos Camponez carlos.camponez@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra

Direção Executiva Managing Board

João Pissarra Esteves jj.esteves@fcsh.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa, ICNova
Susana Borges suborges@esec.pt
Escola Superior de Educação de Coimbra, CEIS20

Secretariado

João Miranda joaomsantosmiranda@gmail.com
Universidade de Coimbra

Redação Editorial Board

Ana Teresa Peixinho apeixinho71@gmail.com
Universidade de Coimbra
Clara de Almeida Santos clara.santos@uc.pt
Universidade de Coimbra
Francisco Pinheiro franciscopinheiro72@gmail.com
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Inês Godinho ifgodinho@netcabo.pt
Universidade de Coimbra
Isabel Nobre Vargues ivargues@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra
Joana Fernandes joanaf@esec.pt
Escola Superior de Educação de Coimbra
João Figueira jffigueira@sapo.pt
Universidade de Coimbra
Rita Bastião de Simões rbasilio@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra
Rosa Sobreira rosa.sobreira@gmail.com
Escola Superior de Educação de Coimbra
Sílvio Santos silvio.santos@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra
Susana Borges suborges@esec.pt
Escola Superior de Educação de Coimbra

Normas da revista e princípios éticos:

<https://impactum.uc.pt/pt-pt/revista?id=107213&sec=5>

Conselho Científico e Consultivo

Scientific and Advisory Committee

Adriana Bebiano adrianabebiano@gmail.com
Universidade de Coimbra
Felisbela Lopes felisbela@ics.uminho.pt
Universidade do Minho
Fernanda Castilho fernandacasty@gmail.com
Universidade de S. Paulo
Fernando Resende fernandoaresende1501@gmail.com
Universidade Federal Fluminense
Helena Sousa helena@ics.uminho.pt
Universidade do Minho
Isabel Babo isabel.babo.ibl@gmail.com
Universidade Lusófona (Porto)
Isabel Ferin barone.ferin@gmail.com
Universidade de Coimbra
João Canavilhas joao.canavilhas@labcom.ubi.pt
Universidade da Beira Interior
João de Almeida Santos joaodealmeidasantos@gmail.com
Universidade Lusófona
João Pissarra Esteves jj.esteves@fcsh.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa
Joaquim Fidalgo jfidalgo@ics.uminho.pt
Universidade do Minho
Manuel Pinto mpinto@ics.uminho.pt
Universidade do Minho
João Carlos Correia joaocarloscorreia@ubi.pt
Universidade da Beira Interior
Maria João Silveirinha mjsilveirinha@sapo.pt
Universidade de Coimbra
Mário Mesquita mariomotamesquita@gmail.com
Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa
Muniz Sodré sodremuniz@hotmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
Sílvio Correia Santos silviocorreiasantos@gmail.com
Universidade de Coimbra
Simon Cottile cottiles@cardiff.ac.uk
Universidade de Cardiff (Reino Unido)
Teresa Ruão trua0@ics.uminho.pt
Universidade do Minho
Tiúo Cardoso e Cunha tcunha@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

Sumário

Summary

INTRODUÇÃO. Olhando o futuro no sexagésimo aniversário de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*
INTRODUCTION. Looking to the future on the sixtieth anniversary of *Strukturwandel der Öffentlichkeit*
mediapolis 14

João Pissarra Esteves e Susana Borges | 5

Depois da pós-esfera pública
After the post-public sphere
Philip Schlesinger | 15

Lendo Habermas com Habermas: Um estudo do prefácio de 1990 da obra *Mudança estrutural da esfera pública*
Reading Habermas with Habermas: a study of the 1990 preface to *The structural transformation of the public sphere*
Ângela Cristina Salgueiro Marques e Luís Mauro Sá Martino | 39

Aniversários em rede: esfera pública e políticas feministas da comunicação
Networked anniversaries: public sphere and feminist communication policies
Maria João Silveirinha | 65

A ambivalência do espaço público face à fragmentação social e política: para uma compreensão

fenomenológica da ideia de “nós” em comunicação
The ambivalence of public space in face of social and political fragmentation: towards a phenomenological understanding of the “we” idea in communication
João Carlos Correia | 81

A esfera pública também sente? Sobre emoções e discurso cívico na era digital
Does the public sphere also feel? On emotions and civic discourse in the digital age
Gil Baptista Ferreira | 97

Publicness beyond the public sphere
Publicidade para além da esfera pública
Samuel Mateus | 113

Comunicação acessível: democratizar o acesso à informação - o caso do programa Edifícios + Sustentáveis
Accessible communication: democratizing access to information - the case of the programa *Edifícios + Sustentáveis*
Sofia Ribeiro | 137

Recensões | 149

Prior, H. (2021). *Mediacracia*. Comunicação e política na era da

mediatização. Porto: Media XXI, 148 pp.

Bruno Araújo | 151

Camponez, C., Ferreira, G. B., & Rodríguez-Díaz, R. (Eds.) (2018), *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois*. Covilhã: Editora LabCom, 238 pp.

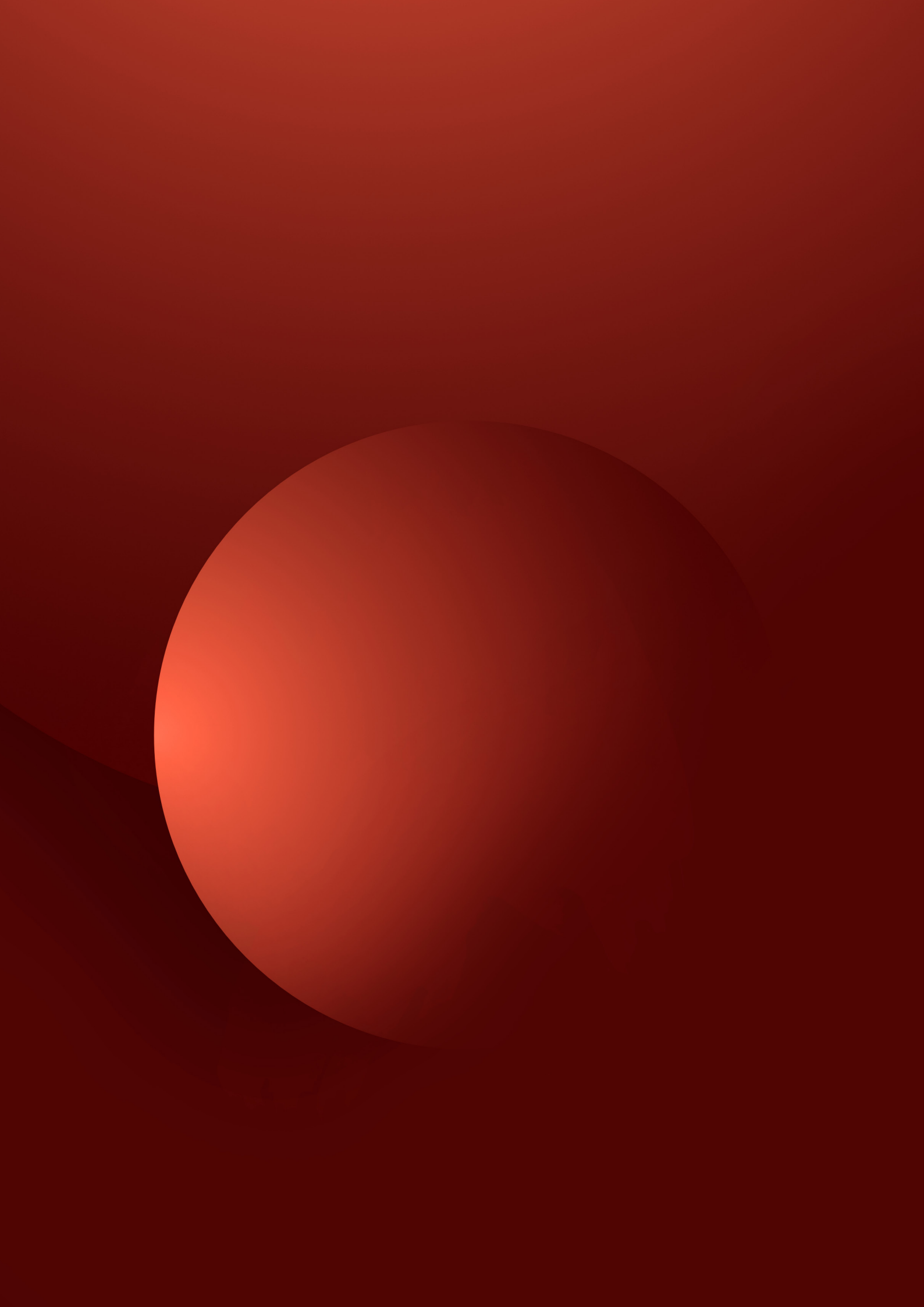
Ester Amaral de Paula Minga | 155

Birnbauer, B. (2019). *The rise of nonprofit investigative journalism in the United States*. New York, NY: Routledge, 236 pp.

Hamilton, J. T. (2016). *Democracy's detectives. The economics of investigative journalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 384 pp.

Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism*. New York, NY: Columbia University Press, 368 pp.

Pedro Coelho | 159



Olhando o futuro no sexagésimo aniversário de Strukturwandel der Öffentlichkeit

INTRODUCTION

Looking to the future on the sixtieth anniversary of Strukturwandel der Öffentlichkeit

É discutível que *Strukturwandel der Öffentlichkeit* seja a obra maior de Jürgen Habermas. Mas parece inquestionável ser este seu trabalho aquele que alcançou uma maior projeção pública (e também no meio académico e da ciência). A imagem correspondente é a de Habermas como o grande teórico do espaço público – por muito que ao próprio autor este rótulo se mostre menos adequado e, talvez até, pouco verdadeiro.

Quando pensamos em espaço público, é verdade que esta imagem cria alguma opacidade sobre muito trabalho importante (e autores fundamentais) de que Habermas é, antes de mais, um grande devedor. Sem que a sua obra sobre o tema tenha elidido este facto: Kant, entre todos, tem aí uma presença cimeira, mas também Rousseau, Hegel e Marx, para além de um ilustre friso de liberais (Mill, Bentham, Tocqueville). Por outro lado, quando pensamos no conjunto da obra de Habermas, são também muitos (e importantes) os elementos de novidade que essa imagem como que apaga: as suas teorias da linguagem e da comunicação, confluentes numa teoria geral da ação (comunicacional),

a teoria da democracia e o princípio da deliberação, uma nova teoria crítica da sociedade (a partir da ética do discurso e da moral da comunicação) – para referir apenas alguns grandes marcos do seu percurso, que o projetaram a um lugar cimeiro do pensamento social do século XX (e já deste novo milénio).

Mas a realidade é o que é. “Habermas – o grande teórico do espaço público”, foi esta a realidade que se impôs ao longo do tempo e que, por certo, o continuará a perseguir. Na sua última passagem por Portugal, em 2013, discutiu a democracia na Europa – uma linha de fuga ao tema do espaço público. A visita marcava a edição em língua portuguesa (de Portugal) de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*; mas apesar da satisfação pelo acontecimento editorial, o autor confessava o sacrifício que representaria revisitar o tema numa comunicação formal. Mesmo assim, foi recordado o 50.º aniversário (à data) dessa sua “primeira obra” e reafirmada a atualidade do seu quadro teórico para lançar um olhar sobre o futuro. Habermas reconheceu os desafios que a nova realidade da comunicação coloca à sua teoria do

João Pissarra Esteves

Universidade Nova de Lisboa, ICNova

jj.esteves@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3272-4105>

Susana Borges

Instituto Politécnico de Coimbra, ESEC, CEIS20

suborges@esec.pt

<https://orcid.org/0000-0002-4242-208X>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_0

espaço público, mas também não deixou de reafirmar a sua convicção na capacidade de resposta desta teoria aos grandes problemas que hoje enfrentamos.

Entre diversas razões que terão contribuído para impor esta imagem intelectual de Jürgen Habermas está, certamente, a receção dispensada à obra no âmbito dos estudos de comunicação. Conceitos axiais desse trabalho – espaço público, opinião pública, públicos e, sobretudo, comunicação pública – tornaram-se ferramentas indispensáveis para gerações sucessivas de estudantes de comunicação (os organizadores deste número da revista *Mediapolis* incluídos). Seis décadas cumpridas após *Strukturwandel der Öffentlichkeit* ter sido dado à estampa, a sua atualidade deve-se, sobretudo, à originalidade do conceito de espaço público aí construído: entre ideia e ideologia, ou, de acordo com a terminologia de maior espessura epistemológica que o autor viria depois a consagrar, o espaço público entre normatividade e facticidade.

A ideia de um espaço público burguês não redutível a uma dimensão

estritamente ideológica ofereceu uma linha de fuga ao pensamento social crítico, possibilitando descobrir no interior da própria sociedade uma saída para os seus impasses, bloqueios, injustiças. Consubstancia essa ideia, primordialmente, o que se poderá entender como uma dimensão comunicacional (e ideal) do espaço público, enquanto esfera por excelência de comunicação pública, constituída em torno de um conjunto de práticas comunicacionais – a publicidade, a crítica e o debate – e, também, de um conjunto de critérios formais estruturantes (princípios ordenadores dessas práticas): a abertura da participação (que estabelece qualquer membro da sociedade dotado de capacidade racional – cidadão – como potencial interlocutor e participante de uma comunicação pública), a abertura temática (que estende este princípio de liberdade aos assuntos em discussão, reconhecido que seja o seu interesse público) e a paridade argumentativa (que estabelece a ideal suspensão das diferenças sociais estranhas à dinâmica da comunicação pública, ou seja, consagra um princípio geral de igualdade com relação à generalidade dos participantes do espaço público).

Os estudos comunicacionais fizeram de *Strukturwandel der Öffentlichkeit* uma referência maior deste domínio de conhecimentos, ao criarem condições para a concretização do próprio projeto epistemológico subjacente à obra. Por um lado, a obra permitiu alavancar um robusto corpo de projetos de pesquisa com propósitos assumidamente críticos, relacionados com as diferentes formas de comunicação pública, sempre mais tecnicamente sofisticadas e ideologicamente marcadas – das *public relations* ao *advertising* e à própria informação (por exemplo, mais recentemente, enquanto *infotainment* ou *fake news*). Por outro lado, inspirou também uma perspectiva que nunca perdeu de vista o potencial emancipatório da comunicação pública, ou seja, foi capaz de preservar esta esfera da razão mesmo no interior de sociedades fortemente colonizadas – uma razão comunicacional (crítica) como possibilidade de resistência à razão instrumental (que a nível da própria comunicação pública se manifesta como deriva ideológica).

A celebração de 60 anos de uma obra académica não pode ser um mero ritual de calendário, estando reservada a casos muito excepcionais.

É necessária toda uma mobilização intelectual que, no caso que aqui nos ocupa, teve o contributo de muitos outros autores, provenientes de áreas de estudo diversas, para os quais *Strukturwandel der Öffentlichkeit* se tornou uma referência dos seus trajetos (e formação do pensamento). O resultado foi como que o prolongamento da vida da obra na sequência quer dos debates à sua volta, quer dos desenvolvimentos alcançados, também em diferentes áreas de estudo, sobre questões teóricas, metodológicas e epistemológicas nucleares do trabalho inicial.

A atualidade de *Strukturwandel der Öffentlichkeit* – e o motivo da presente efeméride – deve-se muito a este tipo de movimentação em torno do livro, mas a participação do autor não pode ser esquecida. As referências ao espaço público na obra de Jürgen Habermas são inúmeras e recorrentes, mas mais importantes são as atualizações da sua própria teoria do espaço público, basicamente condensadas em três textos fundamentais: o novo Prefácio escrito para a reedição de 1990 da obra; algumas breves notas em forma de diálogo com

participantes de uma conferência na Universidade da Carolina do Norte, em 1989, comemorativa da tradução em língua inglesa do livro – “Concluding Remarks”, integrando o *reader* dessa conferência, organizado por Craig Calhoun, *Habermas and the public sphere* (1992); e, finalmente, o longo capítulo sobre Sociedade Civil e Opinião Pública, incluído em *Faktizität und Geltung* (1992). Não existe uma versão atualizada da obra, mas as revisitações proporcionadas pelos três textos referidos fornecem a atualização substancial da sua teoria do espaço público. Essa atualização resultou das discussões em torno da obra e tomou a forma de reações do autor às críticas recebidas, às lacunas identificadas na pesquisa original, a sugestões para desenvolvimento e aprofundamento de ideias, etc.

Não é aqui possível fazer o mapeamento exaustivo de todas essas linhas de discussão abertas por *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Tão pouco esse é o objetivo do presente número da revista *Mediapolis*, no qual se explora, contudo, um importante filão de debates em torno do que podemos considerar as provas

de atualidade da teoria do espaço público, com referência às atuais sociedades modernas desenvolvidas (democracias de massa de capitalismo organizado). Grande parte dos textos aqui apresentados inscrevem-se numa discussão sobre as mudanças sociais, políticas, culturais, comunicacionais, etc. ocorridas nas nossas sociedades, entre as últimas décadas do século passado e este primeiro quartel do novo milénio quase já cumprido; a confrontação dessas mudanças com a teoria apresentada no livro, a título de uma espécie de teste de validade à proposta em questão.

Em seguida passaremos em revista, brevemente, as grandes linhas desta frente de discussão em torno (ou a partir) de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, num exercício que poderá servir como uma espécie de roteiro de acompanhamento dos próximos capítulos de vida da obra.

Começando pela hipotética idealização habermasiana do conceito de espaço público – matéria que transcende amplamente qualquer análise mais circunscrita à contemporaneidade. O apontamento da ideologização do espaço público

serve, habitualmente, como alerta para a possível insuficiente atenção dispensada pelo autor às distorções, desequilíbrios, exclusões (em termos de razão e de comunicação) presentes nesta estrutura em concreto do público. Os exemplos referem-se à situação da imprensa (e mais amplamente dos *media*), à participação em discussões públicas e às matérias reconhecidas como de interesse público, para referir os mais discutidos; estes exemplos são recolhidos de análises da contemporaneidade, mas podem reportar a situações do passado (a épocas mais presentes na recolha empírica tratada na obra). Perscrutando com maior atenção a contemporaneidade, destaca-se a crítica feminista, quer pela quantidade e qualidade das interlocutoras presentes (sobretudo mulheres), quer pelo eco que conseguiram junto de Habermas.

Embora na obra de 1962 não se possa dizer que as mulheres se encontram ausentes, a insuficiente atenção à estrutura patriarcal da família burguesa e à ausência de direitos políticos e cívicos reconhecidos às mulheres (e por elas realmente assumidos), nas sociedades modernas

(e por aí adiante) na Europa e no continente americano, não permitiu ao autor apreender o caráter realmente patriarcal da estilização burguesa de espaço público. Pelo contrário, foi este modelo (patriarcal) que Habermas acabou por adotar na sua conceção de um espaço público universal; o que significa que a situação de desigualdade que lhe é própria, no que respeita à presença das mulheres no espaço público (à semelhança do que se verifica na generalidade das estruturas sociais), além de não ser tida em consideração, é na verdade diluída (e iludida) no seu modelo teórico. O problema é realmente sério e está longe de se poder circunscrever a uma discussão sobre qualquer genérica igualdade (de acesso, voz, poder de deliberação, etc.) a conquistar dentro do modelo existente, antes põe em questão as regras do próprio jogo: é a própria estrutura do modelo de espaço público que posiciona – *a priori* e para todo o sempre – desfavoravelmente as mulheres (em situação de inferioridade).

A marca patriarcal desta estrutura radica na distinção público/privado, dada a sua orientação em termos de

género: o modo como esta diferença está concebida separa atividades, formas de comportamento, experiências, sentimentos, linguagens, etc., posicionando, de um lado, o feminino (no privado, ou seja, em posição de inferioridade) e, do outro, o masculino (como sinónimo de público). Por maiores que sejam as lutas pela igualdade (ou até as conquistas alcançadas), com estas regras de jogo, a diferença estabelecida à partida nunca poderá ser alterada; o máximo a que as mulheres podem aspirar é a tornarem-se mais parecidas com os homens, mas à custa da sua própria desfeminização. Em suma, antes de qualquer luta em concreto (das mulheres) por igualdade, há uma distorção estrutural a resolver, que constitui a identidade feminina como diferença, num universo estabelecido em si mesmo como masculino – o universo do espaço público, da política, da cidadania, do homem como sinónimo de humanidade.

A resposta de Habermas a esta crítica é a ilustração da vivacidade que o debate em torno do espaço público mantém. Do seu ponto de vista, a pertinência da crítica não

justifica o tremendismo de se pôr em causa a continuidade do próprio espaço público; Habermas não encontra justificação para as nossas sociedades descartarem, pura e simplesmente, um elemento estrutural de modernidade desta importância, considerando que no jogo do espaço público – nos seus jogos de linguagem – a possibilidade de alteração das regras do jogo não está afastada. São as próprias lutas feministas, ao assumirem o espaço público como um dos seus palcos de eleição, que fornecem ao autor amparo para esta posição: lutas estabelecidas no interior do espaço público, que recorrem às armas da linguagem e do discurso, tendo em vista alcançar realmente uma alteração das estruturas (patriarcais) das nossas sociedades – espaço público incluído.

A realidade do público foi constituída historicamente com características masculinas – as quais permanecem ainda hoje, em larga medida. Mas também devido à sua constituição (comunicacional e racional), tais características não podem ser consideradas imutáveis. As lutas das mulheres são disso mesmo prova,

mas não caso único: outras lutas sociais, ao longo dos últimos séculos, têm igualmente conjugado o problema das exclusões (distorções e desvios) no espaço público.

Exemplo de tais lutas são aquelas que acabaram por contribuir para a abertura de uma outra frente de crítica à obra de Habermas: sobre a questão do chamado espaço público plebeu – referido pelo autor na sua investigação, mas substancialmente desconsiderado. O espaço público plebeu não era mais do que uma ideia não concretizada e, além disso, concebida como, essencialmente, uma mera réplica do espaço público burguês.

Também esta crítica viria a ser reconhecida por Habermas, resultando na revisão da sua tese original quanto a um espaço público unitário e homogêneo. Além da questão das classes sociais, a dinâmica de um processo de desenvolvimento marcado pela crescente complexidade social e pluralismo cultural põe ainda mais em evidência o caráter plural do presente espaço público; o espaço público plebeu do passado, por muito irregular (ou até inconsequente) que tenha sido a sua concretização, não

deixa de ser a primeira ilustração notável da heterogeneidade que, de certo modo, sempre caracterizou o espaço público das sociedades modernas. Não existe – nunca realmente existiu – *um único* (apenas) espaço público moderno, mas uma *diversidade* de espaços públicos, entre si sobrepostos e, também, numa relação de certa tensão e conflitualidade.

A prova de resistência ao tempo da obra de 1962 assume um certo sentido de pluralismo, como veremos de seguida, explorando brevemente uma outra importante linha de discussão. O foco desta frente de debate está apontado à segunda parte da obra, que trata a “mudança estrutural” mais recente (à época) do espaço público – a viragem que ocorre entre finais do século XIX e início do século XX (em certos aspetos que se estende ao pós-Segunda Grande Guerra). Nessa crítica está em causa uma perspectiva mais sombria do autor sobre o espaço público (resultante da referida mudança e, mais genericamente, da própria dinâmica de desenvolvimento das sociedades modernas).

Se tivermos presente que a teoria crítica da sociedade representa a raiz

mais remota (mas principal) das ideias mais importantes que percorrem *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, as críticas aqui exploradas anteriormente constatarão um certo afastamento de Habermas em relação a Frankfurt; já esta nova frente de discussão questiona exatamente o contrário: a excessiva proximidade a Frankfurt, pelo posicionamento crítico mais radicalizado assumido pelo autor. Isto é mais evidente na discussão das transformações do espaço público numa etapa mais avançada de desenvolvimento das sociedades modernas, na sequência da elevação da conflitualidade social, da perda da homogeneidade da sociedade civil e, como resposta a estas dificuldades, a formação de um Estado Social e a reconfiguração política da democracia moderna como democracia de massa. De acordo com os críticos, o radicalismo de Habermas nestas matérias é evidente tanto na interpretação pessimista dos acontecimentos (a tese da refeudalização do espaço público), quanto na ausência de qualquer perspectiva capaz de conter este movimento – uma espécie de conformismo desencantado face à “dialética negativa” do progresso.

Existem, no entanto, fios impercetíveis que permitem ligar estas duas frentes de crítica: a relação que se estabelece entre, por um lado, a idealização burguesa do espaço público e, por outro, a perspectiva pessimista quanto à sua transformação estrutural. Demasiado focado numa certa estilização (burguesa) do espaço público, é como se Habermas tivesse ficado sem linha de fuga para pensar as possibilidades de transformação do espaço público moderno – com a crise desse mesmo grande formato histórico. É verdade que na obra de 1962, Habermas não dispõe ainda de uma perspectiva suficientemente clara quanto a esferas públicas alternativas, cuja manifestação, no âmbito das sociedades ocidentais mais desenvolvidas, só foi possível mais pelo final dessa década. O autor fica, assim, de certo modo, preso à constatação da decadência do espaço público burguês e acaba por se afundar numa visão essencialmente pessimista sobre o rumo das sociedades modernas.

Considerando a data de publicação, *Strukturwandel der Öffentlichkeit* aborda uma realidade do espaço

público que não pôde ir muito além da primeira metade do século passado. Seria a história dos anos seguintes (e só mais a partir de finais de 1960) a abrir novos horizontes, com as lutas estudantis (na Alemanha e, depois, em França), a contestação em torno dos direitos cívicos e contra a Guerra do Vietname (nos EUA), o movimento feminista e as lutas das mulheres, ou as manifestações emergentes de contracultura. Mais para diante ainda, próximo do final do século, a queda do Muro de Berlim e a derrocada do bloco soviético trouxeram novos motivos para repensar as sociedades ocidentais; no seu conjunto, todas estas movimentações colocaram no terreno outras formas de espaço(s) público(s) – diferentes e até alternativas ao modelo burguês que, entretanto, se havia institucionalizado (com a ascensão da classe social que constituiu a sua base de sustentação, no plano económico, cultural e, depois, político). O pessimismo que perpassa na investigação de Habermas encontra explicação em larga medida nessa dificuldade de perceção de qualquer espaço público alternativo (ou plural) nas sociedades ocidentais.

O desenvolvimento desta linha crítica, com o próprio Habermas como participante, trouxe um contributo próprio para o prolongamento da vida da obra. Os escritos posteriores do autor registam interesse pela nova dinâmica da sociedade civil e valorizam a participação dos novos movimentos sociais, trazendo assim uma outra luz – de maior otimismo – sobre a presente situação do espaço público, da própria ideia de democracia e sobre o futuro das nossas sociedades. A ideia de democracia deliberativa é o escopo político por excelência de todo este trabalho: uma democracia concebida teoricamente de forma radical (com base numa cidadania comunicacional e participativa), mas pensada ao mesmo tempo prospetivamente de uma forma otimista, enquanto possibilidade de futuro em aberto.

Neste entrosamento mais complexo entre espaço(s) público(s) e democracia, o pensamento de Jürgen Habermas adquire um carácter mais procedimental; por aqui passa a distinção que passará a orientar a compreensão do espaço público nos nossos dias (o seu funcionamento nas sociedades complexas e pluralistas): a

distinção entre públicos fracos – ligados de forma mais direta, espontânea e desorganizada à sociedade civil, onde circulam as energias vitais que alimentarão os processos de opinião e de constituição das identidades sociais – e públicos fortes (quase institucionais) – aos quais cabem, ainda, funções reforçadas de formação da vontade política e definição dos processos de decisão. Públicos fracos não significa menos importantes, pelo contrário: deles dependem, em última instância, os públicos fortes. A maior proximidade à sociedade civil (às suas dinâmicas, sensibilidades, expectativas, etc.) é a garantia da abertura do sistema político, ou seja, que os problemas percebidos a nível das múltiplas redes informais da vida quotidiana (e reconhecidos como de interesse público) terão chance de ascender aos níveis superiores da decisão política, após o seu encaminhamento através dos públicos fortes (de que os parlamentos são o principal exemplo).

É no encadeamento destes diferentes tipos de públicos e, depois, na sua articulação com os órgãos formais de decisão que se

define a cadeia de circulação de um poder comunicacional alternativo. Este termo toma aqui um duplo sentido: o poder comunicacional como um poder paralelo, por assim dizer, ao poder que emana estritamente do sistema político, mas também (e mais importante), o poder comunicacional enquanto fonte de legitimidade alternativa ao poder administrativo (da burocracia do Estado) e que, assim, a este deve sobrepor-se.

Deste modo se fecha aqui um breve traçado sobre os primeiros 60 anos de vida de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, concluindo com uma antevisão, ainda mais breve, das possibilidades de vida futura que se abrem a esta obra, conforme a situação atual das discussões em torno do espaço público permite antecipar.

No artigo que abre esta edição da *Mediapolis*, Philip Schlesinger aborda a atual situação transicional do espaço público, assinalando a rápida mudança da comunicação dos *media* de massa para o sistema de *media* híbridos, em que a crescente influência das plataformas da Internet

suscita desafios complexos no que respeita à sua regulação.

O autor identifica como a ordem comunicativa tem vindo a ser classificada de modo antagonístico – entre “abertura” e “fechamento” –, como acontece no debate sobre a “liberdade” dos *media*, numa caracterização que se tem estendido aos regimes políticos em que esses atuam. Sinaliza a “impressionante continuidade” entre as tipologias de *media* na época da Guerra Fria e as tipologias rivais de “regulação da Internet”, associando o recuo do pós-nacionalismo à re-militarização da comunicação global, que tem vindo a provocar um fechamento no espaço comum.

A “viragem emocional” dos estudos do espaço público (também analisada detalhadamente por Gil Baptista Ferreira) complementa a natureza racionalista da conceção habermasiana, mas os estudos da comunicação populista alertam para os perigos de certos modos de manipulação emocional em sociedades pós-democráticas. A retórica de confronto contribui para exacerbar emoções e fomentar a xenofobia, num espaço comunicacional pautado pelo desrespeito, que

a designação “pós-espço público” caracteriza cabalmente, sinalizando, em simultâneo, o colapso do modelo existente e a incerteza quanto ao futuro. O desafio normativo prende-se com a assunção de que um espaço de comunicação aberto é essencial para a política democrática. Na fase atual do capitalismo, dominado por grandes empresas tecnológicas, a questão da regulação da Internet implica cooperação internacional. O autor conclui que as decisões que forem tomadas nesta matéria condicionarão a evolução do espaço público.

Esse dever é também assinalado por Ângela Marques e por Luís Martino que identificam profundas ambivalências no conceito de espaço público ao longo do tempo: na formulação original (1962), no prefácio à edição inglesa (1990) e atualmente. A evolução do pensamento habermasiano no que respeita à comunicação – inicialmente associada sobretudo aos *media*, na linha da conceção da indústria cultural de Frankfurt e, depois, à luz do interacionismo simbólico de Mead –, enfatiza a sua dimensão relacional e posiciona-a como categoria central na ação comunicativa. As exigências

normativas colocadas ao espaço público implicam um real debate e não a mera exposição a outras opiniões; os *media* são, sobretudo, um espaço de autorrepresentação de quem tem notoriedade social.

Esta ideia tem consequências, desde logo na questão da visibilidade já que o domínio da cidadania é a esfera pública da vida social. Os professores brasileiros sublinham que a designação *Strukturwandel der Öffentlichkeit* remete para a “publicidade” e para “publicitar”, no sentido de tornar público (Samuel Mateus defende que a publicidade é o princípio que melhor caracteriza a ação pública e a diversidade da ação comunicativa). Por outro lado, quer o acesso aos *media* é desigual, quer a representação mediática da diferença é problemática. A empatia (“colocar-se no lugar do outro”) – conceito nuclear na reflexão de João Carlos Correia – é fundamental para a compreensão recíproca necessária a uma comunicação orientada para o entendimento. A crítica feminista, lembram os autores, defende a necessidade de aprofundar o conceito de empatia de modo a incorporar a exigência ética

da transformação das desigualdades e das assimetrias de poder no espaço público (elementos-chave na análise de Maria João Silveirinha). Ângela Marques e Luís Martino concluem que o espaço público mantém a sua importante função de tematização das desigualdades e violências que proliferam no ódio e no repúdio pelas diferenças que obstaculizam o desenvolvimento da ética comunicacional.

A exclusão das mulheres da esfera pública “burguesa” – que levaria Jürgen Habermas a reconhecer a “cegueira ao género” – é revisitada por Maria João Silveirinha, que reflete sobre as limitações aos progressos das mulheres na participação pública à luz das mutações do espaço público, sublinhando como a participação plena e igualitária na vida pública é uma condição fundamental do conceito habermasiano. O sexismo, a misoginia e a cultura de violação são tópicos de investigação dos estudos feministas da comunicação que têm refletido sobre o espaço público na sua relação com o ativismo nos *media* digitais. A professora da Universidade de Coimbra defende ser crucial ter em conta as novas formas de exclusão

quer em termos de publicidade, quer de reconhecimento das identidades (e as suas formas de afirmação), que as mulheres experienciam no quotidiano nos espaços digitais, e não apenas naqueles considerados como espaços públicos. Salienta ainda como o novo ambiente mediático tem criado oportunidades sem precedentes para a circulação de um discurso antifeminista misógino que, embora sempre tenha existido, se tornou parte da vida *online*. A autora sustenta ser necessário reavaliar políticas dos *media* e da comunicação para que as relações entre género, *media* e políticas digitais possam ser pensadas de modo a remover obstáculos à concretização da igualdade de género.

João Carlos Correia destaca a natureza ambivalente da cultura e dos *media* na democratização da sociedade. No universo da tecnologia digital, concretamente como resultado da virtualização, identifica um empobrecimento e um despolitizar da experiência que se traduz em atitudes de descomprometimento moral e cívico que desembocam em incivilidade, dos quais as *personas* de líderes como Trump ou Bolsonaro

corporizam um autoritarismo complementar da desumanização do “Outro”. O professor da Universidade da Beira Interior considera que as exigências de empatia e de reconhecimento estão ausentes nos processos de mediação contemporâneos, em boa parte canalizados para a virtualização das relações humanas. O conceito de empatia (*Einfühlung*) torna-se o eixo em torno do qual desenvolve a sua reflexão sobre o universalismo situado, entendido como proposta que confere a esta expressão de emoção estatuto de fundamento de uma comunicação assente na razão expressiva – e não só na razão argumentativa, como no modelo habermasiano. A percepção do corpo do outro é o que permite o seu reconhecimento como alguém idêntico a mim, formando a base da intersubjetividade que permite uma interação social eticamente significativa porque assente em processos de constituição recíproca.

A dimensão emocional do espaço público é objeto da reflexão de Gil Baptista Ferreira que analisa o modo como o afeto e as emoções podem ser considerados na participação cívica, nomeadamente nos *media* sociais.

A natureza racional da interação discursiva do espaço público habermasiano obnubila a diversidade de formas comunicativas que existem no quotidiano, com relevância política, e que devem ser incluídas nas práticas deliberativas. Refletindo sobre a comunicação em espaços digitais – e detendo-se também no caso da informação jornalística –, o autor defende que a conversação política quotidiana tem um valor expressivo e pode contribuir para aumentar o envolvimento cívico. A participação na deliberação implica que os indivíduos não só se envolvam cognitivamente e normativamente, mas também que se comprometam emocionalmente. Contudo, o apelo emocional comporta também riscos, de que o populismo é um dos exemplos. O professor do Instituto Politécnico de Coimbra conclui que a integração das emoções no espaço público implica considerar essa dimensão como parte das ações racionais, tendo em vista fomentar uma maior inclusão na vida pública, mas sem esquecer a necessidade de contenção de derivas “pós-racionais”.

Samuel Mateus sustenta que a publicidade, enquanto princípio

sócio-antropológico, é mais adequada para retratar a atividade comunicativa e a ação pública do que o conceito de espaço público, que considera demasiado restritivo devido à natureza crítico-racional da deliberação. O autor vê a publicidade como uma realidade empírica pré-política e pré-institucional, que se concretiza por um processo comunicativo que ocorre em quase todas as interações sociais e que está profundamente ligado ao imaginário de todos os membros de uma sociedade. Já o espaço público é um *construto* com referência a práticas institucionais e a processos políticos específicos, pelo que os efeitos da sua degeneração sobre a ação pública requerem uma reavaliação, dado que essa ação inclui emoções, práticas comunicativas não-linguísticas e complexas formas de visibilidade. Para o professor da Universidade da Madeira, a publicidade como princípio geral da atividade pública responde à necessidade de compreensão universal, sendo abrangente e inclusiva da ação pública; centra-se na interação comunicativa, na disseminação dos discursos sociais e remete para a ação comunicativa dispersa e

descentralizada que ocorre no quotidiano. A publicidade é um princípio geral de comunicação inerente à interação simbólica, operando como mediadora no processo de integração social. Permite viver no mundo e construir mundo através da produção e reprodução de imaginários sociais.

Sofia Ribeiro debruça-se sobre a comunicação acessível, no sentido de “aquilo que é fácil de entender”, como instrumento para democratizar o acesso à informação. No quadro dos estudos da Comunicação Estratégica, pensa a comunicação entre a organização e os seus públicos na perspetiva da ação comunicativa orientada para o entendimento; e a comunicação acessível como algo que vai além da conceção habitual de dotar as mensagens com características que possibilitam o seu entendimento por cidadãos com deficiências físicas ou cognitivas. Deve antes ser entendida como “liberdade de uso” (não mera disponibilidade de uso), para que possam ser consideradas características sociais, culturais ou económicas limitadoras da possibilidade de manuseamento eficaz da informação disponibilizada.

A autora procede a um estudo de caso da comunicação digital do programa *Edifícios + Sustentáveis*, concluindo que essa não cumpre os requisitos de acessibilidade, barreira tão mais importante a potenciais interessados por não existirem locais físicos onde obter informação.

Depois da pós-esfera pública¹

After the post-public sphere

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_1

Resumo:

A ideia de esfera pública tem sido central, desde há muito tempo, para a discussão da comunicação política. A sua presente condição é o tema deste ensaio. O debate sobre a esfera pública tem sido marcado pelo policiamento de fronteiras de sistemas políticos e ideologias concorrentes. A atual discussão reflete a transição acelerada da era dos *mass media* para a era do entrenchment ramificado da Internet. Tem sido também influenciada pela análise em voga do populismo. A presente fase de transição, cujo resultado permanece indefinido, tem na ideia de uma “pós-esfera pública” instável a sua melhor descrição. Esta instabilidade não é fora de comum, pois, ao longo do tempo, as concepções sobre os fundamentos e o escopo da esfera pública registaram constantes alterações. Lateralmente, as respostas dos Estados ao desenvolvimento

da Internet deram origem a uma nova alteração de foco, a “viragem regulatória”. É provável que isto venha a influenciar a forma futura da esfera pública.

Palavras-Chave: Geopolítica global, Internet, *mass media*, populismo, pós-esfera pública, regulação.

Abstract:

The idea of a public sphere has long been central to discussion of political communication. Its present condition is the topic of this essay. Debate about the public sphere has been shaped by the boundary-policing of competing political systems and ideologies. Current discussion reflects the accelerating transition from the mass media era to the ramifying entrenchment of the Internet age. It has also been influenced by the vogue for

analysing populism. The present transitional phase, whose outcome remains unclear, is best described as an unstable “post-public sphere”. This instability is not unusual as, over time, conceptions of the public sphere’s underpinnings and scope have continually shifted. Latterly, states’ responses to the development of the Internet have given rise to a new shift of focus, a “regulatory turn”. This is likely to influence the future shape of the public sphere.

Keywords: Global geopolitics, Internet, mass media, populism, post-public sphere, regulation.

1 Este artigo é uma versão de *After the Post-Public Sphere*, trabalho originalmente publicado em *Media, Culture & Society*, 2020, 42(7-8), 1545-1563. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0163443720948003>. A tradução e a revisão científica foram realizadas por João Pissarra Esteves (jj.esteves@fcsh.unl.pt), Universidade Nova de Lisboa/ICNova.

2 Philip Schlesinger é autor convidado desta edição de *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, CEIS20/Universidade de Coimbra. Professor da Universidade de Glasgow, onde presentemente realiza investigação sobre regulação das plataformas de Internet. Está também, neste momento, a redigir um estudo sobre aconselhamento em políticas públicas na área de cultura. É membro da Royal Society of Edinburgh, da Academy of Social Sciences e da Royal Society of Arts e Membro Honorário da Asociación Española de Investigación de la Comunicación.

Introdução

Há mais de 60 anos, profundamente influenciada pelo pensamento político grego, Hannah Arendt (1998 [1958]) recordava-nos que a entrada no “domínio público” (p. 56) significava entrar num tempo coletivamente experienciado e num mundo que partilhamos em comum com outros. Isto era de grande importância, do seu ponto de vista, dado que oferecia “a garantia contra a futilidade da vida individual”. A clássica *polis* ou *res publica*, segundo Arendt, era “o espaço [...] reservado à relativa permanência [...] dos mortais”. Este ponto de vista sublinha a importância fundamental da atividade política para aquilo que Arendt designava por “a condição humana”. A política é um indicador daquilo que somos, do que podemos ser e de como podemos realizar mudanças.

A esfera pública é uma metáfora espacial; uma construção, o resultado de um artifício coletivo. É utilizada com alguma regularidade no discurso em geral; tem uma existência material sob a forma de atores políticos e vida institucional; proporciona também uma posição normativa em tempos

difíceis. Numa ordem democrática, pode argumentar-se que a esfera pública é ainda o principal *locus* da comunicação política e das estratégias e táticas que caracterizam este tipo de atividade.

Quando vestimos o fato da cidadania, assumimos uma identidade publicamente definida, que nos coloca perante direitos e obrigações que não são da nossa escolha. Em certos regimes, podemos estar em posição de questionar e tentar alterar a ordem política; em outros, isso pura e simplesmente não é possível. Estas condições muito amplas de abertura e fechamento determinam o escopo daquilo em que consiste ser cidadão de um dado Estado. Isto é importante em particular quando, como agora, existe uma renovada controvérsia global sobre a organização da ordem comunicacional.

Uma questão-chave, insistentemente presente no centro da política contemporânea, é aquilo que tem valor como conhecimento pertinente para a ação, e como esse conhecimento pode ser utilizado no voto, em manifestações, no *lobbying*, na criação de associações, ou de outras formas

*Quando vestimos o
fato da cidadania,
assumimos
uma identidade
publicamente
definida, que
nos coloca
perante direitos
e obrigações
que não são da
nossa escolha*

de tentar influenciar o processo político. A mediação do discurso político num tempo de crescente divisão ideológica tornou-se especialmente importante para uma ação política bem informada, quando a produção de “*fake news*” e “desinformação” conquistou o centro do palco (Ball, 2017; Corner, 2017; D’Aucona, 2017).

Martha Nussbaum (2018, p. 11), na sua análise da filosofia política das emoções, denuncia a negligência generalizada em cultivar a nossa capacidade de compreensão, e lamenta a falta de tempo que dispensamos para deliberar e mostrar respeito pelos outros. Esta falha, afirma ela, abre a porta ao “reino do medo” – a redução do argumento e o voo para a irracionalidade. A sua argumentação está diretamente ligada aos desafios que um modelo de comunicação política outrora dominante agora enfrenta: a sempre imperfeita esfera pública. A ecologia dos *media* pré-digitais deu lugar a uma pós-esfera pública de transição. Como pode esta ser concebida?

No que se segue, irei defender que o desenvolvimento da esfera pública é melhor compreendido num contexto

competitivo global. Uma perspectiva histórica põe em evidência continuidades chave no que diz respeito ao modo como as ordens de comunicação foram, e continuam a ser, classificadas de modo antagónico: um pequeno conjunto de conceitos contestados com circulação ideológica nas eras da imprensa, da rádio e da televisão, e que opera neste momento no atual sistema “híbrido” dos *media* dominado pela Internet. A seguir, discuto a presente vaga de interesse pela relação entre populismo e comunicação política, sintomática da atual fase pós-democrática das políticas capitalistas, que criaram uma pós-esfera pública de transição. Contudo, esta mudança não é surpreendente. O trabalho de Jürgen Habermas mostrou que a realidade institucional da esfera pública sempre esteve sujeita a revisão. Como eu próprio defendo, a presente pós-esfera pública é consistente com esta história. Por fim, traço o esboço da atual “viragem regulatória”. Provocada pelo desenvolvimento das plataformas de Internet, esta agenda ramificada diz respeito tanto ao nível nacional como transnacional da organização política. A ainda emergente agenda regulatória

abriu um espaço de discussão para reformas potenciais, em que a ação desenvolvida por qualquer Estado será influenciada tanto pelo seu próprio tipo de regime como pela contingência estruturante de forças globais.

Sistemas de *media* “abertos” versus “fechados”

A esfera pública é sempre estruturada em termos de relações de poder. No seu pormenor específico, ela é definida pela ordem política, por relações económicas, repertórios culturais e recursos das tecnologias dominantes. A tarefa analítica é compreender como tudo isto se liga entre si e como opera. A questão normativa coloca-se se pensarmos que, em princípio, um espaço de comunicação aberto é um bem coletivo fundamental, necessário para uma política democrática. Fazer esta afirmação é não apenas reconhecer que o ideal e o real não coincidem, mas também sustentar que a aspiração de realizar essa coincidência é crucial.

No contexto do conflito global do passado século e até aos dias de hoje, a extensão da “liberdade dos *media*”

(abreviação para um conjunto de formas de expressão, de representação e de questionamento) foi uma pedra de toque para a classificação de regimes políticos antagónicos. Por exemplo, a designação dos *media* como livres ou não livres foi constante na Guerra Fria (Siebert et al., 1956).

A “abertura” *versus* “fechamento” serve, desde há muito, como enquadramento dos debates sobre as relações entre os poderosos e a imprensa e radiodifusão nas democracias representativas capitalistas. A seguir à Segunda Guerra Mundial, este enquadramento tornou-se importante num plano internacional no contexto da guerra de propaganda permanente entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus respetivos blocos (Rantanen, 2017). Nele se incluía a disputa entre os modelos “libertário” e “soviético” de organização e de atuação dos *media*. Para além de supervisionar os limites dos sistemas de *media* que, com variantes nacionais, se desenvolveram no interior dos blocos do pós-guerra, a Guerra Fria também influenciou profundamente os seus sistemas culturais de base.

A comunicação internacional, por conseguinte, tem sido um palco central de lutas geopolíticas de longa duração e com mutações.

A crítica do domínio ocidental sobre as comunicações globais, articulada por argumentos a favor de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, adquiriu, durante um certo período, alguma visibilidade nos círculos académicos. A situação mudou com o início do regime neoliberal de regulação global, indiscutivelmente com o crescimento da influência dos *media* e das políticas de comunicação internacionais em detrimento da capacidade de decisão dos Estados (Chakravarty & Sarikakis, 2006, pp. 36-37). A “ordem global com base em regras”, outrora base de sustentação e que fundamentou o domínio ocidental, está neste momento a atravessar uma crise de autoconfiança, uma vez que tanto a sua legitimidade como a sua pretensão de garantir equidade global têm sido cada vez mais postas em causa (Chatham House, 2015).

No entanto, a classificação dos sistemas políticos a partir dos seus ordenamentos comunicacionais não desapareceu com o colapso do bloco

soviético, na viragem dos anos 90. Uma forma de abordagem tem sido a de aperfeiçoar a descrição dos sistemas “ocidentais” de Siebert et al. (Hallin & Mancini, 2004) e depois, com a globalização em mente, estender a comparação para além do “ocidente” (Hallin & Mancini, 2012). É de salientar o facto de a reconstrução de distinções axiais para identificar sistemas alternativos ter continuado, enquanto jogos de poder à escala global entre uma China em ascensão e uma Rússia assertiva desafiam a hegemonia em declínio dos Estados Unidos (van Dijk et al., 2018). Existe, também, uma impressionante continuidade entre as tipologias dos sistemas de *media* da Guerra Fria e as tipologias rivais de “regulação da Internet”. Isto mesmo foi definido oficialmente pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas Sobre Regulação da Internet como “o desenvolvimento e a aplicação pelos governos, pelo setor privado e pela sociedade civil, nos seus respetivos papéis, de princípios, normas, regras e procedimentos de decisão partilhados, e de programas que definam linhas de

evolução e utilização da Internet” (WGIG, 2005, p. 4). Contudo, esta anódina descrição consensual bateu de frente com as realidades da “Internet fragmentada” – o movimento de fechamento, de facto, que vai em sentido contrário à ideia anteriormente dominante de um “commons online global” (L. S., 2016).

Precisamos ligar o presente recuo do pós-nacionalismo ao modo como o espaço de comunicação global está a ser re-militarizado, tanto ofensivamente como defensivamente. Isto não é novo para os que se recordam do policiamento de fronteiras realizado por ambos os lados durante a Guerra Fria. A aceleração do policentrismo nas relações internacionais – nomeadamente o impacte da expansão económica e militar da China – está a redefinir a geopolítica global. A posição de hegemonia ideológica e militar dos Estados Unidos no “Ocidente” tem sido cada vez mais posta em questão. Logo a seguir a entrar em funções, a posição equívoca da administração Trump relativamente aos pilares do sistema de alianças ocidental, como a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico

Norte (NATO), suscitou questões sobre a continuidade da coerência das formações políticas vitoriosas da Guerra Fria. A crítica do Presidente russo Vladimir Putin à “ideia liberal” como “obsoleta”, em junho de 2019, tornou-se um ponto de encontro explícito e uma validação ideológica para os populistas a nível global (Barber et al., 2019). O último bordão dos estratégias ocidentais em estado de alarme para o seu campo em desordem foi “Desocidentalização”. Em fevereiro de 2020, por exemplo, a cimeira de segurança de Munique refletiu sobre o desafio à anterior visão do mundo liberal-democrática lançado por “um campo iliberal e nacionalista a partir de dentro do próprio mundo ocidental” (Bunde et al., 2020, p. 8), descrito como o dos proponentes de uma sociedade fechada ao contrário de uma sociedade aberta. Esta é uma mudança conceptual fecunda, dado que, durante a Guerra Fria, a oposição sociedades “abertas” *versus* sociedades “fechadas” foi invocada como distinção axial entre o Ocidente e o bloco soviético, um modo de pensamento reproduzido na cultura a todos os níveis e inscrito em formas

de expressão que vão da filosofia política às notícias quotidianas (Elliot & Schlesinger, 1979).

Na presente crise das democracias capitalistas, a comparação politizada de diferentes sistemas de comunicação está omnipresente. Situa-se no coração da agenda que se cristaliza em torno da preocupação com o modo de funcionamento da Internet. Com toda a pertinência, em dezembro de 2018, o *Financial Times* define “*techlash*” na sua série “O Ano Numa Palavra”. Este termo refere-se à “crescente animosidade pública em relação às grandes empresas tecnológicas de Silicon Valley e às suas homólogas chinesas”. Como Farooq (2018) resume, “*techlash* é o resultado previsível de uma indústria que não pode governar-se a si mesma”. No início desse mesmo ano, o *The Economist* publicou um email confidencial fictício de uma suposta descendente de Adam Smith, “Eve Smith” (2018). Nele se resumia a nova abordagem dos principais atores do espaço de comunicação global. Supostamente era dirigido aos CEO da Amazon, Facebook e Google, e diligentemente “com cópia” para os chefes da Apple,

Netflix e Microsoft. As FAANG+uma [Facebook, Amazon, Apple, Netflix e Google, mais Microsoft] foram assim postas *en garde*.

Esta perspectiva revisionista refletiu a mudança de humor no que diz respeito à regulação das plataformas globais de Internet, com os governos agora a subscreverem (de vários modos) uma agenda de regulação um tanto extensa. A investigação académica tem-se focado crescentemente nesta questão (Moore & Tambini, 2018). Em 2018, o memorando de “Eve Smith” já continha um reatar do pensamento *antitrust* no que diz respeito ao poder de mercado dos monopólios nos Estados Unidos, desafios relativos a conteúdos não solicitados nas plataformas e esforços para solucionar a evasão das corporações a uma taxa justa na União Europeia. Também se verificou uma preocupação generalizada com as tentativas de atacar os processos eleitorais democráticos, assim como o desejo de garantir o bem-estar dos consumidores.

Atualmente, existe um debate considerável sobre como regular a Internet, devido ao seu impacto na cultura política e no funcionamento

da esfera pública (p. ex., Australian Competition and Consumer Commission, 2018; House of Commons, 2019; House of Lords, 2019). Uma das dimensões do “*techlash*” contra os gigantes empresariais das plataformas é a reorientação política, evidente na presente “viragem regulatória”. As FAANG, como é óbvio, estão no centro do palco. Mas estratégias de defesa cultural, económica e política também se têm desenvolvido na luta global pela hegemonia atrás referida.

Sobre este assunto, a interferência do Estado russo sobre as mensagens *online* na campanha presidencial norte-americana de 2016 foi o caso em destaque, com intenção de favorecer a eleição de Donald Trump para beneficiar os objetivos estratégicos globais da Rússia. A utilização abusiva de dados com propósitos de publicidade política encoberta e a sua relação com a desinformação direcionada tornou-se uma questão cada vez mais em destaque para o modo como a pós-esfera pública funciona, não apenas na sua dimensão de guerra de informação transfronteiriça. O escândalo Cambridge Analytica, que simbolizou esta questão, esteve relacionado com

uma empresa de análise de dados que trabalhou com a equipa eleitoral de Donald Trump. A AggregateIQ, em ligação com a Cambridge Analytica, microdirecionou anúncios de Facebook com o objetivo de influenciar a votação pró-Brexit na campanha do referendo sobre a União Europeia (Andrews, 2020; Lomas, 2019; *The Guardian*, 2020). O papel da Rússia tem sido matéria de muito debate e de extensa investigação (nomeadamente Mueller, 2019), e foi parte do complexo pano de fundo do *impeachment* ao presidente Trump por abuso de poder e obstrução do Congresso. A sua absolvição pelo Senado dos Estados Unidos ocorreu em fevereiro de 2020.

Embora reconhecendo que os próprios Estados Unidos se envolvem profundamente na guerra da informação, Pomerantzev (2019, p. 112) descreveu como a perseguição da “soberania da informação” pela Rússia é parte de uma estratégia global para “destruir o inimigo, um instrumento para perturbar, retardar, confundir, subverter”. Este ponto de vista foi amplamente defendido pelo Comité de Inteligência e Segurança do Parlamento do Reino Unido (2020), que criticou a inação do

governo e reclamou uma estratégia de defesa mais ambiciosa. Neste contexto, não surpreende o ressurgimento no pensamento contemporâneo sobre a Internet das categorias dos sistemas de *media* do tempo da Guerra Fria. Estas categorias podem ser facilmente identificadas na classificação um tanto informal dos regimes de Internet de O'Hara e Hall (2020), que consideram que a original conceção libertária de uma “Internet Aberta de Silicon Valley” sofre, neste momento, a contestação de outras perspetivas sobre a governação da net. A abordagem oligopolista dos gigantes da Internet, classificada por O'Hara e Hall (2020) como “Internet Comercial DC”, enfrenta agora a determinação regulatória de alguns Estados que querem discutir desinformação, invasões de privacidade e uma série de abusos *online*. É exemplo desta abordagem a “Internet Burguesa de Bruxelas”, nomeadamente através do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de 2016, e da Diretiva do Mercado Único Digital sobre direitos de autor, de 2019. A utilização da censura na China e o sistema de “créditos sociais” em desenvolvimento para avaliar o grau

de conformidade dos seus cidadãos aos valores do partido-Estado chinês é um outro modelo (Mau, 2019, p. 1; Pomerantzev, 2019, pp. 240-242). O'Hara e Hall, de forma demasiado benigna, dão a este modelo o nome de “Internet Paternal de Pequim”. Juntamente com o “Spoiler Moscovo” russo orientado para a guerra cibernética e nacionalista, as categorias dos sistemas de *media* originalmente difundidas no apogeu da Guerra Fria – libertário, autoritário, de responsabilidade social, comunista soviético – estão agora a ser repetidas com argumentos contemporâneos que se estendem à Internet.

Para além da atual preocupação com os conteúdos de comunicação política denunciados como “*fake news*” ou “desinformação”, o debate também abordou o controlo das infraestruturas dos meios de comunicação. Um caso em discussão foi a decisão do governo britânico, em janeiro de 2020, de utilizar a tecnologia chinesa da Huawei para fazer o upgrade 5G da banda larga de telecomunicações. Isto gerou uma oposição tão violenta dentro do governo do partido Conservador e de círculos de segurança importantes

que a decisão foi revertida em julho de 2020, para desagrado do governo chinês. A hostilidade do governo norte-americano à utilização da tecnologia da Huawei fez-se ouvir por razões de segurança, embora, obviamente, as questões do comércio internacional e da competição tecnológica à escala global também estivessem envolvidas, no quadro da luta conduzida por Estados Unidos e China pelo domínio económico e político. Estas manobras estendem-se diretamente à questão da forma como as plataformas devem ser concebidas e controladas, com a China (tal como a Rússia) a perseguir a “soberania nacional de informação” enquanto putativo modelo global (Murgia & Gross, 2020).

O caso Huawei ilustrou a importância crucial das condições tecnológicas prévias para a constituição de qualquer ordem de comunicação na era digital – uma questão cuja proeminência só pode vir a ser cada vez maior. O debate é tão aceso porque a questão de quem tem a responsabilidade pela produção da tecnologia em causa é um assunto cada vez mais sensível e parte, inevitavelmente, das guerras globais de posicionamento

entre sistemas políticos. Estas questões infraestruturais são distintas de – mas também claramente pre-condições para – um dado espaço de comunicação nacional que serve para promover e dar sustentação a uma esfera pública.

Foi o papel dos *media* pré-Internet na constituição do discurso público, centrado na imprensa e radiodifusão à escala nacional, que moldou o anterior estágio do debate sobre a esfera pública mediada. Os termos mudaram com o advento da era digital. A análise dos *media* estendeu-se necessariamente à digitalização dos conteúdos culturais e ao funcionamento do que é habitualmente designado por “economia de plataformas” globais (Kenney & Zysman, 2016) ou “sociedade de plataformas” (van Dijck et al., 2018). A necessidade de abordar a reestruturação do campo político-mediático e as modificadas relações de poder é evidente, tendo em conta as formas de controlo em desenvolvimento permanente sobre a produção e as infraestruturas de conteúdos, e o impacto transfronteiriço das guerras de informação da geopolítica global.

Os contornos do tipo de esfera pública mediada que agora passam à história foram apreendidos há mais de duas décadas num trabalho de síntese negligenciado, focado principalmente nos Estados Unidos. Leon Mayhew (1997, p. 247) assinalou a então centralidade dos *mass media* – especialmente da televisão – como “uma componente essencial” daquilo que designou por “Novo Público”, estabelecido nos anos 50. As limitações do jornalismo de imprensa e de radiodifusão e, em especial, a construção do discurso político e da política eleitoral por uma classe profissional de comunicadores estiveram no âmago daquilo que tornou o público “novo” (Mayhew, 1997, p. 4). Em suma, os *mass media* eram ainda preponderantes e os “*experts*” gerenciadore de comunicação política tinham assumido cada vez mais a primeira linha.

Uma década depois, o estudo do “poder da comunicação” de Manuel Castells (2009, pp. 4, 234) identificou a chave, o ponto de viragem subjacente. Centrado em como o poder “foi construído à volta de redes digitais de comunicação”, analisou “a interação entre os *media mainstream* e a

Internet” como a tipificação da “política dos *media* na era digital”. É a esta figuração recalibrada (mas na verdade ainda instável) que Chadwick (2017) deu o nome de “sistema híbrido dos *media*”. A análise de Castells apontava para a crise da democracia, o fosso entre comunicação e representação, e a deriva para “partidos de protesto”. Também referiu, de forma especial, o papel das emoções na construção do juízo político, descrevendo a facilidade de o eleitorado rejeitar factos e apoiar candidatos à liderança duvidosos.

Esta perspetiva é cada vez mais central para repensar a natureza da cognição política. A presente “viragem emocional” sustenta uma crítica da esfera pública enquanto impropriamente racionalista na construção das nossas expectativas no que diz respeito ao modo como os cidadãos pensam e agem politicamente. A domesticação das nossas “paixões” para dar suporte à ordem política é um esteio da teoria política, sendo o *Leviathan* de Thomas Hobbes (1965 [1651]) a sua primitiva formulação-chave moderna, e ainda hoje uma referência. Como refere John Corner (2016, p. 211), “a gestão estratégica da subjetividade”

tem sido desde há muito um ponto central da pesquisa dos *media*, sendo a “racionalidade jurídica” considerada um antídoto para os sentimentos. Com o seu trabalho posicionado nesta tensão, Karin Wahl-Jorgensen (2019) invocou o potencial positivo das arquiteturas e possibilidades dos sistemas de comunicação, bem assim como das próprias emoções, para a análise dos *media* e da política. Esta abordagem recalibrou o presente debate, complementando, em vez de deslocar, o ideal de alcançar uma racionalidade pública em política.

Populismo, comunicação política e democracia

Esta questão tem relação direta com uma corrente interpretativa importante, e em rápido crescimento, no debate atual, nomeadamente a das dimensões comunicacionais do “populismo”. No seu estudo clássico, Margaret Canovan (1981) argumentou que todos os populismos enfatizam um antagonismo básico entre uma elite (retratada como corrupta) e o povo (aclamado como virtuoso e heroico). Os populismos capitalizam

também a desconfiança generalizada em relação às instituições políticas – um fator amplamente citado na atual crise das democracias capitalistas. A recente panorâmica geral crítica de Muller (2016) é concordante neste mesmo sentido.

Muito do atual debate tem-se centrado na quebra de lealdades político-partidárias nas democracias capitalistas representativas e em como isso abriu caminho ao crescimento do apoio a partidos e movimentos populistas. Estas formações políticas são habitualmente representadas como coligações complexas interclassistas. Numa análise que tem por foco a Europa e os Estados Unidos, Eatwell e Goodwin (2018) referem a hostilidade comum dos populistas aos rápidos e elevados níveis de imigração, a importância social da perda de estima de grupo e a correspondente falta de voz, bem assim como as ameaças percebidas pelas identidades culturais “indígenas”, com evidentes implicações quanto ao modo como a pertença “à nação” é imaginada por aqueles que abraçam o populismo, que se rege por um imaginário político “nós” *versus* “eles”.

Eatwell e Goodwin (2018) retratam o populismo como uma “revolta contra a democracia liberal” que é necessário que seja escutada. Em resposta, argumentam os autores, os principais partidos políticos endureceram as suas políticas, especialmente em matéria de imigração, tornando-se muitas vezes “populistas *lite*”. Müller (2016, pp. 101-103) também considera que as insatisfações populistas chamam a atenção para as falhas das democracias representativas. Afirma, no entanto, que os populistas são antipluralistas e um perigo para os sistemas democráticos representativos.

Se o populismo de direita é a forma atualmente dominante, o debate continua sobre a propriedade ideológica das formas populistas de mobilização. Durante mais de 40 anos, registaram-se tentativas recorrentes para articular uma teoria do “populismo de esquerda”. Esta versão da polaridade populista contrapõe um povo virtuoso a uma oligarquia corrupta (Laclau, 1979; Mouffe, 2018). A estrutura profunda que leva o populismo de esquerda a distinguir radicalmente entre amigos e inimigos é partilhada com o populismo de direita.

Atualmente, o declínio da civilidade política (Wodal & Krzyzanowski, 2017), a adulação acrítica de líderes e a mobilização de movimentos extraparlamentares, tudo isto é atribuído ao populismo. Os estilos políticos populistas contemporâneos, de acordo com Moffit (2016, p. 4), são forjados numa relação entre líderes e seguidores “intensamente mediada”. A política mediática da “pós-verdade” do Presidente Trump tem sido um foco de atenção deste tipo de análise do “atual momento populista” (Boczkowski & Papacharissi, 2018, p. 3; Montgomery, 2017). Os processos de comunicação política podem ultrapassar as divisões convencionais que, historicamente, têm separado direita e esquerda. Populistas de todas as cores podem, assim, utilizar linguagem confrontacional, emocional e patriótica, embora os alvos específicos do seu opróbrio variem de acordo como a posição política assumida (Block & Negrine, 2017).

Waisbord (2018), tendo por base os casos equatoriano e venezuelano, defendeu, em sintonia com Müller (2016), que o populismo contemporâneo é intrinsecamente antitético da ideia de

um “*commons* comunicacional”, ou de acordo com a minha terminologia preferencial, de uma esfera pública. Os desenvolvimentos políticos agonísticos, do seu ponto de vista, conduzem à discriminação cultural, à celebração da virtude popular e a uma liderança inatacável. À semelhança de Castells e Maythew, Waisbord também aponta para o declínio do modelo da mediação de massa. Afirmo, assim, que a fragmentação de canais de comunicação, provocada pelas tecnologias digitais, está na base de uma ordem de comunicação na qual o discurso da “pós-verdade” floresce. Isto está relacionado com desenvolvimentos políticos de ordem mais geral.

Numa formulação marcante, Crouch (2004) utilizou o rótulo de “pós-democracia” para captar o esvaziamento da vida política nas democracias capitalistas estabelecidas. Em consonância com outros analistas do populismo, este autor apontou para o desenvolvimento a longo prazo do desinteresse pela política e para uma generalizada falta de segurança e confiança nos processos formais democráticos. A consequência, segundo Crouch, tem

sido a emergência de movimentos críticos da ordem estabelecida que permanecem “sem processamento por parte dos *managers* políticos da elite”. As instituições democráticas – parlamentos, tribunais, regulação dos *media* – sobrevivem nesta ordem política, mas a verdadeira decisão política “desapareceu nos pequenos círculos das elites económicas e políticas” (Crouch, 2019, p. 126). Segundo o autor, a atração pelo “populismo xenófobo”, enraizado em sentimentos contra estrangeiros e hostilidade às elites políticas e emigrantes, deve-se aos efeitos da globalização económica e ao declínio das identidades sociais tradicionais, nomeadamente as de classe e religião. Os anteriores alicerces de fidelidade aos partidos políticos desapareceram.

A democracia plebiscitária, o princípio de liderança, o desrespeito pelas instituições de intermediação (como o judiciário) e a intolerância ao debate são características da liderança autoritária. Isto foi multiplamente ilustrado por casos muito bem conhecidos, como o de Bolsonaro no Brasil, Orbán na Hungria, Modi na Índia, Duterte nas Filipinas, Duda

na Polónia, Erdogan na Turquia e Maduro na Venezuela. Para Crouch (2019), o populismo de direita não é um “antídoto para a pós-democracia, mas uma sua extensão extrema” (p. 135) e, assim, ameaça a recuperação de uma ordem democrática. As variantes de esquerda, como a defendida por Mouffe, podem cair na mesma categoria, apesar da pretensão de “aprofundarem” a democracia através de um novo projeto hegemónico.

A nossa atual preocupação com o estado dos regimes democráticos está longe de ser uma novidade, embora a fixação hoje na moda com o populismo seja diferente. Há duas décadas atrás, quando Norris (1993, pp. 3-7) de forma semelhante refletiu sobre o estado crítico da democracia representativa, ela destacou os seguintes momentos: as respostas aos choques petrolíferos da OPEP, incluindo a desobediência civil e as divisões ideológicas nos anos 70; os anos 80 Reagan-Thatcher, quando aparentemente havia confiança na capacidade de liderança da “governança democrática”; e os anos 90, com o “declínio a longo prazo da confiança nos governos e as angústias

com a crescente desconexão entre os cidadãos e o Estado”.

Na verdade, a expansão do discurso sobre o populismo reduz o valor analítico do termo: pode referir-se a partidos políticos no governo; aos eleitos para instituições representativas; e, também, a movimentos extraparlamentares de protesto que podem tornar-se parlamentares. “Populista” pode também, por vezes, descrever regimes, como no caso clássico do peronismo na Argentina. Como observou Fitzi (2019, p. 7), o debate do populismo acaba por nos levar de volta à crise da democracia e, de acordo com o foco da presente discussão, à crise da esfera pública. Estes continuam a ser os pontos de referência fundamentais.

A comunicação política em condições pós-democráticas funciona numa pós-esfera pública. Esta rotulagem assinala a perceção de uma mudança de sistema. No entanto, não indica uma direção de viagem clara. Refere-se, na verdade, a um movimento que se afasta de uma forma de compreensão anterior da política mediada. No entanto, isto está ligado com uma questão em aberto relativamente àquilo que se segue.

*Como observou
Fitzi (2019, p.
7), o debate do
populismo acaba
por nos levar de
volta à crise da
democracia e,
de acordo com o
foco da presente
discussão, à crise
da esfera pública*

Numa análise da comunicação política em tempos de crise, Davis (2019) refere como os *media* noticiosos tradicionais, os partidos políticos, a economia e a natureza do poder comunicacional mudaram na era digital. Tudo isto teve efeitos cumulativos sobre a esfera pública mediatizada onde, certamente, as novas economias da imprensa e da radiodifusão contribuíram para o que Blumler (2018) designa por “crise de cidadania”, que se relaciona com uma “crise da comunicação pública” mais vasta.

Em muitas democracias capitalistas, a transformação dos jornais, ainda em curso, do impresso para o digital (com os desafios económicos para a indústria que isso implica), bem como a intensificação da crise de legitimidade do serviço público de *media* a nível internacional, permanecem como características do regime “híbrido” dos *media* (Ofcom, 2109; Reuters Institute, 2019). Na era da Internet, estamos a assistir à substituição ainda incompleta de uma estrutura por outra. A pós-esfera pública é mutável. Isto foi evidente na Primavera de 2020, quando o governo

conservador do Reino Unido mudou de tom, depois de ter sido abertamente hostil à BBC. O governo britânico descobriu que a crise da COVID-19 estava a pôr em evidência a importância do serviço público de radiodifusão para a manutenção da solidariedade social. Aos olhos oficiais, a crise também pôs em destaque o valor público dos grandes títulos de imprensa enquanto possíveis contrapesos às teorias da conspiração sobre o vírus e ao turbilhão de rumores da desinformação. Resta saber se esta reavaliação contingente da ecologia dos *media* vai durar para além da presente preocupação com a gestão de informação sobre a COVID-19.

As dúvidas estão na ordem do dia dado que o rumo da viagem, como Davis (2019, pp. 185-187) observou, significa que “as esferas públicas relativamente extensas, partilhadas e estáveis” foram substituídas por um “Oeste selvagem” de “volatilidade, fragmentação e polarização”, com normas, valores e regras de compromisso que foram reescritas. Em suma, o autor afirma que temos observado o desmembramento das “esferas públicas nacionais mediadas”, de que

resultaram novas “relações políticas cidadãos-*media*”.

Face à permanente crise económica e às reações hostis generalizadas perante a imigração nos Estados democráticos capitalistas, a questão sobre como a esfera pública pode ser reconstruída assumiu o centro do palco. Fenton (2018, p. 33) sugeriu que uma perspectiva comunicacional da democracia liberal ou “*fake*”, que ela própria identificou com a esfera pública, é um obstáculo a uma compreensão mais profunda da realidade. O seu argumento é que um enfoque na esfera pública opacifica as desigualdades económicas e sociais fundamentais e falha a compreensão “das complexidades do poder na era digital”. Por este motivo, a esfera pública deve ser abandonada quer como ideal normativo, quer como um conceito analítico. De forma antagónica, Bennett e Pfetsch (2018, p. 250) sugerem que a “atual esfera pública em disrupção” (uma presença não teorizada e espectral no seu relato) se caracteriza pela “diminuição da atenção dos cidadãos, pelos sistemas híbridos de *media*, a ascensão de partidos e movimentos antidemocráticos,

e por fluxos de informação em rede, muitas vezes polarizados”. Se estes defeitos forem corrigidos, o resultado será a reconstituição de uma nova esfera pública e não a sua abolição.

Como sinal do modo como o campo académico está a procurar dar conta destas nossas realidades em transformação, assim como da “pós-esfera pública”, Davis (2019, pp. 205-216) refere outros dois chavões do nosso tempo – “pós-verdade” e “pós-democracia”. Em conjunto, esta tríade tropológica mostra mais um estado de incerteza do que uma descrição convincente de uma nova ordem político-comunicacional. A ideia de uma pós-esfera pública revela o colapso de um modelo existente, sinalizando incerteza quanto ao tempo necessário para um outro conjunto se desenvolver. Não podemos ter a certeza, sem margem para dúvida, de quando, ou mesmo se, isso irá acontecer. No contexto da atual instabilidade, contudo, vale a pena recordar que a mudança estrutural sempre impulsionou diferentes concepções da esfera pública que tiveram como resultado novas reconstruções sobre o seu funcionamento. No seu

desenvolvimento teórico mais marcante, estas reformulações periódicas da esfera pública mostram como, em cada momento, o seu escopo é definido pelas condições políticas, económicas e tecnológicas. Em suma, a pós-esfera pública é parte de uma história em desenvolvimento.

Da esfera pública à pós-esfera pública

O trabalho pioneiro de Jürgen Habermas (1989 [1962]) foi o grande ponto de partida para a discussão da esfera pública nos estudos dos *media* e na ciência política. O seu pensamento ilustra como, de tempos em tempos, a esfera pública pode ser reconcebida. O relato inicial de Habermas sobre a transformação estrutural da esfera pública descreveu a criação de espaços para o discurso público relativamente isentos de constrangimentos – locais de crítica, com base na sociedade civil, fora da alçada do Estado e do poder político oficial. A sua análise clássica discutiu exemplos da Grã-Bretanha (na verdade, da Inglaterra, pois ele ignorou a sociedade civil da Escócia)

e “variantes continentais” referentes principalmente a França, à Áustria e a pequenos territórios alemães, pré-Reich. Nos casos mais desenvolvidos, esses espaços eram sociedades civis “nacionais”, nomeadamente territórios com fronteiras controladas por Estados. As lutas pela inclusão nos públicos nacionais – nunca sem a resistência por parte dos que ocupam o poder – realizadas por etapas sucessivas alargaram o âmbito da política institucional, tornando assim possível que nações inteiras no caminho da democracia representativa pudessem por fim ser consideradas como constituindo públicos gerais. Saber quem tem, ou não tem, uma voz efetiva na esfera pública está, desde há muito, no centro dos debates sobre inclusão e exclusão. O foco, em geral, tem sido colocado na classe social, no género, na sexualidade, na raça, na etnicidade e na religião, e, mais recentemente, na interseccionalidade (Calhoun, 1994; Mokre & Siim, 2013). A política do reconhecimento preparou o terreno para uma disputa inevitável em torno de identidades, de valores e de memórias coletivas. Consequentemente, no presente momento

populista, o discurso político agonístico tem sido dominado por questões sobre quem pertence e não pertence à Nação, e sobre as bases em que isto pode ser decidido, e por quem. Este tem sido realmente o caminho para as atuais duras categorizações xenófobas de “pessoas de dentro” e “pessoas de fora”.

A “esfera pública burguesa” de conversação crítica descrita por Habermas – aquela dos tão invocados cafés e cultura literária – foi, na melhor das hipóteses, uma fugaz fase de passagem do Iluminismo. É muitas vezes esquecida a afirmação de Habermas (1989 [1962]) de que “nos cem anos que se seguiram ao apogeu do liberalismo, durante os quais o capitalismo aos poucos se foi ‘organizando’..., os contornos da esfera pública burguesa esboroaram-se” (p. 140). O jogo mudou, afirma, com o surgimento dos *mass media*, das relações públicas, da publicidade, da gestão política partidária, a expansão da burocracia pública e do Estado Social, que ao mesmo tempo que realizava a administração da sua população, assumia um papel cada vez mais importante na economia:

A partir do interior da esfera publicamente relevante da sociedade civil formou-se uma esfera social repolitizada em que instituições estatais e sociais se fundem num único complexo institucional que não pode já ser diferenciado de acordo com os critérios do público e privado. [...] À esfera pública literária substitui-se o domínio pseudopúblico, ou de privacidade aparente, do consumo cultural. (Habermas, 1989 [1962], pp. 148, 160)

Dada a sua ligação à Escola de Frankfurt, o trabalho de Habermas não teceu um elogio ingénuo e incondicional à racionalidade do público em geral. Pelo contrário, a sua crítica ao instrumentalismo na vida política e a crise de legitimação do Estado Social antecipam a discussão contemporânea sobre a “pós-democracia”, com o esvaziamento das instituições e as elites económicas e políticas, que a ninguém prestam contas, a tomar conta do poleiro. Habermas reconheceu que as comunicações políticas contemporâneas estavam expostas à distorção provocada pela

“estrutura de poder da esfera pública” (2006, pp. 418-419), com origem no funcionamento de interesses políticos, económicos, sociais e dos *media*. Também não considera que a Internet tenha trazido uma correção dos interesses dominantes, antes concluindo que contribuiu sobretudo para a fragmentação da esfera pública e o reforço das agendas *mainstream*. O uso da Internet, afirmou restritivamente, pode reivindicar “méritos democráticos inequívocos apenas num contexto especial: pode neutralizar a censura dos regimes autoritários que procuram controlar e reprimir a opinião pública” (Habermas, 2006, p. 423).

Para Habermas, a União Europeia, que é ao mesmo tempo um mercado único e uma entidade política de 27 Estados membros, tem sido um caso de teste no que diz respeito às alterações nas formas de conceber tanto o espaço de comunicação como a identidade coletiva e, por conseguinte, também quanto à forma como uma esfera pública transnacional pode ser concebida (Fossum & Schlesinger, 2007). Há trinta anos atrás, Habermas começou por considerar como a União Europeia

*“méritos
democráticos
inequívocos
apenas num
contexto especial:
pode neutralizar
a censura
dos regimes
autoritários que
procuram controlar
e reprimir a
opinião pública”.*
(Habermas,
2006, p. 423)

se poderia tornar uma esfera pública – a criação de uma comunidade política, que transcende fronteiras, para as nações e as culturas do “projeto” europeu. Quaisquer que fossem as reservas de Habermas quanto à fracassada racionalidade política da era do capitalismo organizado, quando concebeu a União Europeia como oferecendo uma possibilidade cosmopolita “pós-nacional”, ele expandiu a sua teoria original para acomodar a era digital. Tal como Castells, Habermas também questionava a forma como as redes facilitadas pelas tecnologias de comunicação, difundidas pela Internet, estavam a mudar o modo como os públicos podem ser imaginados (Habermas, 1997). Um *demos* europeu – uma nova comunidade política transnacional – pode ser criado e de certo modo promovido pelos *media* e as comunicações? A ideia central do nacionalismo de teorias da comunicação centradas no Estado foi deste modo transposta para um nível transnacional (Schlesinger, 2000). Para os cosmopolitas, esta possibilidade “europeia” era uma prefiguração regional do que poderia ser estendido, de forma plausível, a todo o globo.

As origens da União Europeia são económicas, mas impulsionadas pela política. A sua constituição teve origem nas posições de França e da Alemanha Ocidental sobre a reconstrução e reconciliação do pós-guerra, após o desastre da Segunda Guerra Mundial (Millward, 1992). A integração económica, contudo, não foi um bem inequívoco. A crise de 2008, por exemplo, teve consequências negativas para a Grécia, Itália, Espanha, Irlanda e Portugal, entre outros países, devido à imposição de medidas económicas ortodoxas tomadas para apoiar a moeda comum, o Euro. Num momento em que a emergência da COVID-19 continua a causar estragos, não é ainda certo se o pacote de recuperação da União Europeia, acordado em julho de 2020, será capaz de ir ao fundo dos seus problemas estruturais. As recorrentes dores de parto com que a União Europeia se tem debatido têm sido “uma expressão regional da crise global do capitalismo financeirizado” (Streeck, 2017, pp. xlv-xlvi). A economia política da crise do capitalismo democrático na União Europeia está profundamente relacionada com a sua crise na comunicação política.

As atuais tendências nacionalistas e xenóforas nos Estados membros da União Europeia têm sido reforçadas pelas reações negativa à imigração: em primeiro lugar, aos movimentos populacionais provocados pelo alargamento a “Leste” da União, pós-2004, e, em segundo lugar, pela “crise dos imigrantes” de 2015. A expansão do neonacionalismo contemporâneo tem colocado questões desconfortáveis sobre a cultura política da Europa do pós-guerra. A experiência da guerra total e o Holocausto não geraram na Europa, como muitas vezes foi esperado, uma nova identidade coletiva recíproca e uma cidadania transnacional (Eder & Giesen, 2001; Eder & Spohn, 2005). Pelo contrário, ideias de pertença nacional restrita foram cada vez mais intensamente afirmadas. Se a procura da paz interna continua a ser a pedra angular da ideologia da elite tecnocrática que comanda a União Europeia (Davies, 2018, p. 60), ela é também muito importante para a legitimação mais ampla da cooperação na Europa.

O projeto de uma esfera pública da União Europeia é uma marca de água importante da teoria do

pós-nacionalismo. Este raciocínio é coincidente com projeções mais gerais quanto a uma ordem cosmopolita e à construção de uma esfera pública global para sua sustentação (Beck, 2006; Delany, 2012; Nash, 2014). Enquanto esta política de esperança foi sendo impulsionada, houve ao mesmo tempo avisos quanto a um lado obscuro. Após a dissolução da União Soviética em 1991, as tensões entre concepções cívicas e étnicas de nacionalismo eram evidentes por todo o continente. Ao mesmo tempo da violenta desintegração passo a passo da Jugoslávia, havia um potencial enorme para a Europa se tornar um campo de batalha cultural no qual o nacionalismo assumia grande destaque (Schlesinger, 1992). Estas não eram condições auspiciosas para a criação de uma esfera pública europeia transnacional.

Acerca de década e meia atrás, a perspectiva pós-nacional de Habermas foi pertinentemente questionada por Nancy Fraser. Ignorando a mudança conceptual de Habermas quanto à comunicação e deliberação além-fronteiras na União Europeia, Fraser afirma que o trabalho deste

autor havia “articulado um modelo de democracia deliberativa para uma política territorialmente delimitada” (Fraser, 2007, p. 11) e questiona como este enquadramento que tem por base o Estado poderia ser relacionado com um mundo globalizado. Mesmo se a colaboração de organismos internacionais e a ascensão de movimentos sociais sem limites de fronteiras apontaram no sentido de um crescimento da governança global, Fraser (2007, p. 16) pretendia saber como é que um público pós-nacional poderia alcançar uma verdadeira influência sobre as decisões políticas e económicas tomadas num “mundo pós-westefaliano”, ou seja, num sistema internacional supostamente de Estados soberanos. Poderia uma esfera pública ser simultaneamente legítima e eficaz quando se tornasse pós-nacional (uma questão que Habermas já havia colocado a nível europeu)? Em última análise, a resposta de Fraser, tal como o próprio pensamento posterior de Habermas, foi aspiracional e dependente das relações internacionais de cooperação. Ela exortou-nos a “imaginar novos poderes públicos transnacionais, que

podem ser sujeitos a responsabilização por novos circuitos democráticos transnacionais da opinião pública” (Fraser, 2007, p. 24).

O presente ensaio foi concluído no verão de 2020, quando as fronteiras dos Estados estão a ser controladas de forma apertada em todo o mundo por boas razões, devido à crise da COVID-19. Neste momento, a ordem internacional ostensivamente “baseada em regras” encontra-se sob considerável tensão. É cada vez mais razoável e necessário apoiar a colaboração internacional, apesar dos atuais contratempos. A enorme dificuldade em alcançar o ideal de governação global proposto por Fraser – de estabelecer uma matriz institucional relativamente estável, capaz de enfrentar problemas comuns – tem sido claramente ilustrada pelas prolongadas lutas para alcançar acordos internacionais exequíveis e duradouros no que diz respeito a alterações climáticas com origem humana. Não houve nenhum avanço decisivo desde a convenção de Paris de 2015, quando o objetivo de estabelecer o aquecimento global entre 1,5-2 graus centígrados acima das temperaturas pré-industriais foi

proposto. Além disso, embora a ameaça global à saúde pública colocada pela pandemia da COVID-19 tenha gerado uma colaboração científica internacional bem-vinda, revelou também, ao mesmo tempo, deficiências de cooperação à escala global. Resta ver como estas questões tão importantes serão abordadas.

O que se segue?

A esfera pública continua a ser um conceito-chave, um foco heurístico e um espaço para pensar sobre a prática da política democrática, apesar de muitas discussões da comunicação política mediada a tratarem de uma forma oblíqua, enquanto passado, ou mesmo por vezes defendendo a sua abolição. A sua ressonância contínua é evidente na ideia parasitária de uma pós-esfera pública, que se refere ao estado presente e instável da situação: assinala uma transição para um destino desconhecido. A alteração dos modos de consumo e de distribuição numa economia de plataformas, a rápida remodelação da esfera pública mediada “herdada” da imprensa, da rádio e da televisão, o desafio que

os usos políticos dos *media* sociais representam – tudo isto hoje interage com as divisões sociopolíticas nas democracias capitalistas para alterar radicalmente a nossa compreensão do espaço de comunicação. Presentemente, o futuro da pós-esfera pública e dos fatores que podem afetar a sua evolução são um foco incontornável de debate. Para concluir, abordarei um aspeto que considero especialmente significativo. A viragem da regulação merece a nossa atenção uma vez que diz respeito, fundamentalmente, ao estabelecimento – ou pelo menos à tentativa de estabelecer – das regras do jogo da ordem comunicacional. Drahos (2017) descreveu a regulação como um “processo dinâmico de vários níveis no qual muitos atores desempenham os seus papéis e dispõem de capacidades e meios diversos de intervenção” (p.1). Esta abordagem abre uma série de possíveis portas de entrada para o estudo empírico. Na nova pesquisa sobre o desenvolvimento da regulação das plataformas de Internet no Reino Unido, eu próprio e os meus colegas temo-nos centrado nas entidades que regulam uma grande variedade de conteúdos culturais (CREATE, 2020).

Para ilustrar a mudança de agenda, analisámos até ao momento o ressurgimento do ativismo regulatório no Reino Unido de finais de 2018 até início de 2020, prestando atenção aos atores mais diretamente envolvidos na elaboração de uma nova ordem regulatória (Kretschmer, Furgal & Schlesinger 2021). Adaptando Bourdieu (1993, p. 164), sugiro que designemos este espaço como um “campo regulatório”, que é “definido em referência ao campo do poder e, em particular, à lei fundamental deste universo, que é a da economia e do poder”. Para os presentes objetivos, o campo regulatório refere-se às operações e relações de entidades constituídas para regular de uma forma prescritiva os conteúdos culturais. Deste modo, essas entidades exercem poder sobre a produção, a circulação e o consumo de cultura.

Os agentes regulatórios do Reino Unido são moldados de acordo com o padrão institucional da cultura política do Estado e têm competências diversas, embora por vezes sobrepostas. Num contexto global, porém, as matérias tratadas pelo campo regulatório

britânico são perfeitamente típicas de agendas também prosseguidas, por exemplo, na União Europeia e na Austrália (Comissão Australiana da Concorrência e do Consumidor, 2018; Comissão Europeia, 2020). Estamos no meio de um “ciclo de atenção ao problema” – para usar a frase de Downs (1972) – em que os custos e os benefícios da intervenção estão, presentemente, a ser ponderados e a matéria está consistentemente a ser acomodada como uma questão política. Isto não significa que a mesma atenção esteja a ser dispensada às mesmas matérias em todo o lado, mas existe, ainda assim, uma agenda internacional que pode ser reconhecida. O interesse em soluções regulatórias perante a constatação da ausência de regras na forma como a Internet hoje funciona está ainda a crescer, tanto a nível nacional como internacional. A nossa pesquisa mostra como as abordagens da regulação de plataformas no Reino Unido se cruzam com reguladores que têm diferentes tarefas e, ao mesmo tempo, atravessam de formas complexas as suas competências específicas, o que por vezes requer cooperação informal. Muita da agenda

a ser desenvolvida no campo da regulação, embora, de forma alguma, nem toda, é diretamente relevante para a pós-esfera pública.

No Reino Unido, de acordo com a nossa pesquisa, a viragem da regulação envolveu a intervenção de pelo menos nove entidades de primeira linha, sendo outras também referidas ocasionalmente. Os oito principais relatórios oficiais publicados no período analisado foram realizados por comités parlamentares, entidades de regulação ou no âmbito de inquéritos especiais e atestam o amplo espectro de questões presentemente em discussão. Nesses documentos estão presentes muitas maneiras de descrever os diversos elementos da agenda de regulação, na sua maioria identificando “danos” para o público (Ofcom, 2018). Os problemas mais comuns abordados são os seguintes: *fake news*, exposição a conteúdos nocivos ou ilegais, comportamentos anti-concorrenciais, publicidade política enganosa, uso de dados dos consumidores, manifestações de violência e terrorismo, obscenidades *online* e interferências de governos estrangeiros no processo eleitoral interno.

A atual preocupação com a regulação é, em parte, o resultado da inquietação do público com a circulação de conteúdos ofensivos para indivíduos e grupos. A questão de como conter as concentrações de poder económico está também na agenda. Da mesma forma como é crescente a preocupação em certos quadrantes com questões politicamente pesadas como o impacto da vigilância, o controlo sem limites sobre dados de terceiros e a perda da privacidade individual, todas questões discutidas de forma intensa por Shoshana Zuboff (2019). As limitações das instituições democráticas em pôr de pé, nas democracias capitalistas, uma ordem social que tenha por base a equidade e a solidariedade significam que o palco do nacional é necessariamente uma área de conflito, em que a cultura política dominante condiciona de modo profundo a realidade e as perspetivas futuras quanto à forma como a esfera pública se pode constituir e desenvolver. O funcionamento dos processos de regulação, tal como os princípios subjacentes que os validam, estão relacionados

profundamente com a forma do Estado e as relações económicas dominantes em qualquer ordem social. Como o campo da regulação é um *nexus* para o exercício do poder, inevitavelmente ele atrai a si uma série de partes interessadas em tentar moldar as suas práticas.

A “regulação” contém sempre um potencial para censurar as comunicações. Pode ser facilmente eufemizada para ocultar o que realmente faz. Por exemplo, a abordagem chinesa, representada pelo chamado modelo de créditos sociais, procura aperfeiçoar a recolha de dados para totalizar o conhecimento do Estado sobre o comportamento e as convicções dos indivíduos, a fim de reforçar o poder político e eliminar possíveis ameaças ao partido do poder. Num regime democrático, a regulação pode ocasionalmente atuar como uma força de compensação ao poder do Estado e das empresas – mas isso não está garantido com plena certeza. A importância estratégica do campo da regulação numa economia de plataformas tenderá a aumentar, com múltiplas implicações para o futuro da pós-esfera pública.

Agradecimentos

O meu interesse em abordar este assunto reacendeu-se quando fui convidado para proferir a palestra de abertura, “O que está a acontecer à esfera pública?”, na conferência anual da Associação *Media*, Comunicação e Estudos Culturais do Reino Unido (MeCCSA 2019), que decorreu na Universidade de Stirling, na Escócia, em janeiro de 2019. O meu agradecimento pelo seu convite e colegialidade a Richard Haynes e Alenka Jelen-Sanchez. Estou especialmente grato a Leighton Andrews pela sua generosa resposta crítica e a John Corner pela sua incisiva interpretação deste trabalho.

Financiamento

A parte final deste ensaio teve por base uma nova pesquisa realizada com os meus colegas Martin Kretschmer e Ula Furgal, na Universidade de Glasgow. Como parte do programa de trabalho do *Creative Industries Policy and Evidence Centre* do Reino Unido, este projeto foi financiado pelo *Arts and Humanities Research Council* do Reino Unido, prémio n.º AH/S001298/1.

Referências bibliográficas

- Andrews, L. (2020). *Facebook, the media and democracy: Big tech, small State?* Abingdon: Routledge.
- Arendt, H. (1998 [1958]). *The human condition* (2nd ed.). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Australian Competition and Consumer Commission (2018). Digital platforms inquiry (intermediary report). Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.accc.gov.au/system/files/ACCC%20Digital%20Platforms%20Inquiry%20-%20Preliminary%20Report.pdf>
- Ball, J. (2017). *Post-truth: How bullshit conquered the world*. London: Biteback Publishing Ltd.
- Barber, L., Foy, H., & Barker, A. (2019, 28 de junho). Vladimir Putin says liberalism has 'become obsolete'. Interview. *Financial Times*. Consultado a 16 de maio de 2020, em https://www.ft.com/content/670039ec-98f3-11e9-9573-ee5cbb98ed36_
- Beck, U. (2006). *Cosmopolitan vision*. Cambridge: Polity Press.
- Bennett, L. W., & Pfetsch, B. (2018.) Rethinking political communication in a time of disrupted public spheres. *Journal of Communication*, 68(2), 243-253. <https://doi.org/10.1093/joc/jqx017>
- Block, E., & Negrine, R. (2017). The populist communication style: Towards a critical framework. *International Journal of Communication*, 11, 178-197.
- Blumler, J. G. (2018). The crisis of public communication 1995-2017. *Javnost – The Public*, 25(1-2), 83-92. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1418799>
- Boczkowski, P. J., & Papacharissi, Z. (Eds.) (2018). *Trump and the media*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Bourdieu, P. (1993). Field of power, literary field and habitus. In P. Bourdieu (Ed.) *The field of cultural production: Essays on art and literature* (pp. 161-175). Cambridge: Polity Press.
- Bunde, T., Carr, R., Eisentraut, S., Erber, C., Hammelehle, J., Hartmann, L., Kabus, Stärk, J. F., & Voje, J. (2020). Munich Security Report 2020: Westlessness. Munich: Munich Security Conference. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2020/>.
- Calhoun, C. (Ed.) (1994). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Canovan, M. (1981). *Populism*. London: Junction Books.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford: Oxford University Press.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system*. Oxford: Oxford University Press.
- Chakravartty, P., & Sarikakis, K. (2006). *Media policy and globalization*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Chatham House (2015). Challenges to the rules-based international order. London: The Royal Institute of International Affairs. Consultado a 16 de maio de 2020, em https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/media_wysiwyg/London%20Conference%202015%20-%20Background%20Paper%20-%20Session%20One.pdf
- Corner, J. (2016). Passion and reason. Notes on a contested relationship. *European Journal of Cultural Studies*, 19(3), 209-217. <https://doi.org/10.1177/1367549415609323>

- Corner, J. (2017). Fake news, post truth and media-political change. *Media, Culture & Society*, 39(7): 1100–1107. <https://doi.org/10.1177/0163443717726743>
- CREATe (2020). Platform regulation resource page. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.create.ac.uk/platform-regulation-resource-page/>.
- Crouch, C. (2004). *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press.
- Crouch, C. (2019). Post-democracy and populism. *The Political Quarterly*, 90(S1), 124-137. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12575>
- D’Ancona, M. (2017). *Post truth: The new war on truth and how to fight back*. London: Ebury Press.
- Davies, W. (2018). *Nervous states: How feeling took over the world*. London: Jonathan Cape.
- Davis, A. (2019). *Political communication: A new introduction for crisis times*. Cambridge: Polity Press.
- Delanty, G. (Ed.) (2012). *Routledge handbook of cosmopolitan studies*. Abingdon: Routledge.
- Downs, A. (1972). Up and down with ecology – the issue-attention cycle. *The Public Interest*, 28(7), 38-50.
- Drahos, P. (Ed.) (2017). *Regulatory theory: Foundations and applications*. Acton, ACT, Australia: ANU Press.
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2018). *National populism: The revolt against liberal democracy*. London: Pelican Books.
- Eder, K., & Giesen, B. (Eds). (2001) *European citizenship: National legacies and transnational projects*. Oxford: Oxford University Press.
- Eder, K., & Spohn, W. (Eds) (2005). *Collective memory and European identity: The effects of integration and enlargement*. Aldershot: Ashgate.
- Elliott, P., & Schlesinger, P. (1979). Some aspects of communism as a cultural category. *Media, Culture & Society*, 1(2), 195-210. <https://doi.org/10.1177/016344377900100207>
- European Commission (2020). Shaping Europe’s digital future: Policy – online platforms. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/online-platforms-digital-single-market>.
- Farooq, R. (2018, 16 de dezembro). Techlash. *Financial Times*. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.ft.com/content/76578fba-fca-1-11e8-ac00-57a2a826423e>
- Fenton, N. (2018). Fake democracy: The limits of public sphere theory. *Javnost – The Public*, 25(1-2), 28-34. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1418821>
- Fitzi, G. (2019). Introduction: Political populism as a symptom of the great transformation of democracy. In G. Fitzi, J. Mackert, & B. S. Turner (Eds.), *Populism and the crisis of democracy* (Vol. 2, pp. 1-8). Abingdon: Routledge.
- Fossum, J. E., & Schlesinger, P. (Eds.) (2007). *The European Union and the public sphere: A communicative space in the making?* London: Routledge.
- Fraser, N. (2007). Transnationalising the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian World. *Theory, Culture & Society*, 24(4), 7-30. <https://doi.org/10.1177/0263276407080090>
- Habermas, J. (1989 [1962]). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: Polity Press.

- Habermas, J. (1997). Citizenship and national identity. In J. Habermas (Ed.) *Between facts and norms* (pp. 491-515). Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (Eds.) (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (Eds.) (2012). *Comparing media systems beyond the Western World*. New York: Cambridge University Press.
- Hobbes, T. (1965 [1651]). *Leviathan*. London: J M Dent & Sons Ltd.
- House of Commons Digital, Culture, Media and Sport Committee (2019). Disinformation and “fake news”. Report. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cm-select/cmcmums/1791/179102.htm>
- House of Lords Select Committee on Communications (2019). Regulating in a digital world. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://publications.parliament.uk/pa/ld201719/ldselect/ldcomuni%20/299/299.pdf>
- Intelligence and Security Committee of Parliament (2020). Russia. Presented to Parliament pursuant to Section 3 of the Justice and Security Acts 2013, 21 July 2020, HC 632. Consultado a 22 de julho de 2020, em <http://isc.independent.gov.uk>
- Kenney, M., & Zysman, J. (2016). The rise of the platform economy. *Issues in Science and Technology*, 32(3). Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://issues.org/the-rise-of-the-platform-economy/>
- Kretschmer, M., Furgal, U., & Schlesinger, P. (2021). The emergence of platform regulation in the UK: an empirical-legal study, *CREATE Working Paper* 2021/6. Consultado a 10 de junho de 2021, em <https://zenodo.org/record/4884877#YXkizp7MKUn>
- L.S. (2016, 22 de novembro). What is the ‘splinternet’? *The Economist*. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.economist.com/the-economist-explains/2016/11/22/what-is-the-splinternet>
- Laclau, E. (1979). Towards a theory of populism. In E. Laclau (Ed.), *Politics and ideology in Marxist theory* (pp. 143-198). London: Verso.
- Lomas, N. (2019, 30 de julho). Former Cambridge Analytica director, Brittany Kaiser dumps more evidence of Brexit’s democratic trainwreck. *TechCrunch*. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://techcrunch.com/2019/07/30/brittany-kaiser-dumps-more-evidence-of-brexit-democratic-trainwreck/?guccounter=1>
- Mau, S. (2019). *The metric society: On the quantification of the social*. Cambridge: Polity Press.
- Mayhew, L. H. (1997). *The new public: professional communication and the means of influence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Millward, A. S. (1992). *The European rescue of the nation-state*. London: Routledge.
- Moffit, B. (2016). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford, CA: Stanford University Press.

- Mokre, M., & Siim, B. (2013). European public spheres and intersectionality. In B. Siim, & M. Mokre (Eds.), *Negotiating gender and diversity in an emergent European public sphere* (pp. 22-40). London: Palgrave Macmillan.
- Montgomery, M. (2017). Post-truth politics? Authenticity, populism and the electoral discourses of Donald Trump. *Journal of Language and Politics*, 16(4), 619-639. <https://doi.org/10.1075/jlp.17023.mon>
- Moore, M., & Tambini, D. (Eds.) (2018). *Digital dominance: The power of Google, Amazon, Facebook and Apple*. Oxford: Oxford University Press.
- Mouffe, C. (2018). *For a left populism*. London and New York: Verso.
- Mueller, R. S. III (2019). Report on the investigation into Russian interference in the 2016 presidential election, Volume II of II. Washington, DC. Consultado a 16 de maio de 2020, em https://www.justice.gov/storage/report_volume2.pdf
- Müller, J.-W. (2016). *What is populism?* Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Murgia, M., & Gross, A. (2020, 27 de março). Inside China's controversial mission to reinvent the internet. *Financial Times*. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.ft.com/content/c78be2cf-a1a1-40b1-8ab7-904d7095e0f2>
- Nash, K. (Ed.) (2014). *Transnationalizing the public sphere*. Cambridge: Polity Press.
- Norris, P. (Ed.) (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press.
- Nussbaum, M. C. (2018). *The monarchy of fear: A philosopher looks at our political crisis*. New York: Simon & Schuster.
- Ofcom (2018). Addressing harmful content online: A perspective from broadcasting and on-demand standards regulation. Consultado a 16 de maio de 2020, em https://www.ofcom.org.uk/data/assets/pdf_file/0022/120991/Addressing-harmful-online-content.pdf
- Ofcom (2019). Media nations: UK 2019. Consultado a 21 de abril de 2020, em https://www.ofcom.org.uk/data/assets/pdf_file/0019/160714/media-nations-2019-uk-report.pdf
- O'Hara, K., & Hall, W. (2020). Four Internets. Communications of the ACM. Consultado a 16 de maio de 2020, em https://eprints.soton.ac.uk/431974/1/OHara_Hall_Four_Internets_CACM_accepted_version.pdf
- Pomerantzev, P. (2019). *This is not propaganda: Adventures in the war against reality*. London: Faber & Faber.
- Rantanen, T. A. (2017). 'Crisscrossing' historical analysis of four theories of the press. *International Journal of Communication*, 11, 3454-3475.
- Reuters Institute (2019). Reuters Institute digital news report 2019. Consultado a 16 de maio de 2020, em https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/inline-files/DNR_2019_%20FINAL.pdf
- Schlesinger, P. (1992). "Europeanness" – a new cultural battlefield? *Innovation in Social Sciences Research*, 5(2), 11-23. <https://doi.org/10.1080/13511610.1992.9968297>
- Schlesinger, P. (2000). The nation and communicative space. In H. Tumber (Ed.), *Media power, professionals and policies* (pp. 99-115). London and New York: Routledge.
- Siebert, F. S., Peterson, T., & Schramm, W. (1956). *Four theories of the*

- press. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Smith, E. (2018, 20 de janeiro). The techlash against Amazon, Facebook and Google – and what they can do. *The Economist*. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.economist.com/briefing/2018/01/20/the-techlash-against-amazon-facebook-and-google-and-what-they-can-do>
- Streeck, W. (2017). *Buying time: The delayed crisis of democratic capitalism* (2nd ed.). London: Verso.
- The Guardian (2020). The Cambridge Analytica files. Consultado a 16 de maio de 2020, em <https://www.theguardian.com/news/series/cambridge-analytica-files>
- van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018.) *The platform society: Public values in a connective world*. New York: Oxford University Press.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). *Emotions, media and politics*. Cambridge: Polity Press.
- Waisbord, S. (2018). Why populism is troubling for democratic communication. *Communication, Culture & Critique*, 11(1), 21-34. <https://doi.org/10.1093/ccc/tcx005>
- WGIG (2005). Report of the working group on Internet governance. *Château De Bossey*, June. Consultado a 16 de maio de 2020, em <http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>
- Wodak, R., & Krzyzanowski, M. (Eds.) (2017). Right wing populism in Europe and USA: Contesting politics and discourse beyond ‘Orbanism’ and ‘Trumpism’. Special-issue. *Journal of Language and Politics*, 16(4). <https://doi.org/10.1075/jlp.17042.krz>
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism*. London: Profile Books.

Lendo Habermas com Habermas: um estudo do prefácio de 1990 da obra Mudança estrutural da esfera pública

Reading Habermas with Habermas: a study of the 1990 preface to The structural transformation of the public sphere

Ângela Cristina Salgueiro Marques¹

Universidade Federal de Minas Gerais

angelasalgueiro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

Luís Mauro Sá Martino²

Faculdade Cásper Líbero

lmsamartino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_2

Resumo:

Como um autor lê sua própria obra décadas após sua publicação? Esta questão é particularmente importante quando se leva em conta que a obra em questão, *Mudança estrutural da esfera pública*, tornou-se um marco nos estudos de Comunicação Política desde sua primeira publicação em 1962. Este artigo analisa o prefácio do autor à edição de 1990, no qual faz uma extensa revisão e crítica da obra, destacando quatro aspectos: (1) as diferenças do ambiente midiático de 1962, 1990 e hoje; (2) a ambivalência da “esfera pública” como um conceito em cada caso; (3) a tensão entre a comunicação da mídia e a conversa pessoal que permeia o conceito; (4) a problematização da diferença e das assimetrias de poder na constituição da esfera pública. Esses

elementos são analisados no contexto de estudos críticos da obra.

Palavras-chave: Habermas; esfera pública; mídia; comunicação; diferença.

Abstract:

How does an author re-read his/her own work some decades after its publication? This question is particularly striking when one takes into the account that the work in question, *The structural transformation of the public sphere*, has become a milestone in Political Communication Studies since its first publication in 1962. This paper analysis Habermas’ preface to the 1990 edition, an extensive review and self-criticism of the work, in order to highlight four aspects: (1) the differences of the media environment from 1962,

1990 and today; (2) the ambivalence of ‘public sphere’ as a concept in each case and (3) the tension between media communication and personal conversation that permeates the concept; (4) the problematization of difference and power asymmetries in the constitution of the public sphere. These elements are analyzed against the background of some critical studies of Habermas’ work.

Keywords: Habermas; public sphere; media; communication; difference.

1 Ângela Cristina Salgueiro Marques é autora convidada desta edição de *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, CEIS20/Universidade de Coimbra. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Pesquisadora bolsista do CNPq. É autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e dissidências: Foucault e Rancière* (Appris, 2018), com Marco Prado; *Ética, mídia e comunicação* (Summus, 2018), com Luis Mauro Sá Martino. Organizou o livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018). Tradutora de *O método da cena* (Quixote Do, 2021), de Jacques Rancière.

2 Luís Mauro Sá Martino é autor convidado desta edição de *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, CEIS20/Universidade de Coimbra. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisador bolsista do CNPq. É autor dos livros *Métodos de pesquisa em comunicação* (Vozes, 2018), *Teoria da comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e identidade* (2010) e *The mediatization of religion* (Routledge, 2016). Publicou, em coautoria com Ângela Marques, os livros *Ética, mídia e comunicação* (Summus, 2018) e *No caos da convivência* (Vozes, 2020).

Introdução

Em seu prefácio à edição de 1990 de *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (2014a) aponta um problema compartilhado com obras clássicas: a impossibilidade de mapear todos os seus desdobramentos, críticas, continuações e acionamentos ao longo do tempo. O próprio autor comenta que não consegue acompanhar os desenvolvimentos das ideias apresentadas no livro, dado o volume de produção derivada desde seu lançamento, em 1962. “Minha própria teoria mudou, embora menos em seus traços fundamentais do que no grau de sua complexidade”, explica Habermas (2014a, p. 36).

De fato, um mapeamento inicial, longe de ser exaustivo, mostra um número superlativo de produções com a palavra “esfera pública” em artigos, livros e dissertações, sem mencionar os eventos e obras de divulgação. Habermas (2014a, p. 35) ressalta se tratar de “uma publicação que, em diversas disciplinas, adquiriu o *status* de uma espécie de manual”.

Ao mesmo tempo, o autor menciona os limites e possibilidades de leitura, em 1990, de uma obra escrita quase

trinta anos antes, indicando sua dificuldade de fazer qualquer tipo de revisão ou atualização no texto: as transformações globais naquelas três décadas tornavam impraticável uma simples mudança, requerendo alterações de tal maneira substanciais que demandaria a escrita de um novo livro.

Ao reler o livro pela primeira vez, depois de quase trinta anos, quanto mais me sentia tentado a fazer modificações, tirar passagens e complementar outras, tanto mais fui tomando consciência do caráter evidentemente impraticável desse procedimento. (Habermas, 2014a, p. 35)

Por uma curiosa simetria, a escrita deste texto acontece também após três décadas do novo prefácio, o que prefigura uma oportunidade de extrapolar esses argumentos e pensar também as distâncias – política, social e epistemológica – percorridas pela ideia nesse período.

Aqui, a partir de uma leitura do Prefácio de 1990, são propostas reflexões sobre o sentido da ideia de “esfera pública”, destacando a

presença da mídia e da comunicação como seus elementos constitutivos. Destacam-se quatro aspectos: (1) as diferenças do ambiente midiático de 1962, 1990 e hoje; (2) a ambivalência da “esfera pública” como um conceito em cada caso, (3) a tensão entre a comunicação da mídia e a conversa pessoal que permeia o conceito; e (4) a problematização da diferença e das assimetrias de poder na constituição da esfera pública. Esses elementos são analisados no contexto de abordagens críticas da obra.

Estudos sobre a trajetória do conceito mostram não apenas sua vitalidade, como também sua plasticidade no sentido de permitir múltiplas adequações aos problemas levantados a cada nova leitura em épocas posteriores. Dessa maneira, não é de estranhar que várias autoras e autores mostrem, periodicamente, um levantamento desses desenvolvimentos. Textos como os de Goodnight (1992), Keane (1996), Esteves (2004), Eder (2006), Gomes e Maia (2008), Losekann (2009), Lubenow (2012), Bosco (2017), Siebeneichler (2018), ou Espíndola (2020) mostram esses desenvolvimentos e apropriações

*Por uma curiosa
simetria, a escrita
deste texto acontece
também após três
décadas do novo
prefácio, o que
prefigura uma
oportunidade de
extrapolar esses
argumentos e
pensar também
as distâncias*

críticas do conceito. A progressão das datas dessa produção sugere uma continuidade crítica das formas de diálogo com o conceito, bem como sua vitalidade, bem como suas aplicações práticas, como, a título de exemplo, em Correia e Maia (2011) e Rossetti e Pitombo (2020).

Em um estudo exaustivo sobre essa produção, Garcia et al. (2019), mapeando os percursos do conceito de “esfera pública” nas pesquisas de várias áreas do saber, assinalam a presença de 810 artigos científicos nas principais revistas – e pode-se apenas especular sobre os números em espaços fora dessa cartografia. Observar a maneira como Habermas reflete acerca da mídia em *Mudança estrutural da esfera pública* implica considerarmos seus apontamentos em torno das assimetrias de poder e das desigualdades. Sua concepção acerca dos fluxos de circulação de informação na esfera pública (*inputs* e *outputs* entre espaços públicos de deliberação e conversação informal) permanece em diálogo com situações estudadas pelo campo da Comunicação.

A esfera pública política se articula, tangencia ou “neutraliza”

conversações e debates que se estabelecem em outros espaços intersubjetivos de tematização de problemas públicos. A mídia é um desses espaços intermediários, mas com uma forma de atuação fortemente marcada pela imposição de poder e pela seleção e edição das opiniões que são formadas em outras arenas. Esse poder de “filtragem” da mídia é destacado por Habermas como polêmico: se, de um lado, a mídia publiciza debates que poderiam ficar restritos a espaços periféricos dessa rede, por outro lado, os agentes da mídia e as suas respectivas instituições permitem apenas a circulação de pontos de vista cuidadosamente selecionados, de modo a privilegiar alguns segmentos sociais e a salientar certos aspectos dos acontecimentos em detrimento de outros.

Habermas evidencia que nem sempre o papel da esfera pública é bem-sucedido em articular deliberações formais, informações da mídia e conversações políticas cotidianas. Mas, ele insiste em salientar que são justamente os embates argumentativos na esfera pública que conduzem a uma luta coletiva envolvendo a transformação de identidades, vínculos e

fazeres institucionais. A ação política e suas contingências emergem junto com os processos de articulação e desarticulação dessas esferas, a partir dos quais surgem novos vocabulários, quadros normativos, demandas de reconhecimento e formação da autonomia. Tais processos orientam o desenvolvimento de capacidades críticas e reflexivas voltadas para a autotransformação e para a responsabilidade ética.

A reflexão acerca da concomitância entre a formação de esferas públicas e a formação do sujeito político racional em Habermas permanece central para pesquisas em Comunicação e Política. Habermas nos revela como as ligações entre contextos de interação, linguagem e indivíduos substituem o confronto direto do homem com o mundo, revelando que os argumentos subjetivos são examinados por meio da justificação pública e recíproca obtida na comunidade de comunicação. Acreditamos que, por mais que a busca da autonomia política via justificação pública seja dificultada pela existência de atores moral e linguisticamente competentes e bem posicionados nos circuitos de

circulação das opiniões, a perspectiva de Habermas ressalta o demorado processo de desenvolvimento de habilidades comunicativas, expressivas e cognitivas que levam os sujeitos a elaborarem conjuntamente as injustiças que os afetam. Ele nos convida a analisar as interações concretas (e também as estruturas institucionais, políticas e culturais que as sustentam), para identificar suas condições reais e ideais de oferecer oportunidades de desenvolvimento e aprimoramento dessas habilidades em meio a coerções e também de resistências de várias ordens.

Os lugares da obra no tempo: 1962, 1990, 2021

Escrevendo em 1990, Habermas via o colapso do chamado “bloco comunista” em processo, com o Muro de Berlim tendo caído um ano antes – o ano seguinte, 1991, testemunharia o fim da União Soviética. A geopolítica do mundo original de *Mudança estrutural da esfera pública* havia mudado radicalmente, mas seus contornos ainda estavam imprecisos: o que aconteceria após o

fim da divisão do mundo em blocos “socialista” e “capitalista”?

As radicais transformações no ambiente da mídia, elemento central de discussão da obra, também são apontadas por Habermas no prefácio. O objeto de estudos inicial na concepção de uma ideia de “opinião pública” é fundamentalmente o jornalismo impresso do século XVIII, identificado pelo autor como processo que deriva de uma complexa aproximação da “esfera pública literária” com a “esfera pública política”. É importante salientar que, entre a esfera pública política e a esfera privada há um fluxo de temas “isento de limitações no qual é possível captar melhor novos problemas, conduzir discursos expressivos de auto-entendimento e articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades” (Habermas, 1997, p. 33). Habermas enfatiza que a vitalidade da esfera pública política é sustentada por meio do intercâmbio que estabelece com os domínios privados através das conversações políticas e debates ligados à tematização e ao esclarecimento recíproco daquilo que é percebido pelos sujeitos

como injustiça¹. E esse intercâmbio é favorecido quando os sofrimentos e dramas particulares são “traduzidos” através de linguagens compartilhadas dispostas no campo da cultura.

Esse movimento é flexionado pelas modificações promovidas pela transformação desse jornalismo político em um produto, adequado às condições

de produção de um capitalismo igualmente em vias de se tornar o modo de produção hegemônico.

Em 1990 a televisão era o meio dominante, com um alcance e amplitude difícil de imaginar em 1962, quando a obra foi originalmente publicada. O entretenimento reorientou o uso do tempo livre na sociedade e, ao lado do jornalismo produzido por grandes corporações empresariais, encontrava na publicidade e no consumo um denominador comum em suas formas de captura do olhar e definição de modos de visibilidade e invisibilidade. As liberdades e conquistas dos movimentos de contestação no final dos anos 1960, sobretudo as ações afirmativas nas representações de gênero e raça, assim como Maio de 1968, haviam delineado outros horizontes para se pensar o “espaço público”.

A perspectiva de um direcionamento rumo a um mundo “sem conflitos” derivado da problemática tese sobre o “fim da história” levava a pensar as questões formuladas em 1962 dentro de outra luz que trabalhasse não um capitalismo em vias de constante reinvenção em sua oposição às possibilidades de um

modelo socialista, mas ao que parecia ser a afirmação, naquele momento, de um modelo de pensamento que se apresentava sem obstáculos – mas também encerrando em si uma série de contradições referentes às suas possibilidades de implementação em uma escala global agora transformada pela ausência de um bloco opositor.

Os posicionamentos assumidos pelo pensamento acadêmico também se transformaram nesse período: a crítica de Adorno e Horkheimer à indústria cultural, presença marcante na segunda parte de *Mudança estrutural da esfera pública*, mantinha sua vitalidade como parte integrante de um programa de pesquisa do qual Habermas era o herdeiro presumido – questão aberta e controversa, como já indicavam Calhoun (1992) ou Dryzek (1995) – e continuador. No entanto, outras vertentes de pensamento e análise, sobretudo a crítica francesa geralmente reunida sob os nomes de “estruturalismo” e “pós-estruturalismo”, traziam outros modelos de compreensão das relações sociais derivadas de uma leitura do pensamento de Saussure e de algumas vertentes do marxismo; os Estudos

1 Habermas (1991) apresenta uma forma de poder que dá origem a várias injustiças em processos de debate coletivo. Ele comenta como, na “comunicação sistematicamente distorcida”, ao menos um dos interlocutores age estrategicamente, apesar de adotar uma atitude orientada para o entendimento. Essa atitude é amparada por uma alteração nas condições de comunicação, ou seja, no pano de fundo ao qual se remetem os interlocutores. Há, segundo ele, uma violência estrutural na comunicação sistematicamente distorcida: ela opera como um bloqueio que produz restrições estruturais que limitam a expressão dos públicos. “Formas de repressão social podem criar raízes discretamente nos poros dos processos de compreensão de tal maneira que as formas de intersubjetividade difratada são danificadas e, ao mesmo tempo, enrijecidas. Se a organização externa do discurso não retransmitir mais pressão subjacente sobre a organização interna da fala, então esta perde sua flexibilidade e permeabilidade porque as ligações internas entre significado e validade, significado e intenção, e significado e as ações realizadas são interrompidas e bloqueiam a transferência intermodal de validade, ou seja, a transformação livre de coerção dos mesmos conteúdos proposicionais de um modo para outro” (Habermas, 1991, p. 226).

Culturais lançavam ao debate sobre mídia e comunicação dos anos 1960-1970 perspectivas mais nuançadas, procurando compreender as articulações – o termo é de Stuart Hall – dos produtos da indústria cultural, denominada “cultura pop” (“*popular culture*”, no original) com aspectos práticos da vida social em suas relações contraditórias de dominação e resistência.

As críticas recebidas pela própria obra de Habermas desde sua publicação original, e sobretudo após o surgimento da tradução em inglês, em 1989, levantaram problemas que não haviam sido abordados no texto original. A principal interlocução foi a partir das leituras feministas, em particular com Nancy Fraser (1985, 1990), questionando diretamente o ponto de vista da “esfera pública” como espaço uniforme, e indicando a ausência de tratamento das clivagens sociais de gênero, bem como as desigualdades de oportunidade e poder, presentes: à esfera pública como espaço igualitário de debate opunha-se uma visão das diferenças de acesso, dos processos de exclusão e das limitações de um debate voltado para as

várias demandas de grupos sociais não contempladas na perspectiva original do livro. Habermas (2014a, p. 44) aponta que “a exclusão das mulheres desse mundo dominado (de outro lado) por homens aparece de outra maneira, diferente daquela que eu havia visto na época”. Nas palavras do autor:

Torna-se patente nisso que a exclusão das mulheres também foi constitutiva para a esfera pública política, no sentido de que esta foi dominada por homens não apenas de modo contingente, mas foi determinada também em termos de gênero em sua estrutura e em sua relação com a esfera privada. (Habermas, 2014a, p. 41)

De fato, o lugar ocupado pelas mulheres na esfera pública, ainda nos séculos XVIII e XIX, momento estudado por Habermas, vem sendo amplamente revisado (Eger et al., 2001). Habermas (2014a, p. 41) indica a possibilidade de ter levado em consideração, “desde o começo”, a existência de “esferas públicas concorrentes e, com isso, consideramos a dinâmica daqueles processos

de comunicação excluídos da esfera pública dominante”. Na análise de Lúcia Pereira (2020, p. 43):

Em sua conceituação, essa esfera pública surge apoiada pela literatura e pela imprensa, instituição ideológica cuja gênese histórica coincide com a do conceito. Vale lembrar aqui o que significa para o autor o termo “público” acoplado à ideia espacial-geométrica de “esfera”: significações de publicização, de publicidade de ideias privadas que se tornam públicas, entram em situação de apresentação, de anúncio.

Vale recordar, antes de prosseguir, que o próprio autor não ficou, de maneira nenhuma, indiferente aos acontecimentos desses tempos. Ao contrário, sua atuação como pesquisador e professor sempre foi complementada por uma série de intervenções agudas em relação às questões contemporâneas, trabalhando reflexivamente em diversos textos, alguns deles reunidos em coletâneas como *Na esteira da tecnocracia* (2014b), *Textos e contextos* (2015b) ou *A nova obscuridade*

De fato, o lugar ocupado pelas mulheres na esfera pública, ainda nos séculos XVIII e XIX, momento estudado por Habermas, vem sendo amplamente revisado. (Eger et al., 2001)

(2015a) – que trazem como subtítulo, na edição brasileira que segue a *Suhrkamp verlag*, a especificação “Pequenos escritos políticos”. As décadas que se seguiram foram preenchidas com inúmeras reflexões políticas e filosóficas, e se neste trabalho essa produção é deixada de lado é apenas questão de foco, no sentido de sublinhar a importância de *Mudança estrutural da esfera pública* como texto fundador. É nesse sentido que podemos perguntar em que medida o “Prefácio” de 1990 poderia ser repensado no sentido de contemplar o alcance contemporâneo da obra?

Para ficarmos restritos à pesquisa em Comunicação, talvez o primeiro e mais relevante aspecto seja composto pelas transformações no ambiente das mídias após a liberação comercial da Internet, em meados dos anos 1990. A progressiva facilidade de acesso à rede e interação com esse ambiente, embora ainda longe de ser universal, permitiu nas décadas seguintes um grau de conexão, produção e disseminação de conteúdo inimaginável, tanto em 1962 quanto em 1990 – as duas datas, em termos de uma genealogia das mídias, ainda poderiam ser

caracterizadas dentro de um aspecto da “comunicação de massa”: diante dos cenários abertos pelas mídias digitais e, particularmente, pelas redes sociais, os anos 1960 e 1990 guardam mais semelhanças do que diferenças (McKee, 2005).

Há, nesse sentido, uma ampla e contínua discussão a respeito das potencialidades dos diversos ambientes da Internet em se constituírem como parte de uma “esfera pública”. Alguns dos trabalhos iniciais a respeito do tema, como Mitra (2001), Papacharissi (2002), Dahlberg (2001), Dahlgren (2002), Savigny (2002) ou Stromer-Galley (2002) pareciam apresentar uma visão promissora do assunto, já parametrizada por Maia (2006), Marques (2011) ou Martino (2009, 2014) e revista, em outra perspectiva, por Seridório e Luvizotto (2017) ou Oliveira e Silva (2020), trazendo as questões voltadas ao ambiente das mídias sociais.

Impulsionada pelos então populares “fóruns de discussão”, modelo tecnológico característico daquele período, a visão de uma “esfera pública conectada” parecia apresentar um horizonte novo para as práticas

de conversação pública, indicando a possibilidade da entrada de novos atores nas práticas deliberativas, com uma participação tendendo ao universal. Em última instância, o sonho de uma “democracia direta”, na qual todas e todos os cidadãos tivessem franqueado o acesso ao debate público, parecia se aproximar. A esfera pública conectada parecia estar plenamente estabelecida, apesar das negativas do próprio Habermas em considerá-la desse modo.

Quais negativas? Habermas (2006), em alguns textos, pareceu bastante reticente em considerar a Internet como uma forma ou manifestação do que havia apresentado em 1962 como “esfera pública”. A transposição do conceito, em sua complexidade, parecia efetivamente apresentar limitações no sentido de encontrar, na rede, algumas das principais condições responsáveis pela composição de um debate efetivamente público ou político. Embora nunca tenha efetivamente dedicado um texto de fôlego a essa questão, seu delineamento da questão, presente nas poucas menções ao tema, apresentava sérias desconfiças em relação ao

efetivo potencial deliberativo, ou mesmo democrático, da Internet.

Não deixa de haver alguma ironia, em termos acadêmicos, no fato da posição de Habermas ter se mostrado correta, ao menos em seus aspectos principais, a partir da década de 2010. A perspectiva da produção de conectividade por meio de espaços de interlocução das redes sociais, talvez na contramão do próprio discurso de integração, mostrou também muitos obstáculos: se considerarmos a lógica seletiva dos algoritmos, teremos ideia das dificuldades (e mesmo impossibilidades) da construção de espaços de debate nos moldes de uma “esfera pública” paritária e inclusiva.

Um crítico apressado poderia imediatamente argumentar, então, que a obra estaria ultrapassada, sendo, na melhor das hipóteses, uma perspectiva heurística interessante para integrar o “museu das teorias” e ser deixada como curiosidade conceitual de um período. No entanto, a potência hermenêutica de uma obra, como recorda o próprio Habermas em seus escritos epistemológicos, não se situa na capacidade de explicar um fenômeno em

sua superficialidade, mas de vê-lo no atravessamento de suas processualidades ao longo da história.

O espaço público e a esfera de debate como construção comunicacional

O lugar da mídia e da comunicação como operadores epistemológicos centrais em *Mudança estrutural da esfera pública* é amplamente problemático, sobretudo pela importância que a obra ganhou nas pesquisas sobre comunicação política. Seria possível, nesse sentido, arriscar uma pergunta, feita já em outros momentos (Marques & Martino, 2016): até que ponto há uma apropriação da obra ou apenas do conceito de “esfera pública”? Nas práticas de pesquisas, debate e avaliação, nota-se eventualmente a presença do conceito isolado de seu contexto original de publicação, como se a categoria “esfera pública” estivesse desvinculada de um conjunto de processos históricos e sociais que caracterizam seu surgimento e transformações.

Em termos epistemológicos, isso demanda um contínuo retorno às suas

origens no sentido de retomar suas possibilidades como operador hermenêutico e seu lugar como fenômeno identificado em um espaço e tempo – e, a partir daí, a posição ocupada pela mídia no surgimento e transformação de uma “esfera pública” vista não em sua dimensão como conceito separado de uma obra, mas como categoria sociológica capaz de dar conta dos problemas sobre os quais se debruça.

Vale, nesse aspecto, retomar o lugar de origem da obra, trabalhando a partir das indicações de Calhoun (1992). Originalmente, o trabalho foi uma tese de pós-doutorado defendida na área de Ciência Política na Universidade de Marburg, Alemanha. Não se trata, portanto, de um trabalho de Comunicação ou “Estudos de Mídia”, mas de um estudo de ciência política, de ampla inspiração histórica em diálogo direto com a perspectiva crítica marxista de Horkheimer e Adorno, mas também já apresentando alguns pontos de tensão com a perspectiva clássica associada aos dois filósofos.

A tese intitula-se originalmente *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Esta última palavra poderia ser traduzida como “publicidade”, derivada

da raiz “*öffent*”, ou “público”, a partir do sufixo “*keit*”. É interessante que, literalmente, as palavras alemãs para “globo” ou “esfera” não aparecem: “*Öffentlichkeit*” se refere a algo que envolve e está ao redor. Assim, embora as traduções em inglês e português apresentem a ideia de “esfera pública”, há outros sentidos possíveis. Em outras línguas, o sentido do título – e conceito-chave da obra – apresenta outras configurações. Não se trata, evidentemente, de uma crítica das opções de tradução, mas observar as ressonâncias em outros contextos acadêmicos, que permitem compreender aspectos presentes no trabalho.

A edição francesa, publicada pela editora Payot em 1988, opta por *L'espace public*, ao qual acrescenta, como subtítulo, “*Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*”. A ideia de “arqueologia” sugere, *a posteriori*, uma afinidade ou ressonância com algumas perspectivas de Michel Foucault, ao mesmo tempo em que desaparece a ideia de “mudança estrutural” do título alemão em prol de um destaque para a noção de “espaço público” como espaço comunicacional,

apontada em Esteves (2003), Goheneix (2005) e Lits (2014). A ideia de “publicidade” aparece, na perspectiva de “*Öffentlichkeit*”, como o ato de “tornar público” no sentido, talvez, de atingir ou preencher o espaço do título, mas como princípio normativo, lembra Estelle Ferrarese (2015, p. 26).

A perspectiva da palavra “publicidade” como algo vinculado ao “público” se apresenta como um problema para leituras e leitores de língua portuguesa, para quem a ideia está mais ligada aos anúncios do que propriamente ao ato de “tornar público”. A imprecisão conceitual é revista por autores como Rudiger (2012), que se refere à “publicística” para caracterizar a perspectiva que encontramos em Habermas: trata-se não da publicidade comercial, mas de “publicizar”, lançando no espaço público, uma determinada característica que poderia, de outra maneira, ficar restrita aos ambientes privados. O espaço público, aqui, se transforma no lugar de publicização de ideias no sentido de formar a “sociedade burguesa”. A ideia de “público” ganha outros contornos quando se pensa na tradução espanhola.

A edição da editora Gustavo Gilli, publicada em 1981, intitula a obra *Historia y Crítica de la Opinión Pública*, com o subtítulo “*La transformación estructural de la vida pública*”. A perspectiva da “mudança” no título original é substituída por uma perspectiva que remete a um processo mais amplo, uma “história” da opinião pública dentro de uma perspectiva crítica: ganhando em generalidade, o título aponta um movimento histórico que, sem estar presente no nome original, é efetivamente próximo – uma história moderna da concepção de “opinião pública”. Isso é reforçado, no subtítulo, da tradução de “*Strukturwandel*” por “*transformación estructural*”, enquanto “*Öffentlichkeit*” aparece como “vida pública”, lugar de formação da opinião pública. O livro, embora não seja uma história da opinião pública, aponta para as transformações do espaço público, enquanto espaço de formação da opinião.

Em português, a tradução de 1984 pela editora Tempo Brasileiro e de 2016 pela editora Unesp, bem como a norte-americana publicada pela MIT Press em 1989 acompanham o original na ideia de “Mudança

estrutural” e “*Structural transformation*”, mas traduz-se, nos dois casos, “*Öffentlichkeit*” por “esfera pública” em oposição à “esfera privada”. A diferença produzida, no caso, é conceitual: a definição do espaço de interação entre pessoas com vistas à formação de uma opinião sobre determinado assunto é imediatamente associada com o ato de estar fora dos domínios privados: é no espaço da *polis*, não do *oikos*, que existe lugar para a agonística do *logos* nas instâncias decisórias. A tomada de decisões, aqui, não se legitima senão nas possibilidades argumentativas de interlocutores livremente aptos a trazer suas demandas e reivindicações para esse espaço, como representantes de interesses particulares específicos. A tomada final de decisão, no sistema democrático, se sustentaria a partir da progressiva entrada, na esfera pública, dessas demandas a ela endereçadas. Para isso, torna-se necessário ganhar também a adesão de outras pessoas: o voto majoritário em uma questão requer um trabalho de debate e acordo.

Aí reside um dos principais tensionamentos da obra, presentes quando

se compara os títulos das traduções: a configuração dos processos de formação da opinião, na esfera pública, refere-se a um processo de entendimento ou da busca pelo convencimento? Esse problema é registrado, no prefácio de 1990, pelo próprio Habermas (2014a, p. 80): “de um lado, a criação comunicativa do poder legítimo; de outro, o uso manipulador do poder dos meios de comunicação para produzir a lealdade das massas, a informação e a *compliance* em relação aos imperativos sistêmicos”. Isso leva, mais tarde, a um questionamento:

[...] se e em que medida uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa fornece, aos portadores da sociedade civil, a oportunidade de competir auspiciosamente com o poder midiático dos invasores políticos e econômicos, ou seja, se e em que medida fornece a oportunidade real de mudar, abrir inovadoramente e filtrar criticamente o espectro de valores, temas e razões, canalizados de fora por meio da influência. (Habermas, 2014a, p. 84)

Há uma tensão, na obra, entre a perspectiva de tratar a formação da opinião pública como um processo intersubjetivo decorrente da troca mútua de ideias dentro de um ambiente propício, que formaria, a partir disso, algum tipo de conclusão ou entendimento relativo ao que se discute, e a proposição desse debate por meios de comunicação vinculados a uma lógica de produção referente a um regime econômico: em termos comunicacionais, a mudança estrutural parece se referir a uma passagem da perspectiva de comunicação como “conversação” para outra, talvez mais instrumental, como sinônimo de mídia – o que justificaria uma identificação com a perspectiva de Horkheimer e Adorno a esse respeito.

O debate acerca do lugar da mídia na esfera pública, em confronto ou complementaridade com a conversação, parece ser uma discussão constante nas leituras da obra. Enquanto autoras e autores como Eliasoph (1996), Herbst (1996), Kim, Wyatt & Katz (1999), Dahlgren (2002) e Graham (2008) apontam para certa ênfase na conversação em relação à mídia, outra linhagem representada,

entre outros, por Hallin (1988), Garnham (1992), Gomes (1998), Wessler e Schultz (2007) ou Marques e Maia (2008) ponderam a respeito da mídia como espaço de formação da opinião. A revisão feita por Habermas ao longo do tempo a respeito desse posicionamento sugere que tanto o hiperdimensionamento quanto uma redução da questão não são adequadas, e a construção teórica não se sustenta sem um contínuo tensionamento com casos específicos.

Esse entrelaçamento conceitual se apresenta como decorrência de uma opção epistemológica do autor em tratar a ideia de “opinião pública” dentro de uma processualidade histórica da qual emerge. Seu opositor complementar são as diversas pesquisas sobre o tema levadas a efeito desde os anos 1920 nos Estados Unidos. Há um silencioso diálogo de Habermas com as perspectivas dominantes em termos acadêmicos, contra as quais seu livro oferece um outro panorama de compreensão, mais complexo e multifacetado, assim como mais abrangente.

Quando *Mudança estrutural da esfera pública* aparece, em 1962, o

estudo clássico de Walter Lippman, *Public opinion*, completava quarenta anos e já havia estabelecido plenamente sua reputação como um dos livros fundadores desse campo de estudos. Lippman é um dos pioneiros em localizar a mídia – naquela época, fundamentalmente o jornalismo – como um dos principais agentes de formação da opinião pública, resultado sobretudo do retrato mental que se compõe do mundo a partir dessas informações.

Outro diálogo é com Paul Lazarsfeld, ex-colega de Theodor Adorno, com quem trabalhou nos anos 1940 no Instituto de Pesquisa da Universidade de Colúmbia, em Nova York. Seus trabalhos mais famosos sobre opinião pública, escritos geralmente com colegas, como *Voting*, *The people's choice* e *Personal influence* estudavam a formação da opinião a partir de retratos de alcance imediato, rigorosamente empíricos, resultados de entrevistas, *surveys* e outros tipos de medição que permitiam aferir as condições de formação e desenvolvimento da opinião – sobretudo eleitoral – de grupos e pessoas na sociedade.

Tanto Lippman quanto Lazarsfeld e seus colaboradores argumentavam

em prol da importância da mídia nos processos de construção da opinião pública, ainda que de maneira indireta, no caso do último. Tratava-se, no entanto, de uma perspectiva de curto ou médio prazo, interessada em compreender as mudanças geradas pela mídia nas perspectivas de voto ou opinião – e partindo, de certa maneira, do pressuposto desse poder.

Mudança estrutural da esfera pública se opõe a esse modo de pensar a “opinião pública” – talvez a ausência desse nome no título original possa ser um marcador da distância que se pretendia tomar dessa concepção. Habermas debruça-se em uma vasta pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar sua argumentação, construindo a ideia de que as processualidades sociais das quais resultam a opinião pública precisam ser situadas em um contexto histórico mais amplo. No entanto, ao ressaltar as potências dos processos comunicacionais que encontram na conversação livre entre cidadãos privados sua forma por excelência cria, ao longo do livro, um problema: como tensionar o midiático e o comunicacional?

O tensionamento entre mídia e comunicação

O percurso do conceito de “esfera pública” na obra de Habermas não deixa de ser um pouco tortuoso. Embora seja um dos aspectos mais lembrados de sua obra, talvez mais do que a noção, igualmente central, de “ação comunicativa”, a ideia parece ter sido trabalhada de maneira paradoxalmente episódica em sua produção. Após o livro de 1962, o conceito volta a ser explorado de maneira mais ampla em *Entre facticidade e validade*, de 1992, além de um verbete de enciclopédia. Se, evidentemente, a preocupação com as questões da interação comunicacional e das formas de produção da democracia dentro de um espaço público deliberativo estão presentes em várias de suas obras, inclusive na *Teoria da ação comunicativa*, por outro lado, a abordagem específica dos modos de funcionamento da esfera pública parece ser consideravelmente mais restrita.

Para o campo dos estudos de Comunicação, isso significa uma dupla via a ser seguida quanto se pensa em acompanhar o pensamento de

Habermas sobre o assunto. Primeiro, situar a noção de “comunicação” dentro de sua obra. Se, em alguns momentos, a “comunicação” parece se apresentar como categoria central de seu pensamento, na medida em que as relações voltadas para o entendimento mútuo dentro de uma sociedade pluralista só podem se sustentar a partir de uma interação comunicacional entre os sujeitos, em outros momentos ela parece se reduzir a um aspecto bastante específico – a conversação sobre temas de interesse público em cenários particulares.

Segundo, e aparentemente ainda mais complexo, é situar a mídia dentro do conceito de esfera pública, sobretudo a partir de suas revisões e atualizações, tanto no prefácio de 1990 à *Mudança estrutural da esfera pública* quanto em *Entre facticidade e validade* e em outros textos esparsos. Na obra de 1962, como visto, a mídia parece ocupar um lugar de considerável importância no estabelecimento da troca pública de ideias nas origens do espaço público; é essa mesma mídia, com o jornalismo ocupando um lugar central, que se converterá em um dos fatores de

transformação dessa esfera pública. Mas o que, efetivamente, acontece depois?

Ao final de *Mudança estrutural da esfera pública*, observa-se a capitulação do jornalismo frente aos ditames de um mercado de produção cultural plenamente estabelecido; é necessário pensar, no entanto, quais desdobramentos isso teria a partir das alterações no ambiente midiático posteriores ao final do século XIX – justamente as mais cruciais, talvez. O jornalismo pode ser um produto da indústria cultural, mas não se reduz a isso: enquanto produção social, situa-se entre vários tensionamentos sem uma solução de compromisso ou continuidade, mas encontrando na dialética entre prática e mercado uma de suas dinâmicas de produção. Sua apropriação pela indústria da cultura não implica necessariamente uma adesão plena a esses princípios, como se não houvesse maneira alguma de desafiar os ditames dessa apropriação a partir de resistência e alternativas (Marcondes Filho, 1986).

No prefácio de 1990, Habermas aborda essa questão indicando o fato de ter dedicado à mídia um olhar

necessariamente negativo em relação à esfera pública em *Mudança estrutural da esfera pública*. Em sua reavaliação crítica, Habermas (2014a, p. 60) aponta:

Na época, julguei de maneira muito pessimista a capacidade de resistência e, sobretudo, o potencial crítico de um público de massa pluralista, muito diversificado internamente, que em seus hábitos culturais começava a superar as barreiras de classe.

Mas o que acontece com a noção de esfera pública a partir do momento em que o ambiente das mídias se transforma radicalmente? A emergência da televisão, no século XX, e das mídias digitais, no século XXI, como protagonistas de uma mudança nas formas de comunicação poderia significar efetivamente uma mudança também na esfera pública, ou esse circuito de produção midiática aparece apenas como uma dimensão acessória diante de processos sociais mais amplos?

Um ponto central para compreender essa discussão é o fato

de Habermas não tomar “mídia” como sinônimo de “comunicação”. A leitura próxima de sua obra parece insistir em uma distinção entre esses dois elementos na medida em que trata-se de dimensões diferentes da experiência.

Enquanto para Habermas, herdeiro de T. W. Adorno, o conceito de “mídia” parece se dirigir fundamentalmente ao aparato industrial e corporativo responsável pela produção em grande escala de informações (Polan, 1993); para Habermas, herdeiro de G. H. Mead, a noção de “comunicação” se apresenta como um processo interacional mais amplo de troca simbólica entre indivíduos.

O autor volta-se com ênfase para as questões comunicacionais, as possibilidades de elaboração de proferimentos, sua validade e reconhecimento, suas condições de justificação e refutação. Pode-se arriscar, perto de uma hipérbole, dizer que Habermas não é um teórico da mídia, mas autor de uma teoria da comunicação.

Isso também pode ser visto na maneira como Habermas se refere à mídia: em 1962, trata-se de um ponto importante na mudança da esfera

pública, mas não se confunde com ela; apenas em 1992, em *Entre facticidade e validade* (1997), ele mencionará a possibilidade de formação de uma “esfera pública midiática” como espaço de debates e, eventualmente, formação de uma opinião pública; recorde-se a mencionada recusa em considerar a Internet e o ambiente das mídias digitais como parte de uma “esfera pública”. Nessa mesma obra, Habermas (1997, p. 107) especifica mais alguns “tipos” de esferas públicas e suas características comunicacionais:

[...] esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua), esfera pública de presença organizada (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente).

Aliás, mesmo quando, no texto de 1992, Habermas amplia a noção de “esfera pública” para o plural

“esferas públicas”, há uma qualificação em relação à “esfera pública midiática” como sendo uma delas, formada episodicamente como parte de outro conjunto de processos de formação da opinião a partir da relação entre sujeitos – exatamente o que parece faltar dentro de uma teoria da mídia.

No entanto, a “exclusão” ganha um outro sentido, menos radical, quando nas mesmas estruturas de comunicação se formam ao mesmo tempo várias arenas nas quais, ao lado da esfera pública burguesa hegemônica, surgem outras esferas públicas subculturais ou específicas de uma classe, com premissas próprias e não negociáveis. (Habermas, 2014a, p. 41)

Se o espaço público é formado na interação comunicacional entre sujeitos racionais, capazes de providenciar pontos de vista justificativos de seus proferimentos e proposições, a mídia estaria necessariamente distante de qualquer aspecto deliberativo; mesmo as redes sociais, com seu potencial de interação, efetivamente não estão

Enquanto para Habermas, herdeiro de T. W. Adorno, o conceito de “mídia” parece se dirigir fundamentalmente ao aparato industrial e corporativo responsável pela produção em grande escala de informações. (Polan, 1993)

destinadas de antemão a promover qualquer tipo de debate, mas à simples exposição de opiniões mais ou menos reguladas pela presença de algoritmos e outros elementos de controle e direcionamento da informação.

O aspecto, nesse ponto, é eminentemente relacional: nenhuma mídia que não permita o contato face a face direto entre os integrantes de um processo deliberativo poderia efetivamente tomar parte nesse tipo de ação – uma ação comunicativa dependeria, paradoxalmente, de certa distância das rotinas de produção da mídia como forma de produção e manutenção das condições ideais de deliberação, nunca atingidas, e talvez impossível de o serem, pela mídia.

É questionável, nesse ponto, em que medida a mídia se apresentaria como espaço de debate na medida em que os processos de edição e produção jornalística não têm como primeira ou principal preocupação garantir as condições de uma deliberação sobre assuntos de interesse público, mas reportar as diferentes posições a respeito de um tema. Na perspectiva de Esteves e Escudero (2015, p. 15)

A comunicação pública vale-se do processo, do movimento social e do seu contexto para vir à superfície. Parte do sujeito para retornar ao sujeito. Não é, assim, ditada a priori por modelos ou rótulos, mas o produto contingente dos seus próprios sujeitos (público e massa) e de um processo de aprendizagem colectiva relacionado com as possibilidades de transformação social.

Esses debates, situados originalmente na esfera pública, ganham contornos diferentes a partir de sua articulação com a “esfera pública mediada” indicada por Habermas, em um tensionamento de sua dimensão como produto vinculado a uma esfera econômica e como prática social eivada de ressonâncias políticas. Mas é em *Entre naturalismo e religião*, trabalho mais tardio, que Habermas (2007, p. 17) desenvolve a questão, mostrando uma preocupação com as questões que já se esboçavam naquele momento, e da qual o debate contemporâneo, ao menos em parte, descende:

Em nossa sociedade, dominada pela mídia, a esfera pública serve,

em primeiro lugar, como espaço da auto-representação daqueles que se destacam na sociedade por uma razão ou por outra. A finalidade das aparições em público reside na visibilidade ou na notoriedade. Astros e estrelas pagam por este tipo de presença nos meios de comunicação de massa o preço de uma confusão entre a sua vida privada e pública. Já a participação em controvérsias políticas, científicas ou literárias possui outra finalidade. Aqui, o entendimento sobre um tema substitui a auto-representação pessoal.

Mas é justamente a questão de quem pode aparecer e falar na esfera pública que permanece como um dilema polêmico para a prática política contemporânea.

Diferenças e assimetrias de poder na constituição de esferas públicas

Aparecer enquanto sujeito político na esfera pública envolve expor-se à avaliação e ao julgamento alheio. Habermas (2004) sinaliza que, na

interação comunicativa, os argumentos e as formas de vida e existência dos sujeitos são dependentes das condições morais de apreensão e reconhecimento:

Quanto mais o processo de individualização expande a vida interior de uma pessoa, ela se torna mais profundamente afetada pelo exterior, numa rede mais densa e frágil de relacionamentos de reconhecimento recíproco. Ao mesmo tempo, ela se expõe aos riscos de negação de reciprocidade. A moralidade do igual respeito por todos e cada um deveria, presumidamente, absorver esses riscos e ser definida para a inclusão dos marginalizados na rede de reconhecimento recíproco. (Habermas, 2004, p. 5)

A indicação de riscos e vulnerabilidades presentes nas redes de interação que configuram, por sua vez, redes de esferas conversacionais e políticas, conduz Habermas a tematizar a questão da empatia e dos sentimentos morais. Contudo, ele associa a empatia ao gesto de

“colocar-se no lugar do outro”, para “sentir-se como o outro”, o que se revela tarefa extremamente difícil e até mesmo impossível. A nosso ver, a empatia se realiza através do “sentir com o outro”, aproximando-se de seu lugar de experiência.

A empatia – isto é, a capacidade de experienciar o seu próprio caminho cruzando distâncias culturais para chegar a modos de vida, predisposições para reagir e perspectivas interpretativas estranhas e à primeira vista incompreensíveis – é um pré-requisito emocional para assumir o papel ideal que exige que todos adotem o ponto de vista de todos os outros. (Habermas, 1990, p. 112)

Assumir a perspectiva do outro (uma formulação que Habermas traz de George Herbert Mead) pode significar compreender reciprocamente os motivos e razões através dos quais os sujeitos produzem demandas de justiça. Essa compreensão recíproca seria a base das interações comunicativas e do laço social em Habermas. Contudo, quando “assumimos” ou “adotamos”

a perspectiva do outro não estamos apenas simpatizando com um ponto de vista. Trata-se de um trabalho ético de compreensão dos motivos e das razões que o outro apresenta para a validação de suas demandas e expectativas. Ainda que não estejamos de acordo com tais razões e que não seja nosso intuito assumi-las como nossas, elaboramos um gesto político de acolhimento, consideração e resposta ao clamor que vem do outro. Trata-se também de distinguir a perspectiva do outro daquela que sustento e, ainda assim, compreender e responder ao outro da melhor forma possível. Essa produção da resposta é foco, por exemplo, da filosofia de Honneth sobre o reconhecimento.

Mas Iris Young (2001) afirma que tanto Habermas quanto Honneth precisariam explorar mais o que significa a empatia definida a partir do sofrimento tematizado pela alteridade, pois falhar em adotar a perspectiva do outro pode tanto gerar o desejo de compreender melhor, quanto o desejo de aprofundar a violência e a vulnerabilidade do outro. Nesse sentido, ela destaca que uma forma agonística de empatia pode nos fornecer uma chave

mais complexa para o dilema ético que tensiona a consideração e a desfiguração ou desprezo pela injustiça feita ao outro.

A empatia agonística, mencionada por Seyla Benhabib (1996), se revela como gesto que se manifesta dentro de um certo regime de aparição, legibilidade e apreensão sensível do outro, sem desconsiderar as relações de poder. Em seu sentido mais amplo, essa forma de empatia desafia a permanência de códigos de inteligibilidade, alimentando o conflito com poderes que designam, enquadram, definem e modelam modos de vida passíveis de reconhecimento. Lembrando aqui que, segundo Young (2001), a demanda pelo reconhecimento não se restringe a um apelo pela aceitação de quem já somos, mas solicita um devir, uma transformação das condições valorativas e do imaginário que conferem humanidade a uma vida e às relações intersubjetivas. A nosso ver, a empatia não pode ser percebida como resposta que ameniza as assimetrias e desigualdades que definem as condições de reconhecimento e não reconhecimento de sujeitos e grupos.

A reconfiguração e alteração de tais condições está ligada ao argumento sustentado por Nancy Fraser, de que não é possível para os interlocutores de uma esfera pública deixar de lado (colocar entre parêntesis) diferenças de status para deliberarem como se fossem socialmente iguais. Para ela, há uma variedade de experiências interseccionais que compõem diferentes formas de expressão e compreensão, fazendo com que as conversações sociais sejam permeadas por vários tipos de assimetrias. Assim, “declarar que a esfera pública é uma arena deliberativa na qual não há distinções de status não é suficiente para revelar como as desigualdades influem no debate” (1990, p. 60).

O poder social capaz de impedir que as pessoas se tornem interlocutores em pé de igualdade deriva não apenas da dependência econômica e da dominação política, mas também de um sentido internalizado do direito que se tem de falar ou de não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros. [...] Assim, os princípios

que regulam processos de justificação recíproca nas esferas públicas são culturalmente específicos e frequentemente operam como formas de poder que silenciam ou desvalorizam o discurso de alguns. (Young, 2001, p. 370)

Fraser (1990) e Young (2001) destacam a importância de se incorporar o interesse privado e as experiências singulares ao debate, uma vez que sua anulação em prol de um “nós” ou do interesse coletivo, impede que os participantes possam esclarecer seus interesses. A tematização das próprias experiências e a identificação e nomeação de injustiças é um processo político importante e que envolve o exercício de “encontrar as palavras certas para expressar pensamentos e sentimentos, além da construção de uma forma de endereçá-los aos demais para que possam ser ouvidos, considerados e respondidos” (Fraser, 1990, p. 64).

Benhabib (1996, p. 298) acentua o quanto é importante considerar as “circunstâncias contingentes, históricas e afetivas que fazem os indivíduos adotarem um ponto de vista

ético-universalista” ao se dedicarem ao debate crítico em uma rede heterogênea de esferas públicas, compostas de múltiplas formas de articulações, conversações e contatos de cooperação. Nessa rede, as justaposições de arenas (nas quais uma iniciativa não apaga a outra, mas coexistem) não ocorrem sem conflitos, dissidências e tensões, pelo contrário. Contudo, nelas os interesses individuais não competem com os interesses coletivos, mas ambos interagem de maneira reflexiva e complementar. Segundo ela, quando entendemos a conexão entre múltiplas esferas de comunicação como, ao mesmo tempo, anti-hierárquica, conflitiva e aberta a possibilidades de cooperação, não haveria necessidade de reprimir ou suprimir a diferença. O problema ocorre justamente quando as conexões entre as esferas são configuradas a partir de identificações políticas polarizantes, orientadas para a manutenção de privilégios e não para questões de justiça coletiva e para condições democráticas de reconhecimento recíproco.

Além disso, não é apenas a conexão entre as esferas que precisa

considerar a multiplicidade de formas de vida, mas também as formas de participação possíveis para diferentes públicos. Nem sempre ter a chance de participar de um debate significa que haverá oportunidades concretas de expressar, apresentar e tematizar diferenças e desigualdades. Nem todos os contextos comunicativos proporcionados por esferas públicas são capazes de promover condições paritárias de reconhecimento ou mesmo de consideração de demandas distintas. E nem todos esses contextos se configuram como espaços de representação paritária: ao lado da proporção desigual de falas consideradas há também uma desigualdade extrema entre corpos que podem ser vistos e avaliados como prova de uma expressão de vida legitimada socialmente como digna de respeito e estima.

Por isso mesmo, expectativas de reconhecimento de alguns grupos tendem a não ser atendidas, pois não se resumem a uma mera inclusão em quadros de sentido dominantes, exigindo uma complexa e lenta operação de criação de um outro imaginário, de uma outra forma de vida, na qual a

experiência desses sujeitos e grupos possa ser valorizada como relevante.

Essa observação nos conduz novamente à questão da expressão dos interesses e experiências particulares nas esferas públicas de debate. Fraser (1990) discorda da pressuposição de que o discurso nas esferas públicas deveria se restringir à deliberação acerca do bem comum, e que o aparecimento de interesses privados e de questões privadas seria sempre uma ameaça indesejável.

A discussão reflexiva que dá vida à esfera pública nos possibilitaria expressar nossos desejos, sentimentos e necessidades de modo a reconhecer quais são aqueles que pertencem ao domínio do julgamento pessoal e quais são aqueles que deveriam ser compartilhados e entendidos como pertencentes ao âmbito coletivo da justiça, das normas e dos direitos. Mas, para isso, os interesses específicos de grupos e sujeitos também precisam ser apreciados.

Quando os participantes da discussão visam à unidade – o apelo a um bem comum para o qual todos devem deixar para trás suas

experiências e interesses particulares – as perspectivas dos privilegiados dominarão, provavelmente, a definição desse bem comum. Pede-se aos menos privilegiados que deixem de lado a expressão de suas experiências, o que pode demandar um idioma diferente, ou suas reivindicações por direitos e interesses são afastadas em consideração a um bem público cuja definição contém um viés contra eles. (Young, 2001, p. 376)

Young (2001) e Fraser (1985, 1990) argumentam que existem preocupações e experiências que dificilmente podem ser generalizadas e universalizadas: assim, esferas públicas inclusivas deveriam acolher parâmetros diversos de percepção do mundo, constituídos por meio de experiências subjetivas, e interesses subjetivos constituídos por uma trajetória particular e pela vontade de questionar e colocar em pauta determinados temas e não outros.

Para isso, a empatia auxilia a enxergar a história do outro conectada à minha própria história, os interesses do outro aos meus próprios interesses.

Segundo Benhabib (1986), é ao conversar e debater com os outros, com os quais possuímos divergências de interesses, que podemos entender os custos para a obtenção do que é bom para eles, os constrangimentos práticos aos seus desejos, as possíveis soluções para seus dilemas e o que eles prezam de maneira mais profunda. Negar a presença do auto-interesse no processo de discussão sobre questões de interesse coletivo pode, muitas vezes, impedir a formação de vínculos de solidariedade e respeito mútuo. Os participantes de uma conversação política não deixam de lado suas situações e desejos particulares para adotarem um ponto de vista universal. Eles se deslocam entre uma posição que focaliza suas necessidades pessoais e uma postura de reconhecimento das demandas dos outros. Essas demandas são generalizáveis no sentido de que elas “podem ser reconhecidas sem violar os direitos de outros ou submetê-los à dominação” (Young, 1990, p. 107).

Tal perspectiva revela que a autonomia é resultado de um processo ético, no qual nossas realizações são alcançadas sempre em interdependência e, por

isso mesmo, sempre em condições de vulnerabilidade (exposição ao Outro). Alcançar a autonomia implica assumir a responsabilidade derivada de nossas conexões, necessidades e vínculos, o que requer olhar com mais vagar e cuidado para as situações, os encontros, os afetos e as práticas de escuta que envolvem o contato com a alteridade, o que implica obstáculos comunicativos e presença de vulnerabilidades.

Trazer as demandas subjetivas e particulares para as conversações públicas não é tarefa fácil. Primeiro porque vários grupos e coletivos possuem experiências políticas pautadas pela depreciação e desvalorização de seus pontos de vista e interesses:

As mulheres, por exemplo, têm sido socializadas de modo a colocar os interesses de outros sempre adiante de seus próprios interesses, o que interfere no modo como interpretam os próprios interesses. A articulação do interesse próprio tem um papel legítimo na deliberação democrática, particularmente em discussões de justiça distributiva. Uma deliberação legítima deveria contemplar o critério de auxiliar

os cidadãos a entenderem melhor seus interesses, sejam esses interesses forjados com vistas ao bem comum ou não. (Mansbridge, 2009, p. 229)

Segundo, porque, como destacam Young (1990) e Mansbridge et al. (2010), a inclusão do interesse pessoal no processo de debate que configura as esferas e redes de esferas públicas pode fazer com que as experiências de determinados grupos sejam qualificadas como defesa da manutenção de privilégios, ou como ação egoísta que diverge da preocupação coletiva com o bem comum.

Se grupos oprimidos desafiam a suposta neutralidade de pressupostos e políticas prevalecentes e expressam suas próprias experiências e perspectivas, suas demandas são vistas como enviesadas, como interesses egoístas e especiais que desviam de um interesse geral e imparcial. O compromisso com um ideal de imparcialidade torna difícil expressar a parcialidade do ponto de vista supostamente geral, e também dificulta reclamar uma voz para os oprimidos. (Young, 1990, p. 116)

Como, então, aproximar interesses embasados em valores inconciliáveis? Como superar o ódio, a intolerância e o desrespeito que minam os debates democráticos? Ou melhor, como dialogar com os outros mesmo havendo manifestações de ódio e incivilidade nas trocas comunicativas? Young (2001) indica que apostar nas interações que valorizam as diferenças pode nos ajudar a compreender como as interações comunicativas que formam esferas públicas transformam a maneira de pensar e reconfiguram os interesses pessoais e coletivos.

Diferença não quer dizer distinção total, mas significa que cada posição tem consciência de que não compreende a perspectiva dos que estão diferentemente situados, no sentido de que as diferenças não podem ser assimiladas. Há, portanto, uma lição a tirar das outras perspectivas quando comunicam seus significados, precisamente porque as perspectivas estão além umas das outras e não são redutíveis a um bem comum. Esse processo de expressão mútua de experiências e pontos de vista

que transcendem o entendimento inicial de cada um constitui uma transformação de opiniões. (Young, 2001, p. 377)

Sujeitos em interação demandam reconhecimento não só da validade de seus proferimentos, mas também de seu “status” de agentes moralmente responsáveis e dotados de autonomia para se orientarem por suas experiências e justificarem suas opções e escolhas de como gerir a própria vida. Dito de outro modo, o não reconhecimento deriva da perpetuação de um imaginário moral que torna as formas de vida desigualmente avaliadas e, portanto, assimetricamente expostas a condições de opressão. Nesse sentido, o reconhecimento da validade das normas que sustentam esferas públicas de debate está intrinsecamente ligado à luta por reconhecimento das identidades particulares e coletivas dos indivíduos.

Nossa aposta, junto com as autoras acima citadas, é a de que as condições de reconhecimento da alteridade necessitam de um outro modo de fabular o mundo através das próprias instâncias midiaticizadas do

imaginário. A mídia e seus gêneros discursivos fazem parte do espaço-tempo de narração do mundo e das formas de vida e, justamente por isso, devem ser interpeladas constantemente em seu processo de apagamento ou iluminação de determinadas existências no fluxo de circulação. Sob esse viés, operações de apagamento e de aparecimento de formas de vida conectam-se às avaliações morais que dão forma à empatia agonística, isto é, à tensão que mantém o atrito entre a intolerância e a escuta; o avizinhamento e a indiferença.

Considerações finais

É relativamente raro, na obra de um autor, encontrar comentários críticos e revisões a aspectos fundamentais de um de seus principais livros. No entanto, essa prática é uma das constantes na trajetória de Jürgen Habermas, presente sobretudo a partir de suas obras dos anos 1970, na qual dialoga extensamente com autoras e autores a respeito de pontos fundamentais de suas concepções. A partir do final dos anos 1980, esse diálogo se estabelece também com as críticas recebidas por

seus trabalhos anteriores, levando a inéditas mudanças de posicionamento e, em alguns casos, revisões de conceitos. É esse o caso do prefácio à edição de 1990 de seu primeiro e mais conhecido trabalho, *Mudança estrutural da esfera pública*, de 1962.

Com ampla disseminação nas décadas seguintes, essa obra gerou tanto desenvolvimentos e aplicações particulares quanto críticas, às quais o autor responde parcialmente nesse prefácio. Trata-se de uma oportunidade relativamente rara de acompanhar um trabalho em curso, atento às mudanças sociais e epistemológicas de uma época. A proposta, aqui, foi fazer essa “metaleitura”, ou “ler Habermas com Habermas”, observando suas críticas e considerações sobre o texto de 1962 após trinta anos. A nosso ver, a noção de esfera pública habermasiana continua sendo um recurso conceitual e prático para pensar a maneira como processos políticos ganham seus contornos através da ação da linguagem, das condições de visibilidade e de consideração de diferentes sujeitos e modos de vida, em meio a institucionalidades neoliberais desiguais, injustas e opressoras. Os constrangimentos

de poder e as diferenças entre as maneiras como públicos variados interpretam injustiças e as apresentam sob a forma de demandas merecem, contudo, as frequentes reconsiderações e reformulações contextuais ao conceito de Habermas.

Diante da devastação das vidas e das sociedades governadas pelo neoliberalismo, diante do aumento dos ódios, do repúdio às diferenças, dos preconceitos de gênero, classe e raça e da valorização de políticas individualistas e meritocráticas, como pensar o papel das esferas públicas como processo central às democracias? Acreditamos que tal papel seja ainda de tematizar, de maneira explícita, as inúmeras desigualdades e violências que dificultam a implementação de uma ética comunicacional, orientada pelo reconhecimento recíproco e pela escuta das demandas em sua pluralidade.

Referências bibliográficas

- Benhabib, S. (1986). *Critique, norm, and utopia: A study of the foundations of Critical Theory*. New York, NY: Columbia University Press.

- Benhabib, S. (1996). The democratic moment and the problem of difference. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and difference* (pp. 3-18). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bosco, E. (2017). Habermas e a esfera pública: Anotações sobre a trajetória de um conceito. *Sinais*, 21(2), 184-210. <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.18456>
- Calhoun, C. (1992). Introduction. In *Habermas and the public sphere* (pp. 1-48). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Correia, J. C., & Maia, R. C. (Eds.) (2011). *Public sphere reconsidered: Theories and practices*. Covilhã: Universidade de Beira Interior.
- Dahlberg, L. (2001). The internet and democratic discourse. *Information, Communication & Society*, 4(4), 615-633. <https://doi.org/10.1080/13691180110097030>
- Dahlgren, P. (2002). In search of the talkative public: Media, deliberative democracy, and civic culture. *Javnost – The Public*, 9(3), 5-26. <https://doi.org/10.1080/13183222.2002.11008804>
- Dryzek, J. (1995). Critical theory as a research program. In S. K. White (Ed.), *The Cambridge companion to Habermas* (pp. 97-119). Cambridge: Cambridge University Press.
- Eder, K. (2006). The public sphere. *Theory, Culture and Society*, 23(1), 607-611. <https://doi.org/10.1177/0263276406062705>
- Eger, E., Grant, C., Gallchoir, C. O., & Warburton, P. (2001). Introduction. In *Women, writing and the public sphere 1700-1830* (pp. 1-26). Cambridge: Cambridge University Press.
- Eliasoph, N. (1996). Making a fragile public: A talk-centered study of citizenship and power. *Sociological Theory*, 14(3), 262-89. <https://doi.org/10.2307/3045389>
- Espíndola, R. J. (2020). Esfera pública e mass media: Gênese, manipulação e despolitização do espaço público em Jürgen Habermas. *Razão e Fé*, 22(1), 26-39.
- Esteves, J. P. (2003). *Espaço público e democracia: Comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. Rio Grande do Sul: Unisinos.
- Esteves, J. P. (2004). Espaço público: Os públicos como nova forma de sociabilidade. In A. C. Rubin (Ed.), *Comunicação e política* (pp.128-180). Salvador: Edufba/Unesp.
- Esteves, J. P., & Escudero, R. C. (2015). O novo público da esfera pública e a reconceptualização do consenso como *topos* da comunicação pública. *Comunicação Pública*, 10(17), 1-17. <https://doi.org/10.4000/cp.915>
- Ferrarese, E. (2015). *Ethique et politique de l'espace public. Habermas et la discussion*. Paris: Vrin.
- Fraser, N. (1985). What's critical about critical theory? The case of Habermas and gender. *New German Critique*, 35(1), 97-131. <https://doi.org/10.2307/488202>
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Garcia, A. S., Pereira, J. R., Alcântara, V. de C., & Prado, J. W. do. (2019). Produção científica sobre esfera pública: Um estudo bibliométrico em múltiplas áreas do conhecimento (1970-2015). *Administração Pública e Gestão Social*, 11(1), 2-15. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v11i1.1650>
- Garnham, N. (1992). The media and the public sphere. In C. Calhoun (Ed.),

- Habermas and the public sphere* (pp. 359-376). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Goheneix, A. (2005). De l'espace public comme concept à l'opinion publique comme fait social. *Raisons Politiques*, 19(3), 5-7. <https://doi.org/10.3917/rai.019.0005>
- Gomes, W. (1998). Esfera pública e os media: com Habermas, contra Habermas. In A. C. Rubim, I. M. G. Bentz, & M. J. Pinto (Eds.), *Produção e recepção dos sentidos midiáticos* (pp.155-185). Petrópolis: Vozes.
- Gomes, W., & Maia, R. C. (2008). *Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus.
- Goodnight, T. (1992). Habermas, the public sphere and controversy. *International Journal of Public Opinion Research*, 4(3), 243-255. <https://doi.org/10.1093/ijpor/4.3.243>
- Graham, T. (2008). Needles in a haystack: A new approach for identifying and assessing political talk in nonpolitical discussion forums. *Javnost – The Public*, 15(2), 17-36. <https://doi.org/10.1080/13183222.2008.11008968>
- Habermas, J. (1990). Jürgen Habermas: Morality, society and ethics – an interview with Torben Hviid Nielsen. *Acta Sociologica*, 33(2), 93-114. <https://doi.org/10.1177/000169939003300201>
- Habermas, J. (1991). A Reply. In A. Honneth, & H. Joas (Eds.), *Communicative action: Essays on Jürgen Habermas's The Theory of Communicative Action* (pp. 214-264). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2004, novembro). Public space and political public sphere: The biographical roots of two motifs in my thought. *Commemorative Lecture*. Kyoto. Consultado a 22 de setembro de 2021, em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiUwY7H-gpPzAhVJ8OAKHRwbCAIQF-noECBAQAQ&url=http%3A%2F%2Fikessharpless.pbworks.com%2Ff%2FKyoto_lecture_Nov_2004%2C%2520Jurgen%2520Habermas.pdf&usg=AOvVaw3VM5Z1NRTn5dE_E4dG-17r
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Habermas, J. (2007). *Entre naturalismo e religião*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2014a). Prefácio 1990. In *Mudança estrutural da esfera pública* (pp. 35-87). São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2014b). *Na esteira da tecnocracia*. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2015a). *A nova obscuridade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2015b). *Textos e contextos*. São Paulo: Editora Unesp.
- Hallin, D. C. (1988). The American news media: A critical perspective. In J. Forester (Ed.), *Critical theory and public life* (pp. 121-146). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Herbst, S. (1996). Public expression outside the mainstream. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 546(1),

- 120-131. <https://doi.org/10.1177/0002716296546001011>
- Keane, J. (1996). Transformações estruturais da esfera pública. *Comunicação e Política*, 3(2), 6-28.
- Kim, J., Wyatt, R., & Katz, E. (1999). News, talk, opinion, participation: The part played by conversation in deliberative democracy. *Political Communication*, 16(4), 361-385. <https://doi.org/10.1080/105846099198541>
- Lits, M. (2014). L'espace publique: Concept fondateur de la communication. *Hermès*, 70(3), 77-81. <https://doi.org/10.3917/herm.070.0075>
- Losekann, C. (2009). A esfera pública habermasiana, seus críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural*, 4, 37-57. <https://doi.org/10.15210/pp.v0i4.3684>
- Lubenow, J. A. (2012). A esfera pública 50 anos depois. *Trans/Form/Ação*, 35(3), 189-220. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732012000300010>
- Maia, R. C. (2006, junho). *Democracia deliberativa e tipologia de esfera pública*. Trabalho apresentado no XV COMPÓS, Bauru. Consultado a 22 de setembro de 2021, em www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf
- Mansbridge, J. (2009). A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In Â. C. S. Marques (Ed.), *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas* (pp. 207-237). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mansbridge, J., Bohman, J., Chambers, S., Estlund, D., Føllesdal, A., Fung, A., Lafont, C., Manin, B., & Martí, J. L. (2010). The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy. *The Journal of Political Philosophy*, 18(1), 64-100. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2009.00344.x>
- Marcondes Filho, C. (1986). *Quem manipula quem?* Petrópolis: Vozes.
- Marques, Â. C. S. (2011). Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 19-40. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200002>
- Marques, Â. C. S., & Maia, R. (2008). A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Política & Sociedade*, 7(12), 143-175. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n12p143>
- Marques, Â., & Martino, L. M. S. (2016). *Mídia, ética e esfera pública*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG.
- Martino, L. M. S. (2009). *Teoria da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das mídias digitais*. Petrópolis: Vozes.
- McKee, A. (2005). *The public sphere: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mitra, A. (2001). Marginal voices in cyberspace. *New Media and Society*, 3(1), 29-48. <https://doi.org/10.1177/1461444801003001003>
- Oliveira, C. G., & Silva, R. M. (2020). Democracia e esfera pública no mundo digital. *Redes*, 8(3), 105-129. <http://dx.doi.org/10.18316/redes.v8i3.4639>
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(1), 9-27. <https://doi.org/10.1177/14614440222226244>
- Pereira, L. H. (2020). O conceito de esfera pública e a teoria pós-colonial do jornalismo. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. 10(26),

- 40-53. <https://doi.org/10.46952/rebej.v10i26.337>
- Polan, D. (1993). The public's fear, or media as monster in Habermas, Negt and Kluge. In B. Robbins (Ed.), *The phantom public sphere* (pp. 33-41). Minneapolis, MN: Minnesota University Press.
- Rossetti, R., & Pitombo, P. (2020). Habermas na prática. *Questões Transversais*, 8(16), 85-95.
- Rüdiger, F. (2012). A trajetória da publicística como proposta criadora de uma ciência da comunicação autônoma nos países de língua alemã. *Comunicação & Sociedade*, 3(57), 103-128. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p103-128>
- Savigny, H. (2002). Public opinion, political communication and the internet. *Politics*, 22(1), 1-8. <https://doi.org/10.1111/1467-9256.00152>
- Seridório, D., & Luvizotto, C. (2017). Internet como espaço de deliberação e participação política. *Comunicação & Sociedade*, 39(3), 79-110. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n3p79-110>
- Siebeneichler, F. B. (2018). O conceito esfera pública no pensamento habermasiano. *Logeion*, 5, 84-96. <https://doi.org/10.21728/logeion.2018v5n0.p84-96>
- Stromer-Galley, J. (2002). New voices in the public sphere. *Javnost – The Public*, 9(2), 23-42. <https://doi.org/10.1080/13183222.2002.11008798>
- Wessler, H., & Schultz, T. (2007). Can the mass media deliberate? In R. Butsch (Ed.), *Media and public spheres* (pp.15-27). New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Young, I. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, I. (2001). Comunicação e o outro: Além da democracia deliberativa. In J. Souza (Es.), *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (pp. 365-386). Brasília: Editora UnB.

Aniversários em rede: esfera pública e políticas feministas da comunicação

*Networked anniversaries: public sphere and
feminist communication policies*

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_3

Resumo:

Neste artigo cruzamos o 60º aniversário da publicação de *Strukturwandel der Öffentlichkeit* de Jürgen Habermas com o 25º aniversário do documento da ONU adotado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher - a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, onde é feita uma referência aos *media* como área crítica de preocupação. Com esse cruzamento pretendemos abordar um conjunto de questões que podem ajudar-nos a considerar criticamente algumas das razões que poderão explicar as limitações nos avanços face aos objetivos da Plataforma no tocante aos progressos das mulheres na área da comunicação, à luz das mutações da esfera pública tal como pensada por Habermas. Assim, o artigo desenvolver-se-á explorando dois aspetos: a constituição da esfera pública internacional e o papel das instituições internacionais na tomada de decisão; e as condições em que as mulheres

desenvolvem a sua participação política e social.

Palavras-chave: Esfera pública; Declaração e Plataforma de Ação de Pequim; secção J; mulheres; *media*.

Abstract:

In this article we consider the 60th anniversary of the publication of *Strukturwandel der Öffentlichkeit* by Jürgen Habermas together with the 25th anniversary of the UN's IV World Conference on Women and its Beijing Declaration and Platform for Action, where the media are referred to as an area critical of concern. With this, we aim to address a set of issues that can help us to critically consider some of the reasons that can explain the limitations of progress of women towards the objectives of the Platform in the communication area, considering the changes in Habermas' public sphere. The article will unfold by

exploring two aspects: the constitution of the international public sphere and the role of the international institutions in decision-making; and the conditions underlying women's political and social participation.

Keywords: Public sphere; Beijing Declaration and Platform for Action; section J; women; media.

¹ Professora Associada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do ICNova, é Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. É atualmente vice-presidente da Associação Portuguesa de Estudos Sobre Mulheres (APEM), sendo também editora da revista *ex aequo*. As suas áreas de investigação centram-se nas questões de género e comunicação e nos estudos feministas dos *media*, bem como na sociologia da comunicação, política e jornalismo.

Introdução

Em 2020 celebrou-se o 25º aniversário do documento da ONU adotado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher - a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim – motivo indiscutível para festejar a afirmação no quadro internacional que visou transformar a desigualdade de género, tanto ao nível nacional quanto ao nível das organizações. Resultado de negociações entre os 189 países envolvidos na Conferência que, além dos/as seus/suas delegados/as governamentais incluiu também peritos/as e representantes da sociedade civil, o documento introduziu importantes princípios para a igualdade de género, incluindo o conceito de *mainstreaming* que exige uma reorganização dos processos políticos para integrar a igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas e um conjunto de compromissos de ação em 12 áreas críticas. Entre estas, encontram-se os meios de comunicação, inscritos na Secção J do documento.

No entanto, não basta congratularmo-nos com as promessas de Pequim. Explorando a adoção de políticas das organizações mediáticas em diversos

países, Claudia Padovani e Rossella Bozzon (2020), por exemplo, salientam que os apelos feitos na Secção J foram reajustados sucessivamente em documentos regionais e internacionais e os seus princípios reafirmados nas várias revisões de progresso, o que aconteceu também na 18ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher (CSW). Tal é, para as autoras, “um sinal das limitações da extensão a que a incorporação da perspectiva de género nos *media* se tornou uma prioridade para os atores políticos e também para as organizações mediáticas” (p. 102).

Não se pretende, neste texto, fazer mais uma revisão da importância e das ambivalências da Plataforma para as mulheres, algo que já fizemos em termos globais (Álvares, Silveirinha & Ferreira, 2020) ou em termos da sua secção J (Silveirinha, 2012) e que, neste último aspeto, conta com importante literatura recente (Padovani & Bozzon, 2020; Ross & Padovani, 2016). O que faremos, antes, é cruzar este aniversário com um outro - aquele que nos junta neste número, o 60º da publicação de *Strukturwandel der Öffentlichkeit* de Jürgen Habermas.

Com isso, pretendemos abordar um conjunto de questões que, de certa forma, se encontram, também elas, “em rede” e que podem ajudar-nos a considerar criticamente algumas das razões que poderão explicar as limitações nos avanços face aos objetivos da Plataforma no tocante aos progressos das mulheres na área da comunicação, à luz das mutações da esfera pública tal como pensada por Habermas. Para vermos a pertinência de tal cruzamento bastará pensar que a recente 65ª reunião da CSW teve como foco o desenvolvimento de um “mapa” global para permitir “alcançar a plena igualdade na vida pública”, tendo como prioridade a “participação plena e eficaz e a tomada de decisão na vida pública, bem como a eliminação da violência, para alcançar a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas” (UNWomen.Org, 2021). Essa ênfase contém, na verdade, noções fundamentais à esfera pública, nomeadamente as de, repita-se, “participação plena e eficaz e a tomada de decisão na vida pública”.

As implicações para as mulheres da conceção de Jürgen Habermas da

esfera pública são bem conhecidas e mereceram uma ampla e rica discussão. Autoras como Seyla Benhabib, Iris Marion Young, Rita Felski e Nancy Fraser, entre outras, contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento da sua teoria. Porque essas revisões estão amplamente tratadas na literatura (por exemplo, Fiig, 2011), recordemos apenas brevemente alguns dos seus aspetos cruciais: a idealização histórica do conceito apresentado em *Strukturwandel der Öffentlichkeit* que não reconheceu a importância da atividade das esferas associadas a mulheres e de outras comunidades discursivas marginalizadas; uma construção particular do que constitui o espaço em que os “cidadãos” se reúnem e de quem pertence a esse espaço, pressupondo um ideal universal que esconde as particularidades dos/as participantes; e os critérios de discurso racional que limitam as formas de expressão legítimas.

Habermas seria sensível a algumas destas críticas. No prefácio a uma nova edição da obra da esfera pública ele discutiu a “cegueira ao género” no modelo burguês da esfera pública baseada numa estrutura

patriarcal da família conjugal, que constituía a base da esfera privada da sociedade burguesa: “a crescente literatura feminista sensibilizou-nos para o carácter patriarcal da própria esfera pública” (1992, p. 427). Mais tarde, ao complexificar o conceito, ele refere também as questões do feminismo: “Os direitos só podem empoderar as mulheres para moldar as suas próprias vidas de forma autónoma na medida em que esses direitos também facilitam a participação igual na prática da autodeterminação cívica, porque só as próprias mulheres podem esclarecer os ‘aspetos relevantes’ que definem igualdade e desigualdade numa determinada questão” (1996, p. 420).

Sendo certo que estes são aspetos importantes para uma reconceptualização feminista da esfera pública, será, no entanto, necessário ir um pouco mais longe, nomeadamente no contexto das políticas internacionais e da comunicação global que aqui nos ocupam também. Assim, o texto que se segue desenvolver-se-á procurando explorar dois aspetos: por um lado, a constituição da esfera pública internacional e o papel das instituições

*“a crescente
literatura feminista
sensibilizou-nos
para o carácter
patriarcal da
própria esfera
pública”*

internacionais na tomada de decisão; por outro, as condições em que as mulheres desenvolvem a sua participação política e social.

A esfera pública no contexto internacional

O trabalho inicial de Habermas sobre a esfera pública deverá ser visto no contexto específico em que ele o desenvolveu: para pensar as mudanças das condições sociais de uma Alemanha dividida que lentamente recuperava de uma era de fascismo. Tal trabalho deu-nos uma importante compreensão filosófica do discurso público dentro do paradigma da teoria crítica, mas a sua compreensão da cultura pública deve ser criticada e recontextualizada em alguns aspetos-chave.

Naturalmente que o complexo político e social que Habermas desenvolveu em *Between facts and norms* (1996) expandiu consideravelmente o conceito, tendo a relação entre a esfera deliberativa central e a esfera pública na periferia passado a ser caracterizada por uma especialização. À esfera pública periférica passou a competir a transformação das experiências

pessoais difusas em grupos de mensagens articuladas, coletiva e topicamente agrupadas; à esfera deliberativa compete o reconhecimento dessas mensagens e, através de um processo deliberativo, a produção de resultados normativos legítimos (Habermas, 1996, p. 359). A relação entre centro e periferia é articulada por “comportas” que capturam a influência da periferia sobre o centro. A sociedade civil tem um papel vital a desempenhar aqui, com a sua capacidade única de transmitir preocupações da esfera privada para a esfera pública, destilando-as e comunicando-as de uma forma alargada e publicamente acessível (Habermas, 1996, p. 367).

No entanto, devemos ter em conta outros aspetos, nomeadamente o facto de a porosidade dos públicos das esferas estatais se ter ampliado de forma exponencial. Hoje, não só os governos nacionais estão situados dentro de regimes de responsabilidade transnacional, como a cultura pública “civil” tem igualmente uma forte dimensão transnacional. Também os *media* “desincorporaram” as formas comunicativas públicas dos territórios nacionais. Essas mudanças fizeram emergir novas

paisagens comunicativas, afetando a participação das mulheres.

Devemos, então, reconsiderar a relação entre formulação de políticas de género e os ambientes socioeconómicos e culturais dentro dos quais as mulheres, organizações de mulheres e *media* operam em todo o mundo. Por outras palavras, olhamos para a esfera pública como o contexto em que as mulheres avançam as suas reivindicações de justiça, reconhecendo o crescente aumento de complexidade social e dos fluxos de comunicação que podem constituir obstáculos à “participação plena e eficaz e à tomada de decisão na vida pública”, a que se refere a ONU no texto que atrás citámos. Tal implica, nomeadamente, pensarmos a esfera pública no contexto supranacional, questão que não é estranha a Habermas, para quem o desafio colocado pelas forças sociais da globalização deu força à ideia de justiça cosmopolita proposta por Kant, mas em termos que deveriam ser reformulados.

Assim, ele discutiu, por exemplo, os impactos da Organização das Nações Unidas no surgimento de uma esfera pública global, nomeadamente referindo-se às conferências em

torno de problemas como a ecologia, o crescimento populacional, a pobreza e o aquecimento global. Nas suas palavras, as cimeiras globais da ONU “podem ser interpretadas como uma tentativa de exercer pelo menos alguma pressão política sobre os governos, simplesmente pela tematização de problemas, importantes para a sobrevivência humana do público global, ou seja, por um apelo à opinião mundial” (Habermas, 1998, p. 176). E acrescenta:

São necessárias estruturas de apoio para instituir a comunicação permanente entre participantes geograficamente distantes que trocam contribuições simultaneamente sobre os mesmos temas com a mesma relevância. Nesse sentido, ainda não existe uma esfera pública global, nem mesmo a urgentemente necessária esfera pública europeia. O papel central desempenhado por um novo tipo de organização - nomeadamente organizações não governamentais, tal como Greenpeace ou Amnistia Internacional -, não apenas nestas conferências, mas mais em geral na criação e

mobilização de esferas públicas transnacionais é, pelo menos, uma indicação do crescente impacto na imprensa e nos media de atores que confrontam os Estados dentro da rede de uma sociedade civil internacional. (1998, p. 177)

Não existindo esta esfera pública global, em termos da arquitetura institucional, Habermas proporia uma “política doméstica global sem um governo mundial” (2006a, p. 135), que combinaria uma

“Organização das Nações Unidas robustecida, responsável por garantir a paz e promover os direitos humanos ao nível supranacional, com instituições de governança baseadas na cooperação entre as grandes potências mundiais, para tratar problemas urgentes de interesse regional e global ao nível transnacional”. (Cronin, 2006, p. xi).

No entanto, tal implicaria uma transição na política mundial para uma “condição cosmopolita” e uma mudança do direito internacional para

o direito cosmopolita (2006b, p. 137; ver também Habermas, 2012).

Neste modelo, as esferas públicas nacionais continuariam a ser os lugares principais de legitimação democrática que, de forma delegada, funcionariam como os principais condutores de legitimação das suas populações para as instituições transnacionais e supranacionais. A legitimação democrática acima do nível nacional seria o produto indireto de uma pluralidade de discursos advindos de esferas públicas nacionais e regionais cuja soma seria “uma opinião pública global eficaz, informada pelos *media* transnacionais e mobilizada por organizações não governamentais internacionais que encontrariam expressão em ocasiões adequadas em manifestações mundiais” (Cronin, 2006, p. xi).

Como se pode ver, o modelo de esfera pública estava fundamentalmente voltado para os domínios nacionais e é também nesse sentido que o trabalho de Nancy Fraser é particularmente acutilante. Muito cedo (1990) Fraser criticou o modelo original da esfera pública não só argumentando que o conceito limitava

quem pode participar legitimamente na deliberação pública sobre o bem comum, mas também questionando a afirmação de que os discursos públicos ocorrem dentro de uma única esfera pública. Na verdade, o universalismo da esfera pública escondia uma ficção de identidade unificadora, onde o próprio sentido de “sociedade civil” era construído através da exclusão significativa de mulheres e de outros movimentos (ver também Felski, 1989). Em alternativa, baseada em Spivak, Fraser desafiou o caráter unitário da esfera pública burguesa sugerindo um modelo mais justo e historicamente mais inclusivo constituído por múltiplas esferas sobrepostas relacionadas com diferentes tipos de públicos - fracos e fortes. Como exemplo dos primeiros, indicou o contra-público subalterno feminista americano do final do século XX, com a sua variedade de periódicos, livrarias, editoras, redes de distribuição de filmes e vídeos, palestras, conferências e convenções. Já os públicos fortes seriam aqueles a quem compete a tomada de decisão, como os parlamentares. Assim, em vez de uma esfera única, existem

múltiplas esferas públicas, públicos e contra-públicos subalternos que não só afastam o conceito da sua forma liberal-burguesa - preservando as suas possibilidades emancipatórias -, como não se enquadram na “gramática vestfaliana” dos Estados-nação soberanos. E é essa grande contribuição de Nancy Fraser - a transnacionalização da esfera pública (2007) – que exploramos de seguida.

Comunicação e transnacionalização da esfera pública

A transnacionalização da esfera pública decorre das mudanças provocadas pela globalização que questionaram profundamente todos os pressupostos idealizados da esfera pública. A globalização de, por exemplo, finanças globais e capital enfraquecem ainda mais a ideia tradicional de soberania e existem outros desafios globais – como as questões ambientais, mas também os direitos das mulheres - que não podem ser devidamente tratados dentro da estrutura vestfaliana. Ao mesmo tempo, o público já não pode ser

identificado como um *demos* centrado no território, nem os afetados pelas decisões políticas estão confinados aos cidadãos de um Estado-nação. Como, então, associar uma opinião pública legítima a arenas comunicativas cujos interlocutores não são membros de uma mesma comunidade política e como associar um poder comunicativo eficaz a espaços discursivos que não se correlacionam com Estados soberanos?

Tais mudanças colocam questões fundamentais ao nível da comunicação e da formação da opinião pública que Fraser coloca da seguinte forma:

O “quem” da comunicação, anteriormente teorizado como cidadania nacional vestfaliana, é agora muitas vezes uma coleção de interlocutores dispersos, que não constituem um demos. O “o quê” da comunicação, anteriormente teorizado como um interesse nacional-vestfaliano enraizado numa economia nacional-vestfaliana, estende-se agora por vastas extensões do globo (...). O “onde” da comunicação, antes teorizado como território

nacional da Vestefália, agora é o ciberespaço desterritorializado. O “como” da comunicação, antes teorizado como os media impressos nacional-vestefalianos, agora abrange um vasto nexo translinguístico de culturas visuais desconexas e sobrepostas. Finalmente, o destinatário da comunicação, antes teorizado como um Estado territorial soberano, que deveria ser responsabilizado pela opinião pública, é agora uma mistura amorfa de poderes transnacionais públicos e privados que não é facilmente identificável nem responsabilizado. (2007, p. 19)

Nestas condições, repensar quer a dimensão da legitimidade, quer a da eficácia política da Opinião Pública numa perspetiva pós-vestefaliana é uma tarefa crucial para manter a função crítica da publicidade em esferas públicas transnacionais. Nesse sentido, “o desafio é duplo: por um lado, criar novos poderes transnacionais; por outro, torná-los responsáveis perante novas esferas públicas transnacionais” (Fraser, 2007, p. 23).

De notar ainda que, para a autora (2007, p. 24), o modo como os estudos culturais e os estudos dos *media* abordam a transnacionalização da esfera pública, limitando-se a mapear os fluxos de comunicação através das fronteiras nacionais, evitando pensar as condições estruturais que impedem a paridade participativa, não será suficiente para dar conta destes problemas. Ora, são precisamente essas condições que necessitam de ser repensadas no que toca à legitimidade e à eficácia da opinião pública. No entanto, deveremos recordar que o “como” da comunicação não está, na verdade, transnacionalizado e que isso coloca novas interrogações. Como recorda Nick Couldry (2014, p. 52):

O que seria transnacionalizar as esferas públicas nacionais e locais dentro do que ainda são infraestruturas mediáticas largamente nacionais, culturas que ainda são, do ponto de vista linguístico, relativamente homogéneas e tradições históricas de engajamento político que até agora têm sido, mas sem dúvida não deveriam mais permanecer,

exclusivamente limitadas a contribuições de cidadãos nacionais?

A sua sugestão é que, mais do que pensarmos num novo nível de esfera pública que transcenderia o Estado-nação, e em vez de pensar a transnacionalização como ocorrendo pelas instituições dos *media*, talvez devamos antes pensar até que ponto as esferas públicas existentes a nível nacional e local se tornam transnacionalizadas. Com essa mudança, provavelmente mudariam também as vozes e os enquadramentos que essas esferas públicas constituem, de modo a ter em conta a interdependência global.

Recordemos que Habermas, no seu atualizado esquema da esfera pública coloca, na periferia do sistema político, redes de fluxos de mensagens diversas: notícias, comentários, imagens, conteúdos mediáticos em geral com origem em vários tipos de atores – *media*, políticos e partidos políticos, *lobbys* e grupos de pressão, ou atores da sociedade civil (Habermas, 2006b, p. 415). Mas, naturalmente, são as condições normativas de participação que lhe

interessa realçar. No tocante às instituições internacionais, refere:

O que nos preocupa aqui não é a questão empírica da real força da pressão legitimadora exercida por um público global sobre as políticas da organização mundial e as decisões dos tribunais, uma influência gerada pelos media e pelas organizações de notícias e mobilizada por movimentos sociais e políticos. O que nos preocupa é, sim, a questão teórica de saber se a comunicação global num ambiente público informal, sem caminhos institucionalmente institucionalizados para traduzir a influência comunicativa em poder político, pode garantir um grau suficiente de integração para uma sociedade global e se pode conferir um nível suficiente de legitimidade às decisões da organização mundial. (Habermas, 2006a, p. 142)

É por isso que, para Habermas, a legitimação das decisões e negociações das organizações políticas transnacionais deve passar sempre por uma ligação à

infraestrutura democrática dos respetivos Estados-membros.

No caso que aqui nos ocupa, a ONU deve ser considerada um “público fraco”, mais do que um “público forte”, porque não tem poder institucionalizado para obrigar à ação qualquer Estado-nação. Deve também notar-se que, mesmo dentro do seu funcionamento, se tornou comum a ONU patrocinar “conferências globais” nas quais existem dois espaços políticos paralelos - um formal para atores do Estado-nação e outro informal para ONGs e dos quais fazem parte, também, “parcerias estratégicas” transnacionais que incorporam um conjunto de atores privados que formam alianças com atores públicos nos governos e nas organizações internacionais.

Mas a tomada de decisão política, em geral, não parece só mais especializada e mais complexa do que a que ocorre no seio do Estado-nação, como parece também ocorrer de forma muito diversa do processo linear executado ordenadamente entre os atores políticos que operam nos sub-sistemas de Habermas: a sociedade civil, a esfera pública forte (o sistema

político) e a esfera pública fraca que inclui os *media*. Na verdade, porque o ambiente comunicativo mudou e continua a mudar de formas antes inimagináveis, mesmo face às revisões de Habermas, embora possamos ver a formulação de políticas como um fluxo comunicativo que inclui estes atores e domínios, também a devemos entender como resultado de um processo de construção de significado que ocorre num ambiente multidirecional e confuso, executado por diversos participantes.

Os contornos desta complexidade têm sido apontados ao longo dos últimos anos: a emergência dos/as utilizadores/as dos *media* como produtores e distribuidores de mensagens, a evolução crescente das plataformas de meios sociais, um declínio nos modos tradicionais de acesso à informação e o surgimento de novos atores que capitalizam, nas redes, o descontentamento económico e que introduzem desinformação e violência na comunicação. Além disso, a esfera pública estilhou-se, numa imensa quantidade de “esferículas” (Gitlin, 1998) ou “micro-esferas” (Dahlgren, 2005; Volkmer,

2011, 2014). Estas mudanças deram lugar, por um lado, a um conjunto de públicos fraturados, que passaram a ter capacidade de disseminar os seus próprios conteúdos, mas também a um “público global” (Castells, 2008; Dahlgren, 2005; Dryzek, 2005; Friedland, Hove & Rojas, 2006; Mitzen, 2005; Risse, 2010). Este público habita, no dizer de Mitzen (2005, p. 402), “esferas públicas transnacionais”, constituídas por dinâmicas verticais e críticas entre atores não-estatais e esferas públicas “internacionais” constituídas pela dinâmica entre os estados.

A constituição destas esferas transnacionais parece-nos, por outro lado, convocar questões empíricas concretas como as que Daniel Hallin (2020, p. 332) coloca:

Até que ponto evoluíram as instituições mediáticas transnacionais, e qual é o seu papel no processo de formação de opinião e política? Como mudaram as práticas de jornalismo ao longo do tempo e como afeta isso o fluxo de informações e opinião além das fronteiras, os papéis

*Estas mudanças
deram lugar,
por um lado,
a um conjunto
de públicos
fraturados, que
passaram a ter
capacidade de
disseminar os seus
próprios conteúdos,
mas também a um
“público global”*

de diferentes tipos de atores, e o enquadramento de questões de interesse global? E quanto a outras formas mediáticas, incluindo aquelas da cultura popular, que papéis desempenham nas questões globais? E quanto às redes sociais; as plataformas são globais, mas que padrões reais de uso e interação existem em relação a questões globais?

Tais questões devem ainda ser equacionadas com outras, como refere Ingrid Volkmer (2019, p. 242),

não são apenas as esferas comunicativas que estão cada vez mais espacialmente “desenraizadas” dos territórios nacionais; também ativos essenciais - muitas vezes esquecidos – das práticas de engajamento cívico são agora “estendidas”: pode-se viver na Argentina, votar em França, seguir a campanha eleitoral dos EUA “ao vivo” em sites de televisão dos Estados Unidos ou de Espanha e envolver-se nas questões das mudanças climáticas com ativistas na Indonésia e discussões diretas

em blogues com cientistas baseados na Antártida.

Vejamos, então, de que forma todas estas questões se podem cruzar com as políticas desenvolvidas pela ONU no domínio da comunicação no que às mulheres diz respeito.

Esfera pública, política e governança mediática numa perspetiva feminista

Nos últimos anos tem havido uma explosão de estudos feministas da comunicação que focam as intervenções digitais em torno do sexismo, misoginia e cultura da violação. Ainda que subteorizada, a esfera pública aparece também em alguns dos estudos de ativismo feminista dos *media* digitais. O “feminismo Hashtag”, por exemplo, tem sido entendido como uma forma de esfera pública, mas muitas das autoras estão cientes das limitações dessas formas mediadas tendo em conta o que o conceito implica e também a forma como as dinâmicas de poder preexistentes ao ativismo criam desequilíbrios na visibilidade e na circulação de vozes e ideias

feministas (Davis, 2018; Mendes & Dikwal-Bot, 2020; Trott, 2020).

Por essa razão, como Lisa McLoughlin tem argumentado ao longos dos anos (1993, 1999, 2004, 2020), continua a ser necessário pensar a esfera pública dentro dos estudos feministas sobre política e governança mediática, e desenvolver um conceito de contra-esfera pública transnacional feminista que dê conta dos *media*, mas evitando ao mesmo tempo o seu centrismo.

É aqui que podemos voltar ao início deste texto: a comemoração do momento em que, em 1995, a comunidade internacional reconheceu a necessidade de transformar o conteúdo dos *media* em termos de género como um dos objetivos estratégicos na promoção da igualdade e justiça para as mulheres no mundo, dedicando-lhe um ponto específico (secção J) da Plataforma de Ação de Pequim.

Um vasto corpo de investigação, incluindo os projetos transnacionais *Global Media Monitoring Project* e o *Global Report on the Status of Women in the News Media* permite-nos hoje avaliar como nos mantemos distantes

de alcançar os objetivos estratégicos da Secção J. Sabemos que continuamos distantes deles, mas sabemos também, como referiu Margaret Gallagher no 20º aniversário da Plataforma, que “os objetivos que foram adotados em Pequim parecem agora completamente inadequados, dadas as mudanças que aconteceram no panorama dos *media* e da comunicação desde 1995” (2015). Estas mudanças referem-se, naturalmente, à

digitalização e à internet - as novas tecnologias de informação e comunicação que mal eram discutidas na época de Pequim - [que] abriram novas e urgentes questões sobre o acesso, a infraestrutura e a produção de conteúdos com relação às TIC's, bem como sobre o papel das TICs no desenvolvimento da cultura e o impacto de todos estes fatores para os direitos das mulheres e a igualdade de género. Na época de Pequim, não poderíamos sequer imaginar o advento dos chamados media sociais - como Facebook, Twitter, YouTube - que na última década começaram a remodelar a forma

como vivemos as nossas vidas. Não poderíamos ter previsto até que ponto o conteúdo mediático penetra agora nas nossas necessidades e práticas quotidianas. (Gallagher, 2015)

As chamadas “revisões” das diferentes secções da Plataforma que vão acontecendo ao longo dos anos, nas Conferências anuais da ONU Mulher, parecem, pois, claramente insuficientes. Há mais de dez anos, Claudia Padovani (2010) alertava já para aspetos que se mantêm cruciais para o estudo das questões de poder que ligam género e *media* e que podemos também aplicar ao pensamento sobre a esfera pública. Por isso, continua a ser fundamental dedicar atenção ao papel dos *media* na teoria e prática da esfera pública, tanto nas suas formas convencionais como alternativas de comunicação mediada. Com efeito, a luta pelos significados e a legitimidade dos mesmos é hoje central para os grupos feministas, enquanto competem por ter voz na esfera pública. muitas vezes a partir de uma posição de financiamento débil ou totalmente ausente, e baixa alfabetização digital.

No entanto, como argumenta Aristea Fotopoulou (2016, p. 54), olhar para as redes digitais apenas como esfera pública, como espaços de oportunidade ativista, espaços de abundância de conteúdo da web ou “fechamento digital” limita como a política feminista pode ser entendida. E, na verdade, a política feminista está muito para além disso, estendendo-se ao quotidiano das mulheres que, em larga medida, passa também pelas plataformas digitais, cujas arquiteturas, infraestruturas e economias são o contexto padrão onde não só a política, mas também a vida social em geral ocorre.

Para a esfera pública florescer é necessária uma racionalização do mundo da vida, pelo que estes “espaços comunicacionais” das redes podem ser entendidos, exatamente, apenas como isso: “espaços” que, por não se referirem aos processos discursivos comunicativos que dão forma à opinião pública, não podem ser considerados “esfera” pública. No entanto, as novas formas de exclusão que as mulheres em geral e as feministas em particular experienciam tanto em termos de publicidade e

reconhecimento das suas identidades e afirmações, como no seu quotidiano nos “espaços digitais”, não podem deixar de ser tidas em conta. Se o “como” da comunicação, de que falou Nancy Fraser (2007), abrange múltiplas culturas desconexas e sobrepostas, então devemos olhar também para esses espaços e para a forma em que o “como” da comunicação das mulheres, tanto formalmente política, como quotidiana, é normativamente posto em causa.

Conclusão

Muito mudou desde que, há 60 anos, Habermas publicou *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. E muito mudou também desde que a ONU publicou, há pouco mais de 25 anos, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. O fio das mudanças que explorámos aconteceu ao nível da comunicação e essa, em muitos aspetos, não foi contrária ao que Habermas receou em termos do papel dos *media* na esfera pública – antes parece ter-lhe dado mais razão. Com efeito, com demasiada frequência testemunhamos uma rejeição do tipo de discurso público em

que se articulou o conceito original de esfera pública: um discurso resultante de públicos a trabalhar na partilha de sentidos dos problemas comuns e da formulação das suas reivindicações. Em vez disso, parecemos hoje viver num gigantesco sistema de mensagens que prospera em algoritmos conectivos, emoções que podem ser monetizadas, onde pouco raciocínio é exercido e as condições de igualdade de acesso ao discurso estão longe de se realizarem.

Como vai ficando cada vez mais patente, as tecnologias digitais da comunicação não são apenas ferramentas - são uma gramática, tanto de uma nova linguagem, quanto de uma nova realidade social (Gurumurthy et al., 2009). Os *media* digitais forneceram, sem dúvida, novos espaços para a subversão de estruturas opressivas e hegemónicas, permitindo a ligação de grupos marginalizados que podem, desse modo, construir comunidades, forjarem alianças e desafiar os discursos, instituições e práticas convencionais. Mas, ao mesmo tempo, esses grupos, muitos deles de mulheres, operam atualmente num ambiente que é cada vez mais hostil à política progressista. As batalhas ideológicas

desses grupos desenrolaram-se muitas vezes como uma guerra cultural intensa e contínua conduzida no que Whitney Phillips (2015) chamou de “espaço dos trolls”, que afeta particularmente as mulheres. Com efeito, o novo ambiente mediático tem criado oportunidades sem precedentes para um discurso antifeminista misógino que, embora sempre tenha existido, se tornou parte da rotina da vida *online*, tendo necessariamente impactos sobre a participação das mulheres no debate público, na medida em que procura intimidar ao silêncio e posicionar as mulheres como indignas de um lugar na esfera pública. Além disso, como argumentou Natalie Fenton, “a extensão e reinvenção do ativismo por meio dos *media* digitais precisam de ser consideradas no contexto do mundo material social e político de desigualdade, injustiça, domínio corporativo e a financeirização de tudo” (Fenton, 2018, p. 19).

Todas essas condições, a juntar aos próprios problemas do desenvolvimento do conceito de esfera pública que analisámos, não devem, no entanto, fazer-nos simplesmente abandonar a ideia crítica de que a sociedade só pode prosperar se encontrar um

horizonte para a organização da experiência social como um terreno partilhado, onde discutimos as nossas necessidades, apresentamos as nossas reivindicações de justiça e imaginamos formas de combater a desigualdade que nos incluam, em termos paritários.

Não devem porque, quando celebramos os 25 anos da Plataforma de Ação de Pequim, continuamos a ver como as suas diferentes secções – incluindo a que diz respeito aos *media* e às mulheres – está longe de ser realizada. Precisar-se-á, sem dúvida, de ser reformulada, 25 anos depois, para reequacionar o que nela se entende por “*media*” e para reequacionar as implicações destes para as mulheres. Mas, atendendo a que é um documento fundamental de política, devemos reconsiderar também os aspetos normativos que dão forma à sua própria existência e legitimidade, incluindo as condições de paridade comunicativa da chamada “sociedade civil”.

A este propósito, Vicki Mayer recorda a crítica de Paula Chakravarty aquando das negociações nas Cúpulas Mundiais sobre a Sociedade da Informação, mostrando como a abordagem normativa das políticas

“a extensão e reinvenção do ativismo por meio dos media digitais precisam de ser consideradas no contexto do mundo material social e político de desigualdade, injustiça, domínio corporativo e a financeirização de tudo”

dos *media* e da comunicação enfatiza exageradamente um modelo ocidental e masculino para a sociedade civil. Nas suas palavras, “uma abordagem feminista deve então reavaliar como as reivindicações de direitos de comunicação mediática podem ou não ser feitas na esfera pública e as inúmeras formas pelas quais as redes informais articulam exigências alternativas às propostas nos tratados internacionais” (Mayer, 2018, p. 113). Esta (re)avaliação passa também, de forma decisiva, por incluir as questões de gênero na investigação sobre políticas de *media*, escrutinando a relação entre gênero, *media* e políticas de meios digitais de modo a compreender as múltiplas contradições e barreiras que impedem que a igualdade de gênero na comunicação seja uma realidade.

Há anos que autoras como Cláudia Padovani (2018), Carolyn Byerly (2018), Karen Ross (Ross & Padovani, 2016), Linda McLaughlin (2020), entre outras, trabalham nesse sentido, colocando o seu foco nas políticas de *media* e governança da comunicação. Certamente que os aniversários “em rede” farão mais sentido se nos juntarmos a elas.

Referências bibliográficas

- Álvares, C., Silveirinha, M. J., & Ferreira, V. (2020). Situacionismo de sexo: Um diagnóstico feminista à Plataforma de Pequim passados 25 anos. *ex aequo*, 42, 9-22. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.01>
- Byerly, C. M. (2018). Gender equality, policy and media structures. In A. V. Montiel, & S. Macharia (Eds.), *Setting the gender agenda for communication policy* (pp. 23-34). Paris: United Nations Educational, Scientific & Cultural Organization (UNESCO).
- Castells, M. (2008). The new public sphere: Global civil society, communication networks, and global governance. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 78-93. <https://doi.org/10.1177/0002716207311877>
- Couldry, N. (2014). What and where is the transnationalized public sphere. In K. Nash (Ed.), *Transnationalizing the public sphere* (pp. 43-59). Cambridge: Polity Press.
- Cronin, C. (2006). Editor's preface. In *The divided west by Jürgen Habermas* (pp. vii-xxi). Cambridge: Polity Press.

- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-162. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Davis, S. M. (2018). The aftermath of #BlackGirlsRock vs. #WhiteGirlsRock: Considering the DisRespectability of a black women's counterpublic. *Women's Studies in Communication*, 41(3), 269-290. <https://doi.org/10.1080/07491409.2018.1505678>
- Dryzek, J. S. (2005). Deliberative democracy in divided societies: Alternatives to agonism and analgesia. *Political Theory*, 33(2), 218-242. <https://doi.org/10.1177/0090591704268372>
- Felski, R. (1989). *Beyond feminist aesthetics: Feminist literature and social change*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Fenton, N. (2018). *Digital, political, radical*. Cambridge: Polity Press.
- Fiig, C. (2011). A powerful, opinion-forming public? Rethinking the Habermasian public sphere in a perspective of feminist theory and citizenship. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 12(3), 291-308. <https://doi.org/10.1080/1600910X.2011.621049>
- Fotopoulou, A. (2016). *Feminist activism and digital networks: Between empowerment and vulnerability*. London: Palgrave Macmillan.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Fraser, N. (2007). Transnationalizing the public sphere. On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society*, 24(4), 7-30. <https://doi.org/10.1177/0263276407080090>
- Friedland, L. A., Hove, T., & Rojas, H. (2006). The networked public sphere. *Javnost-The Public*, 13(4), 5-26. <https://doi.org/10.1080/13183222.2006.11008922>
- Gallagher, M. (2015). Gender and Media: A critical analysis after 20 years of the BPfA - keynote lecture: *Gender, Media, ICTs and Journalism: 20 years after the BPfA Forum*. Mexico City. Consultado a 6 de setembro de 2021, em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiiw5ydpqTyAhV-CY8AKHW7lBt4QFnoECAMQA-Q&url=http%3A%2F%2Fwww.unesco.org%2Fnew%2Ffileadmin%2FMULTIMEDIA%2FHQ%2FCI%2FCI%2Fpdf%2F1_2_keynote_lecture_margaret_gallagher.pdf&usg=AOvVaw2jf0KqAgIOlb_nbtjZufYp
- Gitlin, T. (1998). Public sphere or public sphericules? In T. Liebes, & J. Curran (Eds.), *Media, ritual and identity*. London: Routledge.
- Gurumurthy, A.; Singh, P. J., & Kovacs, A. (2009). Recasting the Beijing Platform for Action through the information society lens: A conceptual and action framework - input em *UNESCAP High-Level Intergovernmental Meeting on the Review of Implementation of the Beijing Platform for Action*. Consultado a 2 de setembro de 2021, em <https://www.unapcict.org/sites/default/files/2019-01/Recasting%20the%20Beijing%20Platform%20for%20Action%20through%20the%20Information%20Society%20Lens%20-%20A%20Conceptual%20and%20Action%20Framework.pdf>

- Habermas, J. (1992). Further reflections on the public sphere. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 421-461). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (1998). Kant's idea of perpetual peace. In *Inclusion of the other*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (2006a). *The Divided West*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (2006b). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Habermas, J. (2012). *The crisis of the European Union: A response*. Cambridge: Polity Press.
- Hallin, D. C. (2020). Media, the public sphere, and the globalization of social problems. In E. Neveu, & M. Surdez (Eds.), *Globalizing issues. How claims, frames, and problems cross borders* (pp. 321-335). Cham: Palgrave Macmillan.
- Mayer, V. (2018). Media policy and governance. *Feminist Media Histories*, 4(2), 113-116. <https://doi.org/10.1525/fmh.2018.4.2.113>
- McLaughlin, L. (1993). Feminism, the public sphere, media and democracy. *Media, Culture & Society*, 15(4), 599-620. <https://doi.org/10.1177%2F016344393015004005>
- McLaughlin, L. (1999). Beyond "separate spheres": Feminism and the cultural studies/political economy debate. *Journal of Communication Inquiry*, 23(4), 327-354. <https://doi.org/10.1177/0196859999023004003>
- McLaughlin, L. (2004). Feminism and the political economy of transnational public space. *Sociological Review*, 52(1), 156-175. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2004.00478.x>
- McLaughlin, L. (2020). Feminism, media, and the public sphere. In K. Ross, I. Bachmann, V. Cardo, S. Moorti, & C. M. Scarcelli (Eds.), *The international encyclopedia of gender, media, and communication* (pp. 1-10). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Mendes, K., & Dikwal-Bot, D. (2020). Feminist media activism. In K. Ross, I. Bachmann, V. Cardo, S. Moorti, & C. M. Scarcelli (Eds.), *The international encyclopedia of gender, media, and communication* (pp. 1-13). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Mitzen, J. (2005). Reading Habermas in anarchy: Multilateral diplomacy and global public spheres. *American Political Science Review*, 99(3), 401-417. <https://doi.org/10.1017/S0003055405051749>
- Padovani, C. (2010). The potential to empower of gender advocacy networks. *Media Development*, 57(4), 33-39.
- Padovani, C. (2018). Gendering media policy research and communication governance. *Javnost - The Public*, 25(1-2), 256-264. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1423941>
- Padovani, C., & Bozzon, R. (2020). Media gender-equality regimes: Exploring media organisations' policy adoption across nations. In M. Djerf-Pierre, & M. Edström (Eds.), *Comparing gender and media equality across the globe: A cross-national study of the qualities, causes, and*

- consequences of gender equality in and through the news media* (pp. 99-144). Gothenburg: Nordicom.
- Padovani, C., & Pavan, E. (2017). The politics of media gender equality. Lessons learned and struggles for change twenty years after the Beijing Fourth World Conference on Women. *Comunicazione politica*, 18(2), 177-190. <https://doi.org/10.3270/87219>
- Phillips, W. (2015). *This is why we can't have nice things: Mapping the relationship between online trolling and mainstream culture*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Risse, T. (2010). *A community of Europeans? Transnational identities and public spheres*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Ross, K., & Padovani, C. (2016). *Gender equality and the media: a challenge for Europe*. New York and London: Taylor and Francis.
- Silveirinha, M. J. (2012). Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media: Ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. *ex aequo*, 25, 91-104.
- Trott, V. (2020). Networked feminism: Counterpublics and the intersectional issues of # MeToo. *Feminist Media Studies*, 1-18. <https://doi.org/10.1080/14680777.2020.1718176>
- UNWomen.Org. (2021). Media advisory: UN's Commission on the Status of Women highlights women's full and effective participation and decision-making in public life, 15-26th March [Press release]. Consultado a 12 de agosto de 2021, em <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2021/3/media-advisory-csw65-commission-on-the-status-of-women-2021>
- Volkmer, I. (2011). Journalism and political crises in the global network society. In B. Zelizer, & S. Allan (Eds.), *Journalism after September 11* (2^a ed., pp. 308-318). London and New York: Routledge.
- Volkmer, I. (2014). *The Global Public Sphere: Public Communication in the Age of Reflective Interdependence*. Cambridge: Polity Press.
- Volkmer, I. (2019). The transnationalization of public spheres and global policy. In D. Stone, & K. Moloney (Eds.), *The Oxford handbook of global policy and transnational administration* (pp. 240-256). Oxford: Oxford University Press.

A ambivalência do espaço público face à fragmentação social e política: para uma compreensão fenomenológica da ideia de “nós” em comunicação

The ambivalence of public space in face of social and political fragmentation: towards a phenomenological understanding of the “we” idea in communication

João Carlos Correia¹

Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes

e Letras, LabCom

jcorreia@ubi.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6317-9007>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_4

Resumo:

A pretexto da referência temporal à obra seminal de Habermas sobre o espaço público, visita-se o conceito e faz-se um balanço das transformações que o marcaram, incluindo a sua fragmentação, a formação de um tribalismo no plano da ação política e do conhecimento, a despolitização da experiência quotidiana e o seu impacto na construção de subjetividades sociais, culturais e políticas.

Na linha de um pensamento pós-habermasiano que recolhe contributos da fenomenologia husserliana, propõe-se recorrer ao conceito de empatia. Simultaneamente, interrogam-se os limites desta proposta como psicologizante e centrada no ego do observador através dos conceitos de “mundo da vida” e de reconhecimento.

A metodologia é hermenêutica e interpretativa, recorrendo à releitura de clássicos e de reflexões mais recentes que incidam sobre a história do conceito e das suas transformações.

Palavras-chave: Espaço público; experiência; empatia; mundo da vida; reconhecimento.

Abstract:

Under the pretext of the temporal reference to Habermas' seminal work on public space, the concept is visited, and a balance is made of the transformations that marked it, including its fragmentation, the formation of tribalism in terms of political action and knowledge, the depoliticization of everyday experience and its impact on the construction of social, cultural, and political subjectivities.

In line with a post-Habermasian thought that gathers contributions from Husserlian phenomenology, it is proposed to resort to the concept of empathy. Simultaneously, the limits of this proposal as psychologizing and centered on the observer's ego are questioned through the concepts of "lifeworld" and recognition.

The methodology is hermeneutic and interpretive, resorting to a rereading of classics and more recent reflections that focus on the history of the concept and its transformations.

Keywords: Public space; experience; empathy; lifeworld; recognition.

¹ Professor Associado da UBI e Doutor e Agregado em Comunicação. Autor de vários livros e artigos, responsável de projetos de investigação, coordena o GT de Jornalismo e Sociedade da SOPCOM. As atuais áreas de pesquisa são Espaços Públicos Políticos e Culturais, Teoria Crítica, Jornalismo Local e Comunitário, interessando-se recentemente pela dimensão comunicativa dos movimentos e tendências totalitárias. Editou, recentemente, *De que falamos quando dizemos jornalismo?* (em conjunto com Inês Amaral, 2021).

O conceito: algumas notas

Na teoria política e social, a compreensão do espaço público burguês começa verdadeiramente com Jürgen Habermas. Este debruçou-se sobre a afirmação do espaço público nas condições da modernidade e recuperou o conceito para além do seu vínculo à imagem da *Agora*, a fim de conferir uma dimensão histórico-sociológica e filosófica que coincide com as transformações resultantes da afirmação e consolidação de novas formas de vida urbana emergentes no século XVIII: a ascensão da burguesia, o aparecimento da imprensa, a formação das cidades, o surgimento de um público letrado e de uma opinião informada resultante do debate entre cidadãos (Habermas, 1984, p. 36).

Um dos elementos determinantes desta aproximação ao espaço público liberal consiste no facto de a mesma ter a sua génese no espaço público literário sendo aí que se tornou político. O espaço público liberal ostentou, assim, uma dimensão literária e estética, onde o texto impresso desempenhou um papel central para a formação de um novo tipo de subjetividade. “Ainda antes que a

natureza do poder público tenha sido contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas”, formou-se sob proteção da família “o esboço literário de uma esfera pública a pensar politicamente” (Habermas, 1984, p. 44).

A análise habermasiana, posteriormente, centrou-se num conjunto de reflexões filosóficas e antropológicas que transcenderam a análise empírica das condições sociais, históricas e culturais concretas favoráveis à participação dos cidadãos. A realização das condições de possibilidade do agir justo passou a implicar o desenvolvimento crescente das capacidades comunicativas, o que é devido à influência da linguística de Chomsky, da sociologia do conhecimento e da hermenêutica (cf. Pesetsky, 1999; cf. Papastephanou, 2012).

A partir da dualidade entre trabalho e interação, o novo paradigma da racionalidade acentuadamente discursivo decorre num pano de fundo antropológico onde se adota a diferença entre ação estratégica e ação comunicativa (cf. Habermas, 1987, p. 144). Na ação comunicativa, o conhecimento racional resulta do intercâmbio linguístico entre os

sujeitos. Ao procurarem o conhecimento de algo no mundo, os sujeitos encontram-se preliminarmente numa situação na qual predominam relações intersubjetivas que tornam possível um entendimento entre eles.

Finalmente, Habermas focou-se na análise das condições processuais de exercício do debate e deliberação pública proporcionadas pelo Estado de Direito, debruçando-se sobre as “regras de discurso e formas de argumentação que vão buscar o seu conteúdo normativo a uma base de validade da ação orientada para atingir a compreensão” (cf. Habermas, 1996, p. 296).

Críticas ao conceito habermasiano de espaço público

Uma das objeções levantadas ao modelo da deliberação racional vigente no espaço público consiste em que a formação da vontade pode conter protocolos e formas de linguagem próprias, não problematizadas, que levantam entraves à admissão de novas identidades e de formas de expressão alternativa. Se a deliberação

é orientada para a busca de um consenso produzido pela “força do melhor argumento”, algumas vozes terão as suas pretensões indeferidas por serem fracas, desinformadas ou não racionais. Há rituais, gestos, comportamentos, circunstâncias e conjuntos de signos que acompanham os discursos e cuja destreza no seu uso se torna, ela própria, uma insígnia e uma marca de pertença ao espaço discursivo em causa (Young, 1996, p. 123).

Esta crítica talvez explique a atração perversa que alguns tipos de populismo protofascista suscitam pelas suas formas de participação política baseada na rejeição de protocolos de fala que ignoram ou não dominam. E, conseqüentemente, na sua substituição por protocolos de fala hiperbolizados, exagerados e agressivos que, muitas vezes, têm como alvo os modelos discursivos dos seus oponentes, através da sua caricatura, silenciamento ou cancelamento.

A história demonstra que as minorias podem ser afastadas do espaço público porque a cultura política vigente e o *habitus* discursivo dominante tendem a empurrá-las

para as margens. A teoria social feminista, sensível aos hábitos e aos protocolos de fala, lembrou que todos os seres são situados e ninguém pode apresentar um ponto de vista completamente desapaixonado e impessoal. Iris Marion Young propôs substituir o conceito de público civil por “uma visão de um público heterogêneo que reconhece e afirma as diferenças de grupo” (Young, 1990, p. 23).

Como exemplo desta heterogeneidade dos públicos e das suas formas de expressão, manifesta-se ao longo da modernidade o surgimento, no próprio espaço público, de uma elite de mulheres que construiu aquilo a que Fraser se refere como uma contra-sociedade civil (*counter-civil society*) de associações voluntárias alternativas, de natureza cultural e filantrópica, constituídas unicamente por mulheres que, frequentemente, usaram de forma criativa os idiomas “privados” da domesticidade e da maternidade como trampolins para a atividade pública. Outras, usando manifestações e protestos de rua, continuaram a lutar contra a sua exclusão do espaço público e contra a privatização das questões de

gênero (cf. Fraser, 1990, p. 61). Neste sentido, centrar a observação numa esfera predominantemente masculina e burguesa, por ignorância da sua natureza heterogênea, conduzia a um enviesamento classista e de gênero da própria noção de publicidade.

Ao observar estes movimentos sociais implicados e comprometidos com cidadãos que se julgam objeto de agravo, denota-se um conceito de cidadania diferenciada como a melhor maneira de conseguir a inclusão de todas as pessoas (Young, 1996, p. 100). Cada participante na interação comunicativa é diferencialmente posicionado e cada um reconhece “que outros arrastam atrás de si sombras e histórias, cicatrizes e rastros que não se tornam presentes na nossa comunicação” (Young, 1996, p. 132). Isto é, o espaço público não pode deixar de reconhecer os diferentes circunstancialismos históricos (dos temas às relações de forças) que rodeiam os processos de dominação social. A ausência de reconhecimento de diversos espaços públicos e arenas discursivas conduziu a que a teorização inicial de Habermas se revelasse insuficiente para pensar um modelo alternativo

além do modelo do espaço público burguês (cf. Fraser, 1990, p. 58).

Na sequência destas reflexões, as portas foram abertas à pesquisa sobre diversas situações históricas da dominação: sucederam-se a análise do movimento operário – desenvolvida por Oskar Negt e Alexander Kluge (1993) –, do movimento sufragista (DiCenzo, 2000; DiCenzo, Delap, Ryan, 2011), da luta contra a discriminação racial (Dominguez, 1995; Magalhães, Cerqueira & Bernardo, 2012), contra a discriminação de gênero (Göle, 1997; Baxter, 2006), contra a violência doméstica (Pérez & Arfelis, 2019), contra as dominações coloniais (Fraser, 2007), a favor dos movimentos de justiça ambiental (Goodman, 2009; Escríhuela, 2013; Torgerson, 2006, 2008, 2010), dos grupos de defesa das pessoas LGBTQ+ (McCann, 2011; Bilodeau, Turgeon, White & Henderson, 2018), bem como da luta contra formas de estigmatização sobre portadores de deficiência, grupos ostracizados por doenças com sintomas que provocam rejeição social ou preconceito como a lepra (Mendonça, 2007) ou, em determinada fase da epidemia, a SIDA

(Fabj & Sobnosky, 1995; Gillett, 2003; de la Dehesa, 2010).

Como é explicitamente referido pelo próprio, Habermas interiorizou algumas destas críticas, assinalando que, graças ao potencial de auto-transformação do espaço público, os movimentos operários e o feminismo produziram discursos que puseram em causa e abalaram as estruturas que inicialmente os constituíram como “o outro” do espaço público burguês (Habermas, 1996, p. 374). A descrição das estruturas do espaço público passou a incluir uma rede de esferas subculturais que se sobrepõem umas às outras e cujas fronteiras reais, sociais e temporais, são fluidas.

A fragmentação do espaço público

O alargamento sociológico das formas de agenciamento que autorizam a diversificação das pretensões de validade e das práticas discursivas foi decisivo para as transformações estruturais do espaço público.

Em torno da reflexão sobre a publicidade surgiu a noção de

contra-público (Negt & Kluge, 1993), o qual oferece formas de solidariedade e reciprocidade baseadas na experiência coletiva de marginalização e expropriação, e implica a existência da luta discursiva entre grupos subordinados como condição de possibilidade de se sobreporem e formarem alianças (Negt & Kluge, 1993, p. 39). A noção de contra-públicos subalternos caracterizou espaços alternativos ocupados por grupos sociais subordinados como mulheres, trabalhadores, pessoas de cor e de orientações sexuais diferentes (cf. Fraser, 1990). Representa “arenas discursivas paralelas em que membros de grupos sociais subordinados criaram e fizeram circular contradiscursos que lhes permitiram formular interpretações de natureza oposicional das suas identidades, interesses e necessidades” (Fraser, 1990, p. 6).

Por outro lado, a globalização e a emergência de grandes poderes transnacionais erodiu a ideia de um espaço público correlato de um poder soberano nacional, fazendo emergir o ideal de um espaço público global. Este conceito implicou também novos

*Em torno da
reflexão sobre a
publicidade surgiu
a noção de contra-
público (Negt &
Kluge, 1993)*

desafios complexos, por colocar o debate público face a novos problemas. As alterações climáticas, o ambiente, a regulação da economia, os direitos dos trabalhadores, ou os desafios da bioética dificilmente podem conciliar-se num enquadramento vestefaliano, que legitimou os Estados nacionais como forma política fundamental (cf. Fraser, 2007).

Alguns dos principais temas que mobilizaram a atenção mundial nas últimas décadas, como sejam os riscos do uso pacífico de energia nuclear, a consciência ecológica e as ameaças que rodeiam o meio ambiente (chuvas ácidas, poluição da água, extinção de espécies, alterações climáticas, diminuição da biodiversidade), os riscos implicados nos projetos que usam tecnologia em larga escala, as experiências científicas ligadas à engenharia genética, os direitos da mulher, os problemas da imigração e do multiculturalismo raramente foram questionados por aparelhos estatais ou sistemas funcionais de grande escala, tendo-o, antes, sido por estruturas comunicativas mais sensíveis à deteção de situações problemáticas (cf. Habermas, 1996, p. 381).

As políticas públicas associadas a estes elementos determinantes, de que são exemplo recente as chamadas opção verde e opção digital do Programa Europeu de Recuperação e Resiliência da pandemia, continuam, todavia, a ser decididas *top-down*. Embora recebam impulsos significativos de esferas informais, só são objeto de uma discussão deliberativa nos espaços públicos formais dotados de maior poder institucional num momento posterior. O esforço deliberativo não peca por excesso, mas, antes, por eficácia em se impor.

Ao mesmo tempo, ainda graças à globalização e ao processo de desterritorialização, a maximização da utilidade individual e o declínio do público ligados ao ambiente cultural do neoliberalismo minimizaram as diferenças entre os modelos de racionalidade, fixando-os em torno da eficácia na obtenção da gratificação pessoal.

A mensagem da contracultura e da nova esquerda proveniente das lutas sociais dos anos 60 e 70 articulou-se, de forma simples, com a direita liberal e o tecnoliberalismo.

Com a sua pulsão antiautoritária e a sua ênfase nas “políticas da vida” tornaram-se, ao menos, ocasionalmente, protagonistas de uma crítica generalizada ao Estado Social e aos impedimentos à realização individual do empreendedor, crítica que se iniciou nos anos 80 e terá conhecido o seu apogeu por volta da crise das dívidas públicas nacionais, em torno de 2008-2010.

Tratou-se de uma confluência histórica, provavelmente indesejada pelos seus líderes, mas para a qual contribuíram, ao mesmo tempo, a fluidez das novas narrativas identitárias e políticas aliadas ao pós-modernismo e ao pós-estruturalismo, centradas num sujeito autopoietico e criador de si, a erosão da ideia de “público” em alta desde 1945 e a decadência do comunismo, como matriz em torno da qual se estruturavam as grandes narrativas.

Nas transformações do espaço público no século XXI, este foi conhecendo uma sucessiva fragmentação ora em tribos epistemológicas (comunidades de saber), ora em tribos políticas (comunidades de poder), ora em tribos de reconhecimento mútuo

(comunidades de afetos). O espaço público atual reforçou a natureza que, afinal, sempre fora a sua, de um campo de forças heterogéneo.

Logo, o essencial sob o ponto de vista comunicativo é a criação de políticas públicas e de mecanismos discursivos da sociedade civil que reponham equidade no acesso à capacidade de influenciar, que passam, necessariamente, por dois níveis de atuação: lutas espontâneas que emergem de contra públicos organizados da sociedade civil em defesa de áreas como sejam o financiamento estadual e/ou comunitário para projetos e exposições de arte, a defesa do papel reflexivo dos currículos de humanidades, artes e ciências da comunicação, o reconhecimento de identidades, a revisitação da memória e da história, e, a nível ainda mais global, a apropriação de dados pelas *Big Tech*, a regulação política e taxação fiscal dos monopólios (digitais e outros), a proletarianização das profissões intelectuais e, decididamente, a luta por políticas públicas que conduzam à regulação da influência comercial e oligopolista das corporações tecnológicas.

O espaço público cultural

A articulação da esfera política com a esfera cultural, uma das teses fundamentais de Habermas (1984), verificou-se em fenómenos diversos desde a sua génese no século XVIII até hoje.

A subjetividade nascida e cultivada no interior da família burguesa restrita, essencial à construção de sujeitos dotados de autonomia, expressa-se, ao longo do século XVIII, no surgimento do romance psicológico, de que o culto do amor-paixão e a prática epistolar constituirão as manifestações mais significativas. Autores como Jean-Jacques Rousseau, Goethe e, em Portugal, a Marquesa de Alorna constituem uma incursão particularmente vigorosa no terreno da subjetividade íntima (Lopes & Saraiva, 1978, p. 619). O ambiente crítico originou, na mesma altura, romances satíricos, comédias de costumes e a proliferação de géneros como epigramas, panfletos e libelos e caricaturas. Em Inglaterra, Samuel Johnson, Daniel Defoe e Jonathan Swift dedicam-se ao jornalismo panfletário e à sátira (Hazard, 1974, p. 72; Basualdo, 1995, pp. 202-203). Em França, Voltaire,

Diderot e Beaumarchais satirizaram as classes dirigentes e os costumes sociais dominantes (cf. Picazo & Gutierrez, 1995, pp. 229-34). Em Portugal, Nicolau Tolentino mostra-se um iluminista convicto, fazendo lembrar Voltaire (Buesco, 1995, pp. 15-19). As personagens representativas de classes excluídas que aspiram à ascensão expressam-se em fórmulas narrativas praticadas por autores como Daniel Defoe, que se destaca com *Robinson Crusoe* como uma metáfora do individualismo empreendedor e aventureiro (cf. Basualdo, 1995, p. 202). Esta concomitância entre esfera política e cultural reflete-se, no século XIX, nas mudanças temáticas na literatura inglesa a propósito do papel das mulheres: são intelectuais e escritoras que se destacam, frequentemente, nas associações de promoção dos direitos da mulher. Os romances de Jane Austen, Emily, Jane, Anne Brontë e George Eliot são recordados pelo facto de representarem uma sensibilidade expressa na apreciação de Virgínia Woolf pelo facto de serem autoras que escrevem como mulheres (Valverde, 1995a, pp. 25-36). Estas mudanças temáticas alargam-se à introdução

de temas sociais como a descrição da pobreza do operariado decorrente da Revolução Industrial presente no romance realista “vitoriano”, um retrato de que Charles Dickens é um autor exemplar (Valverde, 1995b, pp. 37-48). Como um exemplo final, cite-se ainda entre o século XIX e XX, a criação e alargamento de novos públicos por influência de novas formas de expressão como o jornalismo, o cinema e a rádio, de que é corolário a coincidência entre o surgimento das massas como formação social e identidade política e o desenvolvimento das novas formas de expressão cultural identificadas como “indústria cultural” ou “cultura de massas”, resultantes da reprodutibilidade técnica (Adorno, 1987; Adorno & Horkheimer, 1995; Benjamin, 1997).

Não se tratando de uma abordagem de natureza historiográfica exaustiva, naturalmente impossível, tais referências são apenas exemplos demonstrativos da dimensão cultural do espaço público.

A recorrente concomitância entre as esferas política e cultural verificou-se de modo intenso na afirmação das estruturas comunicativas do espaço

público na 2ª metade do século XX, frequentemente, acompanhada pela eclosão de novas manifestações criativas. Permitiram o surgimento de novas gramáticas e formas expressivas que, ao representarem novas subjetividades e identidades bem como os seus problemas, reduziram o nível de subjugação ou desvantagem nos espaços públicos oficiais (Fraser, 1990, p. 67), as quais se fazem sentir sobretudo ao nível da sub-representação.

Difícilmente os chamados anos 60 e 70 com as suas manifestações muito diversificadas de intervenção política podem ser pensados sem um conjunto de figuras como cantautores, poetas públicos e inovações estéticas com destaque para cinematográficas, musicais, teatrais e literárias, pictóricas, poéticas e o surgimento de experiências que buscavam uma dissolução de fronteiras entre categorias artísticas tradicionais.

Desde as várias formas de música de intervenção ao *free-jazz*, às múltiplas manifestações de convergência do *jazz* com as tradições nacionais, à música de vanguarda, aos novos cinemas e vagas portuguesa, francesa, italiana, inglesa, alemã, polaca,

checoslovaca e brasileira; às experiências teatrais de Augusto Boal com o Teatro do Oprimido, com referência às experiências pedagógicas de Paulo Freire e a colaboração com a companhia portuguesa *A Barraca*, às experiências teatrais do próprio Rainer Werner Fassbinder e de Pier Paolo Pasolini como encenadores, e às pesquisas antiautoritárias do *Open Theatre* (de que Sam Shepard foi um dos fundadores), para já não mencionar as vanguardas literárias múltiplas, frequentemente social e politicamente comprometidas, encontram-se testemunhos óbvios do imenso potencial de inovação frequentemente associado a muitos dos movimentos críticos.

Este espaço público cultural com muitas especificidades nacionais criou as suas estruturas de produção, consumo e receção (Bourdieu, 2007, p. 100). Para além da produção referida, inauguraram-se novas instâncias de legitimação da mesma, como fossem novas revistas, novos espaços de crítica artística, literária, musical e estética, e de exibição e de contacto com o público, como os festivais das mais diversas artes, cineclubes, etc.

Seria difícil fazer uma enumeração ainda que meramente exemplificativa de um vastíssimo processo de surgimento de revistas e seus críticos, num movimento que inclui os *Cahiers du Cinéma* ou a *Rolling Stone* como ícones conhecidos em torno dos quais se fizeram, também, experiências jornalísticas ou de pendor literário e que se expressaram em Portugal com o *Mundo da Canção* (1969, Porto) e *Música e Som* (1977, Lisboa), ou até com suplementos de crítica literária e estética na própria imprensa regional, como foi o exemplo do *& etc.*, suplemento do *Jornal do Fundão*, suspenso entre maio e novembro de 1965 pelos Serviços de Censura, por noticiar um prémio literário (o Grande Prémio da Sociedade Portuguesa de Autores), atribuído a Luandino Vieira, na ocasião, prisioneiro político.

Finalmente, destacou-se nesta esfera cultural ao longo dos anos 60 e 70 uma panóplia de novas formas de distribuição e exibição das quais, pela potencial dimensão do objeto, referimos apenas as feitas em Portugal: performances, eventos e festivais (Vilar de Mouros, 1965; Cascais Jazz, 1971; Bienal de Cerveira, 1978),

cineclubismo (Cinanima, 1976; Festival de Cinema da Figueira, 1972 e Cineclube do Porto que se destacou pela dimensão e volume de atividade), cooperativas artísticas (Hot Clube de Portugal, 1950; Árvore, 1963, Porto; Centro Português de Cinema, 1969, Porto; SPA, Lisboa, entre outras) e meios alternativos de divulgação. Além das revistas e suplementos atrás referidos, surgem novos espaços televisivos e radiofónicos, editoras de livros de bolso, direcionados para uma classe média culta que estava atenta a novas sensibilidades. Neste universo perpassa uma teia de sensibilidades contraditórias que muito devem ao que há de, simultaneamente, contextual e universal na sua história. Sociologicamente, as condições permitiram o aparecimento de protagonistas para quem a rutura com o discurso hegemónico fazia parte da constituição das suas subjetividades políticas.

A extensão e diversidade dos objetos apresentados exige considerar as ambiguidades, tensões e diferenças claras entre eles: circuitos de exibição e de comercialização muito distintos, diversidade das propostas, composição dos públicos,

circunstâncias tão diversas como percursos de enorme sucesso comercial manifestamente incitado por grandes editoras e produtoras, ou de maior dependência de subsídios do Estado, ou, ainda, de maior marginalidade comercial e estética, dependente de apoios pontuais e de receitas provenientes de nichos de espectadores.

Este universo contraditório foi acompanhado, ao mesmo tempo, por desenvolvimentos endógenos do mercado, em particular o surgimento de um conjunto de novos meios – miniaturização de aparelhos audiovisuais, *videotape*, CD-ROM, transmissão por cabo e satélite e miniaturização do computador – e a sua integração oligopolista em corporações transnacionais. Apesar das numerosas potencialidades críticas sentidas por intelectuais e ativistas da época, foi um pequeno passo entre as experiências então efetuadas e o fim das restrições constitucionais à propriedade privada de estações de radiodifusão e canais de televisão privados. A Internet, resultado da experiência militar da *Arpanet* e de comunidades de utilizadores que dispunham de conhecimentos para

procederem à transmissão limitada de dados por linha telefónica, foi o ponto de viragem deste ambiente cultural que possibilitou *the next new thing*: as redes sociais digitais.

As discussões e debates sobre a importância da cultura na constituição do espaço público são parte do debate contemporâneo sobre o lugar que esta ocupa na sociedade, como elemento de constituição de espaços diferenciados e cosmopolitas ou como elemento de esvaziamento da política, no limite, através da sua estetização. Abraçamos a natureza ambivalente dos *media* e da cultura na democratização da sociedade. Esta ambivalência remonta aos anos 20 e foi colocada por Walter Benjamin (1997) em termos de uma distinção entre duas modalidades possíveis de uso dos dispositivos modernos de reprodução técnica: por um lado, a “estetização da política” [*Ästhetisierung der Politik*] que nos conduz a modelos massificadores, na sua versão mais benigna, iliberais e protofascistas, numa versão mais pessimista e, por outro, a “politização da arte” [*Politisierung der Kunst*], que consiste na capacidade de as massas usarem as

novas tecnologias para uma atitude de participação e entendimento público, de natureza democrática e crítica. Os desenvolvimentos culturais verificados no pós-guerra entre movimentos contra-culturais, anti-sistémicos e de aprofundamento democrático da diversidade de linguagens e protagonistas e, por outro lado, os movimentos orientados pelos *media* sistémicos, nomeadamente dinheiro e poder, regulados pelo mercado e orientados para uma forte concentração económica de sentido oligopolista e manipulador, refletem esta ambivalência do espaço público cultural.

No desenvolvimento mais recente verificado no novo contexto hipermediatizado, a experiência do mundo esgotou-se, frequentemente, no fascínio pelo aparato comunicacional tecnológico que conduz a uma forma aparentemente inocente e inócua de despolitização pela virtualização. Traduziu-se na apropriação dos eventos da experiência como um espetáculo que desperta um “envolvimento descomprometido”, sem consequências, nomeadamente éticas ou políticas. O ambiente digital surge muitas vezes como ambiente controlado para a

prática de experiências destituídas de contexto ou de pelo menos aquilo que genericamente designamos por tal. A possibilidade de gerar efeitos sem os presenciar fisicamente cria um empobrecimento e despolitização da experiência que está patente em fenómenos como os drones na guerra “limpa”, a pornografia, o *bullying* anónimo, os comentários injuriosos, a fusão da desinformação com o entretenimento (*disinfotainment*), como fenómenos de um mundo aparentemente inconsequente.

O universo da tecnologia digital, neste sentido, suscita atitudes de descomprometimento moral e cívico que têm semelhanças com outras experiências “simulacrais” como a série televisiva *Las Vegas*: o que ali acontece, ali fica sem tocar no universo quotidiano que permanece sem mácula. A despolitização é feita pela virtualização.

Como grande parte deste processo tem lugar em território que implica o menor confronto com as consequências, diminui a ética da responsabilidade, diminuição patente traduzida na incivilidade. As *personas* políticas de Berlusconi, Trump ou

Bolsonaro constituem verdadeiras lições neste plano. O sofrimento, a dor, a ofensa que infligem ou possam infligir fazem parte de uma história da qual não participamos, mas são-nos apresentados sempre à distância e processados de um modo que, no limite, os torna em algo “cool”, irreverente, “patusco” e aparentemente inconsequente. A despolitização da experiência cultural implica um certo risco de um devir-entretenimento da aspiração totalitária. Um filme como *Bombshell* sobre as acusações de assédio imputadas a Roger Ailes, o gestor da FOX News, mostra de forma sagaz este território de mistura entre a ideologia, a desresponsabilização e o entretenimento trivial. A separação entre a proatividade divertida e “cool” e o assédio sexual é claramente esfumada. No ar do tempo, ser uma *jolly good fellow-girl* implica não ser uma desmancha-prazeres e saber esconder o ressentimento e a perda de autoestima. O empoderamento e o seu inverso, o abuso, são “apenas”, de um certo modo, *trending topics*.

No filme citado, claramente assume-se a importância da *persona* política de Donald Trump na hegemonia

*A despolitização
da experiência
cultural implica
um certo risco
de um devir-
entretenimento
da aspiração
totalitária*

sobre as audiências conquistadas pela FOX News, em confronto com as outras corporações televisivas americanas. Desde o *reality-show* *The Apprentice*, nunca um candidato a ditador fingiu tanto a brincar de ditador de faz-de-conta. A experiência separa-se aparentemente das suas consequências para se dissolver em espetáculo sendo, todavia, mais do que isso. A nova gestão das emoções na atual indústria cultural, empobrecendo a experiência, empobrece sobretudo a vida em comum e a empatia com Outrem, eliminando o que é concreto e apreensível num contexto gerador de sentido. No limite, é a representação do ser humano que surge claramente desfigurada, ou antes, figurada de modo unidimensional, particularmente no que toca ao sofrimento infligido num ambiente de quase-paródia.

Universalismo situado

Apesar de as relações entre cultura e espaço público se revelarem marcadas pela gestão da emoção, esta, pela sua natureza espetacular e desenraizada de um contexto de

memória é largamente responsável por uma diminuição da empatia, no que esta significa de encontro com Outrem. A crise da experiência do público tem uma dimensão psicológica que se articula com a alteração do espaço (a presença e a proximidade ganharam outros significados), com a sucção do tempo e da memória quotidianos.

Nesta reconfiguração de conceitos, a ideia de um humanismo universalista, impensável sem um encontro com Outrem, parece estar comprometida na sua facticidade. Neste contexto, o sociólogo brasileiro de origem belga Frédéric Vanderberghe (2002, p. 563) propõe uma reconstrução da fenomenologia da intersubjetividade transcendental de Husserl como alternativa à Teoria do agir comunicacional de Habermas (1987), numa perspetiva que visa estabelecer um fundamento fenomenológico mais contextual e concreto e, portanto, menos formal, menos unilateralmente dependente do processo de exercício dialógico e argumentativo da razão.

No esquema neokantiano da teoria do agir comunicacional, a predominância do *logos* – da razão e do

argumento – deixa um espaço escasso para o corpo e para as emoções no que respeita à realização da comunicação bem-sucedida (Vanderberghe, 2002, p. 569). A psicologia do humano nas teorias neokantianas, como a de Habermas, centra-se na razão cognitiva e instrumental e menos na razão expressiva.

A proposta de Vanderberghe procura explorar a afirmação da empatia como uma forma particular de emoção que carece da recuperação da ideia de copresença para dar significado, contexto e dimensão crítica à experiência.

No essencial, em vez se tomar a intersubjetividade como garantida, como um passo inquestionável de suas análises (quase) transcendentais da ilimitada comunidade de comunicação, pressupõe-se, fenomenologicamente, que Ego e Alter carecem de se constituir reciprocamente um ao outro, como um Alter Ego para cada uma das partes. Neste processo de constituição recíproca, não é possível investigar as interações sociais sem analisar como o Outro é constituído como Alter Ego por meio da empatia (*Einfühlung*), isto é, através da percepção do corpo do Outro como

um corpo vivo. Em vez de se tomar a intersubjetividade como um dado *a priori* e autoevidente, esta passa a ser entendida como resultado de um processo de constituição de Outrem como alguém idêntico a mim, o que abre as portas para a ideia ética de uma Humanidade comum cujos membros mutuamente se reconhecem. Esta noção é fundamental para a constituição de uma experiência comum, sem a qual não há experiência crítica. O Alter Ego terá de ser constituído como um Ego que é ele próprio um Ego constituinte (Husserl citado em Vanderbergue, 2002, p. 575).

É nesta constituição recíproca que a sociedade se torna possível. Sem essa constituição mútua não é possível a eticidade da experiência comum.

Só quando entro em comunicação com Outrem, as minhas ações podem motivar as suas e vice-versa. A sociabilidade constitui-se a si mesma através do que é especificamente social, isto é, através de atos comunicativos, atos em que Outrem está consciente de si como aquele a quem me dirijo. Vanderberghe (2002, p. 581) comenta que à medida que Husserl enfatiza a importância deste

acordo para a coordenação da ação, mais a sua posição parece compatível com a teoria comunicativa da ação de Habermas.

Apesar deste passo fenomenológico constituir um passo para uma intersubjetividade menos apriorística e mais resultante de processos de constituição recíproca que implicam uma interação social eticamente significativa, continua a levantar problemas. Husserl postula a hipótese que, caso um corpo que seja semelhante ao meu corpo orgânico entre no meu campo perceptual, então, por uma transferência de sentido, mais particularmente do sentido “outro corpo orgânico”, se lhe atribua este mesmo sentido a partir do meu próprio corpo (cf. Schutz, 1975, p. 62).

Alfred Schutz, o fenomenólogo austríaco que mais se aproximou da Sociologia, considera que Husserl faz assentar o fundamento da alteridade (da presença de Outrem) num processo de redução que ocorre na mente de cada sujeito isoladamente considerado. Na sua análise crítica, Schutz considera que é impossível propor qualquer análise da interação social a partir de um Ego e de um

Alter considerados à partida como separados entre si, como faz Husserl. O indivíduo, no mundo da vida quotidiano, não está isolado. O seu próprio “eu” já depende das relações que estabelece com os outros indivíduos. A empatia só funciona como processo quotidiano que recolhe a sua fundamentação na experiência e na memória quotidianas. “A capacidade de Outrem em responder às minhas ações, a reciprocidade de atos que daí resulta, o facto social primeiro e fundamental para a constituição de um ambiente comum” (Schutz, 1975, p. 144). Assim, Schutz afirma que compreender as outras pessoas implica captar os contextos de significado próprios dessas mesmas pessoas (Schutz, 1967, p. 107-113). Cético quanto a esta fundamentação de Husserl da comunidade, Schutz interroga-se acerca de “como pode o filósofo isolado, o observador transcendental não participante meditar com outrem?” (Schutz, 1975, p. 80). A instauração de um laço entre Ego e Alter Ego requer como condição o encontro com outro realizado no plano do mundo da vida quotidiana.

O problema desta perspectiva é que as exigências conflituais incontornáveis ao mundo da vida podem ser obliteradas a fim de dar lugar a uma nova idealização. Ao contexto de significado de outras pessoas e de outros grupos sociais importa a existência de horizontes sociais, culturais e históricos distintos, marcados por pretensões de validade específicas e exigências de reconhecimento próprias. É neste sentido que à categoria da empatia, entendida por Husserl como percepção do corpo de Alter como idêntico ao de Ego, e a empatia entendida como a percepção de Outrem num contexto intersubjetivo mundano que se desenvolve na vida quotidiana, importa adicionar o conceito de reconhecimento.

A ausência deste reconhecimento e a experiência do desprezo social podem fazer com que um sujeito entre em conflito. O reconhecimento não passa apenas por um simples processo de empatia (Husserl) obtido através do contexto de significado enraizado no mundo da vida quotidiana dos atores sociais (Schutz), embora careça também dele. As experiências da vida são múltiplas e diferenciadas

e as províncias de significado do mundo da vida são múltiplas, diversificadas e dotadas de uma certa dose de autorreferencialidade e de mútua estranheza, como as recentes crises de migração têm vindo a recordar. As lutas pelo reconhecimento implicam uma dimensão conflitual que adquire uma forte componente moral, na medida em que comportam o desejo de um estágio superior de eticidade (cf. Honneth, 1997).

Nesse sentido, as lutas pelo reconhecimento são fundamentais para a existência de uma publicidade crítica. Se não é possível uma universalidade como a que construímos em horizontes históricos diversificados (greco-latinos, judaico-cristãos ou crítico-iluministas), acompanhada de uma narrativa legitimadora, a qual dificilmente era uma “verdadeira” universalidade, é possível, em alternativa, imaginar antes “universalidades situadas” em que reconhecemos o universo a partir do corpo, do mundo quotidiano, da história e memória, dos contextos de dominação e das pretensões de validade específicas.

No limite, o público é uma existência estruturante ligada a uma

consciência comum da humanidade que se articula de forma empírica com o corpo, a experiência e o ambiente. Porém, se essa consciência comum se fundamenta na experiência concreta de Outro como Ego, também tem que reconhecer a diversidade das experiências mundanas e das diferentes cicatrizes sociais que as mesmas comportam por parte de grupos excluídos ou objetos de relações de dominação diversas as quais se expressam em pretensões de validade contraditórias. Tal exige uma gramática moral que entende que o universalismo implica a extensão de direitos a uma humanidade sem ignorar a especificidade das experiências históricas concretas das diferentes partes dessa humanidade, o que carece das categorias comunicativas essenciais da empatia, da experiência quotidiana e do reconhecimento.

Conclusão

As exigências de empatia e de reconhecimento foram em grande parte esquecidas numa parte significativa dos processos de mediatização contemporâneos. Se as expressões

cultural e mediática são um elemento estruturante da ideia de público e da ideia de humanidade, também se reconhece que os *media* e os processos culturais são ambivalentes, podendo conduzir à politização ou despolitização da experiência. Porém, recentemente uma parte significativa dos processos mediáticos são canalizados para uma virtualização das relações humanas que, apesar de gerar uma certa excitação emocional, se traduz mais na espectacularização ou na banalização da experiência trivial do que na verdadeira consideração dos contextos de significado dos sujeitos humanos concretos. Corre-se o risco de banir, ao mesmo tempo, quer o movimento no sentido da percepção do humano que resulta da empatia, quer o movimento que resulta das diferentes experiências e contextos de significado, pelo qual cada humano concreto assume uma maneira própria de viver a sua humanidade, e que se manifesta em lutas pelo reconhecimento.

Não se trata de opor a realidade virtual à realidade real como se a primeira não fosse real. Trata-se sim de não esquecer os contextos

de significado intrinsecamente humanos que continuam a fazer parte dos processos comunicativos e das interações *on* ou *off line*. Tal implica que os profissionais da comunicação não se abstraíam das memórias e significados partilhados, reconheçam a situação concreta dos atores sociais representados e acolham esses contextos, construindo a empatia com os mesmos e procedendo ao reconhecimento das suas diversidades.

Referências bibliográficas

- Adorno, T. (1987). A indústria cultural. In G. Cohn (Ed.), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 287-295). São Paulo: T.A. Queiroz Editora.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1995). *Dialectic of enlightenment*. London: Verso.
- Basualdo, A. (1995). A literatura inglesa do século XVIII. In *História da literatura* (Vol. II, pp. 202-203). Lisboa: Editores Reunidos.
- Baxter, J. (Ed.) (2006). *Speaking out: The female voice in public contexts*. Basingstoke, England, and New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Benjamin, W. (1997). A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política* (pp. 165-196). São Paulo: Brasiliense.
- Bilodeau, A., Turgeon, L., White, S., & A. Henderson (2018). Strange bedfellows? Attitudes toward minority religious symbols in the public sphere. *Politics and Religion*, 11(2), 309-333. <https://doi.org/10.1017/S1755048317000748>
- Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Buesco, M. L. C. (1995). Literatura portuguesa do século XVIII. In *História da literatura* (Vol. III, pp. 15-19). Lisboa: Editores Reunidos.
- de la Dehesa, R. (2010). *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emerging democracies*. Durham, NC: Duke University Press.
- DiCenzo, M. (2000). Militant distribution: Votes for women and the public sphere. *Media History*, 6(2), 115-128. <https://doi.org/10.1080/13688800020008574>
- DiCenzo, M., Delap, L., & Ryan, L. (2011). *Feminist media history suffrage. Periodicals and the public sphere*. London: Palgrave Macmillan.

- Dominguez, V. R. (1995). Invoking racism in the public sphere: Two takes on national self-criticism. *Identities*, 1(4), 325-346. <https://doi.org/10.1080/1070289X.1995.9962514>
- Escrívela, C. M. (2013). In search of a telos: A critique of the performative green public sphere. *Diacrítica*, 27(2), 65-86.
- Fabj, V., & Sobnosky, M. J. (1995). Aids activism and the rejuvenation of the public sphere. *Argumentation and Advocacy*, 31(4), 163-184. <https://doi.org/10.1080/00028533.1995.11951609>
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Fraser, N. (2007). Transnationalizing the public sphere. On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society*, 24(4), 7-30. <https://doi.org/10.1177/0263276407080090>
- Gillett, J. (2003). Media activism and Internet use by people with HIV/AIDS. *Sociology of Health & Illness*, 25(6), 608-624. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.00361>
- Göle, G. (1997). The gendered nature of the public sphere. *Public Culture*, 10(1): 61-81. <https://doi.org/10.1215/08992363-10-1-61>
- Goodman, J. (2009). From global justice to climate justice? Justice ecologism in an era of global warming. *New Political Science*, 31(4), 499-514. <https://doi.org/10.1080/07393140903322570>
- Guerrero, B. G., Pérez, V. G., & Arfelis, M. B. (2019). Ethical reconstruction of citizenship: A proposal between the intimate self and the public sphere. *Journal of Moral Education*, 48(4), 483-498. <https://doi.org/10.1080/03057240.2018.1563880>
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. 2 vols. Paris: Fayard.
- Habermas, (1996). *Between facts and norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- Hazard, P. (1974). *O Pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Presença.
- Honneth, A. (1997). *La lucha por el reconocimiento*. Barcelona: Critica.
- Husserl, E. (1976). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Paris: Gallimard.
- Lopes, O., & Saraiva, A. J. (1978). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Magalhães, S. I., Cerqueira, C., & Bernardo, M. (2012). Media and the (im)permeability of public sphere to gender. In M. N. da Costa (Ed.) *Democracia, mass media e esfera pública* (pp. 35-52). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- McCann, B. J. (2011) Queering expertise: Counterpublics, social change, and the corporeal dilemmas of LGBTQ equality. *Social Epistemology*, 25(3), 249-262. <https://doi.org/10.1080/02691728.2011.578302>
- Mendonça, R. F. (2007). Hansenfase e mundo da vida: as diferentes facetas de um estigma milenar. *Revista ECO-Pós*, 10(1), 120-147. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v10i1.1045>
- Negt, O., & Kluge, A. (1993). *Public sphere and experience: Toward an*

- analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Papastephanou, M. (2012). Exploring Habermas's critical engagement with Chomsky. *Human Studies*, 35(1), 51-76. <https://doi.org/10.1007/s10746-012-9210-8>
- Pesetsky, D. (1999). Linguistic universals and universal grammar. In R. A. Wilson, & F. C. Keil (Eds.), *The MIT encyclopedia of the cognitive sciences* (pp. 473-475). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Picazo, M. D., & Gutierrez, F. (1995). Gerações literárias do iluminismo francês. In *História da literatura* (Vol. II, pp. 229-234). Lisboa: Editores Reunidos.
- Schutz, A. (1967). *The phenomenology of the social world*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Schutz, A. (1975). The problems of transcendental intersubjectivity in Husserl. In I. Schutz (Ed.), *Collected papers III: Studies in phenomenological philosophy* (pp. 51-82). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Torgerson, D. (2006). Expanding the green public sphere: Post-colonial connections. *Environmental Politics*, 15(5), 713-730. <https://doi.org/10.1080/09644010600937157>
- Torgerson, D. (2008). Constituting green democracy: A political project. *The Good Society*, 17(2), 18-24. <https://muse.jhu.edu/article/258166>
- Torgerson, D. (2010). Policy discourse and public spheres: The Habermas paradox. *Critical Policy Studies*, 4(1), 1-17. <https://doi.org/10.1080/19460171003714914>
- Valverde, J. M. (1995a). Escritoras inglesas do século XIX. In *História da literatura* (Vol. IV, pp. 26-36). Lisboa: Editores Reunidos.
- Valverde, J. M. (1995b). Dickens e a literatura da Revolução Industrial. In *História da literatura* (Vol. IV, pp. 38-48). Lisboa: Editores Reunidos.
- Vanderberghe, F. (2002). Empathy as the foundation of the social sciences and of social life: A reading of Husserl's phenomenology of transcendental intersubjectivity. *Sociedade e Estado*, 17(2), 563-585.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, I. M. (1996). Communication and the other: Beyond deliberative democracy. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and difference. Contesting the boundaries of the political* (pp. 120-135). Princeton, NJ: Princeton University Press.

A esfera pública também sente? Sobre emoções e discurso cívico na era digital

Does the public sphere also feel? On emotions and civic discourse in the digital age

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_5

Resumo:

O ponto de partida deste artigo é a crescente atenção hoje dada ao afeto e às emoções enquanto dimensões incontornáveis do ponto de vista da participação cívica, particularmente no contexto dos *media online* e sociais – e as consequências que esta atenção traz à noção de esfera pública. Parte da identificação de algumas das dificuldades intrínsecas à ideia clássica de esfera pública, sobretudo as que resultam da sua estruturação estrita a partir do racionalismo discursivo. Aprecia a estrutura dos *media* e o modo como essa estrutura acolhe formas de expressividade da conversação pública. Descreve a transformação do *ethos* associado às formas de discursividade, e a inclusão, com um estatuto renovado, de características como o afeto ou as emoções. Enuncia algumas das ambivalências associadas à presença das emoções na esfera pública, e, de um modo mais específico, no jornalismo, e o modo como dessas ambivalências decorre um olhar renovado

sobre as oportunidades de participação cívica e, igualmente, sobre os perigos que ameaçam a discursividade pública.

Palavras-chave: Esfera pública; discursividade; emoções; *media* sociais.

Abstract:

The starting point of this article is growing attention given nowadays to affection and emotions as unavoidable dimensions from the point of view of civic participation, particularly in the context of online and social media – and the consequences that this attention brings to the notion of the public sphere. It starts from the identification of some of the difficulties intrinsic to the classical idea of the public sphere, especially those that result from its strict structuring based on discursive rationalism. Appreciates the structure of the media and the way this structure embraces forms of expressiveness in public conversation. It describes

the transformation of the ethos associated with the forms of discursiveness, and the inclusion, with a renewed status, of characteristics such as affection or emotions. Enunciate some of the ambivalences associated with the presence of emotions in the public sphere, and, more specifically, in journalism, and how these ambivalences result in a renewed look at opportunities for civic participation and, equally, at the dangers that threaten the public discourse.

Keywords: Public sphere; discursiveness; emotions; social media.

¹ Doutor e Agregado em Ciências da Comunicação, é Professor Coordenador no Instituto Politécnico de Coimbra. É investigador no LabCom e no Núcleo de Investigação em Ciências Sociais e Humanas (IPC-ESEC). Os seus interesses centram-se no estudo da relação entre os novos *media* e a vida social. É autor dos livros *Linguagem e Modernidade* (2003), *Comunicação, Media e Identidade* (2009), *Novos Media e Vida Cívica* (2013) e *Sociologia dos Novos Media* (2018).

Para um mapeamento da discursividade contemporânea

É conhecido o intenso e muito rico debate acadêmico sobre as tensões entre os *ideais normativos* e a chamada *experiência vivida*, particularmente no âmbito dos espaços públicos mediados. Estes ideais motivaram o ceticismo de Habermas em relação ao potencial das instituições mediáticas para criarem as condições adequadas a processos de deliberação pública e de formação de opinião, sendo o funcionamento dos *media*, no essencial, descrito em termos da criação de uma ilusão de participação. Embora as normas fundamentais de interação associadas ao ideal da esfera pública permaneçam essenciais para a criação de formas de debate com significado, tem vindo a ser assinalado, nas últimas décadas, como o conjunto de distinções binárias propostas normativamente pelo modelo clássico de espaço público podem não ser desejáveis nem alcançáveis nos diversos contextos da vida do quotidiano. Alguns dos pressupostos principais do modelo de esfera pública consideram que o debate público deve ser racional,

imparcial e objetivo. Formulada assim, esta perspetiva implica a desconsideração de elementos como a emotividade, a parcialidade, as paixões e a subjetividade – as quais, contudo, percorrem múltiplas dimensões de discursividade nos dias de hoje. Mesmo no campo do jornalismo, os mais recentes desenvolvimentos ocorrem no sentido de enfatizar a emoção como um princípio estruturante das relações que emergem entre pessoas, notícias e jornalistas ligados em rede (Beckett & Deuze, 2016).

Mas um outro aspeto deve ser tido em consideração. Nos seus traços fundamentais, a noção habermasiana de esfera pública tem subjacente a intenção de minimizar as relações assimétricas de poder que atravessem as situações comunicativas. Contudo, o que alguns autores mostram é que a razoabilidade é em si mesma uma construção social que usualmente beneficia aqueles que já possuem o poder. E que “a teoria democrática deve considerar como é que as perspetivas críticas capazes de desafiar as definições dominantes são geradas, contestadas e institucionalizadas” (Kohn, 2000, p. 409). Significa isto

que, muito embora se reconheçam os méritos da noção de esfera pública, a sua existência concreta tende a privilegiar a comunicação entre elites. Kohn (2000) descreve ainda como a expansão da democracia, nas várias sociedades ao longo da História, tem sido impulsionada pela mobilização, pela formação de identidades coletivas e pela concertação de ações – e não exclusivamente, ou mesmo maioritariamente, através da obtenção de consensos de natureza deliberativa. O que orienta, desde já, a nossa atenção para os contextos onde ocorre essa mobilização, onde se formam essas identidades, e onde se concertam ações.

Outros estudos (Pantti, 2010; Meijer, 2001), centrados, de um modo mais específico, em formas de discursividade de massa nos *media mainstream*, vêm revelando de igual modo as insuficiências da abordagem clássica da noção de esfera pública. Um trabalho desenvolvido por Lunt e Stenner (2005) sobre *talk-shows* defende que, embora este género de programas possa não ser facilmente defendido enquanto palco de discussões críticas racionais autónomas,

que conduzam a situações de consenso, ele expressa algo importante e peculiar acerca da opinião pública e do envolvimento com a cultura cívica. Como afirmam, um trabalho de análise e de avaliação dos *talk-shows* (tendo em vista o exame minucioso das formas de interação ali existente e para a avaliação da relevância das questões e dos argumentos) reorienta a atenção dos investigadores das preocupações abstratas da teoria da esfera pública para uma análise mais detalhada dos aspetos performativos da fala televisiva. Donde, também estes desenvolvimentos contestam a relevância da formulação original de Habermas (1989) da teoria da esfera pública – à qual escapam os detalhes do que ocorre nos programas e a importância destes enquanto veículos para a expressão de experiências quotidianas e de vozes marginais.

Em síntese, tem vindo a ser assinalado que uma abordagem estritamente racionalista tenderá a desconsiderar uma grande variedade de formas comunicativas que podem ser importantes para a democracia, incluindo, entre outros, elementos de ordem afetiva, estética, humorística

ou irónica. Nos anos mais recentes, sobretudo como resposta à crescente relevância dos *media* digitais e sociais e das formas de discursividade que ali se generalizaram, ganhou força o questionamento da delimitação rígida das normas formais clássicas. É no quadro deste questionamento que se situa o presente artigo.

Sem deixar de considerar a utilidade do quadro analítico clássico habermasiano, o que aqui se equaciona é a possibilidade de uma análise da noção de esfera pública (incluindo a que se situe nos espaços *online* mais comuns) adotar uma definição mais inclusiva tanto do que é o discurso com teor político, como sobre as medidas que classificam e balizam as práticas de deliberação. Como assinalam Coleman e Blumler (2009, p. 38), muitos estudos baseiam-se numa imagem da esfera pública *online* sustentada numa “ruminação cerebral profunda, sombria e racionalmente limitada (...) mais adequada à Câmara dos Comuns do que ao local de trabalho, à comunidade ou à praça pública”. Ora, muito embora esses espaços possuam o seu lugar próprio e regras de funcionamento definidas e estabilizadas,

Nos anos mais recentes, sobretudo como resposta à crescente relevância dos media digitais e sociais e das formas de discursividade que ali se generalizaram, ganhou força o questionamento da delimitação rígida das normas formais clássicas

existirão, no cotidiano, outros lugares muito diferentes que importa considerar – e entre eles os que atravessam os novos *media* e os espaços de interação comunicativa ali existentes.

É seguindo este entendimento que Coleman e Blumler (2009, p. 38) se manifestam “muito felizes” por se satisfazerem com uma democracia que aprecie e valorize um conjunto de “formas de conversa pública, informais, conversacionais, consultivas ou suportadas em evidências” – e que por isso é uma democracia *mais* deliberativa. A alternativa trará consigo um perigo: o de utilizarmos para medir a deliberação critérios idealizados e de difícil operacionalidade – que comprometem, desde início, qualquer resultado útil. Embora modelos inspirados de forma estrita na proposta de Habermas continuem a ter um papel significativo a desempenhar – de que estudos empíricos da deliberação *online* como o levado a cabo por Raphael Kies (2010) são bom exemplo –, a pesquisa precisa de considerar abordagens mais flexíveis para analisar as esferas públicas, muitas delas *online*, onde se situa muita da discussão contemporânea.

A estrutura dos *media* e a expressividade da conversação pública

Todo um trabalho inovador desenvolvido ao longo dos últimos anos tem vindo a demonstrar, empiricamente, que formas de conversação quotidiana em espaços *online*, cuja função primária não é política, podem ter um valor democrático real. A perceção de que o debate público é, muitas vezes, mais que um debate crítico-racional adquiriu, aos longos dos últimos anos, uma importância crescente. Tornou-se incontornável à medida que as formas de participação públicas se deslocaram para os espaços digitais: primeiro com as páginas pessoais e com os espaços de comentário de notícias *online*, depois com formas de ativismo em rede; hoje, com a centralidade das redes sociais digitais. Como descreve Wahl-Jorgensen, uma análise da conversação que percorre todos estes espaços permite a descoberta de “histórias pessoais emocionantes [que] podem ser amplamente valorizadas tanto por jornalistas como por membros da audiência. Serão valorizadas porque possuem a capacidade de cultivar

compaixão e de ampliar as nossas visões do mundo” (2019, p. 2).

Reservando para mais adiante uma análise à ação jornalística, verificamos, desde já, como alguns investigadores, ao apreciarem as dinâmicas da esfera pública, mencionam a chamada “viragem emocional” (*emotional turn*) nos estudos dos *media* – abrindo espaço para uma avaliação mais matizada do papel da subjetividade e das histórias pessoais na articulação que estabelecem com o bem comum. Desafiando, dessa forma, as compreensões mais rígidas dos ideais habermasianos de debate crítico-racional.

De modo crescente, diversas perspetivas indicam a necessidade de fazer a distinção entre a esfera pública (formal), por um lado, e a conversação política do quotidiano, por outro lado. Como enunciámos acima, para muitos estudiosos a deliberação é um conceito normativo, guiado pelo princípio da racionalidade, baseado num conjunto de normas e regras orientadas para o bem comum, que visa alcançar um consenso racionalmente motivado. Ora, é esse tipo de deliberação que se apresenta inadequado para classificar

muitos dos espaços quotidianos da esfera pública – não apenas os criados pelos novos *media*, mas os que estes vieram multiplicar, para além dos que lhe pré-existiam. Estes espaços não estão vinculados a quaisquer agendas ou resultados formais, e a conversação política que aqui surge é muitas vezes espontânea e destituída de qualquer propósito direto, para além do próprio exercício da conversação. Ao contrário da deliberação em órgãos públicos de tomada de decisão, a conversação política quotidiana não é necessariamente direcionada para a tomada de decisões ou para outras formas de ação política, mas é muitas vezes expressiva na sua natureza (Mansbridge, 1999).

A conversação política quotidiana, assim caracterizada, não invalida, contudo, que se considere a sua importância para os processos deliberativos, os quais se estruturam, muitas vezes, em cadeias comunicacionais longas (e complexas) – as quais não têm presente, sempre e em cada momento, o ato propriamente dito da deliberação. Noutros termos, as formas de conversação política quotidiana não são sem sentido por,

simplesmente, não pretenderem resultar numa ação política, imediata ou direta. Pelo contrário, há um conjunto crescente de evidências que sugerem que falar sobre política pode aumentar os níveis de conhecimento político, o envolvimento cívico, a exposição e a tolerância a perspectivas de diferenciação, ou facilitar mudanças de preferência (Graham, 2015). É através dessas formas que os cidadãos alcançam estados de entendimento mútuo entre si, acerca dos problemas políticos e sociais (e soluções) que enfrentam. É ainda a rede de conversações políticas informais, conduzidas ao longo do tempo e entre a multiplicidade de níveis e de espaços, que promove a opinião pública, e com isso prepara os cidadãos e o sistema político em geral para a ação política.

Uma investigação realizada por van Zoonen (2005) sobre a existência de práticas de deliberação a partir de séries televisivas populares *mainstream* (desde *Yes, Minister* a *All President's Men*, entre diversas outras) é paradigmática e ilustra o argumento referido nos parágrafos anteriores. O estudo evidenciou como

estas séries capacitam as pessoas para pensarem sobre os dilemas que os políticos enfrentam, sobre os seus princípios morais e ideológicos, as suas esperanças e ideais, e fornecem informação sobre elementos específicos da política. No que nos importa, sublinhamos a possibilidade inerente aos *media* – nas suas diversas formas – de se constituírem em recurso para a apresentação, para a reflexão e para o julgamento de ideias de interesse público: “As pessoas fazem política em relação a filmes e a séries, e constroem através das suas reações uma versão própria e pública do seu ‘eu’ político” (van Zoonen, 2005, p. 544).

Se esta possibilidade foi considerada nos *media* em geral, há pouco mais de uma década atrás, de um modo mais específico, Lincoln Dahlberg (2004) refletia no mesmo sentido o estado da pesquisa sobre a esfera pública *online*. Nas suas palavras, seria necessária uma nova agenda que se movimentasse “para além da primeira fase” da análise empírica desse conceito. A sua tese é conhecida: na comunicação *online* existem fatores formais ou arquitetónicos, e fatores informais ou de cultura cibernética.

Seria bastante simples identificar e explorar os fatores formais que estruturam as práticas discursivas – designadamente as estruturas tecnológicas (*software*, configurações de fóruns) - bem como a gestão formal de espaços *online* (regras de participação, sistemas de moderação). Já por outro lado os fatores informais são mais difíceis de identificar – pelo menos numa análise prévia a cada situação. Dahlberg descreve que as pesquisas identificam práticas culturais *online* que necessitam de atenção - é o caso do domínio do conteúdo e do estilo das interações por parte de grupos particulares, ou o desenvolvimento de formas de *netiqueta*. Na verdade, os fatores arquitetónicos (formais) e culturais (informais) podem sobrepor-se e influenciar-se mutuamente, de maneiras complexas. A título de exemplo, as arquiteturas da Internet podem encorajar o desenvolvimento de novas formas comunicativas, enquanto a cultura *online* pode gerar novas regras de interação que, com o tempo, se tornam consagradas em *software* e sistemas de gestão. Desde então, não só vimos um aumento do número de estudos, mas também o

*Na verdade,
os fatores
arquitetónicos
(formais)
e culturais
(informais)
podem sobrepor-
se e influenciar-
se mutuamente,
de maneiras
complexas*

desenvolvimento de novas abordagens e a afinação das perspetivas que descrevemos acima (Papacharissi, 2009; Morozov, 2011; Jin, 2013; Fuchs, 2017). Como resultado, o campo de estudos da esfera pública e, no seu âmbito, da deliberação, tem sofrido importantes transformações, ampliando o conhecimento acerca de fenómenos antes pouco centrais ou mesmo negligenciados.

Transformações do *ethos*: afeto e emoção

Um dos contributos relevantes para compreender este fenómeno é-nos proposto por Zizi Papacharissi (2004), quando, a partir da releitura da noção de *democracia anárquica*, de Lyotard, redefine os contornos da comunicação política no ciberespaço. Concretamente, Papacharissi parte da tese do pensador francês quando este sugeriu serem a anarquia, a individualidade e o desacordo, ao invés do acordo racional, que conduzem à verdadeira emancipação democrática. É a partir daqui que Papacharissi marca o contraste entre um suposto *ethos* do confronto franco *online* e

uma cortesia forçada, existente na conversação política cara-a-cara. Diz-nos que, se é comum usar os termos civilidade e polidez de forma indistinta, o que esta indiferenciação faz é ignorar os méritos democráticos que podem existir numa discussão vigorosa e calorosa – mesmo que descortês.

Afirma Papacharissi (2004, p. 266): “Impor padrões de cortesia aos públicos pode erradicar a sua individualidade e singularidade.” Este entendimento possui consequências de enorme significado: define o conceito de *civismo* num sentido mais amplo, que lhe permite classificar como comportamentos cívicos todos os que aumentam a conversação democrática. Suportada nesta distinção, os resultados de pesquisas empíricas que desenvolveu classificam a maioria das mensagens publicadas em grupos de discussão sobre temas políticos como possuidoras de valor cívico. Concretamente: “A maioria da conversa *online* é cívica e educada, encoraja a discussão política *online* e contribui para o bem-estar da esfera pública” (Papacharissi, 2004, p. 280). Ao mesmo tempo, os dados obtidos mostram

que, devido à ausência de comunicação cara-a-cara, o ciberespaço pode assumir-se como um espaço que promove a concretização da ideia de Lyotard de “emancipação democrática por desacordo e anarquia”.

Também os estudos da interação social, desenvolvidos décadas antes por Erving Goffman, e, especificamente, a importância que neles se atribui às ações não calculadas e às formas espontâneas de interação, contribuíram para suportar esta proposta de Papacharissi. A partir deles, a investigadora grega redefine todo um novo jogo de equilíbrios, no qual a valorização da espontaneidade de ação não implica, necessariamente, o abandono de padrões de tratamento respeitoso: “A civilidade deve ser redefinida como uma construção que engloba – mas também ultrapassa – a polidez” (Papacharissi, 2004, p. 266). A própria noção de “face”, mesmo quando se verifica a ausência da interação cara-a-cara, preserva uma importância extrema na relação com os deveres cívicos – na medida em que é a “face” que suporta a gestão da identidade pública. Ainda suportada no paradigma de Goffman, e

sobretudo a partir da noção de *frame*, a proposta de Papacharissi menciona o dever de, em cada discussão pública, estabelecer e renegociar termos de comportamento cívico que não se limitem à escolha polida de palavras – mas se estendam ainda, e sobretudo, ao fortalecimento das nossas relações uns com os outros e dos nossos laços com a democracia.

O que Papacharissi mostra, assim, é que é possível as conversas serem “indelicadas” sem, por isso, deixarem de possuir valor cívico. Mensagens aparentemente impróprias podem, afinal, ser plenas de significado, na medida em que representam imperfeições, paixões ou traços da natureza humana – a que, frequentemente, acrescentam contributos com significado político, num sentido lato do termo. Ao invés, outras mensagens inquestionavelmente educadas de um ponto de vista formal, mas com conteúdos de teor anticívico (discriminatórias, não democráticas, de incentivo à violência ou outras), poderão, por seu lado, atingir abertamente direitos individuais e ser recusadas a partir de uma lógica racional-argumentativa – acabando muitas vezes denunciadas

ou eliminadas das plataformas de comunicação onde ocorrem. Apesar de formalmente “polidas”, serão uma ameaça à democracia e, pela sua própria natureza, ameaçam o desenvolvimento de uma esfera pública.

Num trabalho posterior, Zizi Papacharissi (2014) recolheu histórias sobre como os *media* sociais serviram de canais para a expressão de afetos em momentos históricos, momentos de clara mudança social: “histórias de conexão e expressão”. Nesta medida, mostra como o termo “afeto” nos ajuda a analisar modos de envolvimento político que vão além das expressões formais de opinião. Como explica, sentimentos políticos sem forma e espontâneos podem acumular-se, e, num dado momento, passar de estado latente para manifesto, dando novas formas ao envolvimento e à participação. Noutros termos, se a emoção é um “estado”, o afeto tem a ver com a dinâmica que o gerou. Nos acontecimentos que descreve (as várias *Arab Spring*’s, a *Praça Syntagma*, o *Occupy*, entre outros), é através dos *media* sociais que as pessoas definem o seu posicionamento, produzem e difundem informação e levam a cabo,

ou envolvem-se, em formas diversas de ação cívica. Plataformas como o Facebook, o Twitter ou o WhatsApp convidam os observadores a sintonizarem-se com eventos de que se encontram fisicamente afastados, permitindo que imaginem e sintam como se os estivessem a experimentar diretamente: “Mecanismos de contar histórias como fotografias, vídeos do YouTube ou do Vine, descrições condensadas de momentos de tensão no Twitter ou *videoblogs* com diretos de revoluções em curso, transmitem um sentimento de imediatismo que faz sentir como se lá estivéssemos, sejam onde forem” (Papacharissi, 2014, p. 5). Ora, como nota Papacharissi (2014, p. 133), “as práticas desenvolvidas por estes públicos representam o abandono dos protocolos deliberativos fundados racionalmente em esferas públicas e ajudam-nos a re-imaginar como definir e entender o discurso cívico produzido por multidões em rede na era digital”. Em suma: o envolvimento de um indivíduo implica não apenas a sua atenção cognitiva e uma postura normativa, mas também um envolvimento subjetivo, um *investimento de si mesmo*.

“Há uma carga emocional; sente-se fortemente sobre o assunto em questão. Isso é envolvimento e nunca pode ser reduzido ao puramente racional” (Dahlgren, 2018, p. 2058).

O modo como a democracia sente

Pesquisas mais recentes, centradas no papel dos *media* sociais enquanto dinamizadores da esfera pública, complementam e reforçam as perceções anteriores. Halpern e Gibbs (2013), num estudo dedicado ao uso do Facebook e do Twitter na relação com a deliberação, verificaram que assuntos mais sensíveis desencadeavam publicações (*posts*) mais impróprias, em ambas as plataformas, mas que, simultaneamente, os mesmos utilizadores apresentavam também mais argumentos crítico-racionais para apoiar as suas posições do que ocorria em publicações menos sensíveis. Contrariamente ao sugerido por pesquisas anteriores, que indicavam as questões mais sensíveis como menos favoráveis a promover a discussão deliberativa que as questões não-sensíveis, os resultados obtidos

foram de sentido inverso: perante assuntos altamente sensíveis, os utilizadores apresentaram mais argumentos fundamentados e citaram mais fontes externas que em tópicos neutros. Esta contradição pode ser explicada pelo facto provável de estes assuntos estimularem em maior grau a motivação para provar a própria perspetiva, e com isso implicarem o uso de uma variedade de competências de justificação e de aprofundamento.

O mesmo estudo (Halpern e Gibbs, 2013) identifica ainda uma tendência para um discurso próprio, mas educado. A maioria das mensagens encontradas são “polidas” (72%) e sem estereótipos (apenas 32% foram consideradas não-cívicas), o que, estando em linha com o estudo de Papacharissi (2004), difere consideravelmente das pesquisas sobre deliberação *online* realizadas nos primeiros anos da Internet (Davis, 1999; Wilhelm, 1999). Entre as explicações mais prováveis para esta transformação estará a própria estrutura dos *media* sociais, caracterizada por elevados níveis de personalização. Comparadas com as primeiras comunidades *online*, as atuais redes

sociais *online* exigem uma crescente identificabilidade (mais informações pessoais, fotografias, contactos, etc.), o que se traduz na atribuição de uma maior responsabilidade às interações produzidas - das quais é difícil os autores desvincularem-se. É sabido que nas redes sociais, onde se jogam formas de identidade e de visibilidade, as mensagens tornam-se públicas para uma audiência ampla e indefinida, tanto em termos espaciais como temporais. Em resultado, os indivíduos enfrentam uma maior pressão para padrões de comportamento educados e cívicos.

Não obstante, todo um vasto conjunto de emoções, que vão do amor e esperança à raiva, ao ódio e à própria repulsa, circulam pelos nossos corpos e fazem o seu caminho através das discussões mediadas (Innerarity, 2016). Estas discussões, por seu lado, têm o potencial de formar a base a partir de onde se articulam queixas coletivas, em direção a objetivos de mudança política e social (Wahl-Jorgensen, 2018). Por isso, assinalar o papel das emoções - e as maneiras pelas quais se encontram inextricavelmente ligadas à tomada de decisão

política racional (por exemplo, Westen, 2007) – surge como uma tarefa vital e em constante evolução. Como Stephen Coleman (2013) escreveu, “o que a democracia *faz* e como a democracia *sente* não são dimensões separáveis” (p. 191). Um número crescente de investigadores (Wahl-Jorgensen, 2018; Beckett & Deuze, 2016; Papacharissi, 2014) estuda hoje as diferentes dimensões do papel das emoções na produção de conteúdos e no envolvimento dos indivíduos com os *media*. Uma perceção é hoje clara: a importância das emoções aumentou dramaticamente com a ascensão dos *media* sociais. Este desenvolvimento é moldado, pelo menos em parte, pelas possibilidades estruturais deste tipo de *media*. Na verdade, as “arquitecturas emocionais” dos *media* sociais (Wahl-Jorgensen, 2018) não só facilitam como privilegiam o envolvimento emocional – explicitamente no sentido de uma positividade pró-social, mas, igualmente, como meio de monetizar o comportamento do público. No que aqui nos importa apreciar, de um modo mais específico, a arquitetura das plataformas de *media* sociais permite o surgimento daquilo que

Papacharissi (2014) designa como “fluxos de notícias afetivas”, simultaneamente lúdicas e humorísticas, cacofônicas, colaborativas e antagônicas.

Pela sua especificidade, a estes fluxos cabe dedicar um olhar mais atento, que iremos efetuar na próxima secção.

Notícias “afetivas”

Com efeito, a crescente importância das formas de expressão emocional nos *media* sociais não se limita aos cidadãos e, entre eles, aos ativistas – a dimensão emocional molda também o estilo discursivo dos jornalistas e reflete-se no seu trabalho.

Beckett e Deuze (2016) identificam diversos fatores que promovem a utilização das emoções pelos jornalistas. Destaquemos o fator económico. Num tempo em que a competição é mais intensa que nunca, em que, a partir da Internet, os concorrentes estão por todo o lado e são infinitos, os jornalistas têm que se empenhar na disputa pelo olhar de cada potencial leitor ou espectador. Ora, é amplamente conhecido como fazer vibrar “as cordas do coração” é uma forma experimentada e testada de

chamar a atenção. Do mesmo modo que o campo do *marketing* valoriza a existência de elementos de “engajamento” entre uma marca e um (potencial) consumidor, o jornalismo considera a emoção como modo de criar *envolvimento* com a notícia. Como referido, não se trata de um fenómeno novo: Chris Peters (2011) demonstra que as notícias sempre foram, em certa medida, emocionais – a diferença é a existência, hoje, tanto de uma crescente diversidade de estilos emocionais como de uma maior aceitabilidade no discurso público do engajamento jornalístico, sendo, por isso, mais explícitas as tentativas de o levar a cabo.

Nas redações noticiosas é hoje muito conhecido que o uso de pistas emocionais capta a atenção dos indivíduos e prolonga o seu envolvimento. Entre diversas outras técnicas, sabe-se que histórias com imagens emocionalmente envolventes possuem mais tráfego (Pantti, 2010), ou que textos escritos em linguagem coloquial resultam um maior número de interações. Acresce que o jornalismo é cada vez mais distribuído não por plataformas jornalísticas, mas através

de diversas redes sociais digitais. Atendendo a esta realidade e aos princípios genéricos de funcionamento destas plataformas, os jornalistas têm hoje a responsabilidade acrescida de enriquecer as peças jornalísticas com recursos (mapas, infografias, cronogramas, etc.) que aumentem o seu impacto emocional, mobilizando inclusivamente fórmulas de criação de conteúdo que correspondam a aspetos identitários, ideológicos e/ou comportamentais dos seus leitores. No seu sentido mais amplo, a emoção é o critério que organiza essa correspondência.

Um outro fator veio igualmente contribuir para a crescente incorporação das emoções no *ethos* jornalístico: existe hoje um maior conhecimento do comportamento dos indivíduos, para o qual contribui, entre outros, o conhecimento gerado no domínio das neurociências. A ciência reconhece há muito que as pessoas respondem em grande medida a emoções, e não estritamente a ideias ou factos – o que, aplicado à comunicação política, terá mesmo inspirado formas de discurso “livres de factos”, tão habilmente explorados por atores políticos

*No seu sentido
mais amplo, a
emoção é o critério
que organiza essa
correspondência*

como Donald Trump nos Estados Unidos. É notado (Beckett & Deuze, 2016) que, no campo jornalístico, as transformações terão ocorrido nesse mesmo sentido: há que entender “o que motiva” as pessoas antes de tentar “vender-lhes” novidades. Se as pessoas muitas vezes possuem motivos concretos e razoáveis para se envolverem com determinadas notícias, a verdade é que esse envolvimento é também, de um modo significativo, uma resposta emocional – e sempre o terá sido. A transformação importante, nos tempos recentes, advém do facto de que a tecnologia e os metadados, aplicados e, em certa medida, integrados, no jornalismo, permitem medir esse processo - acabando, no limite, por interferir na produção, na seleção e na distribuição de notícias.

Face ao descrito, Beckett e Deuze (2016, p. 6) são muito claros na identificação de uma tendência “em direção a um ambiente mais móvel e personalizado de notícias, impulsionadas emocionalmente”. Numa era de “*media* híbridos” (Chadwick, 2017), onde plataformas “antigas” e “novas” e organizações de *media* se misturam, as lógicas mais emocionais

dos *media* sociais transbordaram para o conteúdo dos *media mainstream* (Wahl-Jorgensen, 2019), e, de um modo inevitável, para o campo jornalístico. Ora, as relações imbricadas entre jornalismo, emoções e esfera pública, motivam múltiplas questões. Formulemos algumas delas: que transformações impõe a integração das emoções no quadro concetual que define o jornalismo, e nas suas práticas? De um ponto de vista sociológico e político, de que forma as emoções moldam a ação coletiva? Que relação podemos verificar entre emoções e partilha de conteúdos nas plataformas de *media* sociais – uma prática (de agendamento e de enquadramento) que acaba, ela própria, por se constituir uma forma de participação na vida social?

De uma forma clara, a leitura que subjaz a esta perspetiva possui um sinal inequivocamente positivo. Mesmo que alguns meios de comunicação explorem a vida de celebridades, acidentes e catástrofes naturais, ataques terroristas ou crises económicas a partir de um ângulo objetivamente sensacionalista, importa igualmente reconhecer que nem todas as

reportagens e notícias que representam e comunicam conteúdo emocional são sensacionalistas *a priori*, mesmo que a maioria deles esteticize e politize os significados emocionais desses eventos. Outros trabalhos (Pantti & Wahl-Jorgensen, 2007) sublinham, no mesmo sentido, como as narrativas mediáticas afetivas sobre catástrofes naturais contribuem de forma assinalável para a manutenção de normas e valores sociais fundamentais, como são a solidariedade e a empatia.

Mas um outro entendimento, com um tom mais sombrio, tem igualmente vindo a ser associado a esta perspetiva - e, muito concretamente, à redefinição da noção de notícia e do peso que nela possui o conceito de objetividade. Noutros termos: a questão que se coloca acaba por ser a ideia de verdade associada às notícias, e de como, nessa questão, se considera o papel do afeto. Fernández-Armesto (2010) descreve quatro métodos ou procedimentos básicos para averiguar a “verdade”: o que sentimos, o que nos é dito, o que somos capazes de descobrir e o que observamos empiricamente. Se é um facto que os quatro métodos sempre coexistiram ao longo

da História, hoje, no mundo viral da informação *online*, a primeira opção - o que sentimos - encontra-se em franca ascensão. A verdade é reconfigurada como uma realidade subjetiva interna - um salto afetivo - que, no entanto, se afirma como fundamento para as reivindicações de validade sobre a realidade, em prejuízo de dimensões de natureza racional do discurso. Ora, para os meios de comunicação, o mundo acontece como escândalo e catástrofe. As notícias e as suas correspondentes cargas afetivas decorrem a grande velocidade, sem o efeito moderador da distância ou da compartimentação, promovendo “um tipo de socialização que não se baseia em valores e normas partilhados, mas sim em ameaças comuns, como os riscos, as catástrofes ou as crises. Os nossos vínculos são constituídos mais por aquilo que tememos e nos indigna do que por uma integração positiva” (Innerarity, 2016, p. 146).

É conhecido como muito do desenvolvimento do populismo se inscreve em dinâmicas de gestão das emoções dos indivíduos, e do sucesso que se pode ter a partir do envolvimento e da mobilização sob o efeito de emoções

como o medo ou a angústia. Se se encontra descrito que toda a política (nas suas diversas aceções) requer uma dimensão de emoção e de afeto para instigar a participação, são igualmente claras as ameaças que daí decorrem - do ponto de vista do apagamento da perspectiva racionalista e das suas regras procedimentais no debate público, e em prejuízo do papel crítico das esferas públicas. O enfraquecimento das instituições (políticas, sociais, mediáticas) que proporcionavam integração deixou, pois, o vazio que é preenchido com discursos emocionais populistas (Innerarity, 2016). No contexto dos *media* contemporâneos, podem formar-se esferas com uma natureza distinta do sentido clássico de público (*counter-public spheres*), onde, em verdadeiras câmaras de eco, se cultivam discursos de grupo com uma forte carga emocional, e sem aprofundamento racional-discursivo. Contudo, nestes enclaves, não é apenas a emotividade sobre questões políticas que é mobilizada: cada vez mais, propõem-se visões alternativas da realidade, as quais colocam sob suspeita todo um conhecimento partilhado do mundo

e nos introduzem na chamada era da pós-verdade (Dahlgren, 2018). Num quadro geral marcado pela crise do jornalismo enquanto instituição (que lhe é anterior), o crescimento da quantidade de “notícias falsas”, juntamente com relatos tendenciosos, desinformação e conteúdos informativos de má qualidade tornaram-se parte de um mesmo *mix*. Contudo, o que é significativo neste processo é não tanto a desvalorização da importância de averiguar a verdade, mas sobretudo o papel do afeto. Neste contexto, ao jornalismo cabe a missão de evitar a polarização social do populismo genuíno, num contexto em que se encontra presente a ameaça do deslize para modos “pós-rationais” de discurso – o que ocorre, utilizando os exemplos mais superficiais, quando se promove a opinião sobre a análise factual ou quando se privilegia o infoentretenimento.

Notas finais

Como últimas notas, cabe sintetizar algumas das linhas principais que percorreram este artigo. Partimos da premissa de que os indivíduos

não entram na esfera pública como mentes sem corpo, empenhados em argumentar e deliberar sob as condições normativas de uma racionalidade comunicativa idealizada. Pelo contrário, os cidadãos que participam na esfera pública trazem à discussão pública não apenas as suas crenças, expectativas e capacidade de argumentação, mas também as suas preocupações afetivas, legítimas e socialmente relevantes. Este aspeto negligenciado da esfera pública tem vindo a ser evidenciado por alguns autores que abordam explicitamente a importância do afeto e das emoções como indicadores de valores sociais e morais, mas igualmente como poderosos motivadores para a mobilização política (Richards, 2018).

No mesmo sentido, importa registar que sinais de apatia política e mesmo de desfiliação político-partidária, ostensivamente exibidos por muitos indivíduos em relação ao sistema político convencional, não devem necessariamente ser sinalizados como um desinteresse pela política, se entendermos esta como um todo. Em vez disso, muitos cidadãos reorientam a sua atenção política para instâncias

e práticas fora do sistema parlamentar, redefinindo “o que é o político”, muitas vezes no contexto de novos movimentos sociais, onde são fluidas as fronteiras entre política, valores culturais, processos de identidade e questões enraizadas localmente. É esta dimensão da esfera pública, e as vezes que aí se geram, que importa resgatar – ou pelo menos tomar em consideração. Como descreve Dahlgren (2005, p. 155), “a política torna-se não só uma atividade instrumental para alcançar objetivos específicos, mas também uma atividade expressiva, uma maneira de afirmar, dentro da esfera pública, valores de grupo, ideais e pertença”. No entanto, se esta realidade se afirma de forma evidente, nota o investigador sueco como o “caráter fluido e virtual” destas ações, a facilidade em “juntar-se e retirar-se”, resultam na quase impossibilidade de obter um controlo quantitativo, e mesmo qualitativo, sobre estes desenvolvimentos.

É perante este quadro que Coleman e Blumler (2009, p. 27) sublinhavam, há pouco mais de uma década, a necessidade de “tentar trazer a deliberação para a terra”. Esta

necessidade, para ser operacionalizada, implica defender quatro posições principais. Primeiro, que as barreiras até agora intratáveis à copresença comunicativa sejam transcendidas, com o apoio dos *media* digitais e as suas diferentes plataformas. Segundo, que a deliberação seja cuidadosamente cultivada através do desenvolvimento e da utilização de técnicas destinadas a promover uma comunicação pública inclusiva e colaborativa. Terceiro, que essa deliberação seja considerada a via de escape para os dilemas das teorias da escolha social. A quarta posição é aquela que mais diretamente diz respeito ao objeto do presente artigo: que essa deliberação seja democraticamente inclusiva - que tanto os seus procedimentos como o seu estilo reflitam e incentivem a diversidade cultural, e que as suas normas políticas reconheçam realidades de interesse, diferença e conflito.

Com efeito, muito embora a emoção nunca tenha estado ausente das formas de expressão sobre a *polis*, a idealização de épocas cívicas passadas terá sobredimensionado o significado do discurso racional e esvaziado a infraestrutura afetiva por detrás

das formas de envolvimento cívico. Kees Brants (2002) argumentava, há quase vinte anos, que “a política *online* encontra-se *e-verywhere*”, e isso certamente inclui não apenas a conversação quotidiana *online* sobre política, mas todo um vasto conjunto de atividades menos convencionais ali desenvolvidas – desde um simples *emoji* a uma troca argumentativa estritamente racional numa rede social.

O reconhecimento de uma noção de esfera pública também emocional, e de como os *media* a configuram, motiva ainda hoje a suspeição por parte de modelos e perspetivas que anatematizam as emoções – que postulam como meros exemplos de irracionalidade humana. Acresce que, na era da participação mediada pela Internet, a expressão das emoções é bastante mais fácil de encenar do que garantir a sua eficácia – em termos do seu efeito sobre a esfera pública (Dahlgren, 2018). Contudo, o que este artigo procurou mostrar foi que reconhecer as emoções enquanto parte integrante da esfera pública não nos obriga a abandonar qualquer abordagem racional da dinâmica coletiva de discussão e de participação

nos assuntos públicos. Pelo contrário: importa, sim, aprofundar e enfatizar a natureza e a função das experiências afetivas como parte integrante das ações racionais dos indivíduos no espaço público. Do mesmo modo, reconhecer que os *media* contribuem de forma substancial para a manutenção da esfera pública emocional não implica necessariamente ceder a uma mistura de indulgência emocional ou de sentimentalismo exacerbado que, para alguns, pode distorcer a própria natureza do jornalismo como relato de factos, para outros pode ser fonte de ignição de populismos básicos. Sabemos que as correntes emocionais, se não forem articuladas política e institucionalmente (instância onde se situa, de uma forma muito particular, o jornalismo) provocam tanto ondas de solidariedade como de histeria.

Por fim, consideramos que, se nos concentrarmos exclusivamente no jornalismo de factos ou nos fóruns de discussão política (a título de exemplo) e na sua conformidade normativa, tal resultará, necessariamente, num quadro incompleto, ou pior, num quadro distorcido da vida cívica através dos *media*. As emoções possuem uma

grande importância quando se trata de configurar o espaço público. Se é certo que podem atuar como elementos de despolitização, não o é menos que podem contribuir, de um modo insubstituível, para a configuração e revigoração de formas discursivas com sentido público – veja-se, a título de exemplo, a importância da confiança no discurso económico, da temeridade nas políticas de segurança rodoviária, ou do medo em algumas políticas de saúde. Na era dos *media* digitais, acresce a relevância essencial destes espaços para o estudo das formas contemporâneas de mediação e de interação comunicativa e da sua relação com a vida cívica, na medida em que abrem importantes janelas para que se explore e entenda os modos como a cidadania se entrelaça hoje com aspetos e práticas comuns da vida quotidiana.

Referências bibliográficas

- Beckett, C., & Deuze, M. (2016). On the role of emotion in the future of journalism. *Social Media + Society*, 2(3), 1–6. <https://doi.org/10.1177/2056305116662395>
- Brants, K. (2002). Politics is E-verywhere. *Communication*, 27(2), 171-188. <https://doi.org/10.1515/comm.27.2.171>
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford: Oxford University Press.
- Coleman, S. (2013). *How voters feel*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coleman, S., & Blumler, J. G. (2009). *The Internet and democratic citizenship*. New York: Cambridge University Press.
- Dahlberg, L. (2004). Net-public sphere research: Beyond the “first phase”. *Javnost - The Public*, 11(1), 27-43. <https://doi.org/10.1080/13183222.2004.11008845>
- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-162. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Dahlgren, P. (2018). Public sphere participation online: The ambiguities of affect - Commentary. *International Journal of Communication*, 12, 2052–2070. <http://dx.doi.org/1932–8036/20180005>
- Davis, R. (1999). *The web of politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Fernández-Armesto, F. (2010). *Truth: A history and guide for the perplexed*. London: Black Swan.
- Fuchs, C. (2017). *Social media: a critical introduction* (2ª ed.). London: Sage.
- Graham, T. (2015). Everyday political talk in the internet-based public sphere. In S. Coleman, & D. Free-lon (Eds.), *Handbook of digital politics* (pp. 247-263). Cheltenham, UK and Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Halpern, D., & Gibbs, J. (2013). Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. *Computers in Human Behavior*, 29(3), 1159-1168. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.10.008>
- Innerarity, D. (2016). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: Dom Quixote.
- Jin, D. Y. (2013). The construction of platform imperialism in the globalization era. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 11(1): 145-172. <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i1.458>

- Kies, R. (2010). *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan.
- Kohn, M. (2000). Language, power, and persuasion: Toward a critique of deliberative democracy. *Constellations*, 7(3), 408–29. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00197>
- Lunt, P., & Stenner, P. (2005). The Jerry Springer Show as an emotional public sphere. *Media, Culture & Society*, 27(1), 59–81. <https://doi.org/10.1177/0163443705049058>
- Mansbridge, J. (1999). Everyday talk in the deliberative system. In S. Macedo (Ed.), *Deliberative politics: Essays on democracy and disagreement* (pp. 211–239). New York and Oxford: Oxford University Press.
- Meijer, I. C. (2001). The public quality of popular journalism: Developing a normative framework. *Journalism Studies*, 2(2), 189–205. <https://doi.org/10.1080/14616700120042079>
- Morozov, E. (2011). *The net delusion. How not to liberate the world*. London: Penguin.
- Pantti, M. (2010). The value of emotion: An examination of television journalists' notions on emotionality. *European Journal of Communication*, 25(2), 168–181. <https://doi.org/10.1177/0267323110363653>
- Pantti, M., & Wahl-Jorgensen, K. (2007). On the political possibilities of therapy news: *Media* responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. *Estudos em Comunicação*, 1(1), pp. 3–25.
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media and Society*, 6(2), 259–83. <https://doi.org/10.1177/1461444804041444>
- Papacharissi, Z. (2009). The virtual sphere 2.0. The Internet, the public sphere, and beyond. In A. Chadwick and P. N. Howard (Eds.), *Routledge handbook of Internet politics* (pp. 230–245). Abingdon, UK and New York, NY: Routledge.
- Papacharissi, Z. (2014). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Peters, C. (2011). Emotion aside or emotional side? Crafting an “experience of involvement” in the news. *Journalism*, 12(3), 297–316. <https://doi.org/10.1177/1464884910388224>
- Richards, B. (2018). The emotional public sphere and its importance: Freedom of speech as a case study - Commentary. *International Journal of Communication*, 12, 2040–2051.
- van Zoonen, L. (2005). *Entertaining the citizen: When politics and popular culture converge*. New York, NY: Rowman & Littlefield.
- Wahl-Jorgensen, K. (2018). The emotional architecture of social media. In Z. Papacharissi (Ed.), *A networked self and platforms, stories, connections* (pp. 77–93). New York, NY: Routledge.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). Questioning the ideal of the public sphere: the emotional turn. *Social Media + Society*, 5(3), 1–3. <https://doi.org/10.1177/2056305119852175>
- Westen, D. (2007). *The political brain: The role of emotion in deciding the fate of the nation*. New York, NY: Public Affairs Books.
- Wilhelm, A. G. (1999). Virtual soundboards: how deliberate is online political discussion? *Information, Communication and Society*, 1(3): 313–38. <https://doi.org/10.1080/13691189809358972>

Publicness beyond the public sphere

Publicidade para além da esfera pública

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_6

Abstract:

This paper contends the public sphere is a restrictive approach to public action. Despite the dysphoric development of the public sphere in post-modern societies, public action and communicative activity can easily be discerned if one recognizes that rational-critical deliberation is not the exclusive means to exercise it.

I propose to separate what is an historical and idealized construct – the public sphere – from the socio-anthropological principle – publicness.

The former consubstantiates a specific normative principle of legitimate political decision-making, as well as a peculiar space of communication and an ensemble of specific publics. The latter cannot be reduced to the strict formulation of the public sphere. Publicness is, first of all, a matter of cohesion and consensus on values in a society, reached through a communicative process that occurs in almost every social interaction. It does not absolutely depend on a capital Public or on a public sphere model to emerge and be felt by all members of a society.

By tracing a brief panorama in the three main models of the public sphere

(Habermas, Arendt, Negt & Kluge's models), the paper suggests going beyond the public sphere by envisioning publicness as a socio-anthropological principle characterized as being an empirical reality, as being pre-political and pre-institutional, as well as a process linked to social imaginaries.

Keywords: Publicness; public sphere; social imaginaries; public.

Resumo:

Este artigo afirma que o conceito de “esfera pública” representa uma abordagem restritiva da ação pública. Apesar do desenvolvimento disfórico da esfera pública nas sociedades pós-modernas, a ação pública e a atividade comunicativa podem ser facilmente discernidas se se reconhecer que a deliberação racional-crítica não é o meio exclusivo para a exercer.

Proponho que se separe o que é uma construção histórica e idealizada – a esfera pública – do princípio sócio-anropológico – a publicidade.

A primeira consubstancia um princípio normativo específico da legítima tomada

de decisões políticas, bem como um espaço peculiar de comunicação e um conjunto de públicos específicos. O segundo não pode ser reduzido à formulação estrita da esfera pública. A publicidade é, antes de mais, uma questão de coesão e consenso de valores numa sociedade, alcançada através de um processo comunicativo que ocorre em quase todas as interações sociais. Não depende absolutamente de um Público sujeito ou de um modelo de esfera pública para emergir e ser sentido por todos os membros de uma sociedade.

Ao traçar um brevíssimo panorama dos três principais modelos da esfera pública (Habermas, Arendt, Negt e Kluge), o trabalho sugere que se vá além da esfera pública, perspetivando a publicidade como um princípio sócio-anropológico caracterizado como sendo uma realidade empírica, como sendo pré-política e pré-institucional, bem como um processo profundamente ligado aos imaginários sociais.

Palavras-chave: Publicidade; esfera pública; imaginários sociais; público.

¹ Doutorado em Ciências da Comunicação e professor de Estudos de Comunicação na Universidade da Madeira. É investigador no Labcom e autor de *The principle of publicity - A socio-anthropological perspective*, publicado em J.C. Correia, & R. Maya (Eds.) (2011). *Public sphere reconsidered - Theories and practices*. Covilhã: Labcom Books.

Introduction

Becoming known to each other is as old as the human being. Publicness has not emerged in the modern world even if a critical and rational publicity (conceived as a public sphere) is something that rose with Enlightenment (Habermas, 1989). Being before the eyes of our fellows is as old as social life itself (O'Donovan, 2000, p. 18) but a coinage with political dimensions only emerged in the late eighteenth century.

The structural transformations of the public sphere (Habermas, 1989) entail multidimensional transformations that simultaneously prevents us to see them as a simple unidirectional degradation but as a complex mutation. The public sphere is today related to the increasing diversity and overlapping of publics that may – or may not – be in conflicting relations. But also, to the expansion of social life that mass media (both electronic, analogic and digital) brought and its potentialities for the virtualization of the public sphere (Ferreira, 2019). On other hand, the processes of both globalization and glocalization (Robertson, 2003) encompass the

possibility of transnational public spheres (Fraser, 2014). They are separated but in connection with national, local publics (Bohman, 2007) as well as subnational publics and sphericules (Gitlin, 1998). There are signs that the characteristically dynamic tension between the public and the private is now largely politicized (Livingstone, 2005), and is the object of intense contestation and redefinition (Fours, 2008, p. 96). Lash (1979), for instance, advances a “tyranny of intimacy” and “public narcissism” to describe the coincidence of the terms, while Mateus (2010) calls for the oxymoron “public intimacy”.

The general perspective of the structural transformation of the public sphere is a pessimistic one (Bau- man, 1999; Fenton, 2018; Pfetsch, 2018), emphasizing the negative sides of strategic action (Habermas, 1976; Murdock, 2018) over the normative one, rational and ethical dimension of the public sphere (Habermas, 1996; Blumler, 2018). It is well-known that Habermas (1989) presents the 20th century as a re-feudalization of the public sphere in which public opinion tends to be directed by

the technification of politics, at the same time citizens tend to be alienated from their prerogatives (Esteves, 2019). This distrustful approach¹ to democracy and the public sphere is indebted to key authors such as Lippmann, who, in his *The Phantom Public*, rejected the hypothesis of a well-informed and competent citizen in a mass society. According to him, the public is not fit to express its opinions but to align itself for or against a proposal. That's why a qualified understanding of public affairs should

¹ For clarity's sake, it should be stated that this distrustful attitude is characteristic of the first Habermas. As it is well known, Habermas (1996) later reconsiders the role of mass media and the public sphere through the notions of counterfacticity and plurality – as in, for instance, *Between facts and norms* (Habermas, 1996). What should be retained in this passage is the strong fragilities of the concept of the public sphere in a (post)modern world. This does not mean it is today irrelevant. In contrast, remembering the public sphere's difficulties, vulnerabilities and dangers is intended in this paper to emphasize how “short” and insufficient the concept still remains. That's why, one needs to look into publicness and not just to the public sphere. Failing to do so is to mistake the tree for the forest. Publicness is a forest of modelizations and articulations. The public sphere is the main articulation of the publicness but must not be confused with exhausting the whole publicness principle.

be left to specialists, and the role of public should be circumscribed to choosing among perspectives in a world where citizens are compared to a disenchanted and passive spectator (Lippmann, 1925). Similarly, in the same epoch as Lippmann, Schumpeter ascribes only a minor role to public participation since the “will of the people” could be manufactured and manipulated. Genuine public participation is an illusion (Schumpeter, 2010, pp. 54-72).

In brief terms, the transformations of economic, civic, political, cultural and technological life put in jeopardy the very foundations of the public sphere: a communicative forum accessible to as many as possible, where opinions can be freely expressed and debated through rational and critical discussion (Verstraeten, 1996, p. 348). This means that political choice is strongly dependent of the possibility of the public sphere. It offers clear insights in the issues and offer possible alternatives from which to choose (Murdock, 1992). Also, the public sphere is, from the start, a central element on the political communication process enabling

politics to be accountable and the public to critically check on government policies (Papadopoulos, 2010). Habermas (1989, 1996) had already identified two fundamental attributes of the public sphere: it functions as an institutional space for public opinion formation and criticism; and it operates as legal framework which normatively secures its autonomy from politics but that, at the same time, is aimed to extend public control over political decision-making (Rodger, 1985, p. 205).

Answering the challenges to a normative political theory of the public sphere, the Internet seems the mass medium most adequate to take on the institutional complexity and cultural diversity for democratic decision making (Dahlberg, 2007), and thus to renew the ethical and rational functioning of the public sphere and deliberative democracy (cf. Bohman & Regh, 1997).

It is presented as an extension of the public sphere (Budarick, 2016; Del Valle et al., 2020), a universal access medium that is based on networked – not hierarchical – relations, enabling the non-coercive expression

of a vast majority, operating outside political institutions, and promoting public opinions processes departing from online discussion in public forums (Buchstein, 1997; Batorski & Illona, 2018). In fact, digital media helped to create an informational abundance that broke up elitist domination in favour of open processes of knowledge dissemination by amplifying the diversity of contents accessible to citizens (Coleman & Blumer, 2009; Dahlberg, 2001; Dahlgren, 2005). Internet makes easier to build communication networks enabling collective action (Torres & Mateus, 2015). “With the advent of the Net, civic interaction takes a major historical step by going online, and the sprawling character of the public sphere becomes all the more accentuated” (Dahlberg, 2007, p. 149).

Nonetheless, there is empirical evidence supporting the fact that the Internet may not represent a new step towards the regeneration of the normative public sphere. Not all the problems of political communication were resolved given its structural insufficiencies (Hindman, 2008, p. 269). In fact, the universal access to virtual

public forums is not a sufficient condition to perform deliberative activities (Ferreira, 2019, p. 194). The diversity of voices in online environments *per se* does not guarantee true discussion and contestation of points of view (Esteves, 2019, p. 271). There may be technological opportunities to a strong normative public sphere, but it's the use citizens give to Internet that will determine its quality to foster communicative encounters (Downey & Fenton, 2003; Dahlgren, 2001). For example, Huckfelt and Sprague (1995), as well as Schäfer and Taddicken (2015) and Winter and Neubaum (2016) found that there is a tendency of people to interact preferentially with those with the same opinion. Concomitantly, an empirical study concluded that social media users tended to ignore contrary political arguments and concentrated their online interaction in posts that did agree with their own points of view (Hampton et al., 2014). There is, thus, the risk of social media to become no more of overwhelming platforms to gather information that do not necessarily culminates in dialogue and that favour private or particular processes of public opinion

formation (Ferreira, 2019, p. 198). Besides, Internet supports anonymity minoring the responsible expression of opinions that tend to replace truth and objectivity as core values of public discussion – ultimately ending in fake news (Allcott & Gentzkow, 2017). Dean (2003, p. 95) is much clearer on this dysphoric perspective on Internet as the promised mass media that would reconstruct the political public sphere and democracy: “I argue that the notion of the public sphere is not only inapplicable to the Net, but also and more importantly, that it is damaging to practices of democracy under conditions of contemporary technoculture”.

So, despite the euphoric promises of Internet making possible the return of the strong, ethical and rational functioning of political communication, the public sphere theory (Jacobson, 2017) still faces difficulties to found it in today's world. It seems Internet's restoration of the ideal of a public sphere is a failed promise.

So, one question imposes itself: given the degeneration of the public sphere, is this concept still valid to describe political communication today

given the discrepancy between facts and norms, between what is the public sphere and it should be? As an ideal, the answer is undoubtedly yes. Yet, from the empirical perspective there is more scepticism, as we have just seen.

But the great question the panorama now traced raises is about the exercise of public activity. Can all the public communication be surmised in the public sphere? Is publicity the only way we have to describe broad phenomena concerning public action?

This paper analyses and characterizes the possibility of public action by separating publicness (as the public quality) and publicity (as a political form of publicness). It is focused on publicness instead of publicity or the public sphere. The public sphere does not exist as a tangible, concrete, determined reality (McGuigan, 1996). And trying to fix it in a historical point is an unfortunate task doomed to failure as several works have demonstrated (Calhoun, 1992; Fraser, 1992; Baker, 1992). The “public sphere” is a *constructum*, more of a process of guiding political communication according to the democratic ideals inherited from the Greeks and

*This paper analyses
and characterizes
the possibility
of public action
by separating
publicness (as the
public quality)
and publicity (as
a political form
of publicness)*

from modern philosophers like Kant, Tocqueville or Dewey.

Agreeing with Dean (2003, p. 101), I suggest one good way to fully assess what the concept of public may give us in social theory (and not just in political theory or political communication) is to treat the public sphere as an ideological construct having inclusivity, transparency, visibility and accessibility as its core values. And it is because publicness was historically constructed² as a public sphere that the confusion between publicness and publicity arises. Indeed, from the fact of locating the category of the public sphere in specific institutional practices and political processes does not follow that the whole scope and meaning of public action is menaced. If the public sphere as a construct may be difficult to discern, the same does not hold true for publicness to remain a central category for social action and communicative activity in all societies.

Today, publicness has to shift into a definition that allows us to go beyond a (mainly) political and philosophical abstraction and help us

grasp the seminal meaning contained in the universal idea of publicness. In the first section I trace a (very) brief panorama in the three main models of the public sphere³. In section two, I go beyond the public sphere concept by envisioning publicness as a socio-anthropological principle. In the last section, I depict and characterize the principle of publicness.

Public sphere: a restrictive approach to publicness

Going beyond the public sphere requires, first, that one establishes exactly in which elements publicness

³ This paper is not about the public sphere, a key topic profusely written about and debated. It is about the enlargement of the meaning of publicness in contrast with the model of the public sphere. Going beyond the public sphere has, here, the meaning of acknowledging that publicness can be (politically, scientifically, etc) operated in many distinct forms of public action. The politically deliberative, democratic public sphere is just one of the possible articulations of the publicness principle, but one that risks irrelevance both empirically and conceptually vis-à-vis social action. In other words, the public sphere is a political modelization of publicness that is composed by three main models: Habermas', Negt and Kluge's and Arendt's models of the public sphere.

² In other words, subject to modelization.

departs from critical and rational publicity model of the public sphere (cf. Gripsrud et al., 2010).

So far, we have three main models for the public sphere: The Habermasian's model centred in the bourgeois public sphere; Arendt's model centred on an agonistic public sphere; and Negt and Kluge's proletarian public sphere model.

The most influential and cited model of publicity is Habermas' public sphere in which he tries to identify the normative ideals of modernity (rationalization of society) and the liberal model of democratic will formation (Calhoun, 1992, p. 40). The public sphere designates the political use of publicness and it is considered a metaphorically space⁴ (Houssay-Holzschuch & Teppo, 2009), or realm, that would realize those modern principles of critique and public dialogue. In the public sphere, society participates in political decision and shapes democratic procedures. Habermas, in his wide-ranging

works on this subject, always considers participation in articulation with communication so that citizen's interests reflect a rational-critical nature of their decisions. Habermas' study on the early bourgeois public sphere (1989) demonstrates the process in which institutions that established legal and normative constraints upon arbitrary power emerged from the clash between the absolutist state and economic individualism (Rodger, 1985, p. 205). The public sphere was a space inside civil society, between private individuals and the state, that institutionalized criticism, public discussion and debate through which the Public demanded political actors to legitimize their decisions. This model was further developed by Habermas (1984, 1987, 1991, 1992, 1996), trying to answer all the historical, feminist and social theory criticisms. In these works, he gives additional commentaries to the *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, namely, the existence of a cultural public sphere (McGuigan, 1996) differentiated from the political public sphere, as well as some fundamental remarks on how to see the public sphere in its relation

to social movements. This is not the place to engage with the topic of social movements nor the cultural and the political public spheres. While there are several advances in Habermas' theory, they all reiterate the rational-critical model of the public sphere⁵.

The Habermasian perspective converges in many aspects with Arendt's model of the public sphere. She, too, ponders the changing relations between the public and the private sphere although inspired by Ancient Greece, instead of 18th

5 Indeed, by inheriting the legacy of Critical Theory, Habermas tends to conflate the functioning of the public sphere to reason and make reason and critique a crucial dimension of the public sphere and sociability. The public sphere is defined by Habermas as "the public of private individuals who join in debate of issues bearing on state authority" (Calhoun, 1992, p.7) and it entails three forms of critiques: (a) the critique of the absolutist state, (b) the critique of the democratic state, and (c) the critique of the public sphere as a mediating force between state and society (Habermas, 1989, p. 9). It is also very inspired by Kant's *Critique of Pure Reason*: "Our time is the time of criticism, to which everything has to be submitted. Religion, for its holiness, and legislation, for its majesty, also want to subtract themselves from it. But then they rightly arouse suspicion against them and cannot aspire to the sincere respect which reason grants only to those who can sustain its free and public examination" (Kant, 1997, p. 5).

4 The idea of the public sphere as physically space has been properly criticized (Baker, 1992; Belina, 2011) and even distinguished (Low, 2017).

century bourgeois European societies. And like Habermas, Arendt identifies a crucial force of social transformation: the rise of the social in which labor and work became a public matter. Similarly, to Habermas' re-feudalization of the public sphere, the rise of the social has a negative meaning to Arendt since it leads to a loss of the original meaning of political action. As private and public became blurred, so participatory democracy is menaced.

The main difference comes from the agonistic spirit of the public sphere in which individuals try to excel and distinguish themselves through unique achievements. In contrast to Habermas' model, the public sphere is not part of the civil society. The praxis that makes politics possible does not belong to the private sphere but to the public sphere. Power emerges from the common action. The public is, therefore, the space where to realize the full potential of human existence (Arendt, 1998) and the great opportunity of political action.

Arendt's claims an epiphanic model of the public sphere, where individuals stand, in the *agora*, before

the eyes of their peers in order to affirm themselves. The public relates to a desire to appear before the eyes of others, opening up an important connection between appearance, visibility and publicity. To act among men means to step into the public realm. To be in the world is to appear, to make visible and be reciprocated in that visibility. Appearance is, in this model, the directing principle of the public sphere. This is the stage to self-display and, concomitantly, political recognition. The reign of personal liberty is precisely situated in the public realm. The public man is an interested man (*inter-esse*) needing to be acknowledged.

The third chief model of the public sphere belongs to Negt and Kluge (1993) who developed a strong critique to Habermas' model of public sphere.

They accuse him of idealizing the bourgeois public model and ignoring other public spheres. Hence, they stress the existence of proletarian public spheres that operate as a counter-public in distinction to the bourgeois public sphere. They underscored of the public sphere does not possess a unified structure,

being composed, instead, by several particular spheres. To Negt and Kluge, the shortcoming of bourgeois model of the public sphere is to hide the substantial interests of a great majority of society while claiming to represent the whole society (Negt & Kluge, 1993, p. 136).

This third model of the public sphere is also a political one and denounces the limited sphere of the bourgeois public sphere in which, according to its proponents, social unity and power are shaped by interests of particular social groups. This is a Marxist proposal (trying to understand the life conditions in capitalist societies) that re-designs the model of the public sphere in a structural way: first of all, it moves the emphasis of the public sphere from the bourgeoisie to the proletariat, establishing a demarcation between a public sphere and counter-public spheres.

But, fundamentally, there is no such difference between these models given that we are still in a framework where competing social groups struggle for recognition and acceptance of their world-views. Negt and Kluge's model is, basically, the description

of an anti-bourgeois public sphere. Although it poses some important advances (such as the valorisation of the experience of everyday life), this model still frames publicity in terms of political revindication and emancipation. So, in this respect, it amounts to a re-formulation of the bourgeois public sphere, but with major aspects that frame publicity that are still the same – a revindication of political voice.

The listing of criticisms received by these three models of the public sphere is gigantic. Its idealized situation (Castells, 2008, p. 80), and its exclusionary nature on the basis of class and gender (Fraser, 1992), point to the serious limitations of these models with respect to the general principle of publicness.

First, publicity is here subordinated mainly to political communication. So, the public realm is described as a public sphere where citizens discuss and debate in rational-critical terms for influencing political institutions. Publicness as a concept of communion, openness and solidarity is reduced to publicity, that is, to an institutionalized communicative

exercise of expression of (political) public opinion⁶ in the form of a rational critique. The public sphere is, in other terms, a critical theoretical model (Budarick, 2016, p. 10) that tends to be considered as homogeneous and frames public discourse. The concept of publicity, is, then, a frame that delimits a modern conception of public action. An action that assumes political aspirations through an extensive process of open and free discussion in exclusive terms of rational and critical communicative processes, ignoring, for instance, the power of emotions and other non-linguistic aspects of public expression (for instance, cartoons and graffiti's vindications).

Second, the degeneration of the political public sphere, brought by – among other factors – modern media, implied the loss of much of its original political character in favour of commercialism and entertainment. This represents a decline of

the very idea of publicity. With this deterioration, public action seemed to be, if not condemned, then, to be in peril. This is the portrait assumed in Sennett (1977), Habermas (1989), Negt and Kluge (1993) or Arendt (1998). And with the emergence of new media environment of a network society (Bruns, 2008), the unitary character of the public sphere tends to become an amalgam of sphericules (Gitlin, 1998; van Dijk, 1999, p. 164) in which the public and the private are becoming increasingly blurred (Splichal, 2018).

Still – and in contrast – there is a public dimension entailed by the very idea of publicness that does not depend on a political, rational-critical public sphere to exist. From this fact, the notion of the public sphere is struggling in today's world – as we have seen in the introduction. From the fact that political communication is dominated by infotainment and strategic communication it does not necessarily follow that all public activity is also doomed (Inerarity, 2010). Interestingly, Kee (2005) reminded us that the public sphere is an object of trivialisation,

6 Even solidarity, consensus and recognition are bounded by this critical-rational understanding of the public sphere even if solidarity may be also conceived as an emotional binding form of sociality.

commercialisation, spectacle, fragmentation, and apathy; but this is only one political-cultural dimension of publicness. Likewise, the fall of the public man (Sennett, 1977) does not equate with the fall of principle of publicness (Mateus, 2011a). Publicness is beyond the strict public sphere and does not focus just on social identities and political choices. The transformation of civil society may reduce or hinder the normative functioning of the public sphere but does not put in jeopardy the very principle of publicness. So, public action goes beyond institutionalized, rational and political action, and it is not limited by publicity. The arena of symbolic representations and opinions that forms, de-forms and re-forms society (Giddens, 1979) goes beyond the strictly publicity model.

Third, the public sphere dichotomizes public and private as two simply opposed symmetric entities (Brighenti, 2010, p. 18). But, in reality, this grand dichotomy of the western thought (Weintraub & Kumar, 1997) is a severe limitation, since lead us to associate the public with the visible and the private with the invisible

(Koselleck, 2000), hampering our capacity to conceptualise public action in its complex forms of visibility (Mateus, 2017) and intersections.

Fourth, the public sphere, as a social space of communicative interaction, tends to be spatially and materially bonded, be it as *agora*, *forum*, literary societies or coffee-houses. The expression *l'espace public* (public space), in French, is a good illustration of this material and spatial delimitation. Even the media provide a kind of symbolic space of the public sphere further insisting in this material dimension. But public action exists also in discourses. It is symbolic. And although discourse have some kind of material substratum (e.g. text), it is much more fertile to look into non-spatial dimension of public action. Publicness does not depend on symbolic *agoras* or *foruns*: it depends rather on the symbolic articulation of collective action.

Fifth, all the three models of public sphere seem to possess a sociological and historical ground. But, trying to historically specify the public sphere (ex: bourgeois and proletarian public spheres) not only

consubstantiates a fragile approach as well it tends to absolutize the very idea of public action. Publicness is an a-temporal notion present in every human society⁷. Although it can be modelled into a public sphere, and an historical Public could be recognized, publicness does not belong to a certain historical point or a given society (as implied by Habermas's *Structural Transformation of the Public Sphere*). Publicness may be thought in different ways across time – and we have many examples of it in the different models of the public sphere – but a given historical or sociological degeneration of one model does not necessarily presuppose the decline of public action.

Sixth and lastly, the models of the public sphere tend to emphasize in different degrees a unitary and

⁷ This is an animating subject within Public Sphere Theory. Unfortunately, I cannot dwell on this a-temporal nature of the publicness principle in the space available here. It would probably take a full book to properly develop this assertion. Yet, publicness is not yet historically defined. As a principle of social action, we must, nevertheless, assume different configurations throughout history (e.g., the bourgeois or the proletarian public spheres).

homogeneous type of public (bourgeois, political or proletarian). Yet, as we have seen, contemporary explosions of digital media show how such unity is problematic. In fact, once we introduce the plurality of communicative arenas we have at our disposal, it is more and more difficult to refer to a capital Public. If the public sphere consists in a multiplicity of – possibly conflicting – publics, how can we speak of its unity? Where is the central core of the Public as a subject? Even consensus and deliberation – as ideal or normative outputs of the public sphere – cannot be subjected to a unitary approach. While public action demands consensus, the public sphere concept tends to centre around a capital (informed, evaluative, critical) Public, even as consensus-making as a goal of social action can be achieved in other informal, cultural or affective forms (Ahmed, 2004).

Furthermore, familiar public sphere models can only be treated through the abstract notion of the Public. However, communicative processes are ongoing and transient, sometimes, even ephemeral. Public

life does not depend solely on a major critical-rational Public. Instead, it relies on a myriad of collective experiences that makes obsolete the relation between concepts such as the Public, counterpublics, and subaltern publics. The public is not an institution or a specific group of people:

Public discussion may as well be conducted in ritual ways without injuring possible compromises, polemics or transactions. In that case, the public may be, above all, a dispositive of social establishment of values, methods, rules and regulations authorizing a creation of a framework where people can collectively and spontaneously organize its social world. This evanescence suggests a new conception: the public assumes a modality of experience where an aggregate people share collectively the same presuppositions and sensations about a social issue. (Mateus, 2011b, pp. 280-281)

By taking the public in small letters (*public* instead of *Public*), we

avoid many apparent inconsistencies and exclusions of the public action. Not all public action depends on rational and critical communication, nor on the existence of such an institution as a capital Public. The public is a kind of social experience and sociability (Mateus, 2011b) that goes beyond the physical discussions entailed in the coffee-houses and *salons* or the institutionalized symbolic discussion in the press. There is public opinion (*doxa*) without necessarily the expression of the will of the people – the capital Public Opinion. The weakness of the public sphere consists precisely in its rationalist illusions concerning the circulation of public discourse (Fours, 2008, p. 98): the formation of public opinion or public action derived entirely from the public use of reason. But, as mass-media and digital media plainly demonstrate, we should treat public discourse not just as rational-critical discussion about the common good (the *res publica*), but also as the massive and sharable circulation of shared visions of the world, in both verbal or non-verbal forms.

Given these six instabilities on the core framework of the model of

the public sphere, we suggest going beyond the concept of “public sphere”.

Simply, publicness

As far as a model of public sphere is difficult to apply in today’s mass media and mass democracy societies (this is an undisputed assertion by the majority of authors), we need an alternative mode of explaining the central function of public action in society.

Publicness – as general principle of public activity – is a term that easily answers the need for a universal, encompassing and inclusive understanding of public action.

Parallel to the normative notion of public sphere, we encounter publicness: instead to be centred around the emancipatory capacity of Public Opinion – like the notion of the public sphere –, publicness is centred in communicative, symbolic interaction and in the emergence and dissemination of social discourses (political, cultural, economic, social, ludic, critical, entertainment, celebrity, etc.).

In face of the obsolete character of the public sphere (Rospocher, 2012,

As far as a model of public sphere is difficult to apply in today’s mass media and mass democracy societies (this is an undisputed assertion by the majority of authors), we need an alternative mode of explaining the central function of public action in society.

p. 9), we need to move beyond it. This paper suggests the etymological and primordial meaning of publicness can be the answer since it is not imbued of state, political power-relations but in the power of discourses (verbal and non-verbal, audio or linguistic, visual and multimodal).

“Publicness is one of the most present regimes of social experience and contains the proper sense of the word: to publish is the action of making something collective and social. It embraces different behaviours and manifold manifestations: to print, to make visible, to distribute through the market, access to the public forum, make visible or knowable, or establish something as a communal, shared and cooperative concern” (Mateus, 2011b).

While in the public sphere models, political engagement is centred around relatively few issues and problems, publicness enables us to talk on an epi-societal movement of communicative action that is disperses, decentralized, and distributed across the whole

society. No one has the prerogative of publicness: every each of us access and use it without the need of an institutional apparatus such as a Public Opinion. Publicness is an attribute that is not dependent on political structures or even mass media; it does not take place in a distinct intermediary space which lies between institutions; it is not restricted to be an arena of politics and policy development. Instead, publicness presents itself as a shifting terrain that dissolves the formal and rigid boundaries of the public sphere models and extends participation to the very heart of everyday life. This means publicness is a pan-societal principle.

Mateus (2011a, p. 165) suggests considering publicness as a socio-anthropological principle and advances a provisional description. From a socio-anthropological standpoint, publicness is the social principle explaining the relation between singular meaning of individual and its plural sense (society), promoting the communicative operation of symbolic mediation, contributing to the production and reproduction of a community sense of belonging, working and updating the social bond uniting a society.

[Publicness] is first of all a matter of cohesion and consensus on values in a society reached through a communicative process that occurs in almost every social interaction. It does not absolutely depend on a Public or a public sphere model to emerge and be felt by all members of a society. According to this perspective based on Noelle-Neumann's latent function of public opinion, publicness is about ensuring a level of collective compromise through a capillary circulation on society. (Mateus, 2011a, p. 167)

In other words, publicness happens whenever and wherever two or more individuals – having previously acted singularly – assemble to interrogate and discern on their own interactions which are already embedded in wider relations of social power (Keane, 1984, p. 2). Publicness happens in co-presential contexts but also in mediatised contexts since media help to reconstitute space-time relations. Culture, as the social world, can only be developed from within – nor from outside or above.

A homogenous, externally produced, culture is a perspective. So is the case with a public sphere as the exclusive means for configuring public action. In each individual, culture is on the move, so much that publicness is always happening. Culture is not a contingent, formal and normative process of public sphere but a living one. So, to one to acquire publicness does not mean to be frozen into an assigned public role (citizen, insurrectionist, activist, etc.). The very condition of publicness is openness, so every social interaction, given a cultural context, can potentially be a public action, even before acquiring a critical stance.

In opposition to the public sphere models, communication is not a key principle of publicness.

It is the other way around: publicness is a general principle of communication. If to communicate is to make something shared, publicness is, then, the result of communicative practices, since to communicate involves public sharing. Of course, public and private assume in this case distinct meanings: the private is not here conceived as the individuals

opposing to the state. Public and private are modulations of social experience. Deliberation is not the exclusive means to exercise public action, nor critical and rational interchange is the main mode of being in the public.

As we observe today, just a few of communicative interaction may be discerned as a critical-rational communicative action. Most of social interactions happen in professional, ludic or everyday settings. This means that public action is much widespread than the public sphere models anticipated. Since the principle of publicness is not dependent on political philosophy, it encompasses a very wide range of symbolic phenomena that are traditionally excluded from the public sphere: trivialization (the blurring of the private and public), commercialization (how brands help shape public discourse), entertainment (television and radio programmes, podcasts, blogs), everyday encounters (casual dialogue and opinion exchange), visual discourse (posters, social enactments, pseudo-events, media events) and audio discourse (such as music, video-clips, chants and hymns).

A key assumption of considering publicness is that processes of public communication and opinion exchange are actively pursued by individuals (not necessarily engaged citizens), and that do not require formal criteria as the public sphere models (i.e. criticism and critical debate). Social interaction is potentially a public communication because there is the expression of particular opinions and points of view that make shareable and put into circulation (be it among two persons, be it among 20.000 social media followers). Public opinion is disseminated throughout the entire social fabric, and it can be observed beyond the political expression of the will of the People. Publicness understood as mediating symbolic process of social integration potentially affects all members of society⁸. It is disseminated by the so-

8 Social integration does not exclude social differentiation, nor presupposes homogeneity nor dominance. By social integration I rely on Park and Burgess' idea of assimilation: "a process of interpenetration and fusion in which persons and groups acquire the memories, sentiments, and attitude of other persons and groups and, by sharing their experience and history, are incorporated with them in a common cultural life" (1969, p. 735). This means social integration does absorb dissident voices or

cial fabric in every social intercourse prompting fear of isolation and social ostracism if individual decides to oppose (Noelle-Neumann, 1974). So, the principle of publicness, recognized as process of social control and integration, is not primarily concerned with the rational quality of arguments made in everyday life (Mateus, 2011a).

Public action is re-appropriated and reinserted in everyday encounters and media life because it does not depend on conventional symbolic and spatial spheres. From this perspective, much of the behaviour that the public sphere models assume to be negative and passive acquire a new meaning. Passive audiences that seem to characterize media may only be passive from a critical and rational standpoint. Because a simple comment on a social media demonstrates that media audiences are actively coding and decoding messages. And although, Twitter's 144 characters seem awkward to express political

dissimilar opinions into the social structure without meaning to subjugate them. Publicness as an encompassing concept of common experience assumes diversity, differentiation, and dissidence as recurring processes of social action in a given society.

opinion from a public sphere model, President Trump's communicative behaviour certainly confirms that public action is not dead. In fact, a large part of the media agenda on Trump comes from its social media discursive productions.

What may seem like the decline of the political public sphere takes on a new dimension seen at the light of publicness. Contemporary phenomena such as social media political comments challenge traditional understanding of publicness delimited solely as a public sphere.

By acknowledging publicness instead of a public sphere, public action may be identified beyond formal politics (in its many forms of institutionalized and normative social action). But, more importantly, by accepting publicness as a principle encircling the public sphere models, one is allowed to answer the decline and obsolescence of the public sphere. Also, one admits that public action is not injured nor in risk of disappearing. If political communication is in risk, it is from a critical-rational standpoint based on the political and deliberative of the public sphere. Confining publicness

to a narrow a rational definition of the public sphere (consisting solely of well-reasoned discussion of "serious" topics) can lead to false conclusions (Verstraeten, 1996, p. 352).

Apart from a strict formulation of public action, publicness persists. It is "alive and kicking" because it cannot be reduced to the strict notion of "public sphere". Public action is much more diverse and inclusive than the idea of a public sphere cares to recognize. Even if the notion of the public sphere is subject to tremendous functionalist pressures (Habermas, 1996), it does not follow that a decline of communicative and public action happens unless conditioned by formal criteria of participation. In this light, the fall of the public man and public action was a premature claim. The declaration that public action was dead due to the factual decline of the public sphere was a hasty conclusion. It was an unreflective reaction to the structural transformations of the public sphere, namely its bourgeois and proletarian historical and sociological references. That assertion of decay cannot be applied to the general social principle of publicness since

the public sphere model is just one of its possible historical configurations.

The next section rethinks the concept of the public sphere by redeeming publicness and defining its key attributes. The public sphere may be degenerated but not publicness.

What is publicness?

From what has been described above, it should be pointed out that the concept of publicness should, on no account, be confused with the notion of the public sphere.

There has been a tendency to overlap public sphere and publicness because in German, *Öffentlichkeit* is either translated as public sphere and publicness. For instance, Adorno has been translated as referring to the public sphere with the word "publicness":

The concept of publicness itself was first conceived with the beginning of the bourgeois era, sometime in the seventeenth century. Since then, the Public-being (Öffentlichsein) of all possible ways of thinking, ways of conduct, and actions has been conscious of itself as an

idea and has been threatened. Publicness is a bourgeois category, as Habermas succinctly formulated it in his ground-breaking book about its structural changes, to which I am very indebted. (Adorno, 2005, p. 120)

He even talks about “the disintegration of publicness” (Adorno, 2005, p. 121) clearly referring to the normative configuration of a public sphere. The same occurs when Fours (2008, p. 95) writes:

‘publicness’ refers here to the constitutive element of a politics as far as it transcends the play of mere instrumental concerns. ‘Publicness’ understood in this way embraces three analytically distinctive aspects or ingredients: first, a specific normative principle of the legitimate political decision-making, second, a peculiar space of communication, that is the public sphere and, third, an ensemble of specific publics.

What I am arguing is precisely the opposite: publicness does not

confound itself with the modeled configuration of the public sphere.

Unlike the historical and sociological model of a public sphere, publicness, as a socio-anthropological principle, is not subject to disintegration. Publicness is a malleable principle that becomes what individuals do with it, be political revindication, be cultural change. The problems of the public sphere are not necessarily the problems of publicness. The performing of publicness does not depend on the existence of the public sphere. Public action could have historically, philosophically and sociologically, be ideal-typically configured as a public sphere but this does not mean all public action requires the existence of public sphere. The several public sphere frameworks of Habermas, Arendt and Negt and Kluge are possible apprehensions – and applications – of the publicness principle but do not subsume it.

Hence, social and communication theories may benefit from actualizing the concept of publicness. There are no definitive, absolute or normative boundaries in publicness because the frontier of public and

private action is always shifting and assumes a myriad of symbolic forms that are not subject to a critical-rational appraisal. Therefore, what could be dangerous to the public sphere – the increasing influence of the state or the spectacularization of politics – may be just another form of social expression of public action. The absence of reflexive circulation of discourse does not entail the absence of public action. The absence of direct verbal confrontation and polarization is not the only mode to achieve public action. Public action depends on social actors’ communication but it is different from the general will, as a political process. Hence, the public sphere may be the space, by excellence, to political communication but it is not the only one to public action. It may be the space of reference of discussion, but it is not the only one.

In order to better grasp how public action can exist beyond the public sphere, I will draw some major attributes of publicness in five (necessarily) brief paragraphs.

First of all, while publicity is normative, publicness – as an

encompassing principle of social integration – is empirical.

It happens every day and every time in social intercourse. It exists beyond linguistic discourse and integrates other kinds of multimodal discourse. Publicness is influenced by media but publicness exists – at a much lower degree and extension – at local, unmediated settings. For instance, every community publicly knows how to behave even if that shared meaning is independent from media and is only known by its members. The public quality assumes here the sense of socially meaningful, not a quality of a given Public (be it the bourgeoisie, the proletariat or the middle-class). Publicness is an experiential quality that is a sociological reality, more than a moral ideal contraposed to reality. And this is a major strength in order to accommodate the contemporary political challenges facing postmodern Western societies. While publicity or public sphere models put in democracy the responsibility to generate a general structure of experience in the context of complex societies, publicness presents itself as a general structure of social experience.

Second, and following this connection to a general structure of experience, publicness is pre-political.

It precedes and proceeds the strict political dimension of public action. Publicness situates in a pre-political or pre-decisional standpoint that is independent from the normative constitution of the public sphere. Esteves (2019, p. 365), for instance, calls attention to an alternative political communication aiming to correct the deficiencies of the structural transformations of the public sphere, and puts in “informal politics” (Nieburg, 1969, p. 196) the responsibility of achieving it. Publicness is associated with this informal public life that feed formal communicative and institutional processes. By being pre-political, publicness has in politics a key element but not its *raison d’être*. Socialization, acculturation, peer-recognition are just three aspects of social life that articulate this sense of publicness without (necessarily) a formal public sphere. Unlike the public sphere, the idea of publicness is more akin to the emotional, performative and symbolic manifestations, and deals with phenomenon normally

ignored by mainstream views on political communication such as, for example, silences (Mateus, 2020), as opposed to the vocal ideal of citizenship, deliberative democracy and the public sphere.

Third, publicness leads us beyond the public sphere because there is no need of formal institutions to initiate public action.

Since it is pre-political, publicness is also pre-institutional⁹, laying aside substantial concepts such as Public Opinion, Civil Society, Public Sphere, Assemblies, Media, Governments, Parties, Deliberation, or even Democracy (publicness is not dependent of forms of political organization). These are institutions of (or related to) the public sphere, not institutions of publicness as Goodsell (2017, p. 478) claims. The promise of a communicative effort concerned with cohesion and consensus on shared values may well be hiding in plain sight. The promise of a strong public life is given

⁹ Rodger (1985, p. 210), interestingly, does take on the pre-institutional level of the public sphere but he is still conceptualizing within the public sphere modelization of the public action and social experience.

by publicness and its many forms of visibility (in a visual or in a symbolic sense) (Mateus, 2017). There is public action in associative life and in the state. But there is also public action in collective manifestations that are not absolutely political, as for example, in the refusal of a country to attend an international song contest such as Eurovision because of peace advocacy.

In *The sociological imagination*, Wright Mills (1959) distinguished “the personal troubles of milieu” and “the public issues of social structure”, the former concerning the foundations of individual need and expectations, and the latter concerning the ability to enter the domain of public institutions and political action, converting those individual need into policy formation and decision-making. Publicness stands outside this public sphere framework referred by Wright Mills. The distinction between those two expressions is essential to sociological imagination. Yet, sociological imagination starts well before and goes after the public sphere of decision-making. The problem with conceiving the public

sphere as a political category is that it requires a legal framework that secure participatory rights. The same does not happen of the sociological reality of publicness. Public action cannot be reduced to a realm of institutions and interests bounded to the tensional relationship between state and citizens. This is, in no doubt, a fundamental aspect of public action, however, communities of interest arise long before their institutional realizations.

What I am here arguing is not too far from the actionist sociology of Alain Touraine (1977) in which society is always, and above all, a field of social action. Social action depends, not on the public sphere, but on publicness to be shared and collective. Touraine saw social movements as crucial agents of challenging historicity. Social struggles happen in public. Even if they do not enter a public sphere, they implicate groups which constitute themselves through social identities, and through communicative sharing and understanding. Social struggles are not political action (actions directly confronting the state and government policies). So, we can

have social movements without having political movements: while the latter operate at the institutional level of the public sphere, social movements start well before and constitute a plurality of groupings mobilized through diverse symbolic forms (e. g. Reddit and WallStreetBets communities).

Arguing the pre-institutional character of publicness means it is possible find significance in struggles that may not appear as such and that do not appear to challenge state power directly (e. g. attitude t-shirts that embody slogans such as “This body is mine” may be face as a fad, a private affair or a personal idiosyncrasy because they do not seem to challenge political power; yet, in the context of the legalization of abortion, this is a public action). In sum, the pre-institutional level of publicness revolves the vitality of social and public action without the need to inserting it in political action or political movements. Touraine’s actionist sociology remembers this pre-institutional level of public action.

Fourth, publicness is not clearly demarcated, unlike the public sphere model.

That is why it is so difficult to retrieve the normative ideal of the public sphere in today's postmodern societies. The public sphere seems to be retracted or in lethargy because the concept rests on a given historical, fix and rigorous delimited process. But, in contrast, what becomes public is not pre-determined (for instance, by entering the media realm). Publicness is not a given, but the product of a social and communicative process that is always on the move. We encountered the public sphere when a given (Illuminist) crystallization of publicness developed. Yet, man's right to publicness is found in social interaction – that may or may not be mediated. So, publicness is a process in mutation; it is what societies allow it to be. Publicness can transform citizens into objects (re-feudalization of the public sphere) or, on the contrary, may be the beginning of their autonomy (as enabled by press freedom and the dissemination of information).

So, Public Opinion is not a coherent, discernible object. Bourdieu (1979) considers it as an artificial opinion or a statistical desideratum, so, to him, the (normative) Public

Opinion does not exist. And media are not necessarily organs of the capital Public Opinion (as current media landscape confirms it). As public opinion, publicness emerges from its concrete expression. It does not precede public action but it is a dialogic element of it. It is not aggregated opinion but the plural expression of individuals (not necessarily citizens) in publicness: a common symbolic milieu that stimulates harmony to plurality by making something common.

Lastly, and fifth, publicness has not so much to do with the formation of a capital Public Opinion (like the public sphere models) but with the formation and transformation of social imaginaries. I suggest we should consider publicness an invisible symbolic cement that enables our living in the world (and world-making), through the production and reproduction of social imaginaries. Social imagination is made in public. Publicness contributes to the symbolic stability of the social world by holding together a large community of individuals. Just like social imaginaries are multidimensional and heterogeneous (Castoriadis, 1987), so publicness is

multidimensional and unbounded. Just like social imaginaries are unstable and undetermined, so publicness is not subject to any particular configuration (such as a public sphere model).

But the closest link between publicness and social imaginaries has to do with the spontaneous, grass-roots, casual, every day, symbolic struggles. Such struggles are everywhere from a videogame title to fictional character. The formation and transformation of a social imaginary results from the dynamics publicness inputs to them. The more intense publicness functions, faster the circulation and dissemination of social imaginaries. So, publicness is central in society because it enables social imaginaries to embrace world-making and identity-formation.

All social imaginaries are suitable to be communicated and to be made available to others since they are incorporated in a public process. Imaginaries are imaged activities which try to imagine, i.e., to establish relations through images in a public context. As

long as they circulate (and be communicated) through society, and as long as they are recognised and appropriated by individual behaviours, imaginaries are communicative instances which benefit from their insertion in publicness.
(Mateus, 2013, p. 44)

Public Imaginal (Mateus, 2013) is, thus, an expression that resumes the multitude of different social imaginaries in the public world. Publicness enables the collective sharing functioning and a kind of enriched communicative substratum, from which word-views can thrive.

The five points enumerated are seminal research lines on the publicness concept.

All we have to is to manage “the latent potentialities available in the existing forms of social life” (Fours, 2008, p. 100). This means to be capable to articulate the diverse symbolic strategies that publicness foster, regardless of its public sphere model. More importantly, it means to be able to recognize its empirical, pre-political, pre-institutional, unbounded, social imaginary status.

Conclusion

Publicness: a communicative ideal situation or a social reality?

This could have been this paper’s sub-title. By now, it is clear this paper contends publicness goes beyond the public sphere and that this concept is an ideological *constructum* that limits the boundaries of publicness into political terms. Here I thought the complex heterogeneity and instability of public action in terms of symbolic interactionist approach of publicness, retrieving the explanatory and communicative potential of publicness through the distinction from the political normative understanding of the public sphere.

To go beyond the public sphere does not mean do give up on or prescind of the public world. On the contrary, it means to reinforce the importance of public action in the social world – separating, if need arises, from its orthodox political framework. We do not absolutely need a public sphere in order to make sense of a collective world.

One does not absolutely need to consider all public communication to be rational, critical, and subject to

deliberation and political decision-making. Even though a public sphere model is aimed to enhance democracy and political discussion, publicness is a social principle that aims social integration beyond strict politically boundaries. By keeping in mind a universal socio-anthropological principle of public action, it is possible, not only to resuscitate the importance of publicness and public life, but also to stress their vitality – for instance, how music concerts are opportunities of collective engagement, such as in concerts whose profits revert to public causes.

The media and the re-feudalization of the public sphere may be a dark chapter on the publicness principle. But it is only one chapter of it.

In this paper, I theoretically extended the scope of publicness beyond the public sphere and formal politics to include everyday actions that make coherent the social world. Media play an important function, but mass communication technologies are just one aspect of publicness. Media do not subsume publicness even if media are credited as main contributors to the fall of the public sphere (Habermas, 1989), and a central

aspect to debate facticity and normativity (Habermas, 1996). This paper intends to discuss publicness beyond normativity and that is why the public sphere theory is only superficially alluded to.

As such, I highlighted the connection between publicness and social imaginaries. Each one feed on the other: publicness is a process of dissemination of social imaginaries and, at the same time, social imaginaries need publicness to become acknowledgeable, recognizable, and shared.

Publicness is not imperishably subjugated to functionalist imperatives and condemned to death. Publicness precedes public models of social life and goes beyond the public sphere. Long live publicness.

References

- Adorno, T. (2005). Opinion research and publicness. *Sociological Theory*, 23(1), 116-123. <https://doi.org/10.1111/j.0735-2751.2005.00245.x>
- Ahmed, S. (2004). *Cultural politics of emotion*. London: Routledge.
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236. <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- Arendt, H. (1998 [1958]). *The human condition*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Baker, K. (1992). Defining the public sphere in Eighteenth-Century France. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 181-211). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Batorski, D., & Ilona, G. (2018). Three dimensions of the public sphere on Facebook. *Information, Communication & Society*, 21(3), 356-374. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1281329>
- Bauman, Z. (1999). *In search of politics*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Belina, B. (2011). Ending public space as we know it. *Social Justice*, 38(1/2) (123-124), 13-27.
- Blumler, J. G. (2018). The crisis of public communication – 1995-2017. *Javnost – The Public*, 25(1-2), 83-92. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1418799>
- Bohman, J., & Regh, W. (Eds.) (1997). *Deliberative democracy. Essays on reason and politics*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Bohman, J. (2007). *Democracy across borders: From dêmos to dêmoi*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Bourdieu, P. (1979). Public opinion does not exist. In A. Mattelart, & S. Siegfelaub (Eds.), *Communication and Class Struggle* (pp. 124-130). New York, NY: International General.
- Brighenti, A. (2010). The publicness of public space. On the public domain. *Quaderni del Dipartimento di Sociologia e Ricerca Sociale*, 49, 5-53.
- Bruns, A. (2008). Life beyond the public sphere: Towards a networked model for political deliberation. *Information Polity*, 13(1-2), 65-79. <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0141>
- Buchstein, H. (1997). Bytes that bite: The internet and deliberative democracy. *Constellations*, 4(2), 248-63. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00052>
- Budarick, J. (2016). The elasticity of the public sphere: Expansion, contraction and other media. In M. Griffiths, & K. Barbour (Eds.), *Making Publics, Making Places* (pp. 9-26). Adelaide: University of Adelaide Press.

- Calhoun, C. (Ed.) (1992). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Castells, M. (2008). The new public sphere. Global civil society, communication networks, and global governance. *ANNALS AAPSS*, 616(1), 79-93. <https://doi.org/10.1177/0002716207311877>
- Castoriadis, C. (1987). *The imaginary institution of society*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Coleman, S., & Blumler, J. G. (2009). *The internet and democratic citizenship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlberg, L. (2001). Extending the public sphere through cyberspace: The case of Minnesota E-Democracy, *First Monday*, 6(3). <https://doi.org/10.5210/fm.v6i3.838>
- Dahlberg, L. (2007). The Internet, deliberative democracy, and power: Radicalizing the public sphere. *International Journal of Media and Cultural Politics*, 3(1), 47-64. https://doi.org/10.1386/macp.3.1.47_1
- Dahlgren, P. (2001). The public sphere and the net: Structure, space, and communication. In W. L. Bennett, & R. M. Entman (Eds.), *Mediated politics* (pp. 33-55). Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-62. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Dean, J. (2003). Why the net is not a public sphere. *Constellations*, 10(1), 95-112. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00315>
- Del Valle, M. E., Sijtsma R, Stegeman, H., & Borge, R. (2020). Online deliberation and the public sphere: Developing a coding manual to assess deliberation in twitter political networks. *Javnost – The Public*, 27(3), 211-229. <https://doi.org/10.1080/13183222.2020.1794408>
- Downey, J., & Fenton, N. (2003). New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, 5(2), 185–202. <https://doi.org/10.1177/1461444803005002003>
- Esteves, J. P. (2019). *Comunicação política e democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fenton, N. (2018). Fake democracy: The limits of public sphere theory. *Javnost – The Public*, 25(1-2), 28-34. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1418821>
- Ferreira, G. B. (2019). *Sociologia dos novos media*. Covilhã: Labcom Books.
- Fours, V. (2008). (Re)Thinking the “public sphere” with Arendt and Habermas. *Topos*, 2(19), 94-100.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 109-142). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Fraser, N. (2014). Transnationalizing the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. In K. Nash (Ed.), *Transnationalizing the public sphere* (pp. 8-42). Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1979). *Central problems in social theory: Action, structure, and contradiction in social analysis*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Gitlin, T. (1998). Public sphere or public sphericules. In T. Liebes, & J. Curran (Eds.), *Media, ritual and identity* (pp. 168–174). New York, NY: Routledge.

- Goodsell, C. T. (2017). Publicness. *Administration & Society*, 49(4), 471-490. <https://doi.org/10.1177/0095399716656224>
- Gripsrud, J., Moe, H., Molander, A., & Murdock, G. (Eds.) (2010). *The idea of the public sphere: A reader*. New York, NY: Lexington Books.
- Habermas, J. (1976). *Legitimation crisis*. London: Heinemann Educational Books.
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action – Reason and the rationalization of society*. Vol. I. London: Heinemann.
- Habermas, J. (1987). *The theory of communicative action – A critique of functionalist reason*. Vol. II. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1991). A reply. In A. Honneth, & H. Joas (Eds.), *Communicative Action: Essays on Jürgen Habermas's The Theory of Communicative Action*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1992). Further Reflections on the public sphere and concluding remarks. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 421-461). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Hampton, K.N., Rainie, L., Lu, W., Dwyer, M., Shin, I., & Purcell, K. (2014). *Social media and the "Spiral of Silence"*. Washington, DC: Pew Research Center.
- Hindman, M. (2008). What is the online public sphere good for? In L. Tsui, & J. Turow (Eds.), *The hyperlinked society: Questioning connections in the digital age* (pp. 268–288). Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Houssay-Holzschuch, M., & Teppo, A. (2009). A mall for all? Race and public space in post-apartheid Cape Town. *Cultural Geographies*, 16(3), 351–379. <https://doi.org/10.1177/1474474009105052>
- Huckfeld, R., & Sprague, J. (1995). *Citizens, politics and social communication: Information and influence in an election campaign*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Innerarity, D. (2010). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema.
- Jacobson, T. (2017). Trending theory of the public sphere. *Annals of the International Communication Association*, 41(1), 70-82. <https://doi.org/10.1080/23808985.2017.1288070>
- Kant, I. (1997). *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Keane, J. (1984). *Public life and late capitalism. Toward a socialist theory of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kee, A. (2005). *The public sphere: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Koselleck, R. (2000 [1959]). *Critique and crisis: Enlightenment and the pathogenesis of modern society*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Lash, C. (1979). *The culture of narcissism: American life in an age of diminishing expectations*. New York, NY: WW Norton.
- Lippmann, W. (1925). *The phantom public*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Livingstone, S. (2005). In defence of privacy: Mediating the public/private

- boundary at home. In S. Livingstone (Ed.), *Audiences and publics: When cultural engagement matters for the public sphere* (pp.163-185). Bristol: Intellect Books.
- Low, S. (2017). Public space and the public sphere: The legacy of Neil Smith. *Antipode*, 49(S1): 153– 170. <https://doi.org/10.1111/anti.12189>
- Mateus, S. (2010). Public intimacy. *Sphera Publica. Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, 10, 57-70.
- Mateus, S. (2011a). The principle of publicity: A socio-anthropological perspective. In J. C. Correia, & R. Maya (Eds.), *Public sphere reconsidered: Theories and practices* (pp. 153-166). Covilhã: Labcom Books.
- Mateus, S. (2011b). The public associal experience. *Revista Comunicação e Sociedade*, 19, 275-286. [https://doi.org/10.17231/comsoc.19\(2011\).911](https://doi.org/10.17231/comsoc.19(2011).911)
- Mateus, S. (2013). The public imaginal: Prolegomena to a communicational approach of imaginary. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 10(29), 31-50.
- Mateus, S. (2017). Visibility as a key concept in communication and media studies. *Communication Studies*, 25(2), 109-124. <https://doi.org/10.20287/ec.n25.v2.a08>
- Mateus, S. (2020). Communicative silences in political communication. In J. C. Correia, A. Gradim, & R. Morais, (Eds.), *Pathologies and dysfunctions of democracy in the media context* (pp. 109-134). Covilhã: Labcom Books.
- McGuigan, J. (1996). *Culture and the public sphere*. London: Routledge.
- Mills, C. W. (1959). *The sociological imagination*. London: Oxford University Press.
- Murdock, G. (1992). Citizens, consumers and public culture. In M. Skovmand, & K. C. Schroeder (Eds.), *Media cultures: Reappraising transnational media*. London and New York: Routledge.
- Murdock, G. (2018). Refeudalisation revisited: The destruction of deliberative democracy. *Javnost – The Public*, 25(1-2), 43-50. <https://doi.org/10.1080/13183222.2017.1418993>
- Negt, O., & Kluge, A. (1993). *Public sphere and experience: Toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Nieburg, H. L. (1969). Violence, law and the informal polity. *Journal of Conflict Resolution*, 13(2), 192-209. <https://doi.org/10.1177/002200276901300203>
- Noelle-Neumann, E. (1974). The spiral of silence – A theory of public opinion. *Journal of Communication*, 24(2), 43-51. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x>
- O'Donovan, O. (2000). The concept of publicity. *Studies in Christian Ethics*, 13(1), 8-32. <https://doi.org/10.1177/095394680001300102>
- Papadopoulos, Y. (2010). Accountability and multi-level governance: More accountability, less democracy? *West European Politics*, 33(5), 1030-1049. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.486126>
- Park, R. E., & Burgess, E. (1969 [1921]). *Introduction to the science of Sociology*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Pfetsch, B. (2018). Dissonant and disconnected public spheres as challenge for political communication research. *Javnost – The Public*, 25(1-2), 59-65. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1423942>
- Robertson, R. (2003). Globalisation or glocalisation? In R. Robertson, & K. White (Eds.), *Globalization: Critical concepts in Sociology* (Vol. III, pp. 31-51). London and New York: Routledge.

- Rodger, J. J. (1985). On the degeneration of the public sphere. *Political Studies* 33(2), 203-217. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1985.tb01570>
- Rospocher, M. (2012). Beyond the public sphere: A historiographical transition. In M. Rospocher (Ed.), *Beyond the public sphere: Opinions, publics, spaces in early modern Europe* (pp. 9-28). Bologna and Berlin: Duncker & Humblot.
- Schäfer, M. S., Taddicken, M. (2015). Mediatized opinion leaders: New patterns of opinion leadership in new media environments? *International Journal of Communication*, 9, 960-981. <https://doi.org/10.5167/uzh-114938>
- Schumpeter, J. A. (2010). Excerpt from *Capitalism, socialism and democracy* (1942). In J. Gripsrud, H. Moe, A. Molander, & G. Murdock (Eds.), *The idea of the public sphere: A reader* (pp. 54-72). New York, NY: Lexington Books.
- Sennett, R. (1977). *The fall of public man*. New York, NY: Alfred A. Knopf.
- Splichal, S. (2018). Publicness-private-ness: The liquefaction of “the great dichotomy”. *Javnost - The Public*, 25(1-2), 1-10. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1424004>
- Torres, E. C., & Mateus, S. (Eds.) (2015). *From multitude to crowds: Collective action and the Media*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Touraine, A. (1977). *The self-production of society*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- van Dijk, J. (1999). *The network society: Social aspects of new media*. London: Sage.
- Verstraeten, H. (1996). The media and the transformation of public sphere. A contribution for a critical political economy of the public sphere. *European Journal of Communication*, 11(3), 347-370. <https://doi.org/10.1177/0267323196011003004>
- Weintraub, J., & Kumar, K. (Eds.) (1997). *Public and private in thought and practice*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Winter, S., & Neubaum, G. (2016). Examining characteristics of opinion leaders in social media: A motivational approach. *Social Media + Society*. <https://doi.org/10.1177/2056305116665858>

Comunicação acessível: democratizar o acesso à informação - o caso do programa Edifícios + Sustentáveis

Sofia Ribeiro¹

Universidade de Lisboa

ribeiro.sofia@edu.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5693-410X>

Accessible communication: democratizing access to information - the case of the programa Edifícios + Sustentáveis

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_7

Resumo:

A comunicação é um elemento essencial nas relações entre as pessoas e as organizações, quer sejam privadas ou públicas, desempenhando um papel de facilitador para a democratização do acesso à informação.

É comum referir-se à acessibilidade como “aquilo que pode ser alcançado”. Contudo, o presente artigo visa a reflexão sobre a comunicação acessível também como “aquilo que é fácil de entender”. Com efeito, para que a comunicação seja eficaz, é essencial que consiga derrubar as barreiras que impeçam as pessoas de perceber e lembrar uma mensagem.

Como abordagem metodológica, apoiámo-nos no caso de estudo do programa *Edifícios + Sustentáveis*, recorrendo à análise qualitativa e quantitativa da acessibilidade do *website*, redes sociais e materiais digitais de apoio.

Palavras-chave: Comunicação acessível; democratização; acesso à informação; programa *Edifícios + Sustentáveis*.

Abstract:

Communication is an essential factor in the relationships between people and organizations, whether private or public, playing a facilitating role for the democratization of access to information.

Accessibility is often referred to as “what can be achieved”. However, this article aims to reflect on accessible communication also as “what is easy to understand”. Indeed, for an excellent communication, it is essential to break down the barriers that prevent people from perceiving and remembering a message.

As a methodological approach, we developed the case study of the programa *Edifícios + Sustentáveis*, using a qualitative and quantitative analysis of the website, social networks and digital support materials’ accessibility.

Keywords: Accessible communication; democratization; access to information; programa *Edifícios + Sustentáveis*.

¹ Sofia Ribeiro é doutoranda em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, na Universidade de Lisboa. Licenciada em Comunicação Organizacional, em Coimbra, e mestre em Ciências da Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa.

Introdução

A comunicação é um elemento essencial para o desenvolvimento das relações entre pessoas, mas também entre as pessoas e as organizações públicas ou privadas, sendo responsável por dirigir a ação comunicativa que permite estabelecer linhas de negociação entre os interesses das duas partes.

A ideia de ação comunicativa foi introduzida por Jürgen Habermas em *A teoria da ação comunicativa* (2019), obra originalmente editada em 1981 e onde o autor procurava mostrar que mais do que uma ação estratégica, em que os indivíduos perseguem os seus interesses e objetivos individuais através de uma estratégia de etapas, meios e instrumentos, a sociedade deveria transitar para uma ação comunicativa. Isto é dizer que o foco deixa de ser a concretização dos interesses individuais para passar a ser o entendimento mútuo, através da discussão, com o objetivo de se atingir o consenso público. Essa discussão e a livre partilha de informações, pontos de vista, argumentos e experiências pessoais consistem assim, para Habermas, na esfera

pública¹, que “pode ser concebida, antes de mais, como a esfera em que as pessoas privadas se juntam enquanto público” (Habermas, 1962, p. 27), e onde o acesso é garantido a todos os cidadãos (Habermas, 1974).

De facto, reside nesta ideia um dos maiores desafios das empresas e organizações: a capacidade de identificar e segmentar sistematicamente os seus públicos e priorizá-los, a fim de estabelecer uma comunicação eficaz e bidirecional. Ou seja, como devem as organizações² agir perante uma situação consensual da esfera pública?

Este desafio veio confirmar que uma visão funcionalista da comunicação organizacional, em que uma informação é transmitida de um emissor (organização) para um recetor

(público³), com o desígnio de convencer os seus recetores, é já pouco representativa das realidades atuais.

James Grunig e Todd Hunt (1984) propuseram-se a compreender e a definir os diferentes modelos⁴ da relação e da comunicação entre o público e as organizações. A distinção entre o modelo de comunicação assimétrica bidirecional e o modelo de comunicação simétrica bidirecional consiste num importante contributo para a compreensão da comunicação entre as diferentes partes.

O primeiro caracteriza-se pelo uso de pesquisas para melhorar o conhecimento que a organização tem sobre o seu público, de modo a adaptar a

1 O conceito de “esfera pública” foi cunhado por Habermas na sua célebre obra *A mudança estrutural da esfera pública* (1962). Apesar das críticas académicas ao longo dos anos subsequentes, em parte devido à ligação à esfera pública burguesa, interessa para este artigo a relação entre esfera pública e o conceito de “público”, que aqui encaramos à luz das teorias da comunicação organizacional e das relações públicas.

2 Importa justificar a escolha do termo “organizações”, já que consideramos que as práticas de comunicação são do interesse tanto das empresas, como de outras entidades, nomeadamente as públicas.

3 Na Teoria Situacional dos Públicos, Grunig (1997) assume que o público pode ser definido com base no tipo de comunicação ativa ou passiva que tem com a organização, numa determinada situação, distinguindo os públicos conscientes (aqueles que reconhecem o problema), dos públicos ativos (aqueles que fazem alguma coisa sobre o problema), de não-públicos (aqueles que não enfrentam um problema), de públicos latentes (aqueles que enfrentam o problema, mas não o reconhecem como problemático).

4 Grunig e Hunt propõem quatro modelos de relações com o público: a propaganda, a informação pública, o assimétrico bidirecional e o simétrico bidirecional (*vide* Grunig & Hunt, 1984).

mensagem à estratégia a implementar. Porém, apesar de assumir uma comunicação bidirecional (na medida em que há partilha de informações entre recetor e emissor) continua a ser um modelo que visa a persuasão, ou “persuasão científica”, como Edward Bernays cunhou (1955). No segundo modelo, a pesquisa é menos instrumental, pois a relação é guiada com o objetivo de se atingir o interesse mútuo, ou conseguir umas “Relações Públicas Orientadas a Consenso” (Burkat, 2007), permitindo a troca de informação que provoque alterações em ambas as partes: público e organizações.

Assim, assume-se que a comunicação também pode ter origem nos públicos, pelo que se torna imprescindível que a relação entre público e organização seja fundamentalmente transparente e que promova o “entendimento” das mensagens (Habermas, 2019). Esta ideia confirma que uma organização não pode simplesmente transmitir ou difundir uma informação, sem preparar e assegurar um diálogo constante com o seu público, esclarecendo-o e apoiando-o na sua relação com o produto, serviço ou organização.

Desta forma, a aposta na comunicação por parte das organizações (e na promoção do entendimento entre as partes, como avança Habermas), pode desempenhar um papel *facilitador e democratizador* do acesso à informação, independentemente das características que definem os públicos-alvo.

Apesar de a teoria e prática da comunicação organizacional⁵ pressupor uma segmentação diversificada, tendo em conta vários critérios que definem e caracterizam os grupos de pessoas, e uma adequação das mensagens ao seu público, consideramos que ainda estamos longe de atingir uma comunicação acessível, que promova o entendimento da mensagem.

Se, por um lado, reconhecemos que começam a surgir as primeiras diretivas públicas, nacionais ou europeias, como é o caso da Diretiva

Europeia sobre a Acessibilidade *web* (Diretiva UE 2016/2102, 2016) que estabelece que os *sites* devem cumprir níveis básicos de acessibilidade, consideramos que no debate, e consequente concretização, em torno da comunicação acessível, tem faltado analisar e colmatar as limitações ou características sociais, culturais e económicas.

Se podemos assumir que esta é uma preocupação para as empresas, que procuram levar a sua mensagem ao público-cliente, tão ou mais importante deve ser encarada quando se trata de informação de interesse público, que visa chegar a toda a população.

Assim, propomo-nos, no presente artigo, fazer uma reflexão em torno da comunicação acessível, e em que moldes ela tem sido encarada pelas equipas de comunicação. Procuramos evidenciar que, mais do que assegurar uma mensagem que possa ser facilmente alcançada, a comunicação acessível deve assegurar que a mensagem é facilmente entendida. Partimos do pressuposto de que a comunicação acessível beneficia todos os públicos-alvo ao tornar as

5 Com efeito, um plano de comunicação tem etapas bem fixadas pela academia e pelas organizações, que se resumem da seguinte forma: diagnóstico e enquadramento, definição dos objetivos de comunicação, identificação do público, definição das mensagens e criatividade de comunicação, definição dos canais, definição do orçamento e avaliação de resultados e correção de desvios (Kotler & Keller, 2016).

informações claras, diretas e fáceis de entender, tendo em consideração as várias barreiras ao acesso às informações, além de deficiências físicas ou motoras. Após explorar e teorizar a importância da comunicação acessível, propomo-nos a analisar, por meio de um estudo de caso, o programa *Edifícios + Sustentáveis* (fase 1).

Comunicação acessível

Numa perspectiva de comunicação, o tema da acessibilidade tem ganho mais expressão nos últimos cinco anos, em grande parte devido às medidas e planos definidos pelos Governos. Por exemplo, em 2016, a União Europeia definiu uma Diretiva sobre a Acessibilidade *web* (Diretiva UE 2016/2012, 2016), que foi transposta para o Decreto-Lei nº 83/2018, de 19 de outubro, em Portugal, que estabelece que os *sites* devem cumprir o nível de acessibilidade AA⁶, e que, até 23 de setembro de 2020, todos os *sites* devem publicar a sua Declaração

de Acessibilidade (Decreto-Lei nº 83/2018, 2018).

Esta medida, apesar de ainda não estar refletida em todos os *sites*, é um passo importante para a democratização da disponibilização da informação a pessoas com deficiência, permitindo que, com o auxílio de “tecnologias de apoio”, consigam ler toda a informação *online* e digital, nos próximos anos. Para se ter noção da importância de medidas como esta, tenha-se em consideração a situação em torno da pandemia da Covid-19. No início, houve uma falta considerável de informações sobre o vírus e medidas de prevenção em formatos acessíveis para pessoas com várias formas de deficiência (CE, 2020), mas o próprio *website* da Organização Mundial de Saúde apresentava ainda, passados alguns meses, problemas de acessibilidade (Fernández-Díaz et al., 2020).

Com efeito, a acessibilidade tem sido alvo de estudo pela academia e organizações, nos últimos anos. Porém, é comum referir-se à acessibilidade como a importância de garantir as mesmas oportunidades de acesso e uso a pessoas com deficiência,

como seja deficiências auditivas, deficiências cognitivas, que afetam a capacidade de processar, compreender e lembrar a mensagem, deficiências físicas, que afetam a destreza manual ou deficiências visuais. Por exemplo, vários estudos têm procurado compreender se a comunicação é acessível a pessoas com diferentes deficiências a partir da análise de diferentes formatos de comunicação, como *posters*, *websites*, redes sociais ou embalagens (Owens, 2006; Gomes et al., 2020), outros têm procurado adaptar ferramentas de comunicação para tornar a experiência cultural mais acessível (Martins, 2014), e outros tentam compreender que barreiras arquitetónicas e que formatos de comunicação podem dificultar a acessibilidade a pessoas com necessidades especiais (Eardley, 2016).

Contudo, consideramos que no debate em torno da comunicação acessível há uma grande oportunidade de reflexão sobre as limitações ou características sociais, culturais e económicas das pessoas. Isto é, mais do que encerrar a comunicação acessível como uma prática para pessoas com deficiência, a acessibilidade é melhor definida

⁶ Existem três níveis de acessibilidade *web*, designados por A, AA ou AAA, de acordo com a sua importância para a boa leitura da página (W3C, 2019).

como a liberdade de uso, em oposição à oportunidade ou disponibilidade de uso (Thiede, 2005). A liberdade de uso considera a possibilidade social e a capacidade individual de entender a informação para depois escolher usar, comprar ou aceder. Isto é dizer que, independentemente de uma organização disponibilizar informações, não significa que a informação esteja acessível para todas as pessoas, visto que o acesso à informação não pode ser medido, exclusivamente, por modelos de disponibilidade de informação, mas por via de oportunidade e capacidade de acessibilidade.

As práticas de comunicação devem, pois, ter um papel essencial na democratização do acesso à informação, porque mesmo que a informação divulgada não impulse diretamente a utilização dos serviços, pode e deve contribuir para o conhecimento individual e, assim, aumentar o acesso.

Assim, a acessibilidade diz respeito àquilo “que pode ser alcançado ou facilmente obtido”, mas também àquilo “que é fácil de entender”⁷.

⁷ Vide definição de acessibilidade em Dicionário de Cambridge: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/accessible>

Esta separação permite ilustrar claramente o que deve ser tido em conta quando se fala em comunicação acessível. Para ilustrar o primeiro caso — “aquilo que pode ser alcançado ou facilmente obtido” — temos o exemplo de *websites* acessíveis, que permitem a boa leitura por tecnologias e leitores de ecrã: a intenção é derrubar barreiras físicas de acesso à informação. De facto, existem várias plataformas, como por exemplo, o verificador de acessibilidade gratuito promovido pela Agência para a Modernização Administrativa — *AccessMonitor* — que procuram ajudar os responsáveis pelos conteúdos digitais a assegurar boas práticas em termos de acessibilidade na *web*. Os três níveis de acessibilidade que a W3C (*World Wide Web Consortium*) definiu exigem hoje uma análise cuidadosa e complexa, baseando-se em critérios como o tamanho e a qualidade dos *urls*, a utilização de textos-alternativos (*alt-text*, na versão inglesa) em imagens, a introdução de legendas bem construídas em gráficos, vídeos ou esquemas, contraste de cores, aplicação de hiperligações bem construídas ou a elaboração de

documentos digitais que introduzam os cabeçalhos (*headings*, na versão inglesa), entre muitos outros.

Todavia, é o segundo caso — “aquilo que é fácil de entender” — que muitas vezes carece de reflexão e que representa um grande desafio para as equipas de comunicação. Se, por um lado, as etapas de um plano de comunicação parecem não deixar de lado a análise das características dos seus públicos segmentados a fim de desenvolver uma mensagem adequada, na prática, isso nem sempre se verifica. Com efeito, por mais bem conseguida que uma campanha de comunicação esteja montada, é essencial compreender que barreiras impossibilitam as pessoas de entenderem a informação. Com efeito, é o “entendimento” da mensagem que torna a comunicação eficaz, já que esse elemento constitui um processo democrático fundamental (Habermas, 2019).

É aqui o ponto chave quando falamos em comunicação acessível. De entre as várias barreiras existentes, agrupamo-las, neste artigo, em intelectuais e socioeconómicas.

As primeiras são aquelas que dificultam o entendimento da informação

disponibilizada. Estas tanto afetam aquelas pessoas que, devido à baixa literacia ou ao baixo nível de escolaridade, não conseguem interpretar a informação prestada, como aquelas pessoas às quais, independentemente do nível de escolaridade, falta conhecimento técnico e científico especializado. Por sua vez, as barreiras socioeconómicas são aquelas relacionadas com problemas de desemprego, baixo rendimento, isolamento social, isolamento geográfico. Apesar de as tecnologias e plataformas⁸ digitais se constituírem como um importante

recurso, na medida em que possibilitam um aumento de troca de informação entre cidadãos geograficamente dispersos, por exemplo, existem outras situações que podem constituir dificuldades de acesso à informação. Mais do que a simples difusão de informação, é preciso garantir que se estabelece um diálogo contínuo entre as partes, em prol de uma sociedade mais justa e equilibrada. Promover uma comunicação acessível representa, desta forma, uma oportunidade de *feedback* entre as pessoas — públicos — e a organização.

Com efeito, para que a comunicação seja acessível é, assim, importante perceber que tipo de informação são os públicos-alvo capazes de encontrar, onde estão a procurar a informação, em que *media*, o que são capazes de perceber, processar e compreender, o que são capazes de lembrar, o que acham aceitável e como agem com base nessas informações (Maaß, 2019).

Posto isto, 1) aquando da criação de um plano de comunicação é essencial que o tema da acessibilidade seja contemplado em todas as suas dimensões; 2) as mensagens-chave e

os formatos de comunicação devem ser definidos a partir do pressuposto de que vão esclarecer, apoiar e democratizar o acesso à informação, isto é, a comunicação vai além da mera divulgação de informações; e 3) deve-se assegurar que se contemplam todos os canais de divulgação eficazes para uma comunicação acessível.

Isto é dizer que, apesar de um plano de comunicação ser extenso e complexo, com peças bem construídas para atrair a atenção do público, com um nível máximo de acessibilidade *web* de acordo com as recomendações da W3C (2019), ou com conteúdos acessíveis nas redes sociais⁹ (o que poucas vezes acontece), isso não significa que a comunicação seja efetivamente acessível. A comunicação acessível deve ter um papel consciente e responsável que promova a equidade e a inclusão, não devendo beneficiar marginalmente

8 As tecnologias e plataformas não só representam uma ferramenta importante para quem recebe a informação, como para quem a emite, já que o seu custo deixa de ser um obstáculo para a publicação e distribuição em larga escala de informações, permitindo uma democratização do acesso a canais de difusão de informação (Heath et al., 2013). No entanto, devido à sua ambivalência e à proliferação e diversidade dos *mass media*, as ferramentas e plataformas de informação representam também grandes desafios para as democracias. As técnicas são variadas, desde o recurso à multiplicação de *fake news* (Santos & Figueira, 2020), ao envolvimento de não-profissionais na produção de notícias (Steiner, 2017), à introdução de *spin doctors* (Ribeiro, 2015), ao controlo e exploração das redes sociais, como provou a eleição de Donald Trump, e o Brexit, no Reino Unido (Hansson & Kröger, 2020), ou à partilha de informações falsas pelo WhatsApp, no Brasil.

9 Veja-se o caso bem-sucedido do Jornal *A Folha de São Paulo*, que na rede social Instagram, caracterizada pela sua forte relação com a imagem, inclui uma descrição literal da fotografia com a referência “Para todos verem” (*vide* conta no Instagram da *Folha de São Paulo*).

uma parte da população, mas sim toda a sociedade.

Método e pertinência do caso em análise

De entre vários desafios a serem ultrapassados no combate às alterações climáticas, a gestão da energia necessária para o aquecimento e arrefecimento dos edifícios é um deles.

Por esse motivo, a aposta em tornar os edifícios energeticamente mais eficientes tem sido levada a cabo por vários países, em particular na Europa. O programa *Edifícios + Sustentáveis* tem, assim, como objetivo melhorar o desempenho energético e ambiental dos edifícios, em Portugal. A dotação deste incentivo foi de 4.500.000€, sendo distribuído por 1.750.000€, em 2020, e de 2.750.000€, em 2021. O prazo para apresentação das candidaturas ao programa decorreu entre o dia 7 de setembro de 2020 e o dia 31 de dezembro de 2020, ou até esgotar a dotação prevista (que aconteceu a 14 de dezembro desse ano).

Posto isto, este programa será o caso de estudo considerado no

presente artigo que, em termos metodológicos, compreenderá uma fase qualitativa de acordo com as melhores práticas de comunicação acessível, tendo os dados e análise sido recolhidos nas plataformas *in situ*, assim como através do recurso ao motor de acessibilidade *Access Monitor*¹⁰.

Não sendo possível neste artigo analisar em profundidade todos os materiais de comunicação, basear-nos-emos nos formatos digitais: *website*, redes sociais e os materiais de apoio à inscrição, com a recolha, nos casos em que se justifica, de dados facultados pelas plataformas e canais em estudo. O objetivo da nossa pesquisa é, pois, analisar se os canais e os materiais de comunicação digitais utilizados foram acessíveis a todos os cidadãos.

O estudo inclui a análise de dados obtidos até ao dia 31 de janeiro de 2021, tendo em vista que se pretendia analisar a primeira fase do concurso já finalizada, e não os conteúdos relacionados com a segunda fase, que arrancou no primeiro trimestre de 2021.

Resultados

Website

A informação sobre o programa *Edifícios + Sustentáveis* (PEMS) está integrada no *website* do Fundo Ambiental, que consiste num mecanismo de apoio de diferentes programas, onde o PEMS se enquadra.

Para conhecermos o nível de acessibilidade do *site*, numa perspetiva de acessibilidade funcional, recorreremos ao *Access Monitor*, no dia 31 de janeiro de 2021. Os resultados obtidos deste verificador mostram que o *site* tem um nível de 4,5 em 10. As falhas são agrupadas de acordo com as três categorias de acessibilidade referidas anteriormente, tendo sido identificadas 24 más práticas (6 práticas com o nível aceitável, 8 com o nível para ver manualmente e 10 com o nível não aceitável).

Verifica-se que o *url* não é *user friendly* e os formatos de conteúdos baseiam-se exclusivamente em texto, sem grafismos, infografias, vídeos ou som. Numa perspetiva de *user experience*, o *website* tem um *design* datado, e a apresentação da informação está concentrada numa só página,

¹⁰ Vide sobre a ferramenta: <https://www.acessibilidade.gov.pt/quem-somos/>

Tabela 1: Dados e documentos necessários para a candidatura ao apoio para o isolamento térmico e para a climatização, do PEMS

Documentos pessoais	Outros documentos
Número do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e número de Identificação Fiscal	Declaração dos materiais que foram instalados (cópia digital a ser fornecida pela empresa fabricante para ser incluída pelo candidato no processo de candidatura <i>online</i>)
Certidão de não dívida do candidato perante a Autoridade Tributária e Aduaneira ou a autorização para consulta da situação tributária	Comprovativo do registo da empresa contratada no portal Casa Eficiente 2020
Certidão de não dívida do candidato perante a Segurança Social ou uma autorização para a consulta da situação contributiva	Certificado, rótulo ou declaração que permita atestar a inclusão de eco-materiais ou materiais reciclados
Número de identificação bancária	Declaração de marcação CE dos equipamentos
Cópia do certificado energético válido emitido no âmbito do SCE - Sistema de Certificação Energética dos Edifícios	Uma etiqueta energética do sistema ou equipamento igual ou superior a “A+”
Cópia da Caderneta Predial Urbana atualizada do edifício ou fração candidata	Um certificado para o manuseamento de gases fluorados (se se tratar de bombas de calor)
Licença de habitação e fotografias da habitação alvo de intervenção e do equipamento, antes e após a implementação do projeto	Documento comprovativo de reconhecimento (emitido pela DGEG) de Técnico Responsável de Instalações Elétricas de Serviço Particular, para a instalação de painéis fotovoltaicos

Fonte: *website* do Fundo Ambiental; elaboração própria.

em texto corrido sem *headings*, não cumprindo as recomendações da W3C. Sem embargo, os *links* em *call-to-action* são bem construídos, já que a hiperligação não se restringe a palavras como “aqui” ou “saiba mais”.

Quanto às barreiras socioeconómicas e intelectuais, o *website* não apresenta conteúdos nem formatos diferenciados, que permitiriam derubar diferentes barreiras da acessibilidade. Na verdade, a informação auxiliar e informativa que não se encontra no corpo de texto é apresentada num único formato, documentos que abordaremos de seguida.

Redes-sociais

O PEMS não tem nenhuma conta dedicada nas redes sociais, pelo que a sua comunicação nestes canais é realizada através da conta do *Twitter* do Fundo Ambiental. Após a análise

do canal em causa, constatámos que foram publicados, entre o dia 13 de março de 2020 (dia de lançamento do canal) e o dia 31 de janeiro de 2021, 91 *tweets* e quatro *retweets*, sendo que desses apenas oito dizem respeito ao programa do nosso estudo, distribuídos da seguinte forma: cinco *tweets* com informação sobre o programa, um *tweet* com informação produzida por terceiros (no caso, foi o Ministério do Ambiente) e dois *tweets* com informação direta ou indiretamente produzida pelo próprio programa. As publicações efetuadas não contemplaram nenhuma referência ou apoio à interpretação da imagem ou vídeo publicados.

Materiais de apoio à inscrição

Como costuma ser frequente neste tipo de programas, a carga burocrática é elevada. Neste caso, a submissão

de uma candidatura requer o envio de dados pessoais, dados energéticos do edifício em causa, seguido de um conjunto de procedimentos que dependem do tipo de apoio a que se recorre, que representamos na tabela 1.

Como forma de auxiliar a inscrição, o PEMS faculta quatro tipos de documentos: sete documentos com Perguntas Frequentes¹¹, um documento com o Regulamento de Atribuição de Incentivos, que consiste no Despacho n.º 8745/2020 do Ministério do Ambiente e Ação Climática¹², um documento com a lista de tarefas a serem entregues¹³ e um documento

¹¹ Documentos com Perguntas Frequentes disponíveis em: https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/faq_gerais_v5_161120201.aspx

¹² Documento com o Regulamento disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/regulamento-edificios-sustentaveis-pdf>.

¹³ Documento com a lista de tarefas disponível em: https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/checklist_f13102020-pdf.aspx.

Tabela 2: Acessibilidade dos documentos de apoio à inscrição

	Links acessíveis	Headings	Alt-tags	Legendas	Terminologia complexa
Perguntas e respostas frequentes	sim	sim	não	não	sim
Manual de plataforma	n/a (não se aplica)	sim	não	não	não
Regulamento	n/a	não	n/a	não	sim
Lista de tarefas	sim	não	n/a	n/a	não

Fonte: elaboração própria

com o manual sobre a plataforma de submissão da inscrição¹⁴.

Após análise dos documentos, constatamos que existem falhas que inviabilizam a sua leitura e também a sua compreensão, que resumimos na tabela 2. Se não, repare-se: o manual de utilização da plataforma, apesar de apresentar o *heading* de acordo com a hierarquia, (H1, H2 e H3), não contém *alt-tags*, nem legendas nas imagens, essenciais para a correta leitura do conteúdo pelas tecnologias auxiliares. Devido a essa falta, os círculos vermelhos em torno dos campos que devem ser preenchidos ou selecionados no *site* deixam de ser compreendidos por algumas pessoas, ajudando apenas aquelas com barreiras intelectuais. O documento com as perguntas frequentes apresenta o *heading*, mas não conta com *alt-tags*. Apesar de apresentar várias hiperligações para informações paralelas, a sua quantidade e termos técnicos dificultam a assimilação e lembrança. O regulamento de atribuição de incentivos, uma cópia

literal do Diário da República, não cumpre algumas regras básicas para a criação de documentos acessíveis. Por fim, a lista de tarefas, apesar de constituir um formato útil para orientar as pessoas sem deficiência, também não respeita regras básicas da acessibilidade física.

Discussão

Tratando-se de um fundo público que visa diminuir as diferenças socioeconómicas existentes, é essencial que a informação seja transmitida da forma mais transparente, disponível e inclusiva possível, para que o objetivo principal do fundo seja atingido: melhorar o desempenho energético e ambiental dos edifícios, como forma de combater o baixo conforto térmico, a nível nacional.

Os resultados desta análise confirmam que, antes de mais, o processo é, por si só, pouco acessível a muitas pessoas devido à natureza burocrática do programa. Além disso, percebeu-se que muitos dos materiais e canais deste programa não contemplam uma comunicação acessível nas suas duas perspetivas. Por um lado,

as regras básicas de acesso físico não foram asseguradas em todos os materiais e plataformas. Por exemplo, no *website* falharam recomendações consensuais da acessibilidade, como comprovou a ferramenta *Access Monitor*, e nas redes sociais, o problema não parece residir apenas no facto de existir presença numa só plataforma (já que, para que a comunicação chegue a todos, é necessário entender onde as pessoas vão procurar informação (Maaß, 2019), mas principalmente no facto de a rede social escolhida ser o *Twitter*, tendo em conta a sua pouca representatividade em Portugal¹⁵.

Por outro lado, a comunicação baseou-se na função de difundir informações sem uma estratégia de comunicação e conteúdos acessíveis. O *website*, por exemplo, funcionou como um repositório de informação e as redes sociais serviram para a partilha de *links* e de datas-chave

¹⁴ Documento com manual disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/manual-utilizador-edificios-sustentaveis-pdf>

¹⁵ Entre janeiro e dezembro de 2020, a percentagem mais elevada de portugueses a usar o *Twitter* foi de 5,35% (que corresponde a março, talvez fortemente relacionado com a pandemia Covid-19), face à percentagem mais baixa do Facebook de 65,62%, em novembro (Statcounter, s/d).

do concurso¹⁶. De facto, para que a comunicação seja acessível, é importante garantir que se disponibilizam conteúdos diversificados que possam ser percebidos, processados, compreendidos e lembrados (Maaß, 2019). Assim, existem diferentes tipos de mensagens que podem, e devem, ser promovidos nos diferentes canais, nomeadamente: conteúdos informativos sobre o programa (*e.g.* a divulgação do arranque de inscrições, *links* para inscrições, atualizações do processo, fecho do programa, entre outros), conteúdos pedagógicos sobre o tema (*e.g.* o que é a eficiência energética, porque é importante, que benefícios traz para o bem estar, que dicas podem ser implementadas, entre outros) e conteúdos de terceiros (*e.g.* o que outras instituições ou *media* dizem sobre o programa e tema, entrevistas a especialistas, entre outros).

Com efeito, a comunicação só é acessível se os diferentes canais e

ferramentas conseguirem 1) chegar a todos, 2) apoiar a inscrição através de diferentes conteúdos e formatos, 3) promover novos conhecimentos sobre a importância de uma casa eficiente e os benefícios que podem representar, tanto para o seu conforto e despesa mensal, como para um planeta menos consumidor de energia e 4) servir de contacto diário para o público esclarecer as suas questões.

Não existindo locais presenciais e físicos para o esclarecimento e apoio na candidatura, os canais digitais deviam desempenhar, nestes casos, uma ponte essencial entre as pessoas e a organização (os únicos meios disponíveis de comunicação eram um contacto telefónico fixo e um *email*¹⁷). Apesar de o fundo ter esgotado antes da data prevista, há que analisar até que ponto o objetivo de levar esta iniciativa a todas as pessoas, a fim de melhorar o desempenho energético e ambiental dos edifícios, a nível nacional, foi realmente conseguido.

Efetivamente, a complexidade e as etapas burocráticas de iniciativas ou programas públicos, se não forem munidos de comunicação acessível, podem excluir pessoas com barreiras de diferente natureza.

Conclusões e breves considerações

É consensual entre os especialistas das Teorias da Comunicação que, para se estabelecerem linhas de diálogo e de negociação com os públicos e *stakeholders*, a comunicação é um elemento essencial na condução da ação comunicativa das organizações.

A comunicação, e em particular as relações com o público, podem desempenhar um papel facilitador para os cidadãos acederem a informações sem barreiras físicas, intelectuais ou socioeconómicas. A comunicação tem o papel, quando bem operacionalizada, de beneficiar todos os públicos: não só deve manter uma relação bidirecional simétrica, como deve garantir que as informações são claras, diretas e fáceis de entender, recorrendo a ferramentas, canais e plataformas diversas e acessíveis.

¹⁶ Durante a primeira fase do programa, não houve nenhum conteúdo explicativo sobre o programa, nem sobre a importância da eficiência energética. Com efeito, os 5 *tweets* serviram para divulgar o arranque do programa, o *link* do *site* e os contactos (*email* e telefone).

¹⁷ Na segunda fase do programa, deixou de ficar disponível o *email*, passando a existir uma plataforma de contacto escrito, designada e-Balcão.

O foco do nosso artigo prende-se com o facto de considerarmos que a comunicação acessível deve ser projetada, não apenas para pessoas com deficiência, mas para todos, na medida em que podem existir também barreiras intelectuais ou socioeconómicas. Se, muitas vezes, o próprio termo “acessibilidade” está associado à ideia de “dar acesso” a pessoas com deficiência, essa visão é incompleta, e cabe às equipas de comunicação garantir que, aquando da aplicação de um plano de comunicação, a comunicação é para todos. Desta maneira, mais do que garantir a acessibilidade enquanto oportunidade de acesso, a comunicação deve ser acessível enquanto liberdade de uso, considerando a possibilidade social e a capacidade individual de entender a informação para depois realizar a escolha de usar, comprar ou aceder.

O caso analisado diz respeito ao fundo público programa *Edifícios + Sustentáveis* que, devido ao seu peso social, deveria ser exemplar no que toca à acessibilidade, como forma de garantir que a informação chegasse a toda a população. Os resultados da análise permitiram mostrar que

existem aspetos por colmatar relacionados com a capacidade de aceder à informação, mas também na qualidade e diferenciação dos conteúdos disponibilizados.

Referências bibliográficas

- Bernays, E. (1955). *The engineering of consent*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Burkart, R. (2007). On Jürgen Habermas and public relations. *Public Relations Review*, 33(3), 249–254. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2007.05.002>
- CE (2020). *How to be heard? Promoting accessible communication for persons with disabilities*. Consultado em 25 de agosto de 2021, em <https://bit.ly/3tPk5MB>
- Decreto-Lei n.º 83/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2018). Diário da República: I Série, n.º 202/2018. Consultado a 6 de setembro de 2021, em <https://data.dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116734769/details/maximized>
- Diretiva EU 2016/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho (2016). Consultado a 5 de setembro de 2021, em <http://data.europa.eu/eli/dir/2016/2102/oj>
- Eardley, A. F., Mineiro, C., Neves, J., & Ride, P. (2016). Redefining access: Embracing multimodality, memorability and shared experience in Museums. *Curator. The Museum Journal*, 59(3), 263-286. <https://doi.org/10.1111/cura.12163>
- Fernández-Díaz, E., Iglesias-Sánchez, P., & Jambrino-Maldonado, C. (2020). Exploring WHO communication during the COVID 19 pandemic through the WHO website based on W3C guidelines: Accessible for all? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(16), 5663. <https://doi.org/10.3390/ijerph17165663>
- Fundo Ambiental. *Edifícios + sustentáveis*. Consultado a 13 de abril de 2021, em <https://bit.ly/3tUCbg7>
- Gomes, R. P., Cardoso, E., & Corrêa, Y. (2020). Strategic approaches of brands to visually impaired people: Accessible communication guidelines. *e-Revista LOGO*, 9(1), 42-64. <http://doi.org/10.26771/e-Revista.LOGO/2020.1.03>

- Grunig, J. (1997). A situational theory of publics: Conceptual history, recent challenges and new research. In D. Moss, T. MacManus, & D. Vercic (Eds.). *Public relations research: An international perspective* (pp. 3-48). London: International Thomson Business Press.
- Grunig, J., & Hunt, T. (1984). *Managing public relations*. New York, NY: CBS College Publishing.
- Habermas, J. (1962). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1974). The public sphere: An encyclopedia article (1964). *New German Critique*, 3, 49-55. <https://www.jstor.org/stable/487737>
- Habermas, J. (2019). *Teoria do agir comunicativo* (vols. 1 e 2). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Hansson, S., & Kröger, S. (2020). How a lack of truthfulness can undermine democratic representation: The case of post-referendum Brexit discourses. *The British Journal of Politics and International Relations*. <https://doi.org/10.1177/1369148120974009>
- Heath, R.; Damion, W., & Palenchar, M. J. (2013). Is the universe of democracy, rhetoric, and public relations whole cloth or three separate galaxies? *Public Relations Review*, 39(4), 271-279. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.07.017>
- Kotler, P., & Keller, K. (2016). *Marketing management*. Harlow: Pearson.
- Maaß, C. (2019). Easy Language and beyond: How to maximize the accessibility of communication. *Invited Plenary Speech at the Klaara 2019 Conference on Easy-to-Read Language Research*. <https://doi.org/10.25528/023>
- Martins, C. (2014). Comunicação acessível em museus: Audiodescrição ao serviço da arte inclusiva. In A. C. Valente, & R. Capucho (Eds.), *Avanca-Cinema 2014 International Conference* (pp. 1032-1042). Avanca: CineClube Avanca.
- Owens, J. S. (2006). Accessible Information for people with complex communication needs. *Augmentative and Alternative Communication*, 22 (3), 196-208. <https://doi.org/10.1080/07434610600649971>
- Ribeiro, S. (2015). Spin doctors: Manipulação ou comunicação estratégica? *Revista Comunicando*, 4, 148-161.
- Santos, S., & Figueira, J. (2020). (Des) informação em tempo de incerteza: Jornalismo, democracia e redes sociais. *Mediapolis*, 11, 5-9. https://doi.org/10.14195/2183-6019_11_0
- Statcounter (s/d). *Social media stats Portugal*. Acedido a 27 de agosto de 2021, em <https://gs.statcounter.com/social-media-stats/all/portugal>
- Steiner, L. (2017). Poderão as pessoas comuns cobrir conflitos? O potencial das tecnologias dos novos media. *Mediapolis*, 4, 101-133. https://doi.org/10.14195/2183-6019_4_4
- Thiede, M. (2005). Information and access to health care: is there a role for trust? *Social Science & Medicine*, 61(7), 1452-1462. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.11.076>
- W3C (2019). *Introduction to web accessibility*. Acedido a 18 de agosto de 2021, em <https://www.w3.org/WAI/fundamentals/accessibility-intro/>

Recensões

Recensão Crítica

Prior, H. (2021). *Mediacracia. Comunicação e política na era da mediatização*. Porto: Media XXI, 148 pp.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_8

As sociedades hodiernas têm experimentado uma série de transformações culturais que se explicam, em parte, pela influência crescente dos *media* sobre práticas e processos sociais, econômicos e políticos. O papel desempenhado pelos meios de comunicação nos diferentes domínios da vida social, particularmente no que concerne à atividade política, constitui uma dimensão central na compreensão do espírito do tempo deste início de século. Sem dúvidas, as Ciências da Comunicação, em particular o subdomínio da Comunicação Política, têm empreendido importantes esforços para oferecer explicações às múltiplas e complexas relações entre o campo dos *media* e a esfera da política.

Neste contexto, uma das propostas interpretativas que, atualmente, melhor ajudam a definir a centralidade social dos meios de comunicação é o conceito de mediatização. Para o professor dinamarquês Stig Hjarvard (2014), a mediatização diz respeito à crescente influência dos *media* sobre as demais instâncias da sociedade, as quais tenderiam a adaptar o seu *modus operandi* à lógica mediática.

A mediatização diz respeito, assim, a um processo cultural amplo de adaptação da vida, especialmente da vida na *Polis*, aos processos, ritmos e enquadramentos mediáticos, sejam aqueles próprios dos *media* tradicionais, sejam aqueles advindos da recente comunicação digital, entre os quais estão as modernas plataformas de *social media*. Nesta configuração, a política estaria submetida a um processo de colonização, segundo o qual as instituições e atores políticos se veriam obrigados a incorporar procedimentos e regras próprios da cultura dos *media*. Tratar-se-ia de uma resposta dos agentes e das instituições da política aos novos tipos de visibilidade mediática do tempo presente. Importa sublinhar, todavia, que esse processo de adaptação aos códigos mediáticos não ocorre de forma automática e desprovida de resistência; deriva, antes, de um complexo movimento de negociação e de influência mútua entre agentes do campo dos *media*, atores da esfera política e cidadãos.

Esse processo de intersecção entre agentes políticos, mediáticos e cidadãos, que configura o objeto de

estudo basilar da Comunicação Política, vem se configurando, de maneira mais ou menos intensa, desde meados do século XX, muito influenciado pelos efeitos do meio televisivo sobre a política. Nos últimos decênios, com o surgimento da web 2.0 e a ascensão da comunicação digital, a reconfiguração da política pela gramática dos *media* aprofundou-se de maneira ainda mais vigorosa, conduzindo as democracias liberais a um contexto de hipermediatização, isto é, a uma mediatização ainda mais aguda e acelerada pela proliferação de dispositivos móveis conectados à grande rede, ao alcance de um número formidável de pessoas.

Nestes tempos afetados pela comunicação em rede, a relação entre instituições políticas, mediáticas e a cidadania ocorre no contexto de um sistema de *media* híbrido (Chadwick, 2013), atravessado por linguagens e práticas múltiplas, a par de um sistema político fragilizado pelos efeitos da crise da democracia liberal, crescentemente contestada em seus valores básicos, inclusivamente em contextos com longa tradição democrática. Para a compreensão de um

cenário tão heterogêneo, a Comunicação Política exige do investigador uma capacidade ainda maior de articulação de chaves teórico-metodológicas diversificadas, capazes de responder à complexidade dos processos políticos hipermediatizados.

Quem tratou de aceitar este desafio, oferecendo ao público reflexões valiosas para a compreensão das democracias contemporâneas, foi o investigador português Hélder Prior, com a publicação da obra *Mediacracia: Comunicação e política na era da mediatização*, lançada pela editora Media XXI, em abril de 2021, em primeira edição. O professor da Universidade Autónoma de Lisboa e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil) oferece aos investigadores em Ciências da Comunicação e Ciência Política uma iniciação à Comunicação Política, apresentando, como o próprio autor afirma, “um número considerável de temas, conceitos e fenómenos que acreditamos servir de panorama sobre a imbricação entre a comunicação e a política nas sociedades mediatizadas” (p. 17).

Com efeito, *Mediacracia: Comunicação e política na era da*

mediatização não apenas introduz alguns dos temas mais desafiantes e candentes da especialidade da Comunicação Política, como o faz por meio de um debate aprofundado e diligente na crítica dos fenómenos. Com uma escrita atraente, o autor preza pela clareza na exposição das ideias, sem prescindir de um estilo erudito, já marcado em livro anterior, de sua autoria, intitulado *Esfera pública e escândalo político* (2016, Media XXI). Assim, o novo livro de Hélder Prior resulta de um acurado diálogo com uma multiplicidade de vozes das ciências sociais, da Sociologia à Ciência Política, da Psicologia à Semiótica, sob a perspectiva da Comunicação Política. O título, inspirado na metáfora de Thomas Meyer (2002), esclarece, desde logo, ao leitor, as intenções do autor: averiguar os fenómenos que dão forma e que *tensionam* as atuais democracias do século XXI, afetadas pelos signos da cultura dos *media*.

Mediacracia: Comunicação e política na era da mediatização parte de uma caracterização, logo no capítulo primeiro, da Comunicação Política como subdomínio das Ciências da Comunicação. O autor defende uma

perspectiva ampliada da especialidade, que extrapole o estudo do discurso dos *media* e dos dirigentes políticos sobre a política. A visão de Hélder Prior, compartilhada por outros especialistas e visível no modo como a especialidade tem se afirmado ao longo dos últimos tempos, está materializada na própria estrutura da obra, que envereda por múltiplas reflexões, promovendo um compósito de ideias muito promissoras para a compreensão das relações entre a comunicação e a política. Com efeito, o objeto de análise da Comunicação Política não respeita apenas “ao estudo dos discursos e das representações comunicadas”, mas, como argumenta o autor, “abarca, também, abordagens psicossociais, sociológicas, históricas e até jurídicas para explicar contextos, motivações e efeitos da produção e da recepção de mensagens com incidência política”. Com esse propósito, Hélder Prior constrói um caminho reflexivo, dividido em oito capítulos, nos quais os leitores encontrarão discussões sobre temas clássicos, com tradição no campo, e alguns mais recentes, surgidos na esteira dos impactos do digital e da mediatização 2.0 sobre a política.

Alinhado, portanto, à sua compreensão acerca do que pode a Comunicação Política, Hélder Prior apresenta ao público, ainda no segundo capítulo, uma leitura sobre a mediatização da política, conceito que acaba por congrega as reflexões realizadas nos capítulos posteriores. Nestes, o leitor percorrerá um itinerário reflexivo que tem o condão de materializar a amplitude e a riqueza da Comunicação Política, discutindo temas que vão do papel das emoções na tomada de decisões políticas à relação entre dramaturgia e política; da função da propaganda e da profissionalização da política na construção da imagem do político à redescoberta dos “argumentos emocionais” no âmbito das milenares relações entre a retórica e a política. Além disso, o autor aborda temáticas da ordem do dia na agenda de investigação da Comunicação Política, como os escândalos, a desinformação e o populismo, especialmente o digital, oferecendo pistas que permitem ao público refletir sobre os impactos desses fenômenos sobre a qualidade dos processos políticos em nossas democracias.

Em suma, as reflexões contidas em *Mediacracia: Comunicação e política na era da mediatização* destinam-se não apenas a estudiosos da área, mas a estudantes, políticos, profissionais da comunicação e ao grande público. A obra figura como um importante contributo ao debate contemporâneo sobre comunicação e política, apontando caminhos auspiciosos para a compreensão da democracia possível neste começo de século XXI.

Referências bibliográficas

- Chadwick, A. (2013). *The hybrid media system. Politics and power*. Oxford: Oxford University Press.
- Hjarvard, S. (2014). Mediatização: Conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, 8(1), 21-44. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44>
- Meyer, T. (2002). *Media Democracy: How the Media Colonize Politics*. Malden, MA: Blackwell.

Recensão Crítica

Camponez, C., Ferreira, G. B., & Rodríguez-Díaz, R. (Eds.) (2018). *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois*. Covilhã: Editora LabCom, 238 pp.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_9

Após meio século de investigações sobre o agendamento, efeméride cujo volume *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois* assinala, é inegável que a teoria se encontra, por assim dizer, em um momento crítico. Com o seu pressuposto – a correspondência entre a agenda dos *media* e a agenda pública – em causa pela popularização das redes sociais digitais, importa assinalar, conforme os organizadores o fazem na introdução ao livro, a importância da teoria do agendamento sobretudo, “[...] na sua capacidade de ir colocando hipóteses mais complexas e de adaptar a sua metodologia às transformações que a opinião pública mediatizada foi assistindo” (p. 13).

Perante a crise do papel dos *media* de intermediação entre a realidade social e as audiências e o seu impacto nos pressupostos teóricos do agendamento, não é por acaso e nem somente em razão do momento em que a obra veio a lume que os organizadores Carlos Camponez, Gil Baptista Ferreira e Raquel Rodríguez-Díaz a iniciam mencionando o novo coronavírus. Como indicou o último *Reuters Institute Digital News Report*

(Newman et al., 2020), os indivíduos sentiram necessidades acrescidas de informação fiável no contexto da pandemia de Covid-19, com a confiança na cobertura dos *media* mostrando-se elevada nos 40 países pesquisados, e correspondendo a mais que o dobro da confiança devotada aos conteúdos partilhados nas redes sociais.

Todavia, este período também demonstrou ser propício à disseminação de informações deliberadamente falsas, teorias conspiratórias e afins pelas redes sociais. No atual sistema mediático híbrido, os *media mainstream* permanecem com um peso notável dentre os conteúdos que circulam pela Internet, porém a ação de algoritmos, *trolls* e o facto de agora os recetores também poderem ser emissores complexificaram a ideia de transferência entre agendas. Portanto, mais que um refinamento, faz-se necessário ampliar a teoria do agendamento.

Em capítulo sob o eixo temático “Teoria”, Maxwell McCombs demonstra de forma inequívoca a já assinalada versatilidade da teoria em propor hipóteses cada vez mais complexas ao relacionar a linguagem

do jornalismo com a linguagem dos efeitos do agendamento – no primeiro nível concernente ao agendamento de objetos, no segundo nível relacionada com o agendamento dos atributos desses objetos, e no terceiro nível enfatizando o agendamento em rede, o agendamento intermedia e o conceito de argumentos convincentes. Nesta análise descritiva da evolução do agendamento, se fica claro a sua capacidade de refinamento - ao introduzir, por exemplo, novas medidas de saliência como o grau de centralidade, referente ao agendamento em rede -, também se evidencia como algo assente a imutabilidade do seu núcleo teórico aos três níveis: a transferência de saliência de uma agenda para outra.

Neste contexto, se o agendamento se afirma como uma teoria dos efeitos sociais dos *media* em que, por essa razão, a linguagem desses efeitos evidencia-se similar à linguagem do jornalismo, recordamos que esta não é ideologicamente neutra. Como assinala João Carlos Correia em capítulo sob o eixo “Desenvolvimentos”, são as ideologias dominantes num dado período as responsáveis por fornecer

as balizas pelas quais os *media* selecionam os acontecimentos que se tornarão notícia. Assim, o significado do agendamento em termos de teoria social é traduzido por uma ideia de efeitos cognitivos, resultantes da transferência para as audiências (por via da agenda pública) de elementos salientes no conteúdo dos *media*. No entanto, este conteúdo mediático, em que medidas de saliência se evidenciam não apenas no que e como algo é exposto, mas também no que é silenciado, explicita “[...] o conceito dominante de notícia vigente em cada sociedade em determinado período da sua história” (p. 113), conformado por ideologias e representações sociais hegemônicas. Por esta razão, Rodríguez-Díaz, no outro capítulo sob o eixo “Teoria” em que analisa a inextricável relação entre o agendamento e a opinião pública, propõe a integração das investigações sobre *agenda building* no estudo dos efeitos, no sentido de se compreender quais os fatores que influenciam o conteúdo dos *media*.

Todavia, é ao discorrer sobre os conceitos de *osmose cívica* e *fusão de agendas* (*agenda-melding*) que

McCombs mais se aproxima daqueles que, atualmente, se apresentam como os maiores desafios no delineamento de investigações sobre o agendamento: a desinformação e a emergência de agendas individuais pessoalmente satisfatórias. Ao pontuar a natureza inter-relacionada das fontes de informação utilizadas pelos indivíduos, uma assunção presente desde o início do agendamento, porém explicitada com a Internet, e o facto de hoje, mais do que nunca, se fundirem objetos e atributos de uma variedade de *media* e fontes pessoais para a construção de agendas individuais, o autor defende que estes dois fenómenos não anulam o agendamento dos *media*. Embora a sua força seja contingente entre os diferentes indivíduos, grupos e *media*.

Ainda assim, reforça-se a relevância dos denominados *media* verticais no estabelecimento de uma agenda pública e, colateralmente, na disseminação de *fake news*. Pois, para terem impacto, notícias falsas necessitam de lastro e de um clima de opinião favorável, este contingente ao gradual processo em que a agenda mediática estabelece temas na agenda pública. No contexto brasileiro recente, por

exemplo, a rede de desinformação bolsonarista, orientada sobretudo para o ataque ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda em geral, beneficiou da polarização política estimulada durante anos pelo perfil de cobertura dos *media mainstream* (Miguel, 2019).

Não obstante esta correlação entre a agenda dos *media* e a agenda que os indivíduos constroem na Internet, há que considerar o papel cada vez mais proeminente que intermediários digitais, como agregadores de notícias e redes sociais, assumem no processo de agendamento. Como assinala Ferreira, esses intermediários constituem-se como verdadeiros *gatekeepers* “[...] na medida em que controlam fluxos, selecionam, classificam e de seguida distribuem informação” (p. 69). Porém, longe de se guiarem pelos princípios deontológicos do jornalismo, tais ações algoritmicamente orientadas procuram fornecer aos usuários o tipo de conteúdo que mais esteja em conformidade com os seus gostos, algo por sua vez mensurado a partir do comportamento digital pretérito. O corolário disso é o estabelecimento de bolhas informativas

e a tendência de os indivíduos se tornarem cada vez mais suscetíveis a informações que reforcem as suas crenças e percepções, sejam essas informações verdadeiras ou falsas.

No atual contexto, portanto, é difícil vislumbrar a Web 2.0 como um meio para a regeneração do sistema representativo, conforme defende João Almeida Santos no capítulo em que põe em diálogo os estudos do agendamento e a teoria política. A multiplicidade de recetores-emissores é algo positivo pois, em princípio, democratiza o processo de construção da agenda pública. No entanto, o que a realidade mais recente tem demonstrado é que, de facto, as redes sociais tornaram os indivíduos menos conscientes da existência dessa agenda. O que denota, por sua vez, a necessidade premente de regulá-las, como também argumenta o autor.

Em suma, a considerar-se o atual fluxo bidirecional de informação entre plataformas digitais, com audiências ativas, e *media* tradicionais, cuja interação, porém, nem sempre resulta num processo de agendamento mais amplo e inclusivo, Enric Saperas aponta a problemática geracional

como fator *sine qua non* para as futuras investigações sobre o agendamento. Em capítulo pertencente ao último eixo da obra – “Desafios” –, o autor assinala “[...] o aparecimento de novos públicos com novos hábitos, em novas plataformas de *media* digitalmente diversificadas” (p. 200).

No entanto, é apenas no último capítulo que se expõe a importância, subjacentemente a perpassar todo o volume, de a teoria do agendamento ampliar-se de forma a também pensar politicamente os *media*. Ao relacionar as operações de seleção dos *media* – explicitadas pelo *agenda-setting* – aos processos deliberativos próprios de sociedades democráticas, João Pissarra Esteves enfatiza a dimensão normativa com que essas ações se revestem. Pois, ao procurarem representar “[...] a diversidade de alternativas disponibilizadas para resolução dos problemas identificados como de interesse público” (p. 222), as ações de seleção e os profissionais envolvidos na sua execução – os jornalistas – imbuem-se de elevadas responsabilidades éticas e morais. Neste sentido, o agendamento poderá ser de enorme relevância para a sua

melhor compreensão ao também debruçar-se sobre a dimensão política inerente ao processo de construção da agenda dos *media*.

Referências bibliográficas

- Miguel, L. F. (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das *fake news*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46-58. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p46>
- Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., & Nielsen, R. K. (2020). *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Reuters Institute & University of Oxford.

Recensão Crítica

Birnbaauer, B. (2019). *The rise of nonprofit investigative journalism in the United States*. New York, NY: Routledge, 236 pp.

Hamilton, J. T. (2016). *Democracy's detectives. The economics of investigative journalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 384 pp.

Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism*. New York, NY: Columbia University Press, 368 pp.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_10

A crise do mercado hipotecário norte americano, cujos efeitos se fizeram sentir, sobretudo, no triénio 2007-2009, afirma-se chave de leitura destes três livros: Dean Starkman aprofunda as consequências da ausência do jornalismo de investigação (p. 251) nos anos que antecederam “a pior crise económica depois da Grande Depressão” (Reuters, 2009, *apud* Birnbaauer, p. 5); James T. Hamilton prova-nos que o valor social do jornalismo de investigação justifica que nele se invista, sobretudo nos períodos em que a investigação jornalística está ameaçada (pp. 9, 316); Bill Birnbaauer estuda profundamente as consequências da crise de 2007-2009 no jornalismo de investigação (pp. 39, 42-46, 50).

Ainda que a abordagem que os três autores fazem das consequências da crise de 2007-2009 no jornalismo de investigação seja distinta, a conclusão a que chegam sobre o papel que o jornalismo de investigação desempenha na democracia é a mesma.

Na análise crítica que faz aos três livros, Michael Schudson enaltece, exatamente, esse princípio geral. Nas obras de Starkman e Hamilton, o

comentário do professor de Columbia surge destacado nas respetivas contracapas. Sobre *Democracy's detectives*, Schudson realça que este livro representa “uma impressionante prova da importância do jornalismo para a democracia”; por seu lado, *The watchdog that didn't bark*, reflete “uma análise poderosa e perturbadora sobre a forma como o jornalismo económico e financeiro passou a servir uma audiência de investidores e não de cidadãos”. No prefácio da obra de Birnbaauer, o professor de Columbia apura as consequências da crise de 2007-2009 no jornalismo de investigação e conclui que esse período “ênfatizou, talvez como nunca antes, a centralidade da reportagem de investigação como o coração do jornalismo” (p. xv).

Starkman e Birnbaauer (sobretudo estes dois autores) revelam-nos interpretações divergentes sobre as consequências que a distorção capitalista desse período tiveram no jornalismo de investigação - o primeiro a garantir-nos que “o cão de guarda não ladrou”, enfatizando os efeitos da ausência desse escrutínio antes e durante a crise do mercado hipotecário (p. 4); o segundo a conseguir

provar-nos que nesse período “as redações mantiveram ou até reforçaram as equipas de investigação” (p. 50) – mas um e outro, a que se junta Hamilton, concordam no essencial – o jornalismo de investigação é determinante para a democracia. Mesmo que os jornalistas americanos, como escreve Schudson no prefácio da obra de Birnbaauer, “no meio da desordem retórica” possam exagerar na interpretação desse poder (p. xv), os três autores enfatizam as especificidades do jornalismo de investigação: “é uma Espada de Dâmocles sobre a cabeça de políticos, funcionários públicos, empresários” (Birnbaauer, pp. 2, 3); “desempenha papel essencial no jornalismo americano. É distintivo... escrutina o exercício do poder” (Starkman, p. 9); “é proclamado pelos impactos que gera... pelas mudanças que produz” (Hamilton, p. 10).

É, pois, nesta relevância que se fixam os três autores; e é também a partir dela que nos podemos fixar em Jürgen Habermas. Na sua primeira grande obra de referência, o filósofo alemão reconhecia ao jornalismo, e aos meios de comunicação social, um papel determinante para a formação

de uma opinião pública crítica, essencial para escrutinar a ação do Estado e consolidar a democracia.

A partir do trabalho dos três autores percebemos que esse escrutínio da ação política está, neste nosso tempo, cada vez mais dependente do jornalismo de investigação.

Dean Starkman recorre a James Carey para amplificar o poder do jornalismo enquanto veículo promotor da comunicação no espaço público, mas também para nos expressar os riscos que um jornalismo destituído desse atributo representa para a sustentação da democracia: um jornalismo mera câmara de ressonância “trata os leitores como objetos e não como sujeitos da democracia” (Carey, citado em Starkman, p. 298).

Este jornalismo comercial, cuja gênese encontramos no século XIX, foi fielmente caracterizado por Jürgen Habermas em 1962, quando o filósofo alemão descreve o tempo em que os “jornais... se desenvolvem como empresas capitalistas”: “Na exata proporção [desta] sua comercialização, a própria imprensa torna-se manipulável ... torna-se uma porta de entrada de interesses privados

privilegiados para a esfera pública” (2012, p. 318).

Starkman considera que esse jornalismo comercial, desligado do compromisso com o público, produz o efeito do “hamster na roda” (p. 248). A metáfora atribuiu significado ao papel do jornalista, mas também aos reflexos negativos que a rotina produtiva impõe aos destinatários da mensagem jornalística: “Os jornalistas descobrem-se a si próprios amarrados à secretária, dependentes das fontes oficiais para fazerem as histórias, privados do privilégio do tempo que lhes permitiria recuar, aprofundar, ou apenas pensar”. Continua Starkman, “os leitores são confrontados com um dilúvio de informação, gerada, na sua maioria, por fontes do mundo empresarial” (p. 248). Presos à rotina imposta pelo ritmo de produção e distribuição de informação, os jornalistas até poderão “descrever a paisagem, mas terão menos tempo para levantarem as pedras” (Waldman, citado em Starkman, p. 248).

Metaforicamente, de novo, os segredos que o jornalismo de investigação tenta desocultar estão debaixo das pedras. Ou como escreve

Hamilton: “A reportagem de investigação envolve trabalho original, sobre matérias relevantes, que alguém quer que permaneçam secretas” (p. 10).

É o efeito desse segredo que preocupa os três autores, ainda que as preocupações se expressem a partir de ângulos de análise distintos. Se Hamilton reforça que a “ignorância do público significa poder para as instituições” (p. 315), porque ninguém reclama o seu escrutínio, Starkman complementa que a responsabilidade pela “falta de atenção das pessoas” deve ser apontada ao jornalismo: “É o jornalismo que deve perguntar onde falhou e o que não fez”. E a resposta, aos olhos de Starkman, é simples: o jornalismo “deixou de fazer” “reportagem de investigação”. Fê-la “durante mais de um século”; deixou de a fazer “quando mais precisamos” dela (p. 251).

Estes dois autores entendem que a crise do jornalismo de investigação é um reflexo direto do mercado - sobretudo da crise do mercado hipotecário americano, que explodiu em 2008 - e da revolução digital. Ambas “desintegraram o negócio dos media”. Essa confluência

negativa, continua Starkman, trouxe associada uma “crise de valores”, um “desinvestimento nas competências e cortes permanentes, especialmente no jornalismo de investigação” (p. 246). “O poder dos repórteres”, afirma Starkman, “diminuiu, da mesma forma que o das administrações aumentou”. “As vozes dissidentes praticamente desapareceram” das redações (p. 245). Como assinala Hamilton, o percurso em direção à irrelevância do jornalismo de investigação e daqueles que o praticam tem o seu esteio na “economia do digital”: os “baixos custos de acesso” à informação e a “distribuição rápida e barata” estão a “pôr em risco” a investigação jornalística – “mais dispendiosa”, mas produtora de “impacto social” (p. 316).

Bill Birnbauer, por seu lado, sem desvalorizar as consequências que a crise de 2007-2009 teve no jornalismo em geral – “milhares de jornalistas, sobretudo os mais velhos e experientes, perderam o emprego... jornais de referência recorreram a apoio financeiro, muitos fecharam as edições impressas... o modelo de negócio colapsou” (p. 38) – e recusa

a ideia de que o jornalismo de investigação tenha sido a vítima principal. Pelo contrário.

O autor australiano parece responder diretamente a Starkman, quando o jornalista-académico norte americano sustentava que “o cão de guarda deixou de ladrar”. Birnbauer usa o título de um estudo de Knobel (2018) para demonstrar, exatamente, o contrário, que “o cão de guarda ainda ladra” (p. 55). Birnbauer recorre a diversos dados e estudos (Candidaturas ao Prémio Pulitzer na secção *investigação jornalística* entre 2005 e 2014; Número de membros da *Investigative Reporters and Editors Organization*; Estudo de Downie e Schudson, de 2009; Estudo do *Pew Project for Excellence in Journalism*, de 2008; Pesquisa de Lanosga e Houston, publicada em 2017; e ao já citado trabalho de Knobel, de 2018, entre outros) para provar isso mesmo: antes e depois da crise de 2007-2009 “os jornalistas continuaram a acreditar no papel de cão de guarda do jornalismo” (p. 56). “A cultura e os valores do jornalismo profissional ajudam-nos a compreender as razões que levaram as redações a preservar

as equipas de investigação, apesar dos custos associados, do número reduzido de histórias e das complicações legais e outras” (p. 52).

Recordando-nos as diversas teses de académicos e de jornalistas que apregoavam o contrário - que o jornalismo de investigação foi a principal vítima da crise (p. 46), Birnbauer conclui que essa “sabedoria convencional” acabou por gerar “milhões de dólares” em doações para as entidades não lucrativas dedicadas ao jornalismo de investigação que, a partir de 2007, verdadeiramente explodiram nos Estados Unidos da América (pp. 58, 64).

Como o próprio Birnbauer reconhece, a explosão dessas entidades não substitui as perdas registadas no jornalismo tradicional (p. 2), nem garante futuro ao jornalismo de investigação (p. 7). A dependência, quase exclusiva, do financiamento de fundações – entidades cujo objeto e interesses podem mudar de um ano para o outro – aumentam o grau de incerteza destas entidades e forçam os seus responsáveis a envolverem-se na angariação de fundos que as sustentem (p. 7).

Apesar do grau de incerteza associado a este modelo de financiamento, Birnbauer acredita que o futuro do jornalismo de investigação manterá uma estreita ligação com o setor não lucrativo (p. 201). Afinal, como reconhece o jornalista-acadêmico australiano, a expressão da investigação jornalística no decurso da história não tem sido particularmente relevante (p. 203). Hamilton concorda: “O jornalismo de investigação é mais discutido do que praticado” (p. 14); uma constatação que leva o professor de Stanford a enaltecer o impacto social produzido pelos trabalhos de investigação jornalística: “Suplantam-se em termos de influência” (p. 9).

James T. Hamilton analisa a relevância social do jornalismo de investigação a partir da lente da economia, disciplina que está na base da sua formação académica. O responsável pelo departamento de comunicação e diretor do programa de jornalismo da universidade norte-americana usa, todavia, a economia como instrumento de análise da relevância social e financeira do jornalismo de investigação, para concluir que “cada dólar investido, por uma empresa jornalística,

num trabalho de investigação pode gerar centenas de dólares em benefícios para a comunidade” (p. 279). Essas “repercussões positivas que transbordam da investigação jornalística são aquilo a que os economistas chamam externalidades positivas” (p. 24).

Hamilton deteta externalidades positivas no jornalismo de investigação sempre que este revela redes de crime organizado que, depois de desmanteladas, reforçam a segurança da comunidade. À mais-valia social alcançada com a publicação da matéria, junta-se a “possível recompensa da maior atenção dos leitores existentes”, mas também a possibilidade de surgirem novos subscritores e novos anunciantes (p. 24). Mas a externalidade positiva mais relevante é, todavia, a da credibilidade. A credibilidade do jornalista e da organização onde trabalha contribuirá, certamente, para lhe garantir o tempo e o financiamento que a investigação reclama. Como escreve Hamilton, “a reputação alcançada com um trabalho consistente cria a marca e reduz a incerteza” (p. 18).

Cada história de investigação jornalística percorre um longo

trajeto de incerteza: a incerteza do desfecho (que interesses revelados ou a revelar conseguem travar a história? que riscos lhe poderão apressar o fim?) (Hamilton, p. 279; Starkman, p. 11; Birnbauer, p. 42), a incerteza dos custos (terá a organização vontade e capacidade para financiar a história inteira se ela não lhe garantir retorno financeiro imediato?) (Hamilton, p. 11; Starkman, p. 310; Birnbauer, p. 52), a incerteza do impacto (revelará a investigação uma história original, passível de provocar a mudança na sociedade?) (Hamilton, p. 219), a incerteza do próprio jornalista (num tempo em que a responsabilidade pela investigação é inteiramente assumida pelo jornalista, será que ele próprio resiste?) (Starkman, p. 245).

O jornalista de investigação resiste. Por ser o “repórter da informação inconveniente”, “deliberadamente ocultada”; por revelar uma “predisposição para escavar”, David Anderson e Peter Benjaminson atribuem ao jornalista de investigação uma “personalidade específica” (1976, p. 3).

Os três autores destacam alguns desses jornalistas.

Hamilton e Starkman descrevem-nos a forma como Michael Hudson (Starkman) e Pat Stith (Hamilton) alcançaram, com as matérias que publicaram, o patamar superior da credibilidade individual, contribuindo para o reforço da credibilidade da publicação para onde escreviam. Birnbauer destaca todos os jornalistas de investigação cuja “credibilidade e reputação profissional” se revelou decisiva para prolongar a vida do jornalismo de investigação durante os anos da crise de 2007-2009. “O capital jornalístico que alcançaram ao longo dos anos” revelou-se “fator significativo quando as fundações decidiram atribuir bolsas” às entidades não lucrativas dedicadas ao jornalismo de investigação (p. 29): “Eles trouxeram consigo décadas de conhecimento ... e reputação” (p. 7). São também esses jornalistas, conclui Birnbauer, que conseguem manter firme a muralha ética que separa o jornalismo dos eventuais interesses dos doadores. Daí a pergunta: “O que irá acontecer quando esses jornalistas se retirarem e forem substituídos por outros de pensamento mais corporativo e menor cultura jornalística?” (pp. 182-183).

Hamilton e Starkman apresentam-nos dois defensores da muralha ética.

“Quem é Michael Hudson e em que canto da terra fica esse *Southern Exposure* (o semanário de Pittsburgh onde Hudson trabalhava)?” (p. 6). A pergunta retórica de Starkman responde à apreensão do leitor que, em 2014, ano da publicação do livro, ainda desconheceria o jornalista “de assuntos urbanos” que, entre 2003 e 2006, nos anos que antecederam a crise do mercado hipotecário norte-americano, foi um dos sete jornalistas que Starkman distinguiu¹ por ter investido no jornalismo de

investigação, publicando matérias que foram verdadeiros sinais de alarme que pré-anunciaram o colapso (p. 286). Se os jornais especializados em economia e finanças se limitaram a reproduzir os “enquadramentos pré-definidos”, que consideravam os sinais de alerta “meros riscos” do sistema financeiro, Hudson mostrou que o problema do sistema financeiro era muito mais profundo; o problema, “como investigações posteriores amplamente demonstraram, era a corrupção sistémica” (p. 254).

James T. Hamilton destaca um outro jornalista de investigação, Pat Stith.

Stith foi jornalista de investigação durante 36 anos, entre 1969 e 2005. Trabalhou sempre no seu Estado natal, a Carolina do Norte, primeiro no *Charlotte News* e, a partir de 1971, no *News Observer*, onde a reputação que alcançou o fez disfrutar do privilégio do tempo (p. 211).

James T. Hamilton fez um estudo sobre a absorvente carreira de Stith².

1 Dean Starkman coordenou o estudo – *Power Problem*, publicado em 2009, na *Columbia Journalism Review*. Starkman e dois investigadores pediram às nove publicações especializadas em jornalismo financeiro, que consideravam mais relevantes no panorama jornalístico norte-americano, que seleccionassem os seus melhores trabalhos entre 2004 e 2006, onde pudessem ser percebidos sinais de alerta sobre a crise de 2008. *Power Problem* revela “a ausência de histórias de investigação” que questionassem as poderosas instituições de *Wall Street* sobre as “práticas mais básicas associadas aos seus negócios”. Nesse período, conclui o estudo, “o cão de guarda não ladrrou” (p. 4). “As publicações especializadas, por muito sofisticadas que tivessem sido, revelaram uma inocência surpreendente sobre o mercado hipotecário” (p. 254).

2 James T. Hamilton analisou 314 reportagens de Stith, publicadas durante os 36 anos dedicados ao jornalismo de investigação, destacando a “vontade” de Stith em fazer “histórias complexas, que gerassem mudanças significativas” na comunidade (p. 219).

O estudo de Hamilton é demonstrativo do impacto social que as histórias de investigação alcançam. As mudanças provocadas por Stith salvaram vidas, criaram leis, provocaram o despedimento de funcionários corruptos e a readmissão de outros injustamente despedidos. Esta trajetória gerou, igualmente, uma mais-valia financeira para a comunidade, que o estudo de Hamilton quantifica em 4,7 milhões de dólares em benefícios diretos (p. 229).

O trabalho dos jornalistas destacados pelos três autores reflete, afinal, o “método pessoal para disciplinar a curiosidade”, baseado no “conhecimento cético” que Bill Kovach e Tom Rosenstiel associam ao jornalista de investigação (2010, p. 153). “Eu duvido disso” era esse, aliás, como escreve Hamilton, o “mantra” que orientava as investigações de Stith (p. 208).

“Ter tempo para fazer as coisas bem-feitas”, “verificar três vezes cada facto”, passar “longas horas em estudo intenso e preparação”, eis os pontos chave do método de Stith que Hamilton destaca (p. 259).

Ver para lá da névoa que oculta o segredo – eis o que distingue todos

estes jornalistas. É esse trabalho distintivo, afinal, que exigimos ao jornalismo de investigação.

Referências bibliográficas

- Habermas, J. (2012 [1962]). *A transformação estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Anderson, D., & Benjaminson, P. (1976). *Investigative reporting*. Bloomington and London: Indiana University Press.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2010). *Blur: How to know what's true in the age of information overload*. New York, NY: Bloomsbury.

Apoios



I|U **IMPRENSA DA**
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



FLUC **FACULDADE DE LETRAS**
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

UIDB/00460/2020